

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O editorial do *Jornal do Brasil* de ontem (11 de agosto de 1980), intitulado "Uma Tragédia Brasileira" enseja reflexões em dois planos simultaneamente:

a) as dimensões e carga dramática de seu conteúdo como uma análise que, embora sucinta, aborda o problema do projeto educacional brasileiro, de cuja solução depende a própria sobrevivência do Brasil em termos de executabilidade, como uma Nação viável; e

b) a decisiva importância da imprensa responsável e séria quando, embora criticando com veemência e fulminando equívocos ou erros governamentais, contribui objetivamente para formação das soluções requeridas pelos problemas.

Aliás, nenhuma autoridade, governo ou instituição que se preze, consciente de suas responsabilidades sociais pode ter a veleidade de ignorar, menosprezar ou repelir as críticas honestas e construtivas da Imprensa, mesmo quando não possam, de pronto, serem assimiladas.

O editorial do *Jornal do Brasil* a que estou me referindo — Uma Tragédia Brasileira — é uma demonstração do que estou afirmando.

Examinando aspectos, consequências e perspectivas da política que vem sendo desenvolvida pelo Ministério da Educação e Cultura, do ponto de vista dos impactos decorrentes da Lei nº 5.692, de 1971, que criou o ensino profissionalizante no 2º grau, — o editorialista do *Jornal do Brasil* acentuou que essa Lei deveria, na prática, ter aprimorado e, efetivamente, reformulado o 2º grau, mas, "onde estavam os professores polivalentes pressupostos pela nova legislação? A experiência anterior dos antigos cursos profissionalizantes, à margem da escola regular, se frustraram pela sua deficiência destruída de infra-estrutura e, sobretudo, do apoio da orientação pré-vocacional.

Além disso, passaram a ser identificadas como uma forma de "educação para proletários". Da mesma forma, os antigos "Ginásios Orientados para o Trabalho" da Diretoria do Ensino Secundário, do MEC, assim como as saudosas "Escolas Rurais" se transformavam em empreendimentos malogrados e desativados.

Como não haviam professores preparados para a multiplicidade dos cursos a serem implantados, nem recursos para montagem dos indispensáveis laboratórios e para o aparelhamento institucional e pedagógico dos estabelecimentos, regredidos à estaca zero do elitismo, da "fachada", da corrida para obtenção do anel e dos indefectíveis diplomas — em suma, o estereótipo do subdesenvolvimento cultural típico das sociedades ultrapassadas, fascinadas pelas exterioridades dos rituais, dos símbolos e, principalmente, dominados pela obsessão consumista típica do capitalismo selvagem.

Recrudescu a marcha avassaladora para a universidade, pressionando o ensino superior congestionado e inadimplente.

O dramático editorial do *Jornal do Brasil* descreve o panorama atual:

"Viu-se o desinteresse dos alunos pela profissionalização, na medida em que todos eram supostamente candidatos à Universidade; o desinteresse e a aversão das famílias dos alunos à medida que a Lei se chocava com a realidade; notou-se a dificuldade de conciliação dos interesses da educação geral com os da formação profissional; o excesso de habilitados em profissões que o mercado não absorve, ao lado da falta de outros que seriam essenciais, pela incapacidade de a escola acompanhar as necessidades da demanda ocupacional".

Voltamos, novamente, Sr. Presidente, à corrida aos diplomas, à fabricação maciça de "doutores", à transformação da maioria das nossas escolas superiores em fábricas de bachareis nas áreas tradicionais do direito, da medicina, da economia, da comunicação social, — e assim por diante — semipreparados e frustrados que não se adaptam às realidades da terra e das condições de vida, em geral, do País.

Não deixa de ser fato altamente preocupante a comunicação do Cesgranrio, quase com satisfação — afirma o editorial — de que "está preparado para eliminar 80 mil dos 140 mil candidatos que deverão apresentar-se ao Vestibular Unificado do ano que vem. "A vastidão desses números — continua o editorialista do *Jornal do Brasil* — tem algo de assustador e faz lembrar o ex-Ministro Jarbas Passarinho, que se referia ao vestibular como "o naufrágio organizado".

As estatísticas e pesquisas do Cesgranrio tornaram-se bizantinas, como a própria discussão sobre o vestibular. O que não é bizantino é o destino desses 80 mil reprovados.

Um ímpeto de promoção social tomou conta do País; e é, em si mesmo, natural e irresistível. Se está a ponto de resvalar para o dramático e o grotesco, é porque se deixou que, a partir de um certo momento, todos os caminhos apontassem para a Universidade.

Ora, indicam estudos já realizados, que de 100 candidatos ao vestibular, 20 talvez, terão propensão para o ensino superior. Mas, interroga o *Jornal do Brasil* — "como evitar a corrida ao diploma, se não há alternativa?"

Sr. Presidente, essa indagação do angustiado editorialista é extremamente séria e deixa toda a Nação perplexa.

O crescimento da Universidade brasileira que, nestes últimos anos atingiu a cerca de 1 milhão e 500 alunos, longe de ser evidência de um progresso sadio, demonstra a obsessão disseminada e irracional pelo "Diploma Superior".

Como ignorar a trágica realidade de que 24 milhões de crianças, de zero a seis anos de idade, não recebem o atendimento de que necessitam e que apenas 950 mil são efetivamente atendidas na área pré-escolar, e dessa percentagem, 87,5% estão nas zonas urbanas?

Por outro lado, o nosso País não pode se conformar com a marginalização irreversível de mais de 8 milhões de crianças que não têm acesso ao sistema escolar do 1º grau.

Ainda recentemente, em palestra proferida perante a Escola Superior de Guerra (ESG), a 1º de agosto de 1980, o Ministro Eduardo Portella afirmou que "a escolarização da criança continua sendo o meio mais conveniente de combate ao analfabetismo e que o Mobral, o Supletivo e os cursinhos retratam as inadimplências do projeto educacional brasileiro: os alunos do Mobral têm trauma da experiência escolar; o Supletivo é uma fábrica de ilusões e os cursinhos ensinam a passar e não a saber".

Para o Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, "o caráter alcatório da programação escolar, desassistida técnica e financeiramente, reclama por um novo esquema de transferências, graças ao qual a Federação venha a compensar a excessiva centralização tributária que tanto tem imobilizado as ações educativo-culturais de Municípios e Estado".

Sr. Presidente, diante da importância intrínseca da abordagem levada a efeito pelo *Jornal do Brasil* e do peso específico das sugestões positivas decorrentes do seu magnífico editorial, solicito seja o mesmo transcrito nos Anais do Senado Federal, e incorporado a este breve pronunciamento. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1980.

UMA TRAGÉDIA BRASILEIRA

O CESGRANRIO comunica, quase com satisfação, que está preparado para eliminar 80 mil dos 140 mil candidatos que deverão apresentar-se ao vestibular unificado do ano que vem.

A vastidão desses números tem algo de assustador e faz lembrar o ex-Ministro Jarbas Passarinho, que se referia ao vestibular como "o naufrágio organizado".

As estatísticas e pesquisas do CESGRANRIO tornaram-se bizantinas, como a própria discussão sobre o vestibular. O que não é bizantino é o destino desses 80 mil reprovados. Seria possível desafogar um pouco o cerco à universidade?

Elevar simplesmente a altura do muro é cortejar a catástrofe. Porque a universidade parecia uma Bastilha a ser conquistada é que se chegou ao grande equívoco de 1968, quando se decretou o fim da categoria dos *excedentes*.

Um ímpeto de promoção social tomou conta do País; e é, em si mesmo, natural e irresistível. Se está a ponto de resvalar para o dramático e o grotesco, é porque se deixou que, a partir de um certo momento, todos os caminhos apontassem para a universidade.

Ora, indicam estudos já realizados que de 100 candidatos ao vestibular 20, talvez, terão propensão para o ensino superior.

Mas como evitar a corrida ao diploma se não há alternativa? As explosões social e demográfica da sociedade brasileira resultaram em uma terra-de-ninguém da educação (e portanto da cultura).

Por anos e anos, o ensino médio conservou a sua condição de preparador para a universidade. Os antigos cursos profissionalizantes, à margem da escola regular, não podiam pretender qualquer prestígio social, pois além de serem identificados com uma forma de "educação para proletários" tinham o inconveniente de fornecer ensino geral deficiente e de profissionalizar precocemente, sem uma razoável verificação de vocações.

Nesse vácuo, precedida apenas por um Programa de Ginásios Orientados para o Trabalho, da Diretoria de Ensino Secundário do MEC, surgiu a Lei nº 5.692, de 1971, que criou o ensino profissionalizante no 2º grau.

A reforma proposta pela lei foi a primeira a apontar para uma modificação estrutural na educação brasileira. Mas seus objetivos são tão amplos, sua novidade é tão forte, que não é de estranhar que estejam navegando por mares tempestuosos — tanto mais quanto a lei tentou, em diversos casos, colocar o carro adiante dos bois.

Com a iniciação ao trabalho, quis-se dar, sem prejudicar a formação geral, um caráter de terminalidade que deve ser uma das possibilidades do 2º grau — sob pena de condenar todos os estudantes ao vestibular.

Isto implicava um novo 2º grau. Mas onde estavam os professores *polivalentes* pressupostos pela nova legislação?

Prudente, o então Ministro Passarinho não queria dar à Reforma um caráter universal e obrigatório. Mas o Congresso achou que ela devia ter esse caráter. Criou-se então uma daquelas leis que se trata logo de burlar, que não parece ser “para valer”.

A burla era tanto mais tentadora e previsível quanto a lei vinha arrostar uma série de molas sociais que funcionavam em sentido contrário. Como lembrou o atual Secretário de Educação do Estado do Rio, “a sociedade brasileira conserva traços culturais herdados de um período em que homens livres conviviam com escravos e tem tido dificuldades em aceitar a educação para o trabalho como parte integrante e necessária da educação da juventude”.

Assim como não havia professores preparados para ministrar os novos currículos, não havia escolas com recursos para montar os laboratórios indispensáveis. Mas não houve, sobretudo, esforço sério que preparasse a aceitação social da lei.

Mesmo que tivesse havido esse esforço, ele teria um papel apenas propedêutico, introdutório. Sem o esforço, a lei era quase um desafio ao ambiente — o que equivale a dizer que era prematura.

Viu-se então o desinteresse dos alunos pela profissionalização, na medida em que todos eram supostamente candidatos à universidade; e o desinteresse e aversão das famílias dos alunos à medida que a lei se chocava com a realidade: notou-se a dificuldade de conciliação dos interesses da educação geral com os da formação profissional; o excesso de habilitados em profissões que o mercado não absorve, ao lado da falta de outros que seriam essenciais, pela incapacidade de a escola acompanhar as necessidades da demanda ocupacional; e assim por diante.

As dificuldades estavam previstas pelos que fizeram a lei, como se desprende desse parecer do professor Valnir Chagas: “Os avanços educacionais, como de resto quaisquer avanços no campo social, representam mudanças que trazem a inevitável fricção do novo com o antigo e que não podem ser impostos de fora para dentro. Assim, só impropriamente se pode chamar de Reforma ao que é no fundo uma estratégia para suscitar esta ou aquela dialética”.

Se a lei de 1971 — a Lei da Reforma do Ensino — tem, assim, fortes justificativas estratégicas (e pior emenda que o soneto seria pensar em abolir a lei, ou em criar outra lei), é mais do que tempo de pensar-se em detalhes táticos que impeçam a desmoralização da lei pelo seu não cumprimento.

E a primeira medida, no caso, seria voltar à intenção original do projeto e não fazer a lei obrigatória para todas as escolas. Houve escolas que fecharam por não poderem cumpri-la; outras que recorreram à burla; e ainda outras que simplesmente não se adaptam às perspectivas da lei, pelo tipo de clientela a que se destinam — como de algumas escolas da Zona Sul do Rio.

Libertando as escolas da camisa de força da lei, o MEC poderia — e deveria — criar uma forma de auxílio supletivo que apoiasse as escolas decididas a levar avante o projeto e a aplicá-lo criteriosamente de acordo com as diversas características regionais. A verdade é que depois de 1971 as escolas foram abandonadas à própria sorte. As que acreditaram na terminalidade do ensino de 2º grau e investiram em laboratórios custosos viram-se sem apoio das autoridades, dos alunos ou das famílias de alunos; e o recuo forçado foi extremamente doloroso — ou fatal, em certos casos.

A nova lei dependia de um novo tipo de professor. Que estímulo foi dado à formação desses novos mestres? Se algum estímulo houve, não se fez notar, pois a juventude continua totalmente desinteressada do magistério como profissão, como revela a proporção de vagas e candidatos nos vestibulares. Só recentemente pensou-se em alguns Estados, entre eles o Estado do Rio, em modificar de fato a condição salarial da categoria.

Idéia nova e aproveitável, já em estudos, é a dos cursos pós-secundários, que poderiam oferecer formação completa em determinadas profissões, consideradas úteis no quadro geral da economia, aliviando a carga excessiva que pesa sobre o nível superior.

Um dos aspectos negativos da lei foi, ainda, o desprestígio lançado sobre as escolas técnicas existentes: elas estavam ultrapassadas, dizia-se, pelo novo ensino; mas o novo ensino ainda não é uma realidade concreta; e o antigo foi jogado às urtigas.

Não se pode esperar até que esta situação se conserte. O MEC, mais uma vez, poderia liderar e auxiliar a reabertura das escolas técnicas, dentro das possibilidades e das conveniências regionais.

O que não é possível é continuar a assistir impassível à pressão que se exerce sobre o ensino superior, embora esta seja em si mesma consequência natural e quase previsível das nossas contradições sociais, dos nossos atavismos.

A continuar essa pressão, voltaremos a 1968, quando pessoas talvez bem-intencionadas acharam que estava na hora de ajudar os excedentes abrindo-lhes as portas do paraíso universitário.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, quarta-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação em turno único, do Projeto de Resolução nº 59, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 511, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 1.738.247.416,64 (um bilhão, setecentos e trinta e oito milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dezesseis cruzeiros e sessenta e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 512, de 1980, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 60, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 513, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de São José (SC) a elevar em Cr\$ 22.671.000,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e setenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 514, de 1980, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 61, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 515, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PR) a elevar em Cr\$ 154.660.329,77 (cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta mil, trezentos e vinte e nove cruzeiros e setenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 516, de 1980, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 62, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 517, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Paranavai (PR) a elevar em Cr\$ 112.334.989,83 (cento e doze milhões, trezentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e nove cruzeiros e oitenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 518, de 1980, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 5 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 63, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 519, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Largo (PR) a elevar em Cr\$ 214.400.000,00 (duzentos e quatorze milhões e quatrocentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 520, de 1980, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 6 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 64, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 521, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Biguaçu (SC) a elevar em Cr\$ 2.147.859,20 (dois milhões, cento e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e nove cruzeiros e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 522, de 1980, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

2. Ocorre, entretanto, que a medida proposta vem de encontro às disposições do art. 15, § 1º, alínea b e do art. 89, inciso III e parágrafo único da Constituição Federal, pelos quais os municípios são declarados de interesse da segurança nacional por lei de iniciativa do Poder Executivo, após ouvido o Conselho de Segurança Nacional.

3. Assim sendo, somente ao Poder Executivo caberá o exame da questão, que se manifestará através de Mensagem ao Congresso Nacional encaminhando projeto de lei naquele sentido, se razões de urgência e o interesse da segurança nacional não o levarem a expedir um decreto-lei.

4. Nestas condições, verifica-se que a proposição não possui fulcro constitucional e, por isso, não deve prosperar.

5. Ante o exposto, opina-se pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, 25 de junho de 1980. — Henrique de La Rocque, Presidente — Aloysio Chaves, Relator — Nelson Carneiro, vencido, com voto em separado — Tancredo Neves, vencido — Lázaro Barboza, vencido, com voto em separado — Moacyr Dalla — Hugo Ramos — Aderbal Jurema — Bernardino Viana.

VOTO VENCIDO, EM SEPARADO DOS SRS. SENADORES NELSON CARNEIRO E LÁZARO BARBOZA:

O ilustre Senador Orestes Quêrcia visa, com o Projeto em exame, à revogação de todos os decretos-leis que declararam numerosos municípios brasileiros como áreas de segurança nacional, durante o ocaso das instituições democráticas, entre 1968 a 1976.

Acentua o laborioso parlamentar paulista que "as populações brasileiras, passado o período de arbítrio, já não se conformam em ter administradores que não foram por elas escolhidos e ungidos pela única forma verdadeiramente válida, a do voto direto e secreto".

Iniciativa semelhante, de minha autoria, relativa à emancipação política dos Municípios de Duque de Caxias, Volta Redonda e Angra dos Reis, foi proclamada inconstitucional por esta douta Comissão.

Com a devida vênia, insisto em que nenhuma inconstitucionalidade se pode vislumbrar em projeto de lei, que visa a excluir determinados municípios das áreas de segurança nacional. A razão é simples. A função legislativa é constitucionalmente, institucionalmente, do Congresso Nacional, tanto que a Constituição enumera aqueles projetos que, como exceção, os que são de *iniciativa exclusiva* do Presidente da República. Se ao Executivo se abre a possibilidade de sugerir ao Parlamento projetos de lei (art. 56), ou seja, a *competência concorrente*, não há como enxergar-se, além dos casos expressos de iniciativa exclusiva, outros que impeçam a iniciativa parlamentar. Em que artigo se diz o Poder Executivo tem competência, ele somente, para revogar projetos semelhantes ao que se examina? Em nenhum. Ademais, é regra consagrada de hermenêutica que a lei que abre exceção à regra geral somente alcança os casos que especifica. Vale a pena recordar a lição sempre oportuna de Carlos Maximiliano: — "Competência *não se presume*; entretanto, uma vez assegurada, entende-se conferida com a amplitude necessária para o exercício do poder ou desempenho da função a que se refere a lei". E, linhas adiante: — "Quando a norma atribui competência excepcional ou especialíssima, interpreta-se estritamente; opta-se, na dúvida, pela competência ordinária". (Hermenêutica e Aplicação do Direito, 9ª ed., 1979, pág. nº 265, nº 323). Note-se que os primeiros decretos-leis invocavam o disposto no artigo 16, § 1º, alínea b, da Constituição de 1967, *in verbis*: — Já os mais recentes se apoiavam no § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, afinal banido do panorama legislativo nacional. Mas, num e noutro caso, o que se fixou foi a iniciativa para decretar, sem se retirar ao Congresso Nacional a competência concorrente para excluir um ou todos os municípios da injustificável humilhação de perda de sua autonomia.

Não há, assim, na Carta Constitucional nenhum dispositivo que fira de inconstitucionalidade proposições como a agora submetida a nosso exame.

Meu voto é pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto, cabendo à Comissão de Segurança Nacional opinar sobre sua conveniência e oportunidade.

Numa hora em que a Nação acompanha o esforço do Poder Legislativo pela restauração de suas prerrogativas, não há como justificar-se decisão que lhe casse o pouco que, mesmo em horas mais críticas de ordem legal, não lhe foi expressa, nem implicitamente subtraído.

Sala das Comissões, 25 de junho de 1980. — Nelson Carneiro — Lázaro Barboza.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a Mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 1980

Faculta ao cego a condução e a permanência de seu cão-guia em qualquer estabelecimento ou transporte no País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É facultado aos cegos a condução e a permanência de seu cão-guia, em qualquer estabelecimento ou transporte público no País.

§ 1º O condutor deverá portar atestado de sanidade animal do seu cão, expedido por órgão competente do Ministério da Agricultura ou por médico veterinário, revolidado semestralmente.

§ 2º O cão-guia deverá usar focinheira apropriada, nas situações previstas neste artigo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Todos sabemos e conhecemos os problemas e dificuldades que, diuturnamente, enfrentam os cegos.

E, como se não bastassem as agruras naturais que lhes acarreta a deficiência visual, ainda têm os cegos que suportar a discriminação e a intolerância social a que estão sujeitos, principalmente, nos meios de transporte e nos estabelecimentos públicos, quando acompanhados de seu cão-guia.

Nesses ambientes, normalmente, os cegos são impedidos de adentrar, acompanhados de seu cão, originando, daí, quase sempre, aborrecimentos e atritos, em detrimento à sua livre locomoção.

Como é notório, o cão-guia é especialmente adestrado para essa específica atividade, depois de selecionado dentre raças diversas, passando a ser manso e inofensivo, incapaz de reagir danosamente, mesmo se provocado.

À guisa de prevenção e acautelando o receio de terceiros, principalmente crianças, inserimos no texto do projeto a obrigatoriedade do uso de focinheira pelo cão, nas situações a que se refere a proposição.

Esperamos, com esta medida, minorar as dificuldades que se impõem aos cegos.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 1980. — Gastão Müller.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e de Saúde.)

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 366, DE 1980

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requero transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo intitulado "Universidade em Crise", publicado no *Correio Braziliense*, edição de 8-9-80.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 1980. — Mauro Benevides.

REQUERIMENTO Nº 367, DE 1980

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requero transcrição nos Anais do Senado Federal do Editorial intitulado "Nordeste Espezinhado", publicado no *Jornal Tribuna do Ceará*, edição de 5-9-80.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 1980. — Mauro Benevides.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — De acordo com o art. 233, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos serão publicados e submetidos ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

Comunico a V. Exª que, a na condição de Vice-Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, estarei ausente do País, a fim de participar da 67ª Conferência Interparlamentar, a ter lugar em Berlim, no período compreendido entre 15 e 26 do corrente.

Sala das Sessões, em 8 de setembro de 1980. — Mauro Benevides.

Brasília, 8 de setembro de 1980.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 11 de setembro, a fim de, no desempenho de missão com que me distingui o Senado, participar da 107ª Conferência Interparlamentar.

Atenciosas Saudações. — Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — As comunicações lidas vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Governo da União firmou contrato de financiamento no valor de 32 milhões de dólares, — parcela de um total que ascende a 91 milhões e 428 mil dólares, considerando a contrapartida nacional, — em 18 de julho do corrente ano, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Com a finalidade de atender aos compromissos constantes do Contrato MEC/BIRD, propôs o Ministro Eduardo Portella ao Presidente João Baptista Figueiredo, a criação do "*Programa de Expansão e Melhoria da Educação no meio rural do Nordeste-Edu rural-NE*", o qual integra o conjunto das ações anteriormente programadas pelo MEC, com a finalidade de ampliar oportunidades educacionais e melhorar as condições de educação no meio rural visando, de início, beneficiar 420 mil alunos e proporcionar aproximadamente 165 mil novas matrículas.

Abrangendo uma área de 18% dos municípios do Nordeste, correspondente a 21% da população do meio rural, lembrou o Ministro Eduardo Portella que suas preocupações básicas se voltam para a expansão e melhoria da rede física de ensino, a preparação de professores e administradores escolares, a reformulação dos currículos, a produção e distribuição de material de ensino, a introdução de novas tecnologias educativas, o aperfeiçoamento da administração educacional e a assistência ao educando.

Pretende-se com o novo programa, — que se adiciona aos já em andamento, — reavivar a ação ministerial numa zona extremamente carente e vulnerável, onde se verificam as menores taxas de escolarização e os maiores índices de repetência e evasão de todo o País.

Prossegue, destarte, o MEC, na execução de uma estratégia educacional adequada às necessidades de cerca de 248 municípios de Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Sergipe, Maranhão, Bahia e Pernambuco, de acordo, aliás, com as diretrizes estabelecidas para o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos.

Os recursos adicionais que serão investidos pelo MEC, no decorrer dos próximos cinco anos, na oferta de melhores oportunidades educacionais a aqueles municípios, contribuindo para deter o processo de marginalização cultural dos segmentos mais vulneráveis das respectivas populações.

Acredito, Sr. Presidente, que as dimensões, o conteúdo específico e a destinação desse recente programa, justificam esta breve comunicação.

Concluindo, desejo felicitar as equipes de professores, orientadores educacionais e técnicos, engajados na luta pela aceleração dos índices do desenvolvimento rural, nas micro-regiões mais atrasadas do Nordeste. Objetivo esse de real significado no concernente à erradicação dos fatores condicionantes do pauperismo das populações rurais desassistidas e que, certamente, será atingida a médio prazo.

Congratulo-me, na oportunidade, com o Ministro Eduardo Portella, pela sua rara tenacidade no comando e realização dessa importante campanha. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Decorre hoje o 10º aniversário do início das atividades do Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — idealizado pelo então Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, cuja presença nesta Casa honra o Congresso Brasileiro. O Movimento de Alfabetização, que se irradiou por todo o território nacional, redundou de um projeto que se transformou na Lei nº 5.379, de 1967, e para a qual estava reservado glorioso destino. Assim, a 8 de setembro de 1970 efetivava-se a aspiração do Ministro Tarso Dutra, impulsionada pelo seu ilustre sucessor, Ministro Jarbas Passarinho, que muito ilustra o Senado Federal, com a sua inteligência e cultura polimorfa. Coube ao ex-Ministro da Educação — Senador Jarbas Passarinho, organizar e lançar o MOBRAL — no cenário nacional. Estão de parabéns os nobres colegas Senadores por assistirem, hoje, triunfante um movimento educacional que alfabetiza e educa os brasileiros que, se desejavam, não dispunham, antes, de como sair da treva do analfabetismo.

O MOBRAL, na sua luminosa trajetória, teve a presidi-lo duas figuras de alto relevo cultural do País: Mário Henrique Simonsen e Arlindo Lopes Correia, cujo desempenho foi o mais satisfatório que se poderia desejar.

Constava dos planos iniciais do MOBRAL a sua implantação em 430 municípios brasileiros, pólos de onde a experiência se irradiaria, até atingir todo o Território Nacional.

Aconteceu, no entanto, não haver sido possível restringir-se a ação do Movimento apenas àquele número de municípios, isto porque, de logo, cresceu o interesse dos prefeitos pela esplêndida iniciativa, e, tal foi a pressão, que necessário se fez elasticar o seu domínio, atingindo logo a 600 comunas, com uma matrícula de 5.000 alunos, todos matriculados no Programa de Alfabetização Funcional — PAF.

Para se ter uma idéia do que representa este Programa, basta que se diga que, apenas no primeiro semestre deste ano, houve um atendimento aproximado de 1.700.000 alunos, o que fez decrescer o índice de analfabetismo para 11,1%.

O PAF — através dos seus orientadores, subdividiu-se em subprogramas, como o PAFET — que é a integração do PAF com a Educação para o Trabalho.

Registrou-se, por oportuno nos parecer, a marcha ascensional com o crescendo de municípios aderindo ao Movimento de Alfabetização, impondo-se desta forma a criação da Comissão Municipal — "COMUN" — que, por seu intermédio, conveniada com o PAF pelo MOBRAL, chegou a 2.500.000 pessoas atendidas, subindo este número nos anos seguintes à cifra de 5 milhões.

Impunham-se, diante da acelerada expansão, prontas medidas para que não viesse a se registrar regressão e sim assegurar a *Educação Continuada*, por força mesmo da Lei nº 5.379, de 1967.

Surgiram, face à crescente demanda, a criação de outros projetos, programas e campanhas, igualmente fundamentais.

Assim é que, a partir de 1971, o MOBRAL passou a lançar, anualmente, um novo programa, ao mesmo tempo que introduzia projetos para a devida adaptação às circunstâncias locais. Apareceu, então, o primeiro, que foi batizado com o nome de *Programa de Desenvolvimento Comunitário* — PDC — isto em 1971, que tinha por finalidade assistir aos egressos das classes de alfabetização, até atingirem o estágio que lhes permitissem ingressar no *Programa de Educação Integrada* — PEI, que outra coisa não é senão um curso primário compacto, que possibilita aos recém-alfabetizados pelo MOBRAL suprir as primeiras quatro séries do I Grau, em ritmo acelerado, propiciando, ainda, condições de continuidade da aprendizagem, quer no Sistema Supletivo, ou no de ensino regular.

De vitória em vitória, isto já por volta do ano de 1973, aparece, então, o *Programa Cultural*, à disposição dos alunos, ex-alunos e da comunidade em geral, com a finalidade de cultivar as manifestações artístico-culturais do povo.

A ação deste programa se desenvolve através de postos culturais fixos e ambulantes: as *mobraltecas*, *minimobraltecas* e *barcotecas*, visando a incentivar ao artesanato, ou articulação com os governos estaduais e municipais, criando-se Clubes de Artesãos, para o intercâmbio entre os artífices.

De ano para ano surge uma novidade. Tanto é que, em 1974 veio à tona o *Programa de Profissionalização*, para treinamento profissional, simultaneamente à colocação de mão-de-obra! e que é executado através de subprogramas pretendendo servir de porte, gratuita de serviços, entre empregados e empregadores, combatendo o desemprego, através dos *Balcões de Emprego*.

De certa forma atrelado ao programa de Profissionalização dentro de uma diversificação, mais visando uma orientação profissional, temos as *Feiras Profissionais*.

Obediente a uma programação dinâmica, aquilo que a princípio parecia se estabilizar apenas, na alfabetização, foi elasticando o seu horizonte, com programas ambiciosos, e, chegou a mais outros empreendimentos, como o PETRA — *Programa de Educação Comunitária para o Trabalho*; e o *Treinamento de Famílias Ocupacionais*, destinado a semiquificação profissional, treinando várias habilidades de uma mesma família ocupacional.

O importante é se observar o "fenômeno" de cissiparidade dos programas do MOBRAL, subdividindo-se freqüentemente, de acordo com a necessidade do aprendizado.

Como já vimos atrás com o PEI, vamos ver agora o *Programa de Desenvolvimento Comunitário* — PDC, dando origem ao PRODAB, que é um *Programa Diversificado de Ação comunitária*, programa este de conscientização social e que transforma os indivíduos em agentes e beneficiários da ação comunitária. Ele representa mobilização, integração e maximização dos recursos comunitários para o esforço de áreas sócio-econômicas carentes.

Não ficou só nisso a ação do MOBRAL. Já em 1976 seria lançado o PES — *Programa de Educação Comunitária para a Saúde*, visando a melhoria de saúde e saneamento, preconizada pelo MOBRAL, envolvendo o PES e o

PRODAC, através dos quais se faria um racional levantamento dos problemas prioritários das comunidades mais necessitadas.

Em 1977, Srs. Senadores, teríamos o lançamento de dois outros programas e diversões projetos: — "Esporte para Todos" e a "Tecnologia da Escassez".

Posteriormente, viria o *Programa de Educação do Consumidor*, com ênfase na problemática energética; o combate ao desperdício.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, justo é que, neste momento, eu aqui realce que os objetivos essenciais do MOBREAL estão sendo atingidos.

Repetidas vezes tem ele atendido a mais de 8 milhões de pessoas; e, para alegria nossa, basta que se diga que esperamos que o analfabetismo entre nós caia a 10%, índice este considerado normal para uma população como a nossa.

Dos atendidos nestes 10 anos, foram alfabetizados 14.200.000 analfabetos, de 34% em 1970, para 11,1% no semestre deste ano de 1980.

O Sr. Jorge Kalume (PDS — AC) — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE) — Com prazer.

O Sr. Jorge Kalume (PDS — AC) — Quero congratular-me com V. Exª pela feliz idéia de exaltar o MOBREAL quando completa dez anos de relevantes serviços prestados à coletividade brasileira. Neste momento, recorro, com muita alegria e para honra desta Casa, que seu idealizador foi o então Ministro da Educação e Cultura, hoje Senador, Tarso Dutra, e que também encontro no Ministro e Senador, Jarbas Passarinho, o consolidador da idéia. Portanto, loas aos criadores e, também, ao atual Ministro da Educação e Cultura, que vem dando um tratamento especial a esse serviço de grande utilidade para o Brasil.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE) — Agradeço o aparte do nobre colega Jorge Kalume. Lembro a S. Exª que no início deste desprezível discurso mencionei justamente o trabalho dos dois colegas nossos, os Senadores Dutra e Jarbas Passarinho: o primeiro teve a iniciativa, o segundo impulsionou o MOBREAL em terras brasileiras. Obrigado a V. Exª

Neste dia em que o importante órgão do Governo Federal tinge ao seu 10º ano de existência, indiscutivelmente transmutou a fisionomia de um País que, para vergonha nossa, acusava um dos maiores índices de analfabetismo do Globo.

Em sua nova versão, o MOBREAL manterá todos os programas aqui por mim perfilados, procurando sempre despertar a consciência comunitária, buscando o NOVO MOBREAL maior participação individual, olhando sempre a melhoria coletiva, num esforço harmônico, apesar de heterogêneo e voluntário.

O NOVO MOBREAL visará, sobretudo, implantar seu trabalho partindo de baixo para cima e não como se vinha fazendo, quando tudo se realizava segundo rigorosos critérios oriundos do MOBREAL Central, para as Coordenações Estaduais e Territoriais — COEST/COTER — e, finalmente, para as COMUM.

Tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não deixa de representar o amadurecimento de um trabalho fecundo, com o maciço aproveitamento das experiências colhidas em todo o território nacional, com vistas à participação comunitária.

Encerro este desprezível pronunciamento requerendo à Presidência que manifeste, em nome do Senado Federal, à direção do MOBREAL as felicitações pela transcorrência de tão auspicioso evento, formulando votos de êxito nos empreendimentos futuros. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Na semana passada, tive a oportunidade de tecer comentários a respeito da inflação. Dizia eu, da tribuna, que o Governo é o grande responsável pela inflação no Brasil, haja vista a alta astronômica das tarifas.

Recebi, Sr. Presidente, as tarifas concernentes aos Estados Unidos, e traço à tribuna, na tarde de hoje, o aumento daquelas tarifas, para que a Casa tenha uma idéia do quanto o Governo é responsável pela inflação brasileira.

Nos Estados Unidos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nesses últimos 8 anos, a tarifa de água não subiu um centavo; no Brasil, a tarifa de água subiu 1.180%.

Como entender que o serviço público naquele país irmão, no que diz respeito à água, subiu em 10 anos nada, e no Brasil subiu 1.180%?

A energia elétrica subiu nos Estados Unidos, entre 1975 e 1979, 38%; no Brasil, 519,9%. A energia, este ano, do período de janeiro a agosto, nos Estados Unidos subiu 8,4%; no Brasil, já subiu 39,2%. Essa é a realidade das tarifas do serviço público a respeito da água e da luz.

Eu quis, com essa demonstração, deixar claro que o Governo, na realidade, é o grande responsável, ou seja, o maior responsável pela inflação brasileira.

Sob o aspecto do problema da gasolina, do petróleo, até maio de 1977, o Brasil importava mais de 85% das suas necessidades de petróleo. A partir de junho de 1977, São Paulo começou adicionar álcool à gasolina, na ordem de 20 mil barris por dia, ou seja, com o adicionamento do álcool à gasolina, que se iniciou em junho de 1977, a Nação brasileira começou a fazer uma economia da ordem de 20 mil barris de petróleo por dia.

Hoje, 1980, o litro de gasolina custa 38 cruzeiros e o litro de álcool custa 18 cruzeiros e 20 centavos. Se para cada 5 litros de gasolina nós adicionamos um litro de álcool, pagando a importância de 38 cruzeiros por esse litro de álcool, é de se perguntar, de se pensar que há uma economia astronômica do dinheiro que fica com o Governo, a diferença entre os preços da gasolina e do álcool. Se o álcool custa a importância de dezoito cruzeiros e vinte centavos, e para cada cinco litros de gasolina o Governo está adicionando um litro de álcool, e o consumidor da gasolina pagando por este litro de álcool adicionado a gasolina a importância de trinta e oito cruzeiros, onde está ficando esses vinte cruzeiros a mais? Está ficando com o Governo.

Então, o que desejo é saber a quanto monta o saldo da diferença de álcool para a gasolina, em mãos do Governo. Saber como está sendo aplicado esse dinheiro e se o projeto do álcool conta, na realidade, com dinheiro franco para o seu desenvolvimento.

Eu sempre achei que a polêmica ideológica, partidária, é estéril; a polêmica importante é essa que diz respeito à economia nacional. É essa economia que precisa ser tratada aqui, porque, na realidade, só a grande São Paulo, com o adicionamento do álcool à gasolina, faz uma economia de 20 mil barris de petróleo por dia. A quanto soma essa economia num ano? Se um litro de álcool adicionado à gasolina representa uma majoração a mais, de vinte cruzeiros o litro, o total é uma soma fabulosa.

No entanto, apesar do povo brasileiro sofrer as tarifas de energia a cada dia mais cara, que violenta a economia do País, que violenta a economia do operário brasileiro, o que se vê é a ELETROBRÁS devendo a cada ano mais dinheiro. A tarifa é excessivamente cara. Sobre a tarifa energética do País uma soma superior ao que subiu no salário do trabalhador brasileiro, e a ELETROBRÁS já deve a importância de 6 bilhões e 850 milhões de dólares, e os encargos de serviço da sua dívida vão a 1 bilhão e 400 milhões de dólares.

Dai eu achar, Sr. Presidente, que esse problema precisa ser debatido e o Congresso Nacional, a imprensa brasileira, o brasileiro de um modo geral deve levar a sério a importância e a grande significação dessa realidade.

Os jornais de hoje trazem, em manchete, que o Ministro do Planejamento foi à Alemanha; da Alemanha vai à Inglaterra e da Inglaterra vai à França. Fazer o quê? Vai atrás de dinheiro emprestado. Na Alemanha vai vender bônus, e na Inglaterra e na França, sensibilizar as autoridades daqueles países para projetos energéticos e minerais aqui no Brasil.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, considero de alta importância, de alta significação, o debate dentro dessa realidade, muito mais importante do que o debate ideológico. Já disse desta tribuna várias vezes: o nosso problema não é ideológico, o nosso problema são as distorções econômico-sociais.

E agora, numa fase em que o mundo ressurte de energia, de minérios, por que então sensibilizar a outros países a outros governos, aquilo que toca de perto ao povo brasileiro? A energia barata é uma coisa difícil, hoje, no mundo, especialmente a energia renovável que poucos países têm como o Brasil que a dispõe através da cana-de-açúcar; e os minérios aflorando na terra, como o ouro em Serra Pelada; o ouro em Mato Grosso; o alumínio no Norte do Brasil. Por que então entregarmos essas reservas, quase únicas no mundo, aos interesses de outros países?

O Sr. Leite Chaves (PTB — PR) — V. Exª permite um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Com o maior prazer, Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves (PTB — PR) — Senador Agenor Maria, todos assistimos à luta de V. Exª em favor das classes menos favorecidas que, de resto, expressa os anseios da maioria do povo do seu Estado. Entretanto, V. Exª, nos seus discursos, sempre coloca que a questão é econômico-social apenas e não ideológica. Mas, digo a V. Exª que é, sobretudo, ideológica, porque a ideologia é uma determinante política que valoriza sobretudo o indivíduo e sobretudo as parcelas mais amplas da sociedade.

A ideologia das camadas dirigentes é a de valorizar o desenvolvimento econômico concentrado, para geração de empregos, satisfação das necessidades sociais de sobrevivência.

Isso é utópico. Até rio, aqui, quando senadores se pronunciam acerca de modelos sociais fora dos parâmetros conhecidos. Rio, porque cérebros supe-

riores já estão tranquilos de que o mundo de amanhã será fatalmente socialista, cabendo aos políticos viabilizarem a sua efetivação através de sucessivos atos de abertura econômica para que se evite a violência.

Enquanto isto, aqui, existem férias para algumas que conseguem emprego, porque para a maioria das mães o que existe é a sarjeta. Aqui, em Brasília mesmo, assistimos a nascimento de filhos nos monturos, e é esse tipo de sistema que determinados setores de repressão e o grande capitalismo procuram manter. De forma que V. Ex^a não pode dissociar a luta ideológica dessas reivindicações, porque só se conseguirá alguma coisa através da conscientização nacional. Já não digo o regime comunista, e sim um avanço numa direção mais socialista, mais justa

Em todo caso, me congratulo com V. Ex^a.

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Senador Leite Chaves, não dissocio. Acho que um assunto importante é aquele que diz respeito à barriga do povo.

Os jornais da televisão, agora, há quatro ou cinco dias, mostraram ao Brasil e ao Mundo as cenas de pugilato na Câmara dos Deputados, numa sessão do Congresso Nacional, fato esse que envergonha este Poder. No entanto, um assunto importante, que toca de perto a economia popular, esse não apasiona ninguém. Realmente, não procuram sensibilizar ninguém. Na prorrogação de mandato trocam tapas, trocam tiros, o que for possível trocar. No entanto, o problema da fome do povo, que angustia, que prejudica, esse problema não merece destaque.

Um barril de petróleo contém 145 litros desse óleo e produz o equivalente a 25% de gasolina, ou seja, um barril de petróleo produz 36 litros de gasolina.

Temos a cana-de-açúcar sobrando neste País. O automóvel anda tão bem com o álcool quanto com a gasolina. Por que, então, não desenvolver o álcool, no sentido de equacionar este problema que é grave? Se a nossa balança de importação, este ano, acusa uma soma superior a 9 bilhões de dólares na aquisição de petróleo, por que, não desenvolver, o mais possível, um substituto natural para o petróleo, que é o álcool?

Minha preocupação é esta, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Os debates político-ideológicos são estereis, repito, porque não existe problema ideológico neste País.

É preciso que se compreenda que é a primeira vez, nestes últimos 15 anos, que o preço da matéria-prima sobe mais que o da manufaturada.

Para que a Casa tenha uma idéia, de 75 a 80 o álcool subiu 525,42%, e a cana subiu 698,41%, numa demonstração patente de que agora o plantador de cana vai ter vez, porque foi a primeira vez, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que se observou que o preço da matéria-prima está subindo mais do que o da manufaturada.

É dentro desta realidade que venho à tribuna para discutir este problema. Não vou conversar, na tribuna, sobre problema ideológico, problema partidário, porque no problema partidário do Brasil fala muito mais alto o interesse particular de cada um. Repito: o problema partidário brasileiro fala muito mais alto o interesse particular de cada um. O problema ideológico é minoritário. Daí a importância que é preciso se dê ao problema de ordem econômica e social.

Hoje, pela manhã, repito, li nos jornais que o Sr. Ministro do Planejamento fora à Alemanha para pleitear novos empréstimos. Posso afirmar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que o problema do Brasil tem que ser arrumado aqui dentro do Brasil. Temos que resolver o problema do Brasil aqui dentro do Brasil. Não acredito que nenhuma outra nação possa concorrer para que o Brasil resolva os seus problemas. Quem tem de resolver os problemas do Brasil somos nós, com economia, com devotamento, com patriotismo. Só assim poderemos encontrar um denominador comum para sair dessa situação difícil que estamos vivendo. A cada dia que passa, viagens para o exterior, viagens que custam uma fortuna à Nação; dinheiro emprestado do exterior, cedendo as nossas reservas minerais e florestais para o capital estrangeiro explorar essas reservas, aqui, dentro do nosso País. Devíamos fazer um esforço sobre-humano no sentido de que essas reservas ficassem em nossas mãos, para que nós mesmos procurássemos explorá-las, porque elas nos pertencem e a sua economia deveria ficar em nossas mãos, em termos de rentabilidade, e não passar para a mão de outras, mãos alheias, a economia que possuímos, legada pelos nossos antepassados, a riqueza da nossa Terra.

Sr. Presidente, há alguns meses que busco informações no sentido de que possa aperceber-me, com dados estatísticos, a quanto montam os recursos do Programa Nacional do Alcool, porque acredito que esses recursos são muitos, mas não temos meios de saber a quanto montam esses recursos e como realmente estão sendo aplicados. Estou fazendo um levantamento das tarifas postais da Empresa dos Correios e Telégrafos, porque acredito que essas tarifas são também astronômicas.

Vou concluir, Sr. Presidente e Srs. Senadores, esperando, aqui nesta semana, voltar a esta tribuna, trazendo os dados específicos a respeito das tarifas do gás e postal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. AGENOR MARIA EM SEU DISCURSO.)

TARIFAS DE ELETRICIDADE E ÁGUA NOS E.U.A.

Em New York

Eletricidade de 1975 a 1979, aumentou 38 — Menos de 10% por ano.

Em 1980 aumentou 8,4%

Água é o mesmo preço desde 1970.

As taxas são diferentes em cada Estado

Aumentou mais em New York.

No Brasil

De 1975 a 1979 519,9%. Em 1980 aumentou 39.2%

Água no Brasil de 1972 a 1980 1.180%.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, por cessão do ilustre Senador Marcos Freire.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Lê o seguinte discurso.)
— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Prepara-se o Ceará para celebrar, com as mais expressivas solenidades, a dezesesseis de novembro do corrente ano, o centenário de nascimento de um dos seus mais nobres e eminentes filhos, o inolvidável sábio Tomáz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho, que honrou, com sua cultura polimorfa, em que se harmonizavam ciência e humanismo, as mais autênticas tradições intelectuais do povo cearense.

Deverão reverenciar sua inapagável memória entidades do porte do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras e da Sociedade Cearense de Geografia e História, que haverão, por certo, de ressaltar, com a ênfase indispensável, a notável contribuição daquele ilustre cientista ao progresso da antropologia, etnologia, geografia, sociologia, história e economia rural, de que foi, por formação acadêmica e dedicação aos estudos, um dos mais profundos conhecedores, em toda a região nordestina.

Engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto, dirigiu a antiga Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, o que lhe permitiu identificar-se, de maneira integral, com a larga problemática das populações assoladas pelo fantasma secular das estiagens, apontando soluções objetivas, dentro de uma visão realista de fenômenos que ainda hoje desafiam uma ação definitiva e enérgica das autoridades governamentais.

Por sua extraordinária cultura e experiência em temas e assuntos regionais, foi chamado a ocupar importantes funções na vida pública cearense, como membro de comissões técnicas e Secretário de Estado, tendo a sua palavra, quase sempre, poder decisório, pelo prestígio resultante de sua erudição.

Com o falecimento do Barão de Studart, no ano de 1938, o Dr. Tomáz Pompeu Sobrinho assumiu a direção do Instituto do Ceará, que, num gesto de reconhecimento e de justiça, o elegeu seu Presidente Perpétuo. Para aqueles que não tiveram a ventura de nascer no Ceará, cumpre-me esclarecer, nesta oportunidade, que esse Instituto, a que hoje preside a figura austera e digna do Dr. Carlos Studart Filho, é um dos órgãos culturais de maior expressão no Nordeste, reunindo em seus quadros os nomes mais consagrados do pensamento cearense, nas mais diferentes áreas das ciências sociais.

Além disso, e dentro da mesma linha de reconhecimento de seu alto valor, a Academia Cearense de Letras o escolheu como Presidente de Honra, funções que ocupou com a dignidade e o brilho que caracterizaram, em todos os momentos, a sua jornada existencial. Na Academia, o Dr. Pompeu Sobrinho ocupou a Cadeira número 6, de que era Patrono Antonio Pompeu.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE) — Com prazer.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — V. Ex^a homenageia da tribuna do Senado Federal, uma das mais notáveis figuras do Ceará, honra e glória daquela gente, que teve na pessoa do Dr. Tomáz Pompeu de Souza Sobrinho, uma figura exponencial na cultura, na inteligência, em tudo, enfim, a que se dava de corpo e alma a executar. Dr. Tomáz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho é um nome conhecidíssimo em todo território nacional pelas suas peregrinas virtudes, pelo seu saber e como homem notável de ciências. Felicito V. Ex^a pela lembrança oportuníssima de, nesta data em que se comemora o seu centenário de nascimento, prestar-lhe da tribuna homenagem muito justa e que, por isto mesmo estou aqui a aplaudir.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE) — Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Almir Pinto, que traz, com seu aparte, um testemunho de justo

§ 2º A Polícia Federal, ou no caso de convênio, a Polícia do Estado, do Distrito Federal ou do Território, procederá em conformidade com a legislação processual penal militar, no que couber e não colidir com as disposições especiais desta Lei, remetendo o inquérito ao órgão competente da Justiça Militar.

§ 3º Será instaurado Inquérito Policial-Militar se o agente for militar ou pessoa assemelhada, ou quando o crime:

I — lesar patrimônio sob administração militar;

II — for praticado em lugar diretamente sujeito à administração militar ou contra militar ou assemelhado, em serviço;

III — for praticado nas regiões atingidas pelas normas previstas nos artigos nºs 155, 156 e 158 da Constituição Federal.

Art. 55. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos-leis nºs 898, de 29 de setembro de 1969, e 975, de 20 de outubro de 1969, a Lei nº 5.786, de 27 de junho de 1972, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1978; 157º da Independência e 90º da República. — ERNESTO GEISEL — Armando Falcão.

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional, de Relações Exteriores e de Economia.*)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

OFÍCIO Nº 142/80

Brasília, 28 de agosto de 1980.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que os Deputados Odacir Klein, João Gilberto e Walter Silva foram indicados por esta Liderança para substituírem os Deputados Jorge Gama, Jackson Barrêto e Marcello Cerqueira na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 14, de 1980-CN, "que dispõe sobre a cobrança da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — Marcondes Gadelha, no exercício da Liderança do PMDB.

Brasília, 28 de agosto de 1980.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Murilo Badaró, pelo nobre Sr. Senador Moacyr Dalla, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 14, de 1980-CN que "dispõe sobre a cobrança Judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Saldanha Derzi, Vice-Líder do PDS no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Serão feitas as substituições solicitadas.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — José Sarney — Alberto Silva — Almir Pinto — Mauro Benevides — Aderbal Jurema — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — João Calmon — Moacyr Dalla — Hugo Ramos — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Orestes Quêrcia — Henrique Santillo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 309, de 1980, de autoria do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da conferência realizada pelo Ministro Eduardo Portella, no dia 1º de agosto de 1980, na Escola Superior de Guerra.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada

CONFERENCIA REALIZADA PELO MINISTRO EDUARDO PORTELLA, NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, NO DIA 1º DE AGOSTO DE 1980.

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: OPÇÃO SOCIAL

ESG, 1º de agosto de 1980

1. *Pontos de partida* — 1.1. Estado e educação; 1.2. Segurança e liberdade; 1.3. Para uma pedagogia não-ideológica; 1.4. A estratégia social; 1.5. Zona rural e margem urbana. — 2. *Pontos de chegada* — 2.1. O pré-escolar; 2.2. Primeiro Grau; 2.3. Segundo Grau; 2.4. Terceiro Grau; 2.5. Pós-Graduação e pesquisas. — 3. Outros espaços indispensáveis — 3.1. Educação permanente de adultos; 3.2. Política Cultural; 3.3. Educação especial.

1. *Pontos de partida*

A política nacional de Educação, Cultura e Desportos terá de ser conduzida, e até avaliada, no interior do projeto brasileiro global. Ai, em função da maior ou menor atenção ela conferida, ou mesmo em virtude de uma prévia decisão de governo, as ações educativo-culturais se vêem facilitadas ou dificultadas; retraem-se ou alcançam um índice substancial de produtividade.

Em qualquer hipótese, já se pode registrar o encaminhamento consequente de várias alternativas, combinadas no espaço circular onde se associam os quatro graus de ensino, os sistemas formais e os mecanismos informais, as iniciativas culturais e os programas esportivos. Da solidariedade ou da coesão de todos esses componentes dependerá a sorte do conjunto, ou seja, da política nacional de Educação, Cultura e Desportos.

O Ministério da Educação e Cultura deixa de ser apenas um ministério-meio, para se ampliar como um ministério-fim; precisamente nesta divisa, no exato instante em que reconhecemos a sua atuação na linha de frente das relações interpessoais. A educação cumpre equilibrar a pessoa, o indivíduo e a comunidade; conciliar e consolidar a estrutura formadora do cidadão, tendo sempre em vista que o cidadão é tanto mais cidadão quanto mais livre e criativo.

1.1. *Estado e educação*

Por isso mesmo não podemos privilegiar o poder da planificação estatal, promovendo um esquema de apropriação exclusivista do saber, que termina se deformando, ainda que inconscientemente, num instrumento aniquilador da liberdade.

O Estado, mediador social por excelência, tem um papel essencial no desempenho multidisciplinar, necessariamente aberto, pluralista, da educação. Não há educação, porque não há qualidade, sem liberdade. Nem há liberdade, sem responsabilidade. Naquele sentido de que responsabilidade consiste no respeito pelo outro.

1.2. *Segurança e liberdade*

A segurança do Estado e a liberdade do indivíduo jamais se tornarão incompatíveis, desde que ambos saibam reconhecer os seus limites. E uma das tarefas que se ergue diante de nós vem a ser a de delimitar, definir essa linha divisória como ponto de encontro. O Estado se apresenta como encarnação social e o indivíduo, imune às tentações individualistas, cresce no convívio com o outro, no respeito ao outro, na superação dos desencontros.

1.3. *Para uma pedagogia não-ideológica*

O pluralismo participante nunca se confunde com a neutralidade camuflada. Mas também não faz o jogo de nenhuma ideologia, por constatar a sua inaptidão para dar conta da realidade. Fácil é perceber como no processo educacional brasileiro a ideologia atua como fator de desqualificação. É que, sendo de forma e conteúdo dogmáticos, resulta pedante e vazia, do mesmo modo que histórica e predatória. As criações culturais, para legitimarem-se, dispensam o aval ideológico. Dispensam e repelem. O projeto pedagógico mais criativo terá de, pelo menos, operar uma espécie de degelo ideológico.

O esforço mesmo de libertação da cultura implica desideologizar o ensino. Porque a cultura deixa de ser uma prática libertária, amplamente transformadora, quando se mantém prisioneira de ideologias particulares, incapazes de compreender o movimento matizado do homem e das coisas. O fim da ideologias importará no nascimento de um novo mundo. E ele está amanhecendo agora.

1.4 A estratégia social

A nível nacional — sub-regional, regional e inter-regional — impõe-se a distribuição mais equitativa dos benefícios educativo-culturais, a igualdade de chances quanto ao acesso complementando-se na igualdade de chances quanto à qualidade. É a maneira pela qual a política nacional de Educação, Cultura e Desportos assume o seu profundo compromisso social, fazendo da população de baixa renda o seu alvo principal.

Nesse quadro de franca prioridade social, as áreas mais carentes se candidatam a uma atenção toda especial, compensadora ou recuperadora. O problema da pobreza passa a ser visto por um ângulo ostensivamente crítico, em face do qual a consciência passiva da pobreza pode ser um sentimento genérico, mas não transporá nunca as fronteiras da inocuidade.

A educação necessita, portanto, reconquistar o seu lugar vital. E que, enclausurada ou à margem do sistema produtivo, ela deixa de ser sujeito para ser objeto: objeto de decisões que se armam a sua revelia; quando não contra as suas necessidades efetivas.

1.5. Zona rural e margem urbana

A estratégia social da educação se dirige imediatamente para as zonas rurais e as periferias urbanas, sem contudo confundir culturalmente os dois espaços, e evitando que prossiga a tendência predominante de transportar modelos urbanos para uma aplicação artificiosa no campo.

A educação rural cresce de responsabilidade, porque a ela corresponde as menores taxas de escolarização e os maiores índices de analfabetos adultos. Daí a conveniência de levar-se a efeito um programa educacional cuidadosamente participativo, atento a toda a palpação comunitária, seja em termos da preparação de professores, da elaboração de currículos e de programas, da própria programação da merenda escolar. A iniciação profissional não poderá ser adiada, e a flexibilidade se tornará uma constante, por meio da qual os ciclos econômicos e climáticos serão tomados em conta, até o dia em que o calendário letivo obedeça aos sinais das estações (a safra, a seca, a chuva).

O outro lado da carência é a margem urbana, multiplicada por migrações sucessivas, particularmente fascinadas pelo mito da cidade. Aí, não encontrando estratégias de educação articuladas com esquemas de sobrevivência, ingressam no mundo marginal da violência e do crime. Daí a urgência da implantação de mecanismos ágeis, capazes de educar e ocupar a uma só vez.

2. Pontos de Chegada

Todos esses postulados se concretizam alternadamente, entre os sistemas formais e os mecanismos informais.

2.1. O pré-escolar

Embora não pertença ao sistema formal de ensino, a ter início no primeiro grau, a importância da educação pré-escolar vem sendo cada vez mais reconhecida, já que a ela cabe encarregar-se do desenvolvimento harmonioso da personalidade da criança. Os números alarmantes de evasão e repetência, que na primeira série do primeiro grau atingem cinquenta por cento das matrículas, ou as taxas de extravio e mortalidade registradas nas séries sucessivas, podem ser amplamente minimizadas com o funcionamento sistemático da pré-escola, o lugar onde despontam as pequenas mensagens, sob a forma de gestos, de atitudes inconclusas, de vocalizações, mímicas, posturas esboçadas.

No recinto pré-escolar emerge prematuramente a dialética de gratificação e repressão, constantemente desequilibrada por uma tendência autoritária, competitiva e agora consumista. No seu interior, e sujeita a diferentes tipos de pressão, a criança se debate perplexa, e não raro se perde para sempre. A sua naturalidade se vê comprometida pelos veículos de massa, em função dos quais as crianças reais copiam as crianças personagens, sobretudo da televisão. Os espaços tradicionalmente disponíveis, a casa e as relações familiares, o jardim de infância, o parque, a creche, as diversões, parecem projetar o abismo que se interpõem entre a escola e a família. Vinte e quatro milhões de 0 a 6 anos configuram a demanda nacional do pré-escolar. Novecentos e cinquenta mil constituem as possibilidades efetivas de atendimento. 87,5% dessa percentagem total são habitantes urbanos. Não há como preconceituosamente recusar a cooperação dos "médias". Até porque eles são neutros: vivem das nossas iniciativas, da nossa maior ou menor seriedade. O educador informal, antecipado como ponta-de-lança pedagógica no âmbito pré-escolar, está portanto investido de uma grave responsabilidade. Em vez do enfrentamento, a canalização ou a reorientação dos impulsos inconvenientes. A disponibilidade ou a flutuação afetiva da criança pede respostas sensatas, alternativas e jamais exclusivistas. A pré-escola é a depositária dessas respostas.

2.2. Primeiro Grau

A taxa de escolarização no 1º Grau, considerada em termos absolutos, é de 75%, o que significa que 25% dos candidatos potenciais não chegam sequer a ingressar no sistema de ensino. O caráter aleatório da programação escolar, desassistida que se encontra, técnica e financeiramente, reclama por um novo esquema de transferências, graças ao qual a Federação venha a compensar a excessiva centralização tributária, que tanto tem imobilizado as ações educativo-culturais de Municípios e Estados.

2.3. Segundo Grau

O 2º Grau continua perdido entre os deveres da *formação*, hoje sacrificada por inclinações simplistas, e as obrigações da *profissionalização*, abstratamente concebida. Porque a Lei nº 5.692/71 pensou a educação como variável isolada, mitificando a sua capacidade de gerar autonomamente postos de trabalho. Como custeio do esquema profissionalizante revelou-se oneroso, e os convênios com as empresas mostraram-se inviáveis, o 2º Grau permaneceu como um ciclo de *continuidade*, alimentado pelo sonho universitário, atrofiando ou paralisando a *terminalidade*, de onde provém a sua força imediata, a que o habilita a atender aos mercados intermediários, os mais disponíveis no Brasil de hoje.

O espaço correspondente a esse vazio profissionalizante, foi preenchido, na medida do possível, pelas escolas técnicas, industriais e agrícolas.

O volume de presença no 2º Grau reduz-se a percentagens altamente insignificantes. Apenas 20% das matrículas iniciais se mantém.

2.4. Terceiro Grau

Todos sabem que a Universidade brasileira cresceu vertiginosamente nas últimas duas décadas. Cresceu desordenadamente, inconvenientemente. Os motivos principais podem ser a crença disseminada e irracional no diploma superior, e a demanda ou pressão social e política, que mal escondem disputas e emulações regionais e locais.

O esforço de autocritica, e as iniciativas isoladas de recuperação e transformação, que foram tomando corpo extra-oficialmente, encontraram no MEC da virada dos anos 70-80, uma fonte de estímulo e um instrumento de viabilização da nova Universidade; sem resvalar em qualquer tipo ou forma de dirigismo. Até porque o excesso de controle por parte do Estado, termina por gerar insegurança, repulsa, improdutividade.

Partindo do propósito amplo de valorização do professor, por reconhecer nele o depositário da qualidade, e de reencontro do aluno, na certeza de que o imobilismo ou o conformismo da juventude corrói o tecido não apenas da Universidade, mas de toda a Nação, empreende-se uma vigorosa jornada modernizadora. A Universidade vai abandonando o seu clássico isolacionismo para cooperar com o fortalecimento das estruturas básicas. Numa outra vertente define a sua identidade regional, alarga os seus vínculos comunitários por meio da Extensão, e, com a participação do Conselho Federal de Educação, evita a proliferação de instituições ou de cursos, ociosos e saturados. As modificações introduzidas no Vestibular refletem igualmente preocupações qualificadoras.

2.5. Pós-Graduação e pesquisas

A pós-graduação e a pesquisa completam esse quadro qualificador, na medida em que se impõem como o lugar do conhecimento por vir e, retirando-nos da dependência, por intermédio da ciência, da tecnologia e das humanidades, nos levam a integrar uma ordem internacional, mais justa e igualitária.

3. Outros Espaços Indispensáveis

Pela circunstância mesma de que o projeto educacional é abrangente e difuso, ilimitado no sentido de que pode ocupar toda a vida do homem, ele vai instituindo modalidades diversificadas de exercício da aprendizagem.

3.1. Educação permanente de adultos

A escolarização da criança continua sendo o meio mais conveniente de combate ao analfabetismo. E não tenhamos dúvidas de que não se reduz substancialmente o analfabetismo, sobretudo frente à voragem demográfica, sem se tocar nas bases do sistema educacional como um todo. O MOBRAF, o Supletivo, os Cursinhos, retratam as inadiplências do projeto educacional brasileiro. São efeitos e não causas. Mais da metade dos alunos do MOBRAF guardam consigo uma traumática experiência escolar. Se fazem acompanhar das cicatrizes, nem sempre curadas, do fracasso inicial. O Supletivo consiste, mais que tudo, numa fábrica de ilusões, acentuando o índice da demanda artificial na Universidade. Os Cursinhos, que ensinam a passar, e não a saber, são consequências inevitáveis de vícios institucionalizados. Toda absorção al-

fabélica que não tenha cumprido uma cronometragem de 4 a 5 anos, será sempre precária e reversível.

As ações nessa faixa, que devem ser precedidas de cuidadosas pesquisas, e articularem-se com os Ministérios envolvidos em programas para o trabalho e promoção social, corporações, associações e entidades diversas, terão de reafirmar, predominantemente, o seu caráter de educação comunitária.

3.2. Política cultural

Nessa mesma linha de operação informal, a Política Cultural, estimulada ou impelida por forças do passado, do presente e do futuro, reunidas num esforço simultâneo, e tendo como lugares de concretização o produtor, o distribuidor e o consumidor, logo se projeta com uma insuperável arma de qualificação coletiva, especialmente ajudada por recursos cibernéticos, garantidos pela Secretaria de Aplicações Tecnológicas do MEC. Os mecanismos informais, na sociedade moderna, realizam mais plenamente o encontro entre o mundo da aprendizagem e o mundo da vida.

3.3. Educação especial

Esta parte do ensino especializado, voltada para os deficientes e inadaptados, melhor dito, para sua incorporação à vida cotidiana, mediante ajustamento físico e psicossocial, tem merecido particular atenção do MEC, através do CENESP.

Em todas essas etapas, perturbando ou bloqueando iniciativas necessárias e inadiáveis, persiste a questão da escassez de recursos, o que nos deixa, em comparação com outros países, em condições de inferioridade. Tanto mais grave se adotamos o pressuposto de que a compreensão planetária do nosso tempo não nos pode conduzir ao descarte da identidade nacional, e o princípio de que o econômico, ou mais precisamente, as relações de produção, jamais se erguerão em sujeito da nossa história. Uma história a ser escrita com a vocação da convivência, e a meta do reencontro; dos homens, das gerações, das idéias. Ao longo dela, por via do alto alcance redistributivo do investimento social, teremos atualizado o contrato social vigente, e colocado no seu lugar um mundo equitativo, solidário e produtivo, reflexo e reflexão da humanidade do homem.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 341, de 1980, do Senhor Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "as eleições em Brasília", publicado no jornal *Folha de Brasília*, edição de 17 a 23 de agosto de 1980, de autoria do advogado Osmar Alves de Melo.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)
Aprovado.

Será feita a transcrição.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada.

Folha de Brasília, de 17 a 23-8-80

AS ELEIÇÕES EM BRASÍLIA

Osmar Alves de Melo

A consulta da Folha de Brasília sobre eleições no Distrito Federal e preferência dos seus eleitores por eventuais candidatos constitui um relevante serviço cívico prestado à população da Capital da República.

Com efeito, o desejo de votar, de participar da população de Brasília é tão intenso que extravasa nas eleições de clubes, de associações civis, de sindicatos, de entidades de natureza corporativa e mais recentemente das miniprefeituras, que se compõem de "prefeitos" e "vereadores", numa simetria perfeita com as edilidades municipais.

Todo esse interesse decorre do fato de os eleitores brasileiros se sentirem cassados nos seus direitos políticos de votarem e serem votados, o que não está muito longe da verdade, pois a Cidade que já teve, de direito, uma Câmara de Vereadores e representação política no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, ao tempo da vigência da Constituição de 1946, foi privada do exercício do voto pela Constituição de 1967.

Aliás, dentro da melhor tradição de nossa História Política, porquanto, mesmo no império, a sede do governo central sempre dispôs de poder legislativo próprio e de representação política no Poder Legislativo Nacional.

No Decreto Imperial de 26 de março de 1824, que "formula instruções para se proceder às eleições das Câmaras de Deputados e Senadores da Assembléia Legislativa do Império do Brasil e dos Membros dos Conselhos Gerais da Província, lá está, dentre as Cidades da Província do Rio de Janeiro figurando como colégio eleitoral a "muito leal e heróica cidade de São Sebas-

tião", posteriormente, Cidade do Rio de Janeiro, que era, então, a sede da capital do Império do Brasil.

O Município Neutro sempre teve poder legislativo próprio e representação política na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O antigo Distrito Federal também sempre teve representação política na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e sua Câmara de Vereadores, apodada, em certo período recente, de "gaiola de ouro", esquecidos seus detratores de seu papel relevante e insubstituível de responsável pela orientação das inversões dos recursos públicos que fizeram no Rio de Janeiro a Cidade Maravilhosa, amada de todos os brasileiros e admirada dos estrangeiros, esquecidos também seus inimigos de que aquela Casa Legislativa foi provavelmente a maior escola de política que o Brasil já teve, por ela tendo passado grandes vultos de nossa História.

Com a transferência da Capital Federal para Brasília, inicialmente, nada se modificou nesse sentido. O desejo do Presidente Juscelino Kubitschek, seu inesquecível fundador e, depois da morte trágica, seu protetor, que vela pela Cidade, que será "o cérebro das decisões nacionais", como ele queria, o centro de uma grande civilização, como previu seu profeta, D. Bosco, e a capital de uma potência política e econômica, cultural e social em horizontes não muito distantes, como queremos nós, o desejo de Juscelino era que se preservassem as instituições políticas do antigo Distrito Federal.

Esse desejo, esse propósito, está claro como a luz do meio dia na Mensagem nº 42/60, que enviou ao Congresso Nacional e que foi convertida na Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, cujo artigo 5º é o seguinte:

"O governo do Distrito Federal será exercido pelo prefeito e pela Câmara do Distrito Federal, com a cooperação e assistência dos demais órgãos de que trata a presente lei".

Acrescenta o artigo 6º da Lei nº 3.751 de organização administrativa do Distrito Federal:

"O Poder Legislativo será exercido pela Câmara do Distrito Federal, composta de vinte vereadores, eleitos pelo povo por ocasião das eleições para o Congresso Nacional".

Da mesma forma, conservou-se a representação política do Distrito Federal na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, por força da Emenda Constitucional nº 3, promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em 8 de junho de 1961, cujos artigos 2º e 3º, são os seguintes:

"Art. 2º — O Distrito Federal será administrado por um prefeito, nomeado pelo Presidente da República com aprovação do Senado Federal, e terá Câmara eleita pelo povo, com as funções que a lei federal lhe atribuir".

"Art. 3º — Compete ao Congresso Nacional fixar a data das primeiras eleições de representantes do Distrito Federal ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e à Câmara do Distrito Federal, e exercer, até que esta se instale, a função legislativa em todos os assuntos da competência do Distrito Federal".

Nada mais claro e insofismável. O Poder Legislativo de Brasília e sua representação política na Câmara dos Deputados e no Senado Federal foram previstos na Constituição Federal e na Lei de Organização Administrativa do Distrito Federal.

Ao Congresso Nacional reservou-lhe o legislador constituinte, pelo qual se expressa a vontade da nação, apenas a competência para fixar a data das primeiras eleições, competência esta que não exerceu, não obstante as muitas tentativas parlamentares nesse sentido, até que, com o advento da Lei nº 4.545 — de 10 de dezembro de 1964, que dispôs sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal e que não se refere mais à Câmara de Vereadores, iniciou-se a demolição do poder legislativo e da representação política no Congresso Nacional, obra nefasta que se completou com o parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição Federal, de 24 de janeiro de 1967, que atribuiu definitivamente ao Senado Federal a competência de legislar sobre o Distrito Federal, nestes malsinados termos:

"Caberá ao Senado Federal discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviço público e pessoal da administração do Distrito Federal".

E foram suprimidos, foram eliminados, foram cassados sumariamente, sem dó nem piedade, sem o menor respeito às práticas democráticas, com flagrante violação do direito humano fundamental de votar e ser votado, com a Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967, cujo projeto autoritário foi imposto ao Congresso Nacional, que o discutiu e votou, aprovou e promulgou entre 13 de dezembro de 1966 e 24 de janeiro de 1967.

Desde o estatuto político de 1967, Brasília está desapaixonada de seu poder legislativo local, seja uma Câmara de Vereadores, seja uma Assembléia Legislativa, como é mais apropriado atualmente, tendo em vista que é administrada por um governador e não mais por um prefeito, bem como de sua representação política no Congresso Nacional. Por isso, está submetida a um esta-

tuto de menoridade política, de plena tutela exercida pelo governo Federal, através de preposto, o governador do Distrito Federal. Brasília, como unidade da Federação, encontra-se em situação política anômala e perdeu sua posição constitucional análoga à dos Estados-Membros, porque estes conservam sua Assembléia Legislativa e seus representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, aqueles representando todo povo brasileiro e estes seus respectivos Estados. Os próprios Territórios Federais têm *status* constitucional superior ao de Brasília, pois elegem seus Deputados Federais e seus Municípios estão dotados de Câmaras de Vereadores. Em relação ao conjunto da nação, a população de Brasília padece de *capitis diminutio* insuportável, inaceitável, visto que seus cidadãos são eleitores, mas estão impedidos de exercer o direito inalienável de votar e ser votados, desde que já não há mais eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República. Os títulos de eleitor, que a população continua sendo obrigada a portar, por motivos menores, não passam de mero enfeite, sem qualquer razão maior para que existam.

Como ficou demonstrado de maneira irrefutável, a supressão das eleições em Brasília, com a eliminação da Câmara de Vereadores e dos Deputados Federais e Senadores, foi consequência inelutável do fechamento das instituições políticas a partir de 1964. Logo, se houve anistia para os acusados de crimes políticos, se grande parte da selva de atos de exceção foi revogada, se está havendo reorganização partidária para encerrar o ciclo artíficioso e manifestado do bipartidarismo, se a censura foi sepultada, se se cogita da revogação da Lei Falcão e de tantos outros artifícios políticos como a sublegenda, o voto vinculado, as eleições indiretas de governadores, a nomeação de Prefeitos das Capitais, das instâncias hidrominerais, dos Municípios de interesse da segurança nacional, da bizonha senatória biônica, se se fala em alteração das leis de imprensa e de segurança nacional para ajustá-las à realidade nacional emergente, se foram devolvidos os direitos políticos de milhares de cidadãos impedidos arbitrariamente de votar, e ser votados, no bojo de todas essas reconquistas do povo brasileiro, terá de ser reconquistado também o legítimo direito da população do Distrito Federal de votar e ser votada e o histórico e tradicional direito de Brasília de dispor de Poder Legislativo próprio, uma Assembléia Legislativa, e de representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Por que não? Se outros setores injustiçados da Comunidade Nacional foram reparados, nossa reparação é uma exigência que se impõe por elementar princípio de justiça.

Muitas iniciativas legislativas, visando a pôr termo a essa anomalia, foram barradas desde 1963. Atualmente, há duas emendas constitucionais estabelecendo a representação política, aguardando oportunidade para serem lidas no Congresso Nacional — uma de iniciativa do Deputado Epitácio Cafeteira e outra do Senador Itamar Franco.

É justo esperar-se que o governo se sensibilize com as iniciativas e não feche questão contra as mesmas, como das vezes anteriores, visto que já houve manifestação favorável do Ministro da Justiça e do Senador Jarbas Passarinho, e uma vez que se trata de iniciativas democráticas, por excelência, no sentido da participação popular para a qual chamou a atenção, em mais de uma oportunidade, o Papa João Paulo II, em sua recente visita ao nosso País.

A idéia sempre contou com a simpatia da oposição e certamente contará com o seu respaldo Parlamentar as iniciativas em andamento.

Contudo, só creio na sua aprovação se houver mobilização de todas as camadas sociais, através de suas entidades representativas e da presença física do povo durante sua discussão e votação no Congresso Nacional.

Como um dos distinguidos na consulta feita pela Folha de Brasília, quero, com humildade e sinceridade, agradecer a todos quantos generosamente lembram o meu nome para seu eventual representante no Congresso Nacional e afirmar que, se houver eleições, aceitarei o desafio que me sugerem de pleitear o mandato parlamentar por Brasília, na certeza de que não os decepcionarei.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1978 (nº 4.922/78, na Casa do origem), estabelecendo que as penalidades aplicáveis a esportistas profissionais serão exclusivamente pecuniárias, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 612, de 1980, da Comissão de — de Educação e Cultura.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)
Não havendo oradores, declaro encerrada a discussão.
Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)
Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 1978

(Nº 4.922-B/78, na Casa de origem)

Estabelece que as penalidades aplicáveis a esportistas profissionais serão exclusivamente pecuniárias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos jogadores profissionais de futebol e a todos quantos façam da atividade esportiva meio de vida, no caso de faltas disciplinares de qualquer natureza, cometidas na prática do esporte, só serão aplicáveis penalidades de caráter pecuniário.

Art. 2º As multas, cortes de bonificação, redução salarial ou de participação, decorrentes de decisões dos órgãos esportivos competentes, onerarão pessoalmente o profissional punido, podendo ser divididos os pagamentos em parcelas mensais.

Art. 3º Quaisquer penalidades porventura vigorantes na data da publicação desta lei serão automaticamente nulas.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1980 (nº 2.573/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que reajusta o valor da pensão especial concedida a Dulce Evers de Abreu, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 599, de 1980, da Comissão — de Finanças.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 1980

(Nº 2.573/80, na Casa de origem)

De iniciativa do Senhor Presidente da República

Reajusta o valor da pensão especial concedida a Dulce Evers de Abreu.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica elevado para o equivalente a três vezes o maior salário mínimo do País o valor mensal da pensão vitalícia e intransferível, concedida pela Lei nº 6.440, de 1º de setembro de 1977, em favor de Dulce Evers de Abreu, viúva do cientista Manoel Dias de Abreu, inventor da abreugrafia.

Art. 2º A despesa decorrente desta lei correrá à conta de Encargos Gerais da União — recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Parecer nº 616, de 1980, da Comissão de Constituição e Justiça, que conclui, com voto vencido dos Senadores Cunha Lima e Hugo Ramos, pelo não provimento de recurso interposto pelo Senador Itamar Franco, de decisão da presidência sobre questão de ordem levantada a propósito do indeferimento do Requerimento nº 228, de 1980, de autoria daquele Senhor Senador, que solicita a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores à Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Em discussão o parecer, em turno único.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Lamentavelmente, teremos que perder o nosso tempo e o do Senado Federal para reexaminar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão:

Podemos concluir de início, Sr. Presidente, que há uma unanimidade de pensamento, a partir do pensamento do Relator, de que as finanças municipais têm, realmente, se depauperado através dos anos. E a nossa Comissão examina este problema do fortalecimento das receitas públicas municipais em cima de um documento concluído ano passado, resultado de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o empobrecimento dos Estados e Municípios, desenvolvida na Câmara dos Deputados.

Para nossa melhor orientação, temos aqui, hoje, como membro da Comissão Mista, o Deputado Hélio Duque, que, conforme consta do documento, foi Relator da matéria. Infelizmente, gostaríamos de ter aqui hoje, também, o Deputado Adhemar de Barros Filho, que foi o Presidente, mas, segundo consta, S. Ex^a tinha compromissos em São Paulo e não pôde estar aqui presente.

Realmente, não me vou ater a este documento, porque, muito melhor do que eu, poderia dizer sobre ele o Deputado Hélio Duque. Há aqui números incríveis, podemos dizer, que vou citar, no levantamento feito por essa Comissão, que durante vários dias, semanas e mesmo meses levantou dados, ouviu depoimentos. Se consideramos as receitas, inclusive da administração indireta, a participação dos municípios nessas receitas no Brasil, em confronto com a participação dos municípios estrangeiros, é a seguinte: nos Estados Unidos, de 46,8%; na Inglaterra, de 41%; na França, de 39%; na Itália, de 34%; no Brasil é de 1,2%, considerando as receitas da administração indireta, também. Eu digo isto só para registro, porque todos aqui estamos convencidos, como falei inicialmente, de que as finanças municipais estão muito aquém do que deveria o município receber do seu percentual de receita pública, para poder cumprir com os encargos básicos, os mínimos encargos da administração municipal. Percebemos claramente que o seu Relator, no seu parecer, está convencido também disso; sabemos que o Deputado Alberto Hoffmann é um homem de formação municipalista e ele procura dar ao município aquilo que ele julgou que seria possível dar.

A minha posição aqui é bastante insuspeita, porque a nossa proposta se refere à transferência do imposto de transmissão de imóvel para o município, que foi acolhida pelo Relator. Apenas gostaria de registrar o problema da impossibilidade vista pelo Relator, de aumentar a participação do município na distribuição do ICM, que é um pleito já de muitos anos e agora cada vez mais veemente dos municípios brasileiros; inclusive, é uma recomendação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara, cujo relatório deverá ser examinado pela Câmara nos próximos dias, que se aumentasse de 20 para 30% a participação dos municípios no ICM, que foi objeto inclusive de proposta de emenda do Senador Lomanto Júnior e de um outro colega nosso que propôs este aumento para 30 e ainda teve um outro que propôs para 40%.

Então, fica aqui, Sr. Presidente, e Sr. Relator, a nossa preocupação de que não se possa aumentar em nada essa participação dos municípios no ICM. Não tenho no momento dados numéricos para garantir uma afirmação que vou fazer agora, mas é possível que os municípios de porte médio, esses municípios de centro de região, se for aprovado o substitutivo do relator na íntegra e com aquela modificação da sistemática da distribuição, que eles venham a ter a sua receita pública diminuída. Eu não posso garantir, mas sabemos que essa distribuição — que não digo que não seja justa — de um sexto distribuídos pela população e pelo território deverá diminuir, quem sabe, a arrecadação desses municípios. Essa é uma preocupação que coloco.

O SR. RELATOR (Alberto Hoffmann) — Para nós adiantarmos o trabalho, essa é uma das conclusões da CPI.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Nós não somos contra esse tipo de distribuição, mas a preocupação era que, na medida em que não aumenta o bolo dos municípios no ICM e se faz uma nova distribuição, alguns municípios tivessem diminuída a sua arrecadação. Então não teríamos nenhum problema se fossem atendidas as duas recomendações da CPI da Câmara. Um novo sistema de distribuição do ICM, daquele bolo dos municípios, mas também a outra recomendação da CPI da Câmara, que era o aumento do bolo do município, que ia aumentar de 20 para 30%. De modo que é o problema que queremos colocar em discussão, para ver se esta Comissão poderá — estudando ou debatendo o problema — propor e finalmente o Sr. Relator acolher no seu substitutivo um aumento nesse percentual da participação dos municípios no ICM. Só para terminar, Sr. Presidente, tinha aqui um problema que tinha anotado, um problema de redação, que só queria ver se é um erro ou não.

O SR. RELATOR (Alberto Hoffmann) — Do Sr. Relator. No § 2º do art. 23 do substitutivo, a redação original da Constituição é:

“A alíquota do imposto será uniforme para todas as mercadorias”

e não as categorias. Houve um erro de redação; é o que consta efetivamente da minha planilha: de mercadorias. Foi ótima a intervenção de V. Ex^a: § 2º art. 23 — “para todas as mercadorias”. V. Ex^a tem plena razão; esta é a redação da minha minuta que está aqui na pasta.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Sr. Presidente, gostaria também de colocar em discussão para o Sr. Relator uma proposta que me parece que poderia evitar alguma confusão na hora que fosse aprovada essa transferência do imposto de transmissão de imóveis dos Estados para os Municípios, que me parece que foi uma falha das duas propostas, tanto da minha como a do Deputado Caio Pompeu. Que se explicitasse, no art. 3º, no final, que era para incluir, dependendo da sua opinião, o seguinte art. 3º: “O imposto a que se refere o item 3º do art. 24, que é o imposto de transmissão de imóveis, continuará a ser cobrado pelos Estados até 31 de dezembro de 1980.” Essa modalidade já foi usada antes em outras reformas constitucionais, porque há uma dúvida de qual seria o comportamento dos Estados e Municípios a partir do dia em que fosse promulgada a emenda constitucional. Então, para evitar qualquer tipo de problema, ficaria definido numa disposição transitória de que o Estado continuaria cobrando até 31 de dezembro, e já se saberia que a partir de 1º de janeiro esse imposto seria cobrado pelos Municípios.

O SR. RELATOR (Alberto Hoffmann) — É oportuna a sugestão de V. Ex^a, que deixa claro que é só a partir do ano de 1981. E devo ainda um esclarecimento a V. Ex^a: seria incluir bem no final da emenda substitutiva.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Acrescentar o que?

O SR. RELATOR (ALBERTO HOFFMANN) — Acrescentar que a cobrança do imposto de transmissão seria apenas a partir do exercício de 1981.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Queria lembrar aos Srs. Congressistas, que evidentemente a Mesa vai ter a maior liberalidade possível, pois que se trata de um problema de interesse dos Municípios, e dentro do possível vamos permitir o que o Sr. Relator está fazendo agora, inclusive contrariando o Regimento, mas já discutindo com os Congressistas aquilo que deveria falar no final, acolhendo ou não. Mas, de qualquer forma pediria que falasse um de cada vez com o Relator, para que não perturbe a reunião. Agora, o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — O Relator já fala do aumento da participação dos Estados e Municípios em impostos previstos para serem implantados progressivamente, metade em 1981 e metade em 1982.

O SR. RELATOR (Alberto Hoffmann) — Sim, porque aqui não se trata de aumento de participação, trata-se de transferência do imposto e competência de cobrar; aliás, acho que deveria ser um art. 3º — A rigor, os municípios não poderiam cobrar; não constando do orçamento, não poderiam cobrar. É uma discussão que deixo aos Srs. juristas da Comissão.

O SR. PEDRO SIMON — Antes de 15 de novembro pode ser acrescentado ao orçamento. Podiam abrir créditos e...

O SR. RELATOR (Alberto Hoffmann) — Sr. Presidente, infelizmente não sou jurista, e estou colocando o problema para que os juristas resolvam. A nossa preocupação é que a partir da promulgação da emenda os municípios não possam cobrar, porque não está no orçamento, e os estados também não possam cobrar, porque não teriam mais competência para cobrar; então, ninguém poderia cobrar.

O SR. PEDRO SIMON — É por isso que digo para não esquecer que o orçamento é votado em 30 de novembro, até 30 de novembro. Uma vez aprovado, mesmo através de mensagem retificativa, os municípios poderão acrescentar essa rubrica.

O SR. JORGE ARBAGE — No bojo da emenda do Sr. Relator, ela realmente é altamente compreensível. Entretanto, já há inúmeros julgados, inclusive jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, de que o imposto não pode ser cobrado no mesmo exercício; não basta que ele seja incluído no orçamento. Ele não pode ser cobrado no mesmo exercício. Logicamente se nós votarmos este ano, a cobrança só poderá se operar a partir de 1º de janeiro.

O SR. PEDRO SIMON — O Governo agora baixou um decreto; e se não é no mesmo exercício, como é que agora está sendo posto em execução?

O SR. JORGE ARBAGE — V. Ex^a me faz uma indagação realmente válida. Eu tenho também as mesmas dúvidas de V. Ex^a

O SR. PEDRO SIMON — Mas, eu ainda permaneço com a seguinte dúvida, Deputado Jorge Arbage: os municípios não poderiam cobrar, neste exercício.

O SR. JORGE ARBAGE — Certo.

O SR. PEDRO SIMON — E os Estados poderiam cobrar depois de promulgada a emenda?

O SR. JORGE ARBAGE — Neste exercício?

O SR. PEDRO SIMON — Sim.

O SR. JORGE ARBAGE — Sim, porque ainda pertence.

O SR. PEDRO SIMON — Se já há jurisprudência, então, a minha dúvida fica sanada.

O SR. JORGE ARBAGE — É evidente.

O SR. PEDRO SIMON — De modo que encerro minhas palavras, Sr. Presidente, apelando para que o Relator, sentindo, naturalmente, o debate da matéria, dê alguma coisa aos municípios, em termos de participação, na arrecadação do ICM.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Continua em discussão.

O SR. HÉLIO DUQUE — Sr. Presidente, estou aqui substituindo o Deputado Adhemar de Barros. Fui o Relator dessa CPI que na próxima terça-feira será discutida no plenário da Câmara.

Na verdade, o Congresso Nacional, com esta Comissão Mista, e o Relator, o Deputado Alberto Hoffmann, estão exatamente dando seguimento a um dos enunciados finais, aqui, nas sugestões formuladas, feitas pela CPI.

Muito sinteticamente, eu louvo esta preocupação, porque ao longo de seguramente 6 meses de trabalho desta CPI, nós sentimos pontos realmente graves. Por exemplo, de 1970 a 1978, 23% dos municípios brasileiros tiveram a sua população reduzida brutalmente, num elenco de 4 mil municípios. Isto tem uma raiz também. Nós, do Paraná, o Senador Affonso Camargo, o Deputado Nivaldo Kruger, o Deputado Pedro Sampaio, que integrou inclusive a CPI, conhecemos a situação de municípios que, a cerca de 5 anos chegaram a ter 120 mil habitantes. Isto, municípios médios como Assis Chateaubriand, que hoje tem 90 mil. Municípios pequenos, como Planaltina no Paraná, lá no nosso noroeste, de 17 mil, hoje tem 7 mil habitantes. Há uma causa, também. Louvo a proposta com que fecho, aqui, agora, Sr. Relator, como minha, também, esta agora, posta pelo Senador Affonso Camargo, por entender que nós aqui, deveremos também praticar um ato muito importante.

Nós não queremos, aqui, até pela brevidade do tempo, criar qualquer tipo de conflito entre tecnocracia e autoritarismo, municipalismo e autonomia estadual. Mas, há um fato real: a centralização verificada neste País, sobretudo a partir da reforma tributária de 1966, foi que jogou os municípios e os Estados nesta situação.

Agora, ainda recentemente — e na próxima terça-feira eu irei utilizar isso em plenário — estou de posse de um relatório que é do conhecimento do Deputado Pedro Sampaio, de V. Exª, e é para isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que eu quero alertar: a insensibilidade de uma tecnocracia que continua totalmente insensível a essa situação que, no dia-a-dia nós sabemos, é o cotidiano.

O Sr. João Paulo Ulisséa, homem responsável pelo setor, pela Secretaria de Articulação dos Estados e Municípios, diz — e há um trabalho de sua lavra — que a situação dos municípios e dos Estados, hoje, é absolutamente correta, que há uma transmissão, inclusive, de recursos, e exhibe tabelas, Sr. Relator, e exhibe números que absolutamente não são números mentirosos; não estamos aqui a dizer que são números falsos, mas, nós conhecemos a tecnocracia. Eu, por acaso, sendo um homem fundamentalmente político, conheço razoavelmente bem, porque dela também me origino. E o que se observa, Sr. Presidente, apenas para concluir esta ligeira intervenção, é que hoje há algo inclusive ainda mais grave que este fato: é que quando apanhamos a elencagem do repasse de recursos a nível de União para os Estados e para os Municípios, sobretudo em relação aos municípios, numa rápida análise nós podemos dizer que realmente os municípios estão mais ricos, os municípios estão mais prósperos, porque há algo que fica embutido. E na nossa CPI, parte-se inclusive destas emendas aqui, que V. Exª, neste seu substitutivo e neste relatório também destaca. Por exemplo, aqui na página 5 do nosso relatório, nós citamos que os municípios, face ao interesse comunitário de entidades de serviços públicos federais e estaduais em suas localidades, e dada a pressão exercida pelas demais esferas do poder, vêm sucumbindo às exigências crescentes, no sentido de assumirem diferentes encargos de competência da União, desde a cessão gratuita de imóveis até a manutenção de serviços e pagamentos de aluguéis, para funcionamento de: 1º — Juntas de Alistamento Militar; 2º — Juntas de Conciliação e Julgamento; 3º — Delegacias de polí-

cia, manutenção e conservação de viaturas policiais, prédios, aluguéis, instalações e alojamentos militares; 4º — MOBRAL; 5º — Fórum; 6º — Patrulha Rodoviária; 7º — Tiro de Guerra; 8º — Justiça Eleitoral; 9º — Receita Federal e Receita Estadual; 10º — Campanha Nacional de Alimentação Escolar; 11º — INCRA; 12º — IBGE; 13º — Posto do Ministério do Trabalho; 14º — Saúde e Assistência Social, ambulâncias, internamentos, pessoal, alimentação de pessoal carente; 15º — Ensino Superior; 16º — Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; 17º — FUNABEM; 18º — COHABs, doação de terras, encargos administrativos e cobrança dos mutuários, com a retroação antecipada, cotas do ICM, e arcando com o ônus da impontualidade dos mutuários; 19º — EMATER; 20º — Projeto Rondon; 21º — Projeto Minerva.

Eu quero, apenas, Sr. Relator, Sr. Presidente, nesta rápida participação com muita satisfação para mim, nesta Comissão Mista, dizer que o problema é muito sério, é muito grave. Porque nós não podemos continuar a termos uma visão bastante unilateral do problema. E aqui não é o momento; devemos deixar para o principal fórum político, o Plenário, o debate.

Eu vou deixar para, na próxima terça-feira, fazer uma análise do Relatório Ulisséa, porque nós passamos a observar que continua a existir uma insensibilidade muito grande por parte dessa tecnocracia. E em homenagem, aqui, a todos os Senadores e Deputados, sobretudo ao caro Senador Presidente, Itamar Franco, aqui consta — e a proposta de V. Exª, Sr. Relator, é muito correta —, o aumento, por exemplo, do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis, passando do atual 40 para 60%. É uma proposta corretíssima, perfeita; é um dos objetivos também da nossa Comissão.

Agora, é importante que se diga o seguinte, Sr. Presidente e Srs. Congressistas: no ano passado, o Governo tomou uma decisão subreptícia, bem ao talante dessa tecnocracia profundamente insensível ao clamor da Nação, e retirou 17% do Imposto sobre Lubrificantes, exatamente, Sr. Relator, para o Programa Nuclear. É algo desconhecido; é algo até que já tive oportunidade de levantar para Ministros, que me disseram que isto não é desconhecimento. E eu disse: "mas, Senhores, aquilo que levanto eu assumo a responsabilidade. Pesquisei junto as vossas assessorias e desmintam a afirmação do Deputado". É o que, agora, aqui, apenas, não é com sentido polêmico, estou a trazer.

Então, o Estado pode, o Estado tem o direito, a União tem o dever, até como forma de fazer um enfrentamento real de uma situação, de estruturação, de respeito à base municipal. Porque hoje nós observamos que, no Governo do Presidente Geisel, o objetivo era fortalecer nove grandes regiões metropolitanas, através desses centros metropolitanos principais do País. No Governo atual, do Presidente Figueiredo — e o II PND, exatamente, enumera este fato — há necessidade de verticalizar recursos para 12 centros metropolitanos, que é exatamente um processo de urbanização e de derrubância, porque a migração rural, em Estados como o de V. Exª, o Rio Grande do Sul, o nosso, o Paraná, e sem entrar no processo dos demais Estados dos Srs. Senadores e Deputados que aqui ocorrem, nós sabemos daquela força migratória permanente dos pequenos e médios municípios em relação às áreas principais geoeconômicas, e também às principais áreas metropolitanas. Então, é muito importante, ao meu ver, que o Sr. Relator acolha sobretudo esta proposta — é uma opinião, aqui — do nobre Senador Affonso Camargo, no sentido de que em relação, dentre outras, ao ICM, que se fixasse realmente a elevação dessa alíquota. Poderia estar em torno de 30%, que foi a proposta do nobre Senador.

Eu gostaria de dizer da enorme satisfação que eu tenho, muito modestamente, de estar inclusive aqui com os senhores.

O SR. PEDRO SIMON — Eu pergunto o seguinte: esses 17% a que o colega se referiu, caem fora? Na verdade...

O SR. HÉLIO DUQUE — Não; esses 17% é apenas, nobre Senador Pedro Simon, para ilustrar um fato.

O SR. PEDRO SIMON — A pergunta que eu faço é a seguinte: dos 100, a União ficaria com 40% e passaria a 60% para os Estados e municípios. Na verdade, os 17%...

O SR. HÉLIO DUQUE — Obviamente, a União terá que compatibilizar isso do seu montante de 40%. Foi o que entendi, da proposta do Relator.

O SR. PEDRO SIMON — Será que os 17% estão dentro dos 40%? Ou sai 17% e do que restar a União fica com mais de 40%.

O SR. HÉLIO DUQUE — Ah, teria, exatamente, que retirar, Sr. Relator. Seria uma proposta exatamente do processo da União, porque o que eu quis, apenas, ilustrar é que houve exatamente um fato de se retirar recursos de Estados e municípios. Não quero dizer, Sr. Presidente, que textualmente se tenha retirado para isso, para o Programa Nuclear. Apenas, nobre Senador Pedro Simon, eu illustrei um fato, que quando se quer fabricar recursos, a tecnocracia sabe; tem molejo e tem inclusive uma queda de corpo impressionan-

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, analisando, há alguns dias, desta tribuna, a autocrítica realizada pelo Ministro da Saúde, em conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, fiz referência a sua afirmação de que, nos últimos 15 anos, o País havia crescido bastante, se desenvolvido, se modernizado, mas que o setor saúde não havia acompanhado tal desenvolvimento, já que mais de 40 milhões de brasileiros não conseguiam acesso a qualquer tipo de assistência médica. Concluí que o mesmo poderia ser dito por qualquer Ministro do atual Governo que se dispusesse a promover a análise crítica de seu respectivo setor.

Alguns dias depois, a imprensa nacional publicou declarações do Ministro da Educação no mesmo sentido, reconhecendo que o País vive a pior crise educacional de sua história. Referia-se, o Ministro, especialmente ao ensino superior, inchado, nos últimos dez anos, por uma rede de Universidades e Faculdades isoladas que contam, nos dias atuais, com um milhão e meio de alunos (em 1970, contavam com menos de quinhentos mil), dos quais 80% matriculados na extensa e anárquica rede privada, comprometendo a tal ponto a qualidade do ensino que, se há alguma coisa desmoralizada hoje, neste País, sem dúvida é a Universidade.

Não pretendo, no entanto, analisar a crise do ensino superior, importante, sem dúvida, mas menos importante que a crise do ensino de 1º Grau. Esta, convengo-me sempre mais, precisa ocupar a atenção de todos os brasileiros responsáveis. Trata-se da vergonha nacional e irreprochável evidência de modelo falido.

Nossa população infantil da faixa etária de ensino obrigatório dos sete aos quatorze anos (oito séries do curso fundamental) é, hoje, de 25 milhões de crianças, em números aproximados. A oferta de vagas, nesta faixa, atinge apenas 18 milhões de crianças, ficando excluídas do processo de educação regular 26,5% desta população, ou seja, 7 milhões de crianças na faixa etária de sete a quatorze anos sem escola. Eis o retrato aritmético da crise educacional, eis o quadro da vergonha nacional, eis o que demonstra, de modo irrefutável, a falência do processo de desenvolvimento dependente e concentracionista neste País, onde a miséria está manchada pelos gigantescos estádios de futebol, autódromos de luxo, pontes soberbas e inócuas, edifícios públicos e privados forrados de mármore e ornados de cristais, transamazônicas e outras, sem contar as luxuosas reitorias de várias de nossas Universidades.

O mais estarrecedor é que o índice de escolarização na faixa do ensino fundamental que, há dez anos, era de 81%, está, hoje, em 73,5%, não se esquecendo de que o II PND estabelecia como meta básica atingir-se 90% de escolarização em 1980. O sistema federal é responsável por 1,5% do total de atendimento; o estadual por 55,37%; o municipal por 30,28% e o particular 12,85%. Nada mais seria necessário dizer no sentido de demonstrar, uma vez mais, o abismo existente entre o plano das intenções e as realizações de nossos governos autoritários.

Na faixa pré-escolar, para uma população infantil de 10 milhões de pessoas, na faixa etária de quatro a seis anos, apenas cerca de 600 mil crianças são atendidas, ficando de fora 95% do total.

No 2º Grau a situação não é menos alarmante. De 13 milhões de jovens na faixa etária de quinze a dezenove anos, apenas 2 milhões e 700 mil são atendidos por nosso sistema de ensino, sendo 57% destes matriculados na rede particular.

Desta tribuna, Senhor Presidente, de onde pretendo solidarizar-me com o magistério brasileiro, nesta data de 15 de outubro, não creio que a sociedade esteja ansiando por outra coisa que não propostas concretas de solução de seus mais graves problemas. Entre estes, sem dúvida, o mais sério é o do ensino primário, ou melhor, do primeiro Grau, cuja solução exige uma cruzada nacional, de tal modo a poder abrigar em escolas regulares estas 7 milhões de crianças sem vagas, aliando-se a um mínimo de qualidade indispensável um máximo de quantidade. Estou entre os que consideram, na educação brasileira, esta a prioridade número um.

O governo federal precisa mobilizar todos os seus recursos para oferecer, ainda em 1981, vagas no ensino primário para estas 7 milhões de crianças à margem do processo educacional brasileiro. Esta meta precisaria ser cumprida já no próximo ano, com a construção de 50.000 novas salas de aula em todo o País, cujo custo previsto está em torno de 10 bilhões de cruzeiros. Outros 10 bilhões seriam suficientes para a manutenção destas novas escolas primárias durante o próximo ano.

Como solução emergencial, 100 mil professores primários poderiam ser preparados em alguns meses nas capitais e outros centros urbanos dos Estados, alocando-se recursos extraordinários para a consecução deste objetivo. Ao mesmo tempo, novos recursos financeiros devem ser canalizados prioritariamente

à alimentação escolar e à medicina preventiva, o que poderia ser realizado pela implantação do PREV-SAUDE.

Tal programa emergencial de educação fundamental criaria, apenas no próximo ano, mais de 150 mil novos empregos e seria suficiente para levar a taxa de escolarização, na faixa etária dos sete aos quatorze anos, a quase 100%. Não nos esqueçamos que, anualmente, mais de 500 mil jovens brasileiros não conseguem vagas em nossas Universidades após a conclusão do 2º Grau, e são obrigados a submeterem-se ao subemprego, desemprego ou a empregos mal remunerados no setor terciário de nossa economia. Boa parte destes jovens poderia ser aproveitada para um programa emergencial para educação primária no País. Para tanto, bastaria que as verbas orçamentárias consignadas ao MEC passassem dos míseros 4% do total do orçamento da União, para 8%. Isto é possível, é factível, é realizável. Ao MEC já se destinaram 11% do orçamento federal no Brasil que, aos poucos, foram se reduzindo aos 4% atuais. Segundo a Professora Zilma Parente de Barros, Secretária de 1º e 2º Graus do MEC, do total de gastos oficiais com a educação, o governo federal participa apenas com 35%, os Estados 49% e os Municípios 16%. E mais: enquanto os Estados e Municípios têm aumentado suas despesas com a educação, a União tem mantido um ritmo decrescente, principalmente a partir de 1967.

Além disso, importantíssima seria a participação das entidades comunitárias, não apenas quanto ao controle deste programa, mas também com a participação direta na sua execução. Tal programa justificaria a imediata extinção do MOBILAL com a canalização dos recursos que consome para auxiliar em seu financiamento.

Ao mesmo tempo, a partir do próximo ano, toda a prioridade precisaria ser concedida à preparação de professores primários e de 2º Grau, por nossos cursos normais e licenciaturas.

Alguns setores reacionários continuam pregando a necessidade do ensino superior pago no Brasil. Aí está o absurdo da proposta: dos 1 milhão e meio de estudantes universitários no País, apenas 400 mil frequentam nossas Universidades e Faculdades isoladas oficiais. Um milhão e cem mil jovens brasileiros já pagam o ensino superior. Dos 400 mil matriculados nas escolas oficiais, cerca de 100 mil, segundo estimativas dos que lutam pelo ensino pago, são filhos da elite econômica brasileira.

Reporto-me a estes dados, porque acabo de ler artigo assinado pelo Reitor José Carlos Azevedo, da UnB, cujas vistas estão voltadas para o MEC há muito tempo, afirmando bastar o pagamento do ensino que recebem estes estudantes e haveria recursos suficientes para oferecer vagas às 7 milhões de crianças sem escola primária no País. Não é verdade. Trata-se de uma mistificação. Pagando anuidade de 30 mil cruzeiros, o que já é inacessível a boa parte destes 100 mil estudantes, o arrecadado pelo MEC seria apenas 10% do total necessário para fazer face aos custos de um programa emergencial para a educação primária. Tal medida criaria mais problema que resolveria.

Vencida a primeira etapa, a cruzada educacional deveria encaminhar-se para a criação de uma estrutura educacional que pudesse profissionalizar efetivamente estes mais de 500 mil jovens brasileiros que, anualmente, não conseguem acesso a nossas Universidades. Creio, no entanto, que a prioridade número um, no momento, reside na solução da grave crise do ensino fundamental. Sem isso, não se poderá pensar em desenvolvimento autônomo para o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Código de Ética Publicitária

Recebo da CONAR — Comissão Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, exemplar do Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária, que contém as normas éticas que disciplinam a atividade de propaganda comercial.

O Código é resultado da determinação das lideranças publicitárias no sentido de estabelecer normas para disciplinar a competição entre os anunciantes e proteger os direitos do consumidor, tendo em vista a total ausência de regulamentação nesse setor.

Apoiado em exaustivos estudos de um grupo de publicitários que pesquisou a ética da propaganda, no Brasil e no exterior, o Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária é uma afirmação de maioria da indústria publicitária, que bem merece o apoio e o estímulo do Congresso Nacional.

Parque Nacional do Jaú

Desejo aqui, também, aplaudir a criação do Parque Nacional do Jaú, no Estado do Amazonas, com uma extensão de 2.272.000ha (dois milhões, duzentos e setenta e dois mil hectares), que preservará a riquíssima fauna e flora existentes na região.

A consciência adquirida pelo homem, da necessidade de proteger os recursos naturais em benefício da sua sobrevivência em nosso planeta, é a grande conquista deste século e, embora ainda precisamos lutar muito pelo estabelecimento de uma política adequada de conservação da natureza, jamais nos furtaremos ao dever de aplaudir toda e qualquer medida que venha a contribuir para a proteção e melhoria do meio ambiente em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MULLER (PP — MT. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é lamentável ter que assinalar o falecimento, no Rio, no dia seis do corrente, do ilustre e digno conterrâneo General-de-Exército Joaquim Vicente Rondon, cuiabano de alto valor no cenário da vida pública brasileira, pois, além de militar de real gabarito, o General Joaquim Vicente Rondon exerceu vários cargos na área civil, tendo sido, também, Deputado Federal, representando o Território de Rondônia, do qual também foi Governador.

Cuiabá perdeu um dos seus mais destacados filhos, bem como o Exército Nacional um dos seus mais brilhantes membros.

Levo os sentimentos de pesar à família enlutada e transcrevo, para que conste dos Anais desta Casa, os principais pontos do *curriculum vitae* do General-de-Exército Joaquim Vicente Rondon, numa singela homenagem a sua memória.

GENERAL-DE-EXERCITO R/I — JOAQUIM VICENTE RONDON
FICHA BIOGRAFICA — CURRICULUM VITAE

1 — Dados Gerais

Nome — Joaquim Vicente Rondon

Data do nascimento — 5 de abril de 1900

Local — Cuiabá (Mato Grosso)

Filiação — José Mamede da Silva Rondon (1º-Ten. do Exército — Arma de Infantaria — Falecido em 1944, aos 81 anos).

D. Ana Isabel das Neves Rondon — (Falecida em 1951, aos 89 anos).

Cônjuge — D. Maria Arlindo Rondon — (Filha do General Carlos Arlindo).

Filho — Carlos Arlindo Rondon — Nascido a 1º de novembro de 1929 — Coronel Aviador — Casado.

2 — Vida Militar

Data de Praça — 5 de agosto de 1918.

Unidade em que verificou praça — 3º Regimento de Infantaria, então aquartelado na Ponta do Calabouço, antigo Arsenal de Guerra, situado na Praça Marechal Ancora, onde funciona atualmente o Museu Histórico — Rio de Janeiro.

Promoções — Cabo de Esquadra — 14-12-1918 — Concurso, com distinção.

Escola Militar do Realengo — Matrícula 1919.

1º Ano — 1919

2º Ano — 1920

3º Ano — 1921 — (Foi eleito Presidente da Sociedade Bibliotecária Acadêmica, em 1921. Mudou os Estatutos e o nome da Sociedade para — Sociedade Acadêmica Militar e fundou a Revista da Escola Militar.)

Aspirante a Oficial — 7 de janeiro de 1922, para a Arma de Infantaria — Foi classificado em 7º lugar, na turma. Passou a servir no 2º Regimento de Infantaria — Vila Militar, Rio.

2º-Tenente — Decreto de 30 de abril de 1922.

1º-Tenente — Decreto de 12 de setembro de 1923.

Capitão — Decreto de 11 de novembro de 1932.

Major — Decreto de 25 de dezembro de 1940 — Merecimento.

Ten.-Cel. — Decreto de 25 de março de 1945 — Merecimento.

Coronel — Decreto de 25 de julho de 1951 — Merecimento.

General-de-Brigada — Decreto de 25 de março de 1960.

Reserva — Promovido a General-de-Divisão e General-de-Exército por Decreto de 23 de abril de 1962, passando para a Reserva.

Cursos Militares — Escola Militar do Realengo — 1919-1921.

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais — (Missão Francesa) — 1928 — 8º lugar — Turma de 50 oficiais.

Escola de Estado-Maior — Concurso de admissão — 1º lugar — 1931 — interrompeu o curso em 1932, voltando em 1936-1937 — 13º lugar — Diplomado em 22 de dezembro de 1937 — Menção Regular.

Escola Superior de Guerra — Diplomado em 16 de dezembro de 1953 — Fez parte do Corpo Permanente — Divisão de Assuntos Militares — 3ª Div. 1953-1954.

Comandos, Chefias e Comissões Militares:

1922 — 2º R.I.

1923 — 2º R.I.

Ajudante-de-Ordens do Sr. General Diretor de Engenharia — Gen. Cândido Mariano da Silva Rondon.

1924 — Dir. Engenharia — Ajudante-de-Ordem do Comandante das Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

1925 — Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

1927 — Adjunto da Inspeção de Fronteiras.

1928 — Aluno da EAO — e 2º R.I. — Oficial de Transm.

1929-1930 — Auxiliar do Instrutor de Infantaria da Escola Militar.

1931-1932 — Escola de Estado-Maior.

1933 — Inspetoria de Fronteiras — Adjunto do E.M.

1934-1935 — Assistente Militar do Presidente da Comissão Mista de Leticia: Brasil-Peru-Colômbia.

1936-1937 — Escola de Estado-Maior: Retomada do Curso.

1938-1939 — Adjunto do Estado-Maior da 2ª R.M. e 2ª D.I. — São Paulo.

1940 — Comando do 16º B.C. — Cuiabá.

Chefe da 1ª e 4ª Seções do E/M da 9ª Região Militar — Manobras de Maracaju — Mato Grosso. Instrutor-Adjunto da EAO.

1941 — Adjunto do Diretor de Ensino da Escola de Estado-Maior — Rio.

1942 — Sub-Comandante e Comandante do 31 B.C. — Recife e Ilha Fernando de Noronha. — Organização da Unidade para a declaração de guerra ao Eixo.

1943-1946 — Instrutor-Adjunto da Escola de Estado-Maior.

1946-1947 — Agregado — Governador do Território Federal do Guaporé (atual Rondônia).

1948 — Adjunto da 4ª Seção do Estado-Maior do Exército.

1949-1951 — Chefe da 2ª Seção do Estado-Maior da 2ª R.M. e 2ª D.I. — São Paulo.

1951-1953 — Chefe do Escalão Territorial da 2ª R.M.

1953-1954 — Adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra — componente da 3ª Divisão e Estagiário Conferencista da ESG e Comandante do 6º R.I.

1955-1959 — Agregado — Deputado Federal pelo Território de Rondônia (antigo Guaporé).

Chefe da 1ª Sec. do Estado-Maior do Exército.

Chefe da 1ª Divisão do Gabinete do Senhor Ministro da Guerra.

1960 — 25 de março — Promovido a General-de-Brigada, por Decreto de 25-3-1960 — Comandante da Artilharia Divisionária da 5ª D.I. — Curitiba-Paraná.

1962 — Comandante da Infantaria Divisionária da 5ª D.I. Comandante interino da 5ª Divisão de Infantaria e 5ª Região Militar — Paraná e Santa Catarina. 23 de abril — transferido para a Reserva no posto de General-de-Exército.

Observações — Nos trabalhos de Inspeção de Fronteiras realizou levantamentos topográficos nas regiões dos atuais Territórios do Amapá e Rio Branco (Roraima), inclusive dos rios Araguari (Amapá), Uraricoera e Uraricará (Roraima). Atingiu as cabeceiras do rio Uraricará, na Serra Pocaraima (Fronteira da Venezuela). Na Comissão de Leticia executou o levantamento de vários rios do Peru e Colômbia, tributários do rio Içá ou Putumaio. Fez o levantamento do próprio Içá até a localidade colombiana denominada Puerto-Asis.

3 — Vida Civil — Comissões, mandatos eletivos e cargo civil

Governador do Território de Rondônia — 1946-1947.

Deputado Federal pelo Território de Rondônia.

4 — Diversos — Trabalhos publicados

Berthjamin Constant — Conferência realizada na Escola de Estado-Maior — 1936 — Centenário do Fundador da República — Publicado no *Jornal do Comércio*.

O Índio — Sentinela das nossas fronteiras — Conferência realizada no Colégio Militar do Rio de Janeiro — 1948. Publicação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

sa, da situação do menor abandonado, do menor carente, do menor periculoso. Agora vem essa situação em relação à Previdência. V. Ex* — eu não peguei bem porque estou com defeito de audição — mas pelas palavras do nobre Senador Paulo Brossard, eu pude mais ou menos apreender que se tratava de alguma coisa com relação ao IAPAS, que é da Previdência Social. Então vem agudizar um problema que, talvez, já esteja no superlativo, o mais agudo que se possa imaginar...

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG) — V. Ex* disse muito bem, no superlativo.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — ... porque a FUNABEM está aí sem poder fazer, praticamente nada, por falta de recursos. Eu não acredito no trabalho só da FUNABEM. Fui médico de um Instituto de menores abandonados e delinquentes, lá no Ceará, chamado Instituto Carneiro de Mendonça. Eram os dois, abandonados e delinquentes. Com a presença do conterrâneo de V. Ex*, e também do Senador Tancredo Neves, D. Antônio de Almeida Lustosa, Arcebispo de Fortaleza, de saudosa memória, de São João del-Rei, D. Antônio fez um apelo ao Governo do Estado para que modificasse aquela situação do Instituto Carneiro de Mendonça, onde estavam crianças abandonadas, simplesmente abandonadas, e delinquentes.

Quantas e quantas senhoras foram a D. Antônio de Almeida Lustosa queixando-se de que não tinham meios para manter aquele filho e pedir para que D. Antônio conseguisse uma vaga no Instituto Carneiro de Mendonça. E quantas vezes D. Antônio aconselhou que jamais elas fizessem aquilo, porque o filho poderia apenas ser abandonado pelo pai, mas talvez ainda tivesse um coração infantil não tão degradado como muitos que estavam dentro daquele estabelecimento e já eram perigosos, já eram criminosos. Ele achava que da mesma maneira que o adulto, aquele homem pouco alfabetizado tem aquela vaidade de contar sua valentia aos seus companheiros, calcule a criança que matou, que roubou. Ia intoxicar tremendamente aquelas crianças que eram apenas abandonadas, mas que não tinham ainda qualquer crime na sua vida pregressa. Pois bem, o Governo do Estado do Ceará, sensível àquele apelo, criou uma colônia judiciária do menor...

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Separou.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — ... denominada Desembargador Olívio Câmara. Mas infelizmente a coisa, para frente, ao invés de melhorar, Senador, piorou no seu contexto geral. A antiga escola de menor, da qual fui médico — aposentei-me como médico do Instituto Carneiro de Mendonça — depois se tornou Escola de Menor de Santo Antônio de Pitaguiari, e depois, em homenagem ao interventor Carneiro de Mendonça, passou a chamar-se Instituto Carneiro de Mendonça.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Quer dizer, deixaram o Santo Antônio de lado e passaram para o interventor.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — O carneiro, a ovelha, que não eram tão desgarrados como se poderia pensar. Também chamado Santo Antônio do Buraco. Houve um momento em que, talvez, desse maior ênfase ao nome do interventor, e justiça se faça à sua memória, foi um homem que trabalhou bastante para melhorar a situação da escola.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Santo Antônio é um Santo, de modo que ele compreende e perdoa tudo.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — O que é fato, Senador Paulo Brossard, é que as crianças passaram a fugir, não havia um corpo de inspetores preparados, eram despreparados, usavam aqueles cassetetes tamanho família dentro da escola, por qualquer coisa as crianças poderiam ser espancadas. Então elas achavam melhor fugir, era mais fácil fugir. E o resultado é que V. Ex*, chegando hoje no Ceará, encontra essa Escola de Menores Santo Antônio, que não é nem mais instituto, porque já fechou. Apenas a FUNABEM mantém algumas casas, alguma coisa que não sei bem, procurando pegar um grupo de dois, três, de cinco, ou de dez. Mas isso não resolve nada em absoluto. Não sei se V. Ex* e o Senado se recordam que eu, um Senador novato aqui, num dos meus primeiros pronunciamentos, falava exatamente que se fizessem núcleos ou pequenas cidades periféricas às grandes cidades, cidades artesanais. Não só para colocar essas crianças, como também as famílias que vinham, sobretudo, do Nordeste, sacudidas pela seca para a periferia. Aquelas crianças não tinham o que fazer em casa, iam para as ruas limpar pára-brisas de automóveis, vender limão, ganhar alguma coisa, como acontece lá em Fortaleza — o Senador Oziris Pontes sabe disso — aquelas crianças ficam nos sinais luminosos, quando o carro pára, elas vão limpar o pára-brisa, ou vender limão, uva, etc. Os que têm um pouquinho de senso, aquele pouco dinheiro que ganham naquilo, levam para casa, para somar ao ganho do pai, para manter toda sua família. E os que se acostumam na peraltice? São uns marginais. Na verdade, o que acontece é isso. Infelizmente, é isso. O problema do

menor é de uma complexidade — digo isto, embora não sendo bacharel, sou médico, tenho uma certa vivência — não é fácil a solução do problema do menor, é de uma complexidade muito grande e não é com pouco dinheiro que será resolvido.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Permite V. Ex* um aparte? (Com assentimento do orador.) — Se me permite, por isso mesmo é mais chocante essa medida. Porque quando há uma pessoa que recolhe duas crianças, e depois de anos ela é informada de que o miserável salário-família é cortado, embora instituído por lei e por força do Informe nº 12/80. Já que V. Ex* me permite, e o simpático Senador Almir Pinto lembrou a figura do Arcebispo de Fortaleza, D. Antônio de Almeida Lustosa...

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — De saudosa memória.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — De saudosa memória. Queria dizer que, quando fui pela primeira vez a Fortaleza, fui visitar esse Prelado insigne. E por quê? Porque antes de ser Arcebispo em Fortaleza, ele fora sacerdote salesiano na cidade de Bagé. Não o conhecera em Bagé, mas conhecera a fama que lá ele havia deixado. Isso fica entre parênteses, nobre Senador Itamar Franco, porque não é objeto do seu discurso.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Posso dizer, dentro de parênteses, que se tratava, na verdade, de um homem santo. Foi uma honra para o Clero nacional e para a sua terra natal, que é Minas Gerais.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Como V. Ex* mencionou esse nome, que tanto fala ao meu coração, eu quis dar esta pequena notícia.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG) — Senador Almir Pinto, se não bastassem os conceitos judiciosos de V. Ex* acerca do menor abandonado, do menor carente, valeria a lembrança do Arcebispo Antônio Almeida Lustosa, das nossas Minas Gerais. O pensamento do Senador Almir Pinto vem na mesma linha do Senador Evelásio Vieira. E é por isso, Sr. Presidente, que encerrando o meu pronunciamento desta tarde, lamentamos a decisão do IAPAS, mas na esperança de que S. Ex* o Sr. Ministro possa realmente corrigi-la, permitindo que neste País — o Senador Paulo Brossard lembra muito bem e me tira a expressão da boca — não sejam punidas pessoas por adotarem ou manterem crianças sob a sua guarda.

Não sei, Senador Evelásio Vieira, se já neste instante, no nosso Brasil, aqueles que pretendem fazer o bem são punidos. Tenho a impressão de que é o contrário que o Governo pede; não façam o bem, porque se fizerem o bem serão punidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, considerada apenas do ponto de vista físico, a morte, inevitavelmente, representa uma agressão. À pessoa, à família, à sociedade. E, às vezes, até parece que a morte se esmera na violência, no ferir.

Em Picos, no Piauí, há menos de um ano a morte, em circunstâncias trágicas, colheu a vida de Severo Eulálio, então Prefeito daquela cidade, fundador do antigo Partido Trabalhista Brasileiro naquele Município.

Meses depois, a morte também levou Celso Eulálio, irmão do primeiro, agropecuarista, ex-comerciante, um dos fundadores do Diretório Municipal da extinta União Democrática Nacional — UDN, em Picos, chefe político de inegável prestígio no Estado, ex-Prefeito de Picos, ex-Suplente de Senador da República, homem que encheu durante vários anos a vida pública da minha cidade.

Nos últimos dias, precisamente às últimas horas de 27 de outubro pretérito, faleceu Urbano Maria Eulálio Filho, o primogênito dos irmãos e o terceiro que a morte arrebatou em menos de um ano.

Urbaninho, como era largamente conhecido, abastado proprietário e homem de negócios, presidente, sucessivas vezes, do Diretório da UDN de Picos, era casado com dona Jerusa Neiva Eulálio, senhora de excelsas virtudes, e deixa os filhos Mariolita Eulálio Dantas, casada com o comerciante Lourival Dantas, Oscar, Geraldo, Agenor, Walter, José, Raimundo e Waldeck.

Correligionários e fraternais amigos durante vários anos, diferentes contingências, ao tempo em que aconselharam o distanciamento de nosso relacionamento, determinaram a reaproximação familiar que, acima de quaisquer outras conveniências, deveria ser cultivada.

Certo é que, ao longo dos anos, sempre dediquei especial amizade a Urbaninho. Afastados politicamente, jamais deixei de dispensar-lhe, porém, a atenção, o respeito, a consideração e a estima que os anos de convivência fraterna me ensinaram.

Em Urbaninho o temperamento agitado, às vezes explosivo, escondia incomensurável bondade. Trabalhador infatigável, mãos às costas e passo apressado, mais parecia uma máquina na execução das tarefas diárias.

É que tinha a paixão da velocidade. No falar, no andar, no trabalhar, no decidir. Às pessoas com que diretamente lidava e aos animais dos seus afazeres exigia a mesma pressa que a si próprio impunha. E muita vez, nos veículos em marcha pouco acima do normal, fazia sentir ao motorista, por palavras e gestos, que queria descer, pois que no seu andar normal cobriria em menos tempo a distância a percorrer. Era a forma suave de exigir pressa, de mandar aumentar a velocidade.

Hoje digo, com emoção e saudade, que sempre incluí Urbaninho no elenco das minhas admirações. Autêntico, sincero, magnânimo, com os mesmos defeitos e virtudes da maioria dos mortais.

Nas campanhas políticas, sobretudo às vésperas de pleitos, relembro que muita vez varávamos quilômetros e noites. Em outras ocasiões, em longas palestras, na intimidade da recíproca confiança, ao legítimo Cinco Estrelas adicionávamos a língua caseira, que só D. Jerusa sabia preparar.

Homenageio na tarde de hoje, pois, muito mais do que o presente, o passado que representou o início da minha vida política, cheio de passagens que permanecem nítidas em minha lembrança. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO.) Lê o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estão em greve há 2 dias, por tempo indeterminado, os professores da Universidade Federal de Goiás. Lutam por causas justas e, certamente, no decorrer da próxima semana, a eles juntar-se-ão os membros do magistério superior de todas as universidades federais do País.

A decadência da atividade universitária e a forma autoritária com que o governo vem impondo determinadas medidas a este nível estão diretamente relacionadas. A raiz está na formação do Estado autoritário e na compreensão da universidade como um de seus aparatos. Forçando a ampliação do número de vagas no ensino superior, sobretudo pela criação de um excessivo número de "arapucas" particulares, pela necessidade de "recursos humanos" indispensável à modernização reflexa de nossa economia, o Governo federal pretendeu transformar a universidade brasileira de centro crítico, que procurava ser, em mera formadora de mão-de-obra para o sistema. Por mais burocratas dóceis que a Universidade pudesse formar, não se contava com a crise geral do sistema que acaba por pressionar amplos extratos da classe média, incluindo o magistério, posto agora na condição de quase indigência. Um titular com 22 mil cruzeiros mensais e um Professor Assistente com 15 mil significam isso.

Por outro lado, o escândalo deste País em termos de educação é simplesmente assustador. O Governo insiste em manter o MOBRAF enquanto existem vinte milhões de crianças de 7 a 14 anos sem vagas no ensino fundamental e enquanto recursos públicos são encaminhados à implantação de projetos faraônicos. Durante os últimos dez anos, sobretudo, tudo foi feito no sentido de privatizar-se ao máximo o ensino em todos os níveis, principalmente o superior. Mais de 2/3 de nossos estudantes universitários cursam faculdades ou universidades particulares, todas em crise porque dimensionaram suas despesas no pressuposto do "milagre perpétuo", quando não desviaram recursos para outras atividades ou para a construção de edifícios suntuosos.

Atualização salarial, reajustes semestrais, criação de uma nova carreira do magistério, mais recursos públicos à educação, bem como a conquista da verdadeira autonomia universitária com a gestão da universidade por professores, alunos e funcionários, constituem pontos básicos da luta dos professores universitários que precisam contar com a solidariedade participante de toda a sociedade, a começar dos meios políticos comprometidos com a democracia.

A luta contra o aviltamento salarial insere-se diretamente na luta pela melhoria do ensino e pela transformação da universidade em centro do pensamento crítico nacional.

Leio, Sr. Presidente, para que fique incorporado ao meu pronunciamento, manifesto a esse respeito da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás, e Ofício da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Goiás.

Antes, porém, Sr. Presidente, gostaria também de deixar registrado aqui termos do radiograma enviado ao Ministro da Educação pelo Reitor da UFG, Prof. José Cruciano de Araújo, solidarizando-se com o movimento dos docentes da UFG, quando diz que "são justas as pretensões do corpo docente diante da efetiva redução salarial e conseqüentemente intranquilidade da comunidade acadêmica, com dramáticos reflexos negativos na qualidade do ensino".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. HENRIQUE SANTILLO EM SEU DISCURSO:

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS SOBRE O PROBLEMA DA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

1. Aviltamento salarial.

Há anos que o salário dos professores vem sofrendo uma depreciação sensível, devido ao fato de que os reajustes anuais são sempre inferiores aos índices oficiais da inflação. Para se ter uma ideia, tomemos como exemplo o biênio 79-80. Em março de 80, o reajuste salarial total (computados os reajustes parciais do período) foi de 56%, sobre o salário de março de 79, enquanto que a inflação neste período foi de cerca de 84%. Assim, o salário está depreciado, em relação ao salário de março de 79, em cerca de 28%. Admitindo-se que a atual tendência da inflação seja mantida, bem como o atual critério de reajuste anual, a próxima correção salarial dar-se-á em março de 1981, época em que a depreciação estará em torno de 110%, em relação a março de 79. Em outras palavras, em fevereiro de 81, os salários dos professores, em termos efetivos, serão inferiores à metade do que ganhava em março de 79.

Pela desvalorização que acarreta à carreira do magistério, esta situação poderá conduzir a um deterioramento da instituição universitária.

2. Salário versus competência.

É desnecessário destacar o importante papel da Universidade no contexto nacional. Este papel depende diretamente do nível de competência dos membros da comunidade universitária.

Ora, é fácil ver que esta competência está intimamente relacionada com uma política salarial condizente. Os efeitos das distorções salariais, acima citadas, só podem, pois, trazer conseqüências altamente prejudiciais ao bom desempenho universitário. Por exemplo, o êxodo de professores universitários, a institucionalização da carreira do professor itinerante, a diminuição dos motivos de atração de indivíduos mais qualificados, e a conseqüente queda do nível de ensino e pesquisa têm a sua origem justamente nos desníveis salariais que há entre a carreira universitária e a de outras atividades que exigem qualificação similar e até inferior.

Vários setores do governo têm percebido a importância da questão. Louve-se, a este respeito, as iniciativas do próprio Ministro da Educação que tem trabalhado no sentido de valorizar a carreira do magistério, tendo em vista o aprimoramento qualitativo do ensino. Exemplo disto é a proposta de reestruturação da carreira do magistério, atualmente em estudo em outros escalões do governo. No entanto, tais ações resvalam-se, na maioria das vezes, na insensibilidade de certos setores da administração federal.

3. O que fazer ante a situação?

Acreditamos, pois, que a reivindicação de melhores salários não é apenas um direito dos professores, como trabalhadores que são, mas também um dever de cada um para com o futuro da universidade brasileira.

Esta reivindicação pode ser feita de várias formas. Um dos instrumentos mais utilizados é a greve. No entanto, pelas conseqüências altamente desgastantes desta medida, ela só deve ser aplicada em casos extremos.

Há outros processos, dentro da legalidade, que podem demonstrar a nossa insatisfação. Afinal, o nosso objetivo é o de sensibilizar aqueles setores mais fechados da administração federal, de maneira condizente com a nossa posição de mestres e pensadores.

Refletindo sobre as várias atividades que um professor universitário desempenha, notamos que aqueles de natureza administrativa representam um importante papel de suporte das atividades didático-científicas e que a sua falta pode ser imediatamente avaliada. O que aconteceria, por exemplo, se uma parte ponderável dos departamentos ficasse sem os seus chefes e subchefes? O que aconteceria se uma parte ponderável dos colegiados do curso ficasse sem os seus presidentes?

ADUFG É VOCE — PRESTIGIE

ASUFE/GO/OF/Nº 014

Em 31-10-80

Do: Presidente da Associação dos Servidores da UFG

Aos: Senhores Senadores e Deputados Federais por Goiás

Assunto: Reajuste semestrais

Nobres Congressistas:

No momento em que o Congresso Nacional encontra-se voltado para a apreciação de matéria relacionada com a política de reajustes semestrais, é-nos oportuno apelar para os valiosos préstimos de V. Ex^{ts} no sentido de pug-narem pela inclusão dos servidores públicos no rol dos empregados beneficiados pela Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. FRANCO MONTORO NA SESSÃO DE 6-11-80 E QUE, ENTREGUE À REVELAÇÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo formular às autoridades federais no campo da educação e, particularmente, ao Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas apelo proveniente de todos os setores da comunidade brasileira ligada ao problema da Administração de Empresas. Trata-se da pretendida extinção dos Cursos de Graduação de Administração de Empresas e de Administração Pública, mantidos por aquela fundação. O Conselho Superior pretende a extinção daqueles cursos por motivo de dificuldades de verbas.

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de mais um dos aspectos da crise da educação brasileira e das prioridades dadas às verbas e recursos para a educação.

Tenho em mãos apelos provenientes da Associação dos Professores da Fundação Getúlio Vargas, da Associação dos Alunos dos vários Centros Acadêmicos que integram o corpo discente da Fundação Getúlio Vargas; manifestação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, através de seu Presidente, Luís Eulálio Bueno Vidigal, que se dispõe, em nome da comunidade empresarial, a dar sua colaboração à obtenção de recursos necessários à manutenção dos cursos da Fundação Getúlio Vargas; manifestações da imprensa, como artigos da *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e outros órgãos. Em suma, todos os setores da comunidade brasileira vinculados aos setores da administração de empresas reclamam providências dos órgãos responsáveis para a manutenção desses dois cursos. O Conselho Federal de Educação, em sua reunião de ontem, aprovou, por unanimidade, brilhante parecer da Professora Ester de Figueiredo Ferraz cuja conclusão é no sentido de que não se suspenda as matrículas para o concurso de admissão a esses cursos, aguardando-se, pelo menos durante um mês, as providências das autoridades responsáveis para a manutenção desses cursos.

Tratando-se, como se trata, de escolas que são modelares, talvez as melhores escolas de Administração existentes no País, é de todo interesse que esses cursos sejam mantidos. Será um verdadeiro atentado à cultura brasileira e à formação dos nossos administradores o fechamento dessas duas escolas.

Fazemos, com este fundamento, nosso apelo às autoridades competentes para que adotem providência no sentido da revisão da decisão do Conselho Superior da Fundação Getúlio Vargas e que, com os planos elaborados pelas Congregações das duas escolas, seja assegurada a continuidade desses cursos.

Além desta comunicação e deste apelo, Sr. Presidente, desejamos fazer um registro da maior importância para o processo do desenvolvimento brasileiro.

DOIS LIVROS. DOIS MODELOS.

Tenho em mãos dois tipos de publicações. O primeiro é representado por um documento que está sendo distribuído pelo Governo Federal, intitulado: *Pequeno Documentário Estatístico sobre as Realizações dos Governos Revolucionários*. Certamente os Srs. Senadores receberam, também, este documento. Ele vem acompanhado de cinco reproduções: em inglês, *Short Statistical Documentary*; em francês, *Précis Statistique* (1963/1979), e outro, em espanhol: *Pequeno Documentário Estadístico* — 1963/1979. E seguem-se outras publicações em línguas estrangeiras.

Quero registrar esta publicação em línguas estrangeiras, feita pela Administração Pública Federal, com verbas oficiais, e destinadas como inúmeros outros documentos que nos chegam, à propaganda e divulgação de realizações do Governo brasileiro perante o mundo.

Ao lado desta publicação, Sr. Presidente, quero registrar, como posição oposta, a publicação de um livro intitulado *"A Força do Povo — Democracia Participativa em Lajes"*, publicação da Editora Brasiliense.

Esses dois livros, Sr. Presidente e Srs. Senadores, fixam dois modelos de desenvolvimento, dois processos de ação: de um lado, o modelo vigente, centralizador, autoritário, com a preocupação de mostrar os seus resultados ao exterior; de outro lado, o processo descentralizado, democrático, que em lugar de pleitear recursos externos e aumentar nossa dependência em relação ao exterior, apela para a população.

"A Força do Povo — Democracia Participativa em Lajes" é o título dessa publicação da Editora Brasiliense. Relata a experiência de um prefeito da Oposição, no longínquo Município de Lajes, diante das recusas ou das dificuldades na obtenção de recursos nos órgãos centrais. Retrata a posição dos prefeitos do Brasil. Nós sabemos que, hoje, dos impostos, taxas e outras contribuições pagas no município, a legislação concentracionária, em matéria de tributos, faz com que esses impostos, taxas e contribuições sejam orientados para os órgãos centrais. O que fica no município, hoje, são apenas 3%, de

acordo com o estudo realizado pelo Ministério da Fazenda, e noventa e sete por cento vão para os órgãos centrais. E o que faz o Governo central, onde tudo depende do Presidente da República? É a onipotência do Executivo que decide sobre tudo e sobre todos, e que concentra em suas mãos todos os recursos.

Elaboram-se planos, em Brasília, iguais para todo o Brasil, centralizados. Foi a fórmula escolhida pelos administradores que detêm o poder à revelia do povo desde 1964: estabelecer um modelo centralizado.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA. Fora do microfone.) — Não apoiado!

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Com os recursos, por exemplo, do BNH para serviço de água nos Municípios, criam-se órgãos estaduais centralizados que retiram do Município o serviço, para que o mesmo seja realizado pelo Estado. Em matéria de educação, é em Brasília que se fixa o número de alunos que podem ser matriculados numa Faculdade de Farmácia ou de Odontologia, em Chapecó, Santa Catarina, ou Chufí, ou no Amazonas. Tudo depende de Brasília.

Essa posição marca a grande alternativa que o Brasil tem diante de si: manter o regime centralizador ou optar por uma alternativa de participação da comunidade. Pois bem, Lajes optou pela participação da comunidade. E como se fez a experiência? Em lugar de pleitear recursos dos órgãos centrais, sempre condicionados a planos elaborados burocraticamente pelos técnicos dos órgãos centrais, e iguais para todo o Brasil — portanto, artificiais, inadequados, porque o Brasil é diferente — ao invés de soluções centralizadas, que fez a Prefeitura de Lajes, como estão fazendo algumas outras prefeituras? Apela para a comunidade, para a participação da comunidade, e se fizeram hortas coletivas, medicina comunitária, mutirões para a construção de casas, fora dos padrões do BNH, onde ganham os intermediários, as financeiras que, como intermediárias, recebem da forma bancária e lucrativa grandes importâncias para reaplicar "em favor do trabalhador" porque a correção monetária, o juro, as exigências do BNH e dos seus órgãos obedecem ao mesmo padrão centralizado, autoritário.

O BNH é outra dessas experiências. Instituído em 1965, ou no fim de 1964, eliminando todas as entidades — as iniciativas, que aqui no Brasil eram mais de 300, foram todas sacrificadas para surgir esse elefante branco que se chama BNH — a partir da Capital Federal ou da Guanabara, passou a estabelecer ordens e diretrizes para todo o Brasil. Tudo de cima para baixo.

Desejo, Sr. Presidente, registrar a experiência de Lajes como modelo oposto. Ali, vem tudo de baixo para cima. É a população que se reúne para resolver os seus problemas. E, hoje, a experiência de Lajes é um modelo para o Brasil, semelhante ao modelo da cidade de Boa Esperança, no Espírito Santo, onde o Prefeito, depois de ouvir do Ministro do Interior que aquele Município precisaria ser extinto, porque não dispunha de condições para a sua viabilidade, e, por isso, não receberia mais nenhuma verba do Governo, o Prefeito, ao voltar à cidade, reuniu-se com o Vigário, com a Diretoria da Escola, com as autoridades e as lideranças locais, e resolveram fazer um esforço comunitário, em lugar de pedir ao Governo Federal, como acontece com quase todas as prefeituras. É doloroso ver aqui, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores correrem aos Ministérios para pedirem verbas. Dinheiro que saiu do Município, que pertence ao Município, que devia ter ficado no Município para resolver os problemas locais, mas vêm eles aqui, obrigados a dispendio elevado para pleitear verbas, que, quando vêm, vêm para realização dos planos elaborados pelos burocratas ou pelos técnicos — burocratas de Brasília.

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Muito bem

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — O que fizeram os dirigentes de Boa Esperança? Resolveram fazer um apelo à comunidade, dar força ao povo. As professoras se dispuseram a dar aulas suplementares, os proprietários a estudar a forma de produzir alimentos no próprio município e fez-se, assim, um esforço comunitário. Qual foi o resultado? O município, que era o último, passou a estar entre os primeiros no Estado e Boa Esperança é hoje o primeiro município brasileiro que resolveu o problema do analfabetismo, sem MOBIL centralizado, sem Ministério, sem verbas oficiais, com o trabalho da comunidade.

É este o caminho do Brasil e é por isso que o Brasil precisa ser desenvolvido ao povo brasileiro, através de eleições livres, como estas que vamos votar agora, após uma campanha feita pela Oposição e contra o Governo. Primeiro, emenda apresentada pela Oposição e rejeitada pelo Governo; segunda emenda, por uma diferença menor, rejeitada pelo Governo; terceira emenda, igualzinha à apresentada pela Oposição e por nós, inscrita pelo Deputado Edison Lobão, chegou quase a ser aprovada, mas aí o Governo exigiu um compromisso: tem que vir de cima para baixo, é o Executivo que vai mandar ao Congresso. Veio ao Congresso, aprovamos, não faz mal qual seja a ori-

gem, mas é preciso que se note, esta vai ser a grande oportunidade de devolver o Brasil ao brasileiro, de fazer com que homens eleitos pelo povo, em todos os Estados do Brasil, governem a nossa terra, e se inspirem em exemplos como estes de Lages, de Boa Esperança, para que o Governo resolva os problemas do Brasil, e não os tecnocratas, os burocratas e aqueles que detêm poder absoluto e a subserviência da Nação. A Nação está despertando, Lages e Boa Esperança são dois desses exemplos.

O SR. JALSON BARRETO (PMDB-SC) — Permite-me V. Exª um aparte?

SR. FRANCO MONTORO (PMDB-SP) — Com prazer, ouço o aparte de V. Exª

O Sr. JALSON BARRETO (PMDB-SC) — Não sei se me congratulo, em primeiro lugar, com V. Exª, ou com aqueles brasileiros que, em Lages, Santa Catarina, estão a praticar democracia verdadeira, real, com participação de toda a comunidade. Mais fico, inclusive, no elogio ao Senador do maior Estado da Federação, que, sensível, recolhe a experiência de Lages e a divulga, numa contribuição da maior importância. Estive no lançamento do livro em São Paulo, na Câmara de Vereadores, com o Professor Tragtenberg, com os editores da *Brasiliense*, com Mário Covas, com Fernando Henrique Cardoso, com a inteligência paulista e, talvez o fato mais expressivo do acontecimento, é exatamente essa consciência que aflora no País, da necessidade, já que se fala tanto em modelos alternativos, da procura de uma saída para o regime autoritário em que vivemos. A prática de Lages e esse exemplo agora que V. Exª traz de Boa Esperança indicam o caminho a seguir nessa democracia que nós todos estamos pretendendo implantar no País. O regime autoritário falece, pela incompetência e pelo próprio germe que o autoritarismo traz dentro de si. Aí estão reflexos das decisões fechadas de gabinetes em descompasso com as necessidades brasileiras. E aí está nascendo, daquilo que é no País, dos municípios, o exemplo maior de que se pode, no Brasil, praticar democracia, mesmo com esta ausência de federação no País. Meus parabéns a V. Exª que traz aquilo que acompanhamos de perto, em Santa Catarina, e que essa divulgação sirva de estímulo a outros brasileiros que, perdidos pelo *hinterland*, procuram a saída que o Governo não sabe encontrar.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Agradeço o depoimento de V. Exª. O livro foi realmente lançado na Câmara Municipal de São Paulo com a presença de representantes de toda a comunidade e, fato inédito, a edição se esgotou no dia do lançamento, o que mostra a sua importância.

Quero citar Lages e Boa Esperança, para não citar inúmeros outros exemplos que ocorrem também no Estado de São Paulo.

É para isso que precisamos olhar caminhos concretos. As críticas que fazemos ao Governo não têm nunca o caráter meramente pessoal. O erro é do processo, o erro é do modelo, o Brasil não fracassou, não, há uma grande esperança.

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Muito bem!

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Há um grande movimento de renascimento das bases. O que fracassou foi o modelo autoritário, centralizador, burocrático. É muito bom e é importante e nós faremos agora da Oposição, diariamente, ou semanalmente, manifestações mostrando que nós não somos contra, nós somos a favor do povo. Não imprimimos o nosso documento em 4 ou 5 línguas, para o inglês, o americano, o russo ou o japonês lerem. Queremos a cartilha simples que o povo saiba ler e por isso é preciso fazer aquilo que não se faz, acreditar no povo. Esta é a grande lição que estes exemplos nos trazem.

Enganam-se, mentem aqueles que afirmam que a Oposição não apresenta soluções positivas. Ela apresenta, sim. Ela critica muito, porque os erros são muitos e são graves. Mas a Oposição aponta soluções positivas, provadas e comprovadas, como estas que estamos enunciando.

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Ouço, com prazer, o aparte de V. Exª

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Nobre Senador Franco Montoro, V. Exª critica o modelo concentrador e arbitrário implantado no País em 1964 e vigente até hoje. Mas o germe da destruição e da morte está presente em todos os regimes autoritários, ao longo da História, em todos os países, em todos os lugares. Aqui não poderia ser diferente. Na medida em que o povo é excluído do processo, na medida em que o povo não pode autodeterminar-se, não pode governar-se a si mesmo, o povo não se sente responsável e nem participa. Se não participa na hora de formar o pacto de poder, não se pode pretender que o povo colabore, quando o povo foi jogado para fora dos muros da cidade proibida, quando o povo se viu marginalizado e impedido de votar. O regime democrático, como o próprio nome indica, é o

regime participativo. E o que fazem as comunidades, nos municípios citados por V. Exª, é praticar — como disse o nobre Senador por Santa Catarina — a verdadeira democracia. É o povo unido, de braços dados, buscando soluções para os seus problemas. Nenhum país do mundo conseguiu, pela forma autoritária e autocrática, resolver problema algum. É por isso que os impasses, a cada dia, no Brasil, se acentuam mais, e não há outro caminho; o caminho é devolver o Governo da Nação brasileira à própria Nação brasileira.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Muito obrigado pela contribuição de V. Exª. V. Exª faz bem em estender a crítica a todos os regimes autoritários. É por isso que podemos associar, com fundamentadas razões, esta ansia de participação da população brasileira às manifestações feitas pelos trabalhadores, em seus movimentos de rebeldia contra a fixação de critérios rígidos no estabelecimento dos salários, contra uma legislação sindical que impede o trabalhador de se organizar e de negociar livremente com o empregador as condições de trabalho.

Este fenômeno não é só brasileiro. Ele teve, recentemente, em outra parte do mundo, uma realização que chamou a atenção de todos os países; foi a reação do trabalhador da Polônia. É o mesmo fenômeno. Contra que protestaram os trabalhadores poloneses, tendo diante de si um governo autoritário? Contra a miséria a que estavam sendo levados. A falta de alimentos ali, como a falta de feijão aqui, os salários miseráveis ali, como os salários miseráveis aqui, fixados pelos burocratas ali, como pelos burocratas aqui. E eles diziam: "Nós não aceitamos continuar sendo joguetes de deliberações das cúpulas governamentais". O Movimento da Polónia tem o mesmo sentido que tem no Brasil, esse renascimento, é o sentido da dignidade da pessoa humana, ligada à formação cristã do nosso povo. O homem que tem uma formação cristã não aceita ser colocado como ficha, peça, mercadoria. Quer ser agente da História; quer ver respeitada a sua capacidade de iniciativa e, por isso, ali, derrubaram o Primeiro-Ministro, e nem as forças poderosas da Rússia Soviética puderam prevalecer diante da vontade daqueles trabalhadores, que exigiam participação da comunidade, da comunidade dos trabalhadores, nas soluções que lhes dizem respeito, sindicatos livres. É o mesmo fenômeno. É preciso compreendê-lo no Brasil, é preciso compreender, apoiar e participar desse movimento, para que o povo brasileiro resolva os seus problemas, para que ele não seja joguete, como está sendo, de forças que não são brasileiras.

Nesse documento que, em 4 ou 5 línguas, acabo de receber, há uma documentação que explica muito bem o problema do feijão, que está gerando protestos, crises, levantes.

Nestes 15 anos, a produção de automóveis, produzidos por empresas estrangeiras, aumentou 520% e a produção de alimentos, como o feijão, caiu em termos relativos.

Não é preciso dizer mais para caracterizar um regime que favorece a produção de bens de consumo supérfluos, produzidos por empresas estrangeiras, com sacrifício da produção de alimentos, feitos pelo trabalhador, pelo agricultor, pelo trabalhador rural brasileiro para a população brasileira.

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Com prazer, ouço o aparte de V. Exª

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Senador Franco Montoro, nessa parte do pronunciamento de V. Exª, eu gostaria de fazer um reparo. Não seria de justiça V. Exª estar fazendo uma análise dos problemas brasileiros e deixar de se manifestar, também, a respeito do problema agrícola. O Brasil teve realmente uma safra recorde. V. Exª tem razão, quando fala no feijão, que nos faltou para o consumo interno. Mas, V. Exª, ao tempo em que viesse fazer essa crítica da falta do feijão, deveria também fazer justiça: que a agricultura foi desenvolvida e nós tivemos uma safra recorde a todas aquelas anteriores no nosso País.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — V. Exª confirma o que eu disse: caiu a produção do feijão; aumentou a produção dos bens exportados, através das multinacionais.

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Não apenas os bens exportados. V. Exª sabe que nós temos que ter agricultura energética, agricultura para exportação, para o balanço de pagamentos, como agricultura de alimentação. Realmente, nisso V. Exª pode criticar, porque, infelizmente, não tivemos a felicidade do aumento da nossa produção do feijão e do arroz, que foram os dois produtos que mais nos faltaram este ano. Mas, nos demais, tivemos um aumento, que trouxe também benefícios ao nosso País.

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Mas não foi só feijão e arroz. O milho também continua sendo exportado.

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Exatamente isso. V. Exª fala no problema da falta de feijão, e é muito fácil explorar esse assunto, que real-

mente diz respeito ao nosso povo. É muito fácil falar nessa infelicidade de não termos a safra necessária, como no nosso Estado da Bahia, no município de Irecê, que é o nosso maior produtor, infelizmente não teve as benesses de São Pedro, para dar a produção de feijão que todos esperávamos.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — A culpa não é de São Pedro, não. Os culpados têm outros nomes. Se diminuiu a plantação de feijão, aumentou a de cana-de-açúcar, aumentou a produção intensiva, com a eliminação da produção de alimentos. Por quê? Pela política autoritária, centralizadora, elitista do Governo federal, que empresta aos grandes proprietários milhões ou bilhões, para aumentarem ainda mais o seu latifúndio, em lugar de seguir a proposta feita pelos trabalhadores, em nome do povo brasileiro, em nome dos trabalhadores rurais.

A CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Comunidade Científica e o PMDB, que foi o porta-voz dessas reivindicações, em 1974 e 1975, defendeu, para o problema do álcool, não a produção intensiva em grandes unidades, mas a produção de cana-de-açúcar, mandioca e outros produtos, através de pequenas e médias propriedades, propondo que o Governo, em lugar de emprestar muito a poucos, emprestasse pouco a muitos e iniciasse aquilo que é seu dever — uma reforma agrária, que aí podia ser feita à brasileira, sem desapropriação, sem violência, apenas dando um pouco de sentido democrático, brasileiro, aos detentores do crédito. Esta é a realidade que aí está. O Governo optou por um sistema e, por isso, é responsável pelos resultados. Falta feijão porque houve realmente um desamparo, como continua a haver. É preciso que se reveja, na pequena e média propriedade, como está dito no Relatório feito pela CONTAG, pela comunidade científica, pelo *forum* dos não-consultados que se realizou em Campinas e cujos resultados foram trazidos ao Senado e enviados ao Governo, e por lá se verifica que, quando a cana-de-açúcar é explorada em pequenas e médias propriedades, não há a falta de alimentos, porque o pequeno e o médio proprietário produzem conjuntamente os alimentos ali. Esta é a realidade.

Se o Governo optou por outro caminho, o responsável é o Governo.

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Pois não.

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Nobre Senador Franco Montoro, as colocações que V. Ex^a acaba de fazer são de uma clareza meridiana. Mas, ao invés de fazer-se a reforma agrária sem traumatismos, ela continua a ser feita, mas de outra forma, às avessas. Nós tínhamos no País, há cerca de um ano e meio, aproximadamente, seis milhões de pequenos proprietários rurais que nunca tiveram acesso ao crédito oficial. Hoje, os mais de seis milhões de pequenos proprietários rurais, existentes até cerca de dois anos atrás, estão reduzidos, segundo vi, há poucos dias, numa estatística, a apenas 4,5 milhões de pequenos proprietários. E falta para o consumo interno não apenas o feijão ou o arroz; continuamos a importar milho; continuamos a importar alho; carne; continuamos a importar feijão; e há não muito tempo importamos cebola. Por falar em cebola, quero, no aligeirado deste aparte, dizer ao Senado que na capital do meu Estado, ontem, doze carretas de cebola, vindas do Nordeste, foram jogadas ao lixo.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Estão aí alguns fatos, além daqueles que mencionei, que são do conhecimento de todos. Em lugar de desconcentrar a propriedade, o Governo centraliza; em lugar de democratizar o crédito, o Governo centraliza. Ele empresta a quem? Os inquéritos estão aí: é o Governo federal e os governos estaduais constituídos de biônicos. Empréstam a grandes firmas, e os participantes desses negócios são elevados a cargos públicos. O pequeno não recebe empréstimo; é o grande, para evitar a falência; no fim, ele fica rico e o Governo fica com o ferro velho. É o caso que está aí; tem sido denunciado. Há uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar esses fatos tão numerosos, tão graves.

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — V. Ex^a, melhor do que eu, Senador Franco Montoro, sabe que os produtos de alimentação decorrem mais da produtividade nos minifúndios. V. Ex^a sabe também que neste ano, para a próxima safra, temos, como dados estatísticos, o aumento de área de produção de mais de 6% da área para produzir feijão. V. Ex^a sabe, portanto, que essa área de produção está sendo financiada aos pequenos e médios agricultores, que serão os responsáveis pela produção desses alimentos. Não são apenas os grandes produtores que estão sendo beneficiados pelo crédito rural.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Peço que V. Ex^a anote as palavras. V. Ex^a disse: "V. Ex^a sabe que serão".

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Que serão, não. Que estão sendo. A produção virá no futuro. Não se planta hoje, e amanhã está-se colhendo; tem-se que esperar algum tempo. Essa área está sendo aumentada, graças ao crédito que está sendo dado aos pequenos e médios agricultores, porque são esses os grandes responsáveis pela produção de alimentos. E V. Ex^a sabe melhor do que nós que está sendo realizado o zoneamento para que a agricultura energética não tenha interferência na agricultura de alimentação. V. Ex^a vê que o Governo brasileiro está preocupado com esses problemas. Está sendo feito esse zoneamento, inclusive no Estado de V. Ex^a, no meu Estado e em diversos outros Estados da Federação.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Eu sei que estão sendo feitos discursos sobre isso. Medidas concretas, não conheço. Melhor, conheço e lembro a V. Ex^a que estamos discutindo na Comissão de Legislação Social uma iniciativa do Governo que pretende alienar alguns milhares de hectares numa gleba que, inicialmente, tinha 240 milhões de hectares, a uma firma, onde existem posseiros, e até há referência a índios.

Na explicação dada pelo Governo, ou por seus representantes, respondendo à objeção da Oposição de que lá existem posseiros, nessa grande área que vai ser dada, sem concorrência pública, a uma empresa, o Governo informa: "Não, mas a empresa, inteligentemente, transformou os posseiros em empregados".

Este "inteligentemente" poderia ser substituído, com o rigoroso respeito ao vernáculo, por "safadamente". Em lugar de defender o posseiro, que ocupa a terra, trabalha há anos, com o seu trabalho e o de sua família, ajudando a produção, o Governo se dispõe a alienar a uma grande empresa, que já transformou "inteligentemente" — e depois da advertência do Senado — os posseiros em empregados.

V. Ex^a mesmo, Senador Jutahy Magalhães, é autor de um projeto tornando obrigatório isso. Se V. Ex^a apresenta o projeto, é porque ele corresponde a uma necessidade. É preciso dar um basta. Foi uma das poucas iniciativas, no Legislativo, de um parlamentar do próprio Governo, exigindo que o Governo dê preferência ao posseiro e não ao grileiro.

Eu cumprimentei V. Ex^a por isso e o cumprimento aqui. V. Ex^a contribui, e muito, para o bom nome do Senado e do Congresso e para a independência da sua atitude. Mas ela, evidentemente, representa uma crítica àquilo que está se fazendo.

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Não é crítica; é apenas uma regulamentação de um artigo constitucional que existe há dez anos. Temos ouvido muitos pronunciamentos a respeito disso e, até agora ninguém apresentou um projeto, neste sentido de regulamentação, para dar obediência ao posseiro.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Esta obrigatoriedade, a rigor, já está na Constituição. O trabalho da Oposição tem sido incansável no sentido de evitar a burla desse dispositivo, impedindo, como está acontecendo, a venda de grandes glebas a grupos empresariais, com o sacrifício de posseiros e pequenos agricultores. Este é o fato concreto. E V. Ex^a, com o seu projeto excelente, que já foi objeto de uma referência conjunta e por nossa iniciativa, na Comissão de Legislação Social, apresentou-o para exigir que seja dada a preferência aos posseiros, porque, como diz V. Ex^a, há muitos anos está na Constituição, e apesar disso não é o que o Governo está fazendo. Que Governo? O da Oposição?

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — V. Ex^a, com a autoridade de representante do maior Estado da Federação, nesta Casa, diz muito bem que o responsável por isso tudo é o regime autoritário. No caso específico do feijão, lamentavelmente, não é o que está ocorrendo no momento. Aproxima-se a nova safra de feijão e as informações são de que no Estado do Paraná, o Estado de maior produção de feijão do País, a área de plantação reduziu-se em 30%, este ano. Não é nada de mau tempo; e São Pedro não é o responsável por isso. São Pedro será o responsável por uma outra redução, em decorrência de uma geada que ocorreu nos dias 16 e 17 e que vai reduzir a produtividade em 30%. Mas a área de plantio também se reduziu em 30%. Aí é que está o grande problema. Quanto ao problema da terra, o que nós estamos vendo, estamos assistindo neste País, sobretudo, nos dois últimos anos do Governo Figueiredo, ou seja, na nova versão da ditadura, o que estamos assistindo, no País, é a um fosso, a um abismo extraordinariamente grande entre o discurso e a prática. Esta é a verdade. Na Amazônia Oriental, constituiu-se um grupo de trabalho para resolver o problema fundiário — o GETAT. E estou aqui para dizer a V. Ex^a e à Casa que, no extremo norte do meu Estado, o Estado que represento nesta Casa, o GETAT está fazendo o contrário: está obrigando

do, de certo modo, posseiros humildes, residentes ali há 20, 30 anos, num pedaço de chão, a assinar um contrato sob regime de comodato para explorar a terra por um a dois anos e entregá-la, em seguida, a um empresário rural, sob a alegação de que só o empresário rural tem condições de aumentar a produtividade. E dois padres, dois sacerdotes católicos, membros da Comissão Pastoral da Terra, de Goiás, que estão defendendo os posseiros, foram presos há poucos dias. Aqui eu denunciei essas prisões. Existe agora o pedito do Governador do Estado para expulsão de ambos os sacerdotes — expulsão do País. Ambos são estrangeiros. Um é holandês e o outro é italiano. Estão lá em nome da Igreja, como membros da Comissão Pastoral da Terra, para defender os posseiros contra este tipo de atitude do próprio Governo, e estão ameaçados de expulsão do País, a pedito do Governador de Goiás. Veja V. Ex^a a que extremo chega o regime autoritário! Muito obrigado.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Agradeço a contribuição dos Srs. Senadores que esclareceram vários aspectos desse problema. Este é o Brasil real. Se se quiser um último argumento — e devo terminar — para mostrar como o Governo, através das suas medidas econômicas e financeiras, protege os grandes, e, consciente ou inconscientemente, persegue e oprime os pequenos, quero lembrar duas instituições ocorridas nestes 15 anos, a que se referem esses documentos em várias línguas, publicados pela burocracia federal. Para a compra de um automóvel, durante estes 15 anos, as facilidades eram tantas que se criou a figura do período de carência, isto é, eu compro o automóvel, recebo-o e só começo a pagar o financiamento 4 meses, 6 meses depois. É o crédito a serviço da venda do automóvel de passeio. Mas, se o trabalhador quiser comprar uma casa, ele não tem o período de carência. É exigida dele a chamada poupança prévia, ele precisa ter pago muito para começar a fazer jus a uma casa que é essencial para a sua existência.

Esta dualidade define bem as preocupações governamentais e os erros deste Governo.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Ouço com prazer o aparte de V. Ex^a

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Nobre Senador Franco Montoro, V. Ex^a me dá o ensejo de pedir o seu valioso apoio, coisa que não fiz ainda a nenhum colega, aqui nesta Casa, para um projeto meu que está vegetando aqui no Senado, desde os idos de 1975. O meu projeto cria o Banco Nacional do Trabalhador, o qual seria alimentado por esses fundos, tirados mensalmente do trabalhador, PIS/PASEP, e muitos outros mais, que atualmente vão ser dinheiro de graça para o BNDE financiar grandes indústrias. Infelizmente, nobre colega, o meu projeto não veio sacramentado pelo Governo, também não encontrou apoio na minha grei. Mas, surpresa maior é que não encontrou apoio na grei da Oposição de V. Ex^a, que defende o povo com mais veemência do que nós, pelo menos, assim, em aparência. Então, nesta oportunidade, Senador Franco Montoro, já que o projeto ainda não está sepultado, está moribundo, bastante doente, a intervenção pessoal de V. Ex^a poderia salvar o projeto e teria agora, o nome — Projeto Franco Montoro Luiz Cavalcante. E V. Ex^a prestaria um grande serviço aos trabalhadores, e evitaria, justamente isto, que os trabalhadores não tivessem onde recorrer para as suas necessidades. Muito obrigado.

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Permite V. Ex^a uma intervenção final, Senador Franco Montoro?

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Permita-me que antes responda à oportuna intervenção do Senador Luiz Cavalcante. Não tive, ainda, a oportunidade de, em alguma das Comissões — pertencem a quatro Comissões da Casa — tomar conhecimento do seu projeto, que deve estar engavetado com algum Relator, ou alguém que tenha pedido vista e o retém.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Sou da Comissão de Economia.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Mas, atendo o apelo e o pregão de V. Ex^a Não pertencem à Comissão de Economia, mas, vou me interessar, e verificar onde está este projeto, e junto com V. Ex^a lutar pela sua aprovação.

Mas, também, faço uma proposta, em reciprocidade a V. Ex^a Não apresentei projeto de um banco do trabalhador, mas um outro que, certamente, terá o apoio de V. Ex^a É um projeto que estabelece o seguinte: o PIS e o PASEP que são fundos pertencentes ao trabalhador e ao funcionário público, e que estão sendo hoje administrados não pelo trabalhador e pelo funcionário público, mas pelos burocratas nomeados pelo Presidente da República. Com esse dinheiro, segundo informação, é que se fez, por exemplo, o famoso empréstimo do Luthfalla, porque uma parte é entregue ao BNDE e outra à Caixa Econômica Federal. Então é direito do trabalhador, ajudando um grande industrial na iminência de uma falência. Proponho, neste projeto, duas coi-

sas: primeiro, que o PIS/PASEP seja administrado por um representante do Governo, de preferência o gerente da Caixa Econômica Federal; por um representante escolhido pelos trabalhadores, que são os donos do Fundo; e, por um representante escolhido pelos funcionários públicos, que são, também, os donos desse Fundo. Segundo, proponho que esse dinheiro, em lugar de vir todo para Brasília — não há razão para que todo esse dinheiro, arrecadado em todos os municípios do Brasil, venha para Brasília. Esse dinheiro pode e deve ficar no Município. Os verdadeiros municipalistas não podem ser contra isto. O dinheiro fica no município para lá ser aplicado na construção de casas, no financiamento da produção de alimentos, e em outras iniciativas de interesse da população. É uma idéia semelhante a de V. Ex^a, não tem o nome de banco mais é uma idéia semelhante, o que mostra a coincidência das nossas preocupações.

Peço, também, a colaboração de V. Ex^a e esse Projeto, em lugar de chamar-se, apenas, Projeto Franco Montoro, será Projeto Franco Montoro-Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Muito obrigado.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — E, assim, de mãos dadas, vamos trabalhar e lutar. V. Ex^a, como representante brilhante da Bancada do PDS e nós, em nome da Oposição, vamos trabalhar juntos para que esse Projeto seja aprovado, porque V. Ex^a tem toda a razão: é preciso mudar o modelo concentracionário. E, eu diria, quem deu ao Governo, que não foi eleito pelo povo, que se mantém à revelia do povo, quem deu a ele o direito de pegar todo esse dinheiro do trabalhador, nomear um funcionário burocrático, e fazer empréstimos de favor, em Brasília e nos Estados? Empréstimos escandalosos que, agora, se forem apurados, são protegidos em nome do famoso sigilo bancário que não existe, no caso. Esses empréstimos precisariam ser conhecidos, a população precisaria saber, e o trabalhador, que é dono daquele dinheiro, deveria saber a quem foi emprestado. É isto que precisamos fazer. Agradeço, com o maior entusiasmo, o lembrete de V. Ex^a, e me disponho a trabalhar junto a V. Ex^a Quem sabe se os dois projetos podem se unir, ou com um outro substitutivo, melhor do que os nossos, para, no fundo, fazer com que o dinheiro do trabalhador seja administrado pelo trabalhador e não pelo burocrata que, quase sempre, está utilizando esse dinheiro esses empréstimos, cujos escândalos enchem as manchetes dos jornais.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Senador Franco Montoro, o que não é possível é continuar tal estado de coisas, desses fundos receberem o óleo comparado de uma correção de 45% e, por outro lado, serem devorados por uma inflação de 100%. Assim, dentro de cinco anos, não haverá mais fundo algum.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Concordo com V. Ex^a, e lembro que, para corrigir isso, tenho também um projeto, que não caminha mais porque a maioria desta Casa não aprova, estabelecendo isso que é de rigorosa justiça: Quem esses fundos sejam corrigidos pelo Índice Nacional de Preço, e não por um índice de correção monetária, fixado autoritariamente, centralizadamente, burocraticamente, pelo Ministro do Planejamento ou pelo Ministro da Fazenda. É incrível que tudo no Brasil dependa da vontade de um homem. Há uma injustiça flagrante. Milhões de trabalhadores estão sendo roubados — a expressão é esta: estão sendo roubados —, o dinheiro é deles, há uma desvalorização; a desvalorização pelo Índice Nacional de Preços é de 100%, mas se corrige apenas 45%. Por quê? Porque o Governo quis. É preciso realmente pôr um paradeiro nisso e é preciso debater essa matéria, denunciar essas irregularidades, para que elas sejam efetivamente corrigidas.

Ouç o aparte do nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Na verdade, o aparte, Senador Franco Montoro, é a respeito do problema da política fundiária. Acho que todos nós estamos de acordo da necessidade de uma reforma fundiária em nosso País, que atenda as necessidades regionais, e não apenas uma reforma territorial, de acordo com os pensamentos antigos, de um pensamento único que diga respeito a todas as Unidades da Federação.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — De pleno acordo com V. Ex^a

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Mas, o que nós também temos que estar atentos é de que o INCRA tem procurado, nessas áreas de maior dificuldade que estão existindo no País, encontrar soluções para o caso daqueles que estão sofrendo as agruras de tentarem afugentá-los da terra que eles trabalham, não com a velocidade que nós almejaríamos que fizessem. Mas parece, também, — lamento que o Senador Henrique Santillo não esteja aqui, porque não estou me recordando muito bem desse problema — que houve um caso, e acredito que em Goiás, que em uma dessas áreas de atrito, quando

tratar uma operação de crédito, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, destinada à construção do Hospital Regional de Joinville.

2. Enquadra-se a operação ao disposto no art. 2º da RESOLUÇÃO Nº 93, de 1976 — alterou a Resolução nº 62, de 1975 tendo em vista que os recursos serão provenientes do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e, dessa forma considerada extralimite.

3. Anexo ao processado, encontram-se:

- a) Lei nº 5.747 de 13 de agosto de 1980, autorizadora da operação;
- b) Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o pleito ao Senhor Presidente da República;
- c) Parecer do Conselho Monetário Nacional, favorável;
- d) Parecer da Diretoria do Banco Central do Brasil, pelo encaminhamento ao Conselho Monetário Nacional e, posteriormente, à Presidência da República e ao Senado Federal.

4. Há a ressaltar que o projeto obedeceu o disposto no art. 42, item VI, da Constituição: atendeu as normas legais (Resoluções nºs 62, de 1975 e 93, de 1976), e ainda, o estabelecido no Regimento Interno (art. 106, item II).

5. Ante o exposto, opinamos no sentido da normal tramitação da matéria, uma vez que constitucional e jurídica.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente, em exercício — Lenoir Vargas, Relator — Almir Pinto — Helvídio Nunes — Moacyr Dalla — Lázaro Barboza — Tancredo Neves — Leite Chaves — Hugo Ramos — Murilo Badaró — Bernardino Viana — Aderbal Jurema.

PARECER Nº 1.341, DE 1980

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Lenoir Vargas

A Comissão de Economia, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem do Senhor Presidente da República, apresentou projeto de resolução que, — pelo seu artigo 1º, autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 395.820.000,00 (trezentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar uma operação de crédito de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção do Hospital Regional de Joinville, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

A Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se favoravelmente à proposição, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No mérito, trata-se de empreendimento com caráter reprodutivo, com grande repercussão sócio-econômica para o Município em questão.

Assim, concluímos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Almir Pinto, Presidente, em exercício — Lenoir Vargas, Relator — Amaral Furlan — Aderbal Jurema — Murilo Badaró — Raimundo Parente — Jutahy Magalhães — Benedito Canelas — Moacyr Dalla — José Sarney.

PARECERES

Nºs 1.342, 1.343 e 1.344, de 1978

PARECER Nº 1.342, DE 1980

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem nº 320, de 1980 (nº 319, de 1980, na origem) do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São José-SC, a elevar em Cr\$ 181.467.000,00 (cento e oitenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador Lenoir Vargas

Nos termos do artigo 42, item VI, da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal pleito da Prefeitura Municipal de São José-SC, que objetiva contratar, junto ao Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, a seguinte operação de crédito:

"Características de operação

A — Valor:

Cr\$ 181.467.000,00;

(Correspondente a 300.000 UPCs de Cr\$ 604,89, em julho/80);

B — Prazos:

1 — de carência: 24 meses;

2 — de amortização: 240 meses;

C — Encargos:

1 — Juros: 5% a.a. (sendo 4% a.a. para o BNH e 1% a.a. para o Agente Financeiro);

2 — taxa de administração: 1%

3 — correção monetária: de acordo com a variação das UPCs;

D — Garantias:

Vinculação das cotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias-ICM, e do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza-ISQN;

E — Destinação dos recursos:

Realização de obras, serviços com desapropriações, pavimentação, canalização de águas pluviais em vias públicas, praças e jardins, nos bairros de Barreiros e Campinas do referido Município (Programa CURA)."

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se favoravelmente ao pedido, por considerá-lo técnico e financeiramente viável, não devendo os seus cargos gerar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

No mérito, o empreendimento se enquadra em casos análogos que têm merecido a aprovação da Casa, até mesmo porque trata de investimento reprodutivo que faz retornar aos cofres públicos grande parte dos capitais empregados.

Pelo exposto, acolhemos a Mensagem, nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 200 DE 1980

Autoriza a Prefeitura Municipal de São José—SC, a elevar em Cr\$ 181.467.000,00 (cento e oitenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de São José-SC, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 181.467.000,00 (cento e oitenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinado a implantação do Programa CURA, nos bairros de Barreiras e Campinas, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Teotônio Vilela, Presidente — Lenoir Vargas, Relator — Bernardino Viana — Tancredo Neves — Luiz Cavalcante — Benedito Canelas — José Lins.

PARECERES NºS 1.343 E 1.344, DE 1980

Sobre o Projeto de Resolução nº 200, de 1980, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de São José—SC, a elevar em Cr\$ 181.467.000,00 (cento e oitenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada".

PARECER Nº 1.343, DE 1980

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Lenoir Vargas

O presente Projeto de Resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu Parecer sobre a Mensagem nº 320/80, do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de São José—SC, a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 181.467.000,00 (cento e oitenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil cruzeiros), destinado a financiar a implantação do Programa CURA, em bairros daquela cidade.

O pedido foi formulado nos termos do preceituado no art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados no artigo 2º da Resolução número 62, de 1975, também do Senado Federal.

No mérito, a Comissão de Economia examinou e considerou o pleito viável técnico e financeiramente, concluindo pelo presente Projeto de Resolução.

Em face ao exposto, verifica-se que a proposição foi elaborada consoante as prescrições legais e regimentais aplicáveis à espécie, merecendo, por isso, o nosso encaminhamento favorável, no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente — Lenoir Vargas, Relator — Almir Pinto — Helvídio Nunes — Moacyr Dalla — Lázaro Barboza — Tancredo Neves — Leite Chaves — Hugo Ramos — Murilo Badaró — Bernardino Viana — Aderbal Jurema.

PARECER Nº 1.344, DE 1980
Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Lenoir Vargas

Sob exame, Projeto de Resolução da Comissão de Economia do Senado Federal, que autoriza a Prefeitura Municipal de São José—SC, a contratar empréstimo externo no valor de Cr\$ 181.467.000,00 (cento e oitenta e um milhões e quatrocentos e sessenta e sete mil cruzeiros) destinado a financiar a implantação do Projeto CURA, naquele Município.

A Comissão de Constituição e Justiça, pronunciou-se favoravelmente à proposição, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No mérito, trata-se de empreendimento com caráter reprodutivo e de grande repercussão sócio-econômica para o Município em questão.

Assim, concluímos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. Almir Pinto, Presidente em exercício — Lenoir Vargas, Relator — Amaral Furlan — Aderbal Jurema — Murilo Badaró — Raimundo Parente — Jutahy Magalhães — Benedito Caneas — Moacyr Dalla — Lázaro Barboza — José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Ofício Nº 249/80

Brasília, 04 de dezembro de 1980.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o nome do Senhor Deputado Simão Sessin para integrar, em substituição ao do Senhor Deputado Hugo Rodrigues da Cunha, a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Proposta de Delegação Legislativa Nº 02/80, que "propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Instituto Nacional do Babaqui, e determinando outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e elevado apreço. — Deputado Nelson Marchezan, Líder do PDS

Ofício Nº 250/80

Brasília, 04 de dezembro de 1980.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o nome do Senhor Deputado Darcílio Aires para integrar, em substituição ao do Senhor Deputado Ney Ferreira, a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 85/80, que "dispõe sobre a representação política do Distrito Federal, no Congresso Nacional".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e elevado apreço. — Deputado Nelson Marchezan, Líder do PDS **O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — Serão feitas as substituições solicitadas.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon, por cessão do Senador Lourival Baptista.

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES. Pronuncia o seguinte discurso.)

Sr. Presidente, Srs Senadores, aproximando-se o fim desta sessão legislativa e o término de meu segundo mandato de Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado, sinto-me no dever de fazer um breve relatório de minha atuação à frente desse importante órgão técnico, a que estou vinculado desde minha primeira eleição para o Senado em 1970.

Inicialmente, em 1971, logo por ocasião do início de minhas atividades nesta Câmara Alta, fui eleito vice-presidente da Comissão, juntamente com o presidente que, durante 11 anos, foi ministro da Educação e Cultura, o notável Senador Gustavo Capanema. Após quatro anos de atuação a serviço da causa mais importante do nosso País, fui eleito, em 1975, para um mandato de dois anos, presidente da Comissão de Minas e Energia, continuando, entretanto, como membro efetivo da Comissão de Educação e Cultura, para cuja presidência fora escolhido outro admirável ex-Ministro da Educação, o eminente Senador Tarso Dutra.

Em 1977, coube-me a honra de ser eleito, pela primeira vez, presidente da Comissão de Educação, sucedendo a Tarso Dutra. Em 1979, porque eu iniciava um novo mandato de senador, os meus colegas entenderam que não violaria o Regimento Interno da nossa casa minha segunda eleição consecutiva para a presidência da mesma Comissão.

Como é proibida a reeleição para a presidência das Comissões Técnicas, aproveito a proximidade do início do recesso parlamentar e de fim de meu segundo mandato como presidente da CEC, para esta prestação de contas de minha atuação, marcada por um perseverante esforço em favor da educação e

da cultura e por uma série de frustrações, inevitáveis em qualquer área da atividade humana.

Foram quatro, que me julgo no dever de registrar:

Num pronunciamento da tribuna do Senado, no dia 9 de setembro de 1975, denunciei à Nação, depois de infrutíferas demarches junto ao então Ministro da Educação e ao presidente do Mobral, que essa entidade, criada para alfabetização de adultos, acabara de celebrar um convênio com a Prefeitura Municipal de Recife para alfabetizar 5.500 crianças de 6, 9, e 10 anos de idade. Condenei, em termos veementes, esse inqualificável procedimento, já que, por imperativo constitucional, o Governo é obrigado a dar instrução gratuita a todas as crianças durante 8 anos, e não poderia, portanto, condenar meninos e uma escolaridade de 5 meses, destinada apenas aos adultos, freguesia do MOBREAL.

O Senador Franco Montoro, do MDB, que ouvira meu pronunciamento, tomou a iniciativa de requerer, imediatamente, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, obtendo, imediatamente, o apoio de 14 parlamentares da ARENA e de 10 parlamentares do MDB:

Instalada a CPI, sob a presidência do nobre Senador Gilvan Rocha, iniciou-se a tomada dos depoimentos, cada um mais impressionante do que o outro, destacando as gravíssimas falhas da atuação do MOBREAL. Dois meses depois, a ARENA, por maioria de seus membros, decidiu, contra o meu voto e o voto dos representantes do MDB, suspender os depoimentos restantes.

Por que? O MOBREAL não resistia, naquela época e não resistiria hoje, à análise de uma CPI. Entretanto, a decisão da maioria é soberana e foi acatada.

Já naquele ano o MOBREAL surgia como uma entidade intocável, insusceptível de qualquer investigação.

Por ocasião de meu discurso de 1975, o nobre Senador Luiz Viana Filho, que é um modelo de equilíbrio e de moderação, declarou, em aparte, que o MOBREAL estava se transformando num superministério da Educação. Os recursos canalizados para aquela fundação representavam quase um terço do total dos recursos destinados ao MEC.

Não tenho a idéia fixa de criticar o MOBREAL, nem tenho má vontade ou preconceito contra a entidade ou o seu presidente e demais dirigentes. Minha obsessão é outra, é a mesma de todos os brasileiros: a educação, em todos os níveis, desde a escola maternal e o Jardim de Infância até os cursos de pós-graduação.

O que me preocupa muito neste momento é que, de acordo com dados extra-oficiais do Censo de 1980, já se pode chegar à conclusão de que a atuação do MOBREAL constituiu, durante 10 anos, um rotundo fracasso. Ao contrário do que proclamava o MOBREAL, o índice de analfabetismo de 1970, em torno de 34%, não ficou reduzido a 10 ou 12% em 1980. A diminuição da taxa de analfabetismo, na última década, foi insignificante.

No meu Estado natal, o Espírito Santo, a Secretaria de Educação realizou, em 1979, um censo Escolar, com a participação das professoras de 1º grau, que chegou a esta decepcionante conclusão: o índice de analfabetismo de 1979 era praticamente o mesmo de 1970.

Aliás, o reitor José Carlos de Almeida Azevedo, na página 144 do terceiro volume do "Projeto Educação" (1979), afirma: "Na realidade, se são válidos os resultados do PNAD, em 1978, como prognóstico do Censo de 1980, o percentual de analfabetos será um pouco menor que o de 1970. O número de analfabetos, todavia, será praticamente igual."

Para espanto da Nação, depois de tomarmos conhecimento de que o MOBREAL, comprovadamente fracassado, encerraria suas atividades em 1º de janeiro de 1980, começaram a surgir, nas paredes, nos muros, nas estradas e até em monumentos, pintadas com piche as palavras: "Novo MOBREAL".

Não há, entretanto, "Novo MOBREAL": Existe a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, com finalidade específica: alfabetização de adultos. Suas verbas vultosas não podem ser desviadas para outras finalidades, como, aliás, já decidira o Tribunal de Contas da União.

Ao que parece, está, até, esgotado o prazo do mandato da atual diretoria do MOBREAL. Sem lei do Congresso, sem decreto-lei do Executivo, dando-lhes novas atribuições, a desastrosa Fundação já ousa, segundo registra *O Estado de S. Paulo* (edição do dia 21 de novembro último), entrar na área da pós-graduação!!!

Parece-me evidente que seria muito mais aconselhável a utilização dos recursos do MOBREAL, decorrentes de uma dedução do imposto de Renda das empresas, de parte da receita da Loteria Federal, da Loteria Esportiva (Loteca) e não sei se também da Bichoteca, na área, não apenas do Jardim de Infância, mas também ao 1º grau, procurando secar, assim, a fonte do analfabetismo.

Por que a insistência na manutenção do MOBRAL para o setor de ação comunitária, se o seu grau de eficiência já é sabidamente baixíssimo e se ele apresenta sinais evidentes de empreguismo desenfreado?

2. 12% para a Educação e Cultura

A segunda frustração dos meus dois mandatos de presidente da Comissão de Educação resultou da rejeição por falta de *quorum* da emenda de minha iniciativa, restabelecendo a vinculação de uma percentagem dos Orçamentos públicos para a educação. Eu havia conseguido sensibilizar todos os Senadores.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Com todo prazer.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Nobre Senador João Calmon, adversário de V. Exª na Câmara e aqui no Senado, devo dizer e confessar a V. Exª que ninguém mais do que V. Exª lutou pela educação em nosso País, na Câmara e no Senado. V. Exª tem serviços assinalados prestados à educação do nosso País. V. Exª trouxe perante sua Comissão as maiores autoridades da educação em nosso País, a fim de que todas ilustrassem com a sua palavra segura e firme as realizações da educação no Brasil. Devo assinalar, ainda, que as críticas que V. Exª fez do MOBRAL também foram caracterizadas no início da Comissão Parlamentar de Inquérito a que eu tive a satisfação de assistir. Portanto, no momento em que V. Exª faz uma prestação de contas desses serviços à educação, devo assinalar, na Câmara e no Senado nós não temos notícias de quem tenha lutado mais acendradamente por uma melhor educação no nosso País.

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Muito obrigado a V. Exª, que me sensibiliza porque fala na qualidade não apenas de Senador dos mais eminentes e combativos desta Casa, mas também de professor e formador de novas gerações no Município de Muqui, no nosso adorado Estado do Espírito Santo.

O Sr. Moacyr Dalla (PDS — ES) — Permite V. Exª um aparte? (Assentimento do orador.) Eminentíssimo Senador João Calmon, quero também dizer da minha admiração pelo seu trabalho no setor educacional e ratificar as afirmativas do emérito Professor e Senador Dirceu Cardoso. O Brasil deve muito a V. Exª. No setor educacional, na Década de Educação, Recordo-me de várias conferências que V. Exª fez no meu Estado, deixando a luz da sua inteligência, o entusiasmo de brasilidade que vinha ao encontro do anseio daqueles que procuravam, através da educação, melhores dias na vida. Receba, pois, meu ilustre conterrâneo, emérito e preclaro Senador João Calmon, a manifestação do meu apreço, a sinceridade dos meus propósitos de, como seu discípulo, porque começamos na política quase que juntos, V. Exª candidato a Deputado Federal e eu a Deputado Estadual, procurar, também, ajudar no desenvolvimento deste País, através do processo mais legítimo, mais real e mais sério, que é o problema da educação.

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Gratíssimo a V. Exª, nobre Senador Moacyr Dalla, por dois motivos: primeiro, porque a sua palavra parte de um Vice-Líder do meu Partido e, segundo, parte de um conterrâneo nascido, como eu, nas barrancas do Rio Doce. Gratíssimo a V. Exª.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Nobre Senador, também eu gostaria de prestar um depoimento ao Senado, em nome do meu Estado e no meu próprio. (Assentimento do orador.) Quero dizer que V. Exª teve ocasião de ir ao Piauí, mais de uma vez, em pregação cívica em favor do ensino no Brasil. Inclusive, lá havia uma emissora do condomínio a que pertencia V. Exª, e V. Exª falou, agradeceu e entusiasmou o povo piauiense, pela sua fibra, pela sua coragem e pelo seu amor ao ensino, à educação no Brasil.

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Muito obrigado, nobre Senador Bernardino Viana, por suas palavras tão generosas. No decorrer do meu pronunciamento, vou prestar um preito de saudade e de gratidão ao eminente piauiense que foi o Senador Petrônio Portella.

Eu havia conseguido, conforme afirmei anteriormente, sensibilizar todos os Srs. Senadores.

Quando surgiu, misteriosamente, a decisão de rejeição de minha emenda por falta de *quorum*, perguntei a mim mesmo: por que e para que continuar a exercer o meu mandato?

Eu havia obtido o apoio entusiástico do então Líder da Maioria, o saudoso Senador Petrônio Portella, a boa vontade do Presidente Geisel, que me recebera em audiência especial, as assinaturas de todos os vice-líderes, de todos os Senadores dos dois Partidos, com exceção de apenas um, o eminente Senador Paulo Brossard, que me declarou, naquela oportunidade, que a sua assinatura em qualquer proposta de emenda à Constituição legitimaria o que ele chamou de "monstrengo", isto é, o AI-5, e que ele só assinaria uma Pro-

posta de Emenda à Constituição visando a revogação do Ato Institucional nº 5. Tudo, entretanto, resultaria inútil.

Comuniquei, então, a decisão de renunciar ao meu mandato de Senador a Petrônio Portella. O notável Líder disse-me que compreendia a minha angústia e a minha revolta, mas que deveria continuar no exercício do meu mandato porque era um obcecado pela educação. Eu não deveria desistir da luta no Congresso, apesar da profunda decepção que acabara de sofrer. E acrescentou, bem-humorado, Petrônio Portella: "Eu também tenho engolido aqui, sapos, alguns até maiores que o seu, mas, por amor ao Brasil, procuro digerir-los. Continue no Senado, engolindo sapos, porque a educação merece qualquer sacrifício."

Quando narrei esse episódio na Comissão de Educação e Cultura do Senado, o nobre Senador Juracy Magalhães solicitou-me um aparte, para afirmar enfaticamente:

"Aqui, no Senado, nós temos de engolir não apenas sapos, mas também tartarugas, com casco e tudo..."

3. Projeto Educação

A terceira frustração ocorreu por ocasião da elaboração do "Projeto Educação", que representa um esforço sem precedente: o Senado oferece ao Poder Executivo um diagnóstico e um planejamento para a solução do problema do ensino, em todos os níveis, nas duas últimas décadas deste século.

O Sr. Adalberto Sena (PMDB — AC) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Com o maior prazer, eminente Senador Adalberto Sena.

O Sr. Adalberto Sena (PMDB — AC) — Nobre Senador João Calmon, desejo apartear V. Exª atribuindo-me uma condição especial, aquela de testemunha semanal da sua atuação na Comissão de Educação e Cultura. Uma vez que V. Exª começa a tratar do problema do "Projeto Educação", devo dizer-lhe que jamais, nos meus quase 20 anos de Senado, tive ocasião de apreciar um trabalho tão bem organizado e promovido com tanto patriotismo. Desejo, aqui, deixar consignado o meu apoio e as minhas felicitações a V. Exª por aquele trabalho, esperando que produza os resultados colimados, muito embora V. Exª já comece a atribuir-lhe a qualidade de um plano frustrado. Penso que não, penso que aquele esforço que V. Exª fez, secundado por esforços dos nossos Ministros, das nossas autoridades em Educação e dos nossos colegas da Comissão, aquele trabalho não foi perdido, e espero que ele dê os frutos desejados, não digo naquela extensão com que V. Exª deseja, mas, pelo menos, como uma contribuição das mais valiosas para a solução do problema educacional do nosso País. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Agradeço ao eminente Senador Adalberto Sena as suas palavras que muito me emocionam. V. Exª é um veterano na Comissão de Educação e deu, ao longo dos meus quatro anos como Presidente daquela Comissão, uma colaboração realmente inestimável.

Havia sido unanimemente aprovada a convocação de todos os ex-Ministros da Educação para que dessem a inestimável contribuição de sua experiência ao longo de sua atuação no MEC. De repente, foi tomada a surpreendente decisão de desconvocar todos os ex-ministros atingidos por punições dos Atos Institucionais.

À última hora, por força do rolo compressor da maioria, foi cancelada a convocação, já feita, do ex-Ministro Darcy Ribeiro. Em seguida, seus demais colegas, também punidos por Atos Institucionais, não puderam depor na Comissão de Educação e Cultura.

Consegui, apenas, a colaboração de um dos ex-Ministros da Educação, Paulo de Tarso Santos, atingido pela pena de suspensão de seus direitos políticos, convencendo-o de que não fora cassado o seu acesso à utilização dos serviços postais do País. Pedi-lhe que enviasse à Comissão de Educação o resumo de sua contribuição, que seria incluído, integralmente, como foi, no "Projeto Educação".

Não entendi tamanho radicalismo da parte dos que não admitiam que ex-Ministros da Educação cooperassem, também, com suas análises e suas sugestões para a solução do mais grave problema brasileiro.

4. Tentativa de inclusão no programa do PDS da obrigatoriedade da vinculação de um percentual dos Orçamentos Públicos para a Educação.

Escolhido para integrar a Subcomissão de Educação e Cultura da Convenção Nacional do PDS, realizada nos dias 29 e 30 do mês passado, busquei, para a apresentação de minha emenda ao programa do Partido, no art. 13 do Regimento Interno daquele conclave:

"As propostas de Emendas ao Programa e Estatuto poderão ser encaminhadas diretamente à Secretaria da Convenção ou diretamente à Mesa, com justificação."

"Parágrafo 1º: Recebida a proposta de Emenda, o Presidente da Comissão a encaminhará imediatamente à Comissão ou Subcomissão competente para receber parecer."

Minha proposta foi unanimemente aprovada pela Subcomissão de Educação e Cultura e, em seguida, pela Comissão do Programa. No relatório desse órgão consta a aprovação de várias emendas de iniciativa de membros de outras subcomissões, inclusive a minha, com a seguinte referência:

"A Subcomissão de Educação aprovou a inclusão, no Programa, em forma de emenda, de um item relativo à aplicação por parte da União de um total nunca inferior a 12% e os Estados, Territórios, o Distrito Federal e os Municípios, de 24% da renda tributária na manutenção e desenvolvimento do ensino."

O texto integral de minha emenda, que passaria a integrar o programa do PDS, sob o número 56, estabelecia textualmente:

"Recomendar a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição estabelecendo que, anualmente, a União aplicará nunca menos de doze por cento, e os Estados, os Territórios, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e quatro por cento, no mínimo, da renda dos impostos em geral, na manutenção e desenvolvimento do ensino."

A aprovação unânime de minha iniciativa constituiria um passo gigantesco na área da educação, porque daria ao Presidente da República uma arma poderosa, um artigo da Constituição, para enfrentar os tecnoburocratas que, cegos pela preocupação imediatista de combate à inflação e do equilíbrio orçamentário, estão condenando o ensino a receber verbas decrescentes (11% em 1964 — Orçamento elaborado em 1963 — e pouco mais de 4% em 1980).

Essa queda das verbas para a educação foi enfatizada na Câmara dos Deputados pelo ex-Deputado Flexa Ribeiro e aqui no Senado pelo nosso nobre colega, Senador Aderbal Jurema.

Para minha profunda decepção, à última hora, no plenário da Convenção, foi anunciado que minha emenda e todas as demais não poderiam ser votadas em consequência da existência do art. 21 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 e do art. 26 da Resolução nº 10.785, de 15 de fevereiro de 1980, que estabelecem a seguinte exigência:

"Nenhuma proposta de alteração estatutária ou programática será submetida à votação sem prévia publicação, na íntegra, no *Diário Oficial da União*, pelo menos seis meses antes da data da Convenção Nacional."

Os responsáveis pela elaboração do Regimento Interno da Convenção Nacional ignoravam essa exigência da legislação eleitoral ou, então, o dispositivo que acabo de citar não se aplicava à Primeira Convenção Nacional dos Partidos, mas, apenas, às convenções subseqüentes.

De qualquer forma, a educação perdeu, no maior Partido deste país, por imposição da legislação eleitoral vigente, mais uma batalha e eu acrescentei à minha relação de insucessos, na área da Educação, mais uma grave frustração.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — V. Exª permite um aparte?

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Com prazer.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Nobre Senador João Calmon, V. Exª nesta tarde, faz um relato, sucinto embora, dos diferentes estágios por que passou a área educacional do País. Lembro-me de quando V. Exª esteve no Ceará, na sua segunda terra, desde quando é casado com uma cearense minha conterrânea. Na época, era eu Deputado Estadual, não sei se já o Presidente da Assembléia, e V. Exª se encontrava exatamente naquela pregação cívica da Década da Educação. V. Exª se tornava, naquele momento, como que no apóstolo daquela peregrinação. Estou aqui, como cearense, para dar o meu testemunho do trabalho honesto que V. Exª já fez, até hoje, em benefício da educação neste País. Muito obrigado a V. Exª

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Agradeço a V. Exª, nobre Senador Almir Pinto, que é um pouco meu conterrâneo, por suas palavras tão desvanecedoras. Bem me lembro do nosso encontro na Assembléia Legislativa do Ceará, que V. Exª tanto dignificou como dignifica, neste momento, o Senado Federal.

O Sr. Itamar Franco (PMDB — MG) — V. Exª permite um aparte, Senador João Calmon?

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Com todo o prazer.

O Sr. Itamar Franco (PMDB — MG) — Senador João Calmon, há poucos dias, num debate na Câmara Municipal de Juiz de Fora, a convite daquela edilidade, tive oportunidade de recordar o seu esforço e a sua emenda pra-

ticamente assinada por todos os parlamentares, mas que, lamentavelmente, não foi aprovada pelo Congresso Nacional. Chego, hoje, ao plenário, e vejo V. Exª falando na sua quarta frustração, naquela frustração de não conseguir incluir um percentual para a Educação no programa do seu Partido. V. Exª disse o maior Partido, e eu, outro dia, dizia ao Senador Moacyr Dalla que achava que estavam até humildes, porque antigamente a ARENA era o maior Partido do Ocidente, e agora passou a ser o maior Partido do Brasil.

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Eu sou mais modesto do que o Governador Francelino Pereira.

O Sr. Itamar Franco (PMDB — MG) — V. Exª está sendo mais modesto, e eu até espero que em 1982 não seja o menor Partido do Brasil. Mas, de qualquer forma, não é este o ângulo do nosso debate. Quero, mais uma vez, cumprimentar a V. Exª pelo seu esforço, e dizer que a luta não é apenas do Partido de V. Exª, mas uma luta de nós brasileiros. Um País que pretende ser grande no Século XXI tem que investir, quer queira, quer não, em educação. A luta de V. Exª é uma luta de todos nós. Meus parabéns. Lamentavelmente, o Partido de V. Exª não entendeu, mais uma vez, a sua luta, o seu esforço, mas, oxalá, Senador João Calmon, em 1981, o Congresso Nacional, pela iniciativa de V. Exª ou de outros parlamentares possa realmente mostrar ao Executivo que nós, parlamentares, queremos investir em educação.

O Sr. Aderbal Jurema (PDS — PE) — Para uma rápida intervenção, Senador João Calmon?

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Quero agradecer ao eminente Senador Itamar Franco as suas palavras. Realmente, nós temos perdido várias batalhas, mas ganharemos, finalmente, a guerra em favor da educação neste País.

Ouço o nobre Senador Aderbal Jurema.

O Sr. Aderbal Jurema (PDS — PE) — Estou ouvindo, com a maior atenção que merece, o pronunciamento de V. Exª, nesta tarde. Tenho acompanhado a luta de V. Exª por maiores verbas para a educação brasileira. Todos nós sabemos — e ainda há pouco o Senador Itamar Franco assinalava que esta é uma luta de todos nós — todos nós sabemos que gastar com educação é, sem dúvida, investir em seres humanos. Mas, no Brasil, desde a Colônia e o Império, tem sido uma luta sem tréguas convenceremos os Ministros do Erário, os donos da arrecadação, de que nós precisamos gastar com a educação para podermos entrar na era do desenvolvimento. Em verdade, um País como o Brasil, que não tem desenvolvimento integrado, jamais poderá sair do subdesenvolvimento em áreas como o Nordeste, se não investir maciçamente em educação. Portanto, o discurso de V. Exª é o discurso de um sacerdote da causa da educação brasileira. Poderia V. Exª, quando da direção dos órgãos publicitários, não ter se preocupado com esta questão porque, em verdade, esta questão não dá pão nem glória; só dá sacrifício. No entanto, admiro a pertinácia de V. Exª, e como educador da Província de Pernambuco, estou solidário com as palavras de V. Exª

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Agradeço o estímulo de suas palavras, eminente Senador Aderbal Jurema, que é um Mestre da educação em nosso País. A propósito do seu comentário, devo destacar a coragem do ex-Ministro da Educação, Professor Eduardo Portella, que afirmou, em duas reuniões da Comissão de Educação e Cultura do Senado e, depois, da Câmara dos Deputados, que o MEC é "um mero repassador de recursos".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o ex-Ministro Eduardo Portella caracterizou, como apreciamos nos seus dois últimos pronunciamentos nas Comissões de Educação e Cultura do Senado e da Câmara, nos dias 19 e 25 de novembro último, a sua ação à frente do Ministério da Educação e Cultura, por uma admirável coragem. Não hesitou um momento em declarar que o seu Ministério era "um mero repassador de recursos".

A propósito dessa afirmação integralmente verdadeira, devo lembrar uma revelação feita na Comissão de Educação e Cultura do Senado, pelo então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, que nos contou o seguinte episódio: quando ele estava participando de uma Conferência Mundial de Ministros da Educação, na Suíça, logo no início dos trabalhos, um Ministro da Educação da África Negra pediu a palavra e declarou, enérgicamente:

"Todos nós cometemos um grave erro. Embora estejamos participando de uma Conferência Mundial de Ministros da Educação, nós deveríamos ter tomado a iniciativa de endereçar um convite aos Ministros da Fazenda dos nossos respectivos países para este encontro. Deles dependem os recursos para a educação".

No Brasil, o convite deveria ser estendido ao Ministro do Planejamento. Em outras palavras, o professor Eduardo Portella teve a coragem de proclamar a mesma verdade. Realmente, o que pode fazer o Ministro da Educação, no quadro atual brasileiro, se o orçamento da República, na parte destinada ao Ministério da Educação, talvez não tenha uma colaboração significativa

do titular do Ministério da Educação? Passamos a enfrentar, no Brasil, um quadro que nos enche de preocupação. Desde que, em 1967, a conselho do então Ministro do Planejamento, Sr. Roberto Campos, o Presidente Castello Branco eliminou da nossa Constituição a vinculação obrigatória do percentual, que era de 10% do Orçamento da União e de 20% dos orçamentos estaduais e municipais para a manutenção e desenvolvimento do ensino", a verba para educação tem decrescido de maneira alarmante.

Essa queda foi denunciada, inicialmente, por um ex-parlamentar, cujo nome eu cito com o maior respeito e admiração, professor Flexa Ribeiro e depois pelo nobre Senador Aderbal Jurema, relator da parte do Orçamento, referente ao Ministério da Educação. Ambos, pertencentes, como eu, ao Partido do Governo, tiveram a coragem cívica de cumprir o seu dever patriótico, destacando que as verbas destinadas ao Ministério da Educação estavam decrescendo alarmantemente.

Em 1976, impressionado com a queda desses recursos financeiros, tomei a iniciativa de apresentar um projeto de emenda à Constituição restabelecendo a vinculação e aumentando o percentual de 10% para 12% e de 20 para 24% dos orçamentos municipais e estaduais. Esta emenda teve aprovação unânime da ARENA e do MDB. O único que não assinou a emenda foi o Senador Paulo Brossard, mas assumiu o compromisso de votar em favor da emenda em plenário e o cumpriu.

Obviamente, é muito grave o fato do Poder Executivo, num país de tão elevado índice de analfabetismo e de espantosa queda de qualidade do ensino em todos os níveis, não destinar ao MEC os recursos de que necessita para cumprir a sua missão.

Parece-nos, também, deplorável, o fato do Poder Legislativo também ter falhado, no momento em que, soberanamente, poderia restabelecer, através da emenda constitucional de minha iniciativa, com o apoio de todos os senadores dos dois Partidos existentes na época, a vinculação obrigatória de razoável percentagem dos orçamentos públicos para a educação e a cultura.

Infelizmente, apesar de minha emenda ter sido aprovada, também por unanimidade, por uma comissão mista de 11 Senadores e Deputados dos dois Partidos, surgiu, à última hora, uma determinação do Olimpo governamental para que os parlamentares da ARENA não comparecessem ao plenário a fim de que a emenda fosse rejeitada por falta de *quorum*. Todos os detalhes desse rude golpe contra a educação constam do meu livro *História de uma Proposta de Emenda à Constituição*, editado pela Gráfica do Senado.

180 parlamentares, dos quais 66 deputados e 11 senadores da ARENA, votaram a favor da emenda. Não surgiu nenhum voto contrário. A emenda foi rejeitada por falta de *quorum*.

Impõe-se esta conclusão: o problema da educação não depende apenas dos acertos e dos erros do Poder Executivo. A culpa desse quadro tão sombrio deve ser dividida de maneira muito mais ampla, incluindo, também, o Poder Legislativo e, de um modo geral, toda a sociedade brasileira, que ainda não tem a nítida consciência de que deve ser garantida a máxima prioridade ao ensino e à cultura.

No corrente ano, dois ilustres deputados do PMDB, Celso Peçanha, do Estado do Rio, e Júnia Marise, de Minas Gerais, apresentaram nova emenda, semelhante à minha de 1976. O nobre senador do PDS, Senador Jutahy Magalhães, como relator da Comissão Mista que examinou a nova emenda, deu-lhe parecer favorável, aprovado por unanimidade.

Quando se reuniu o Congresso Nacional para a votação da emenda dos dois deputados opositoristas, só compareceram ao plenário 11 parlamentares, dos quais 5 do PDS e 6 dos partidos da Oposição. O autor de uma das emendas, o deputado do PMDB, Celso Peçanha, tomou a iniciativa de pedir ao Senador do PDS, Benedito Canelas, que presidia a sessão, para suspendê-la por falta de número mínimo de presenças (10% de senadores e 10% de deputados). Portanto, a omissão, na área do Legislativo, não pode ser atribuída apenas aos membros do PDS.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não adianta nada a preocupação de lançar pedras apenas sobre o Poder Executivo, criticando os seus rígidos critérios, impostos por frios e insensíveis tecnoburocratas, que são contrários à vinculação de verbas do Orçamento para a Educação. As verbas minguam cada vez mais. O ex-Ministro Eduardo Portella não hesitou em afirmar, sem meias palavras, sem nada ocultar, que há um déficit de 10 bilhões de cruzeiros somente na área das universidades federais, cujos professores iniciaram uma greve nacional. A crise, entretanto, é mais ampla e abrangente, também, o setor privado do ensino superior. Recentemente, reuniu-se em Fortaleza um Congresso Nacional de representantes do ensino superior privado, e os donos das escolas de ensino superior privado lançaram um manifesto com a seguinte ameaça: "Caso persista o injusto tratamento que lhe vem sendo dado e se concretizem as ameaças ao seu funcionamento tranquilo já no corrente ano, 1980, acabará por não ter condições de sobrevivência, vendo-se na contingência de deixar ao Governo a incumbência de absorver os encargos correspon-

dentes a milhões de alunos que atende em todo o País e a muitos milhares de professores, especialistas e funcionários que hoje emprega".

Generaliza-se, portanto, a crise, amontoam-se as dificuldades. Quando os ex-Ministros Jarbas Passarinho e Eduardo Portella cogitaram da introdução de um sistema de ensino superior relativamente pago, apenas para os estudantes que tivessem elevada renda familiar, a reação foi tempestuosa, embora todas as Constituições de nosso País estabeleçam que só um ensino deve ser gratuito, o de 1º grau.

A insensibilidade e a falta de compreensão da transcendental importância do problema do ensino extrapolam os limites do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Também os professores e estudantes não compareceram em massa às galerias do Congresso, quando foram submetidas à votação as emendas de 1976 e 1980 — a última de iniciativa do PMDB, através do Deputado Celso Peçanha e da Deputada Júnia Marise — que garantiriam 12% do Orçamento da União e 24% dos orçamentos estaduais e municipais para a educação.

As galerias do Congresso Nacional estavam vazias. Entretanto, quando foi votada a emenda que garantia aos professores aposentadoria após 25 anos de trabalho, centenas de mestres se comprimiam nas galerias.

A propósito da nossa falta de recursos para a área do ensino, lembro que, em certo momento da história recente do México, foi tomada a decisão de não ser aprovado nenhum empreendimento público sem que antes o Ministro da Educação (na época Torres Bodet, depois Diretor-Geral da UNESCO) atestasse ter sido respeitada a prioridade conferida à educação.

Se esse método fosse adotado no Brasil, provavelmente não seriam aprovados vultuosíssimos recursos para obras faraônicas, de premência e necessidade discutíveis.

O aterrador quadro educacional do Brasil constitui uma das causas preponderantes da iniqua distribuição da renda nacional, que se reflete nos resultados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) realizada, em 1978, pelo IBGE:

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA,
POR FAIXAS DE SALÁRIO MÍNIMO
BRASIL - 1978

FAIXAS DE SALÁRIO MÍNIMO	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA			
	TOTAL	%	REGIÃO V	%
TOTAL	43.280.841		12.451.239	
ATE 1	14.893.667	33,9	6.442.417	51,7
MAIS DE 1 A 2	16.935.701	24,9	2.392.680	18,5
MAIS DE 2 A 3	4.216.257	9,6	587.538	4,7
MAIS DE 3 A 5	3.529.961		481.456	
MAIS DE 5	4.599.561		468.338	
SEM RENDIMENTO	5.205.056		2.136.179	
SEM DECLARAÇÃO	98.658		34.849	
		68,5		74,9

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1978 IBGE
Região V: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

O Sr. Lenoir Vargas (PDS — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Com todo prazer.

O Sr. Lenoir Vargas (PDS — SC) — Senador João Calmon, apenas para trazer o testemunho de um velho companheiro da maneira eficiente e brilhante com que V. Ex^a vem dirigindo a Comissão de Educação e Cultura no Senado da República, e também para dizer ao nobre colega que as emendas sugeridas por V. Ex^a, na Convenção Nacional do nosso Partido, contavam com o apoio integral da representação de Santa Catarina naquela convenção. Tive oportunidade de manifestar o meu inconformismo com aquela decisão, por que entendo que aquela lei referente aos seis meses, mencionada por V. Ex^a, é para ser aplicada quando os partidos tiverem sua constituição definitiva e os seus estatutos definitivos. Naturalmente por precaução, a Comissão encarregada de apreciar a matéria opinou que se aguardasse nova convenção e a publicação das emendas. Na verdade, entendo que, enquanto os partidos têm a sua condição de partidos provisórios, os seus estatutos não são definitivos, os seus programas não são definitivos. Evidentemente que, na primeira convenção, não havia necessidade da publicação com antecedência de seis meses, mesmo porque muitas resoluções tomadas nas convenções regionais, sugerindo emendas, e a convenção nacional sendo realizada um mês após, evidentemente não havia tempo suficiente para que houvesse essa publicação de seis meses. De modo que V. Ex^a tinha já o apoio antecipado de Santa Catarina para as emendas que apresentou. Mais uma vez V. Ex^a demonstrava que se empenha, em todos os flancos, em todos os setores, em todos os horizontes, em benefício da educação brasileira. Meus parabéns a V. Ex^a

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Agradeço ao eminente representante de Santa Catarina seu precioso subsídio, e vou levá-lo à Direção do meu Partido, procurando reivindicar a inclusão imediata dessa emenda, aprovada por unanimidade, no Programa do PDS.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com quase 70% dos brasileiros, de acordo com o IBGE, enquadrados nas categorias de indigentes (ganhando até um salário mínimo), de miseráveis (ganhando entre um e dois salários mínimos) e de pobres (ganhando entre dois e três salários mínimos), só a miopia mental não vê que vivemos sobre a cratera de um vulcão, cuja erupção poderá começar a qualquer momento. Eu diria até que me parece surpreendente que essa erupção ainda não se tenha iniciado.

Depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Puebla, a Igreja Católica fez uma clara e inofensiva "opção pelos pobres". Em seus sermões, os padres já não aconselham paciência e resignação aos fiéis, à espera de uma compensação ou de um prêmio no Céu ou no Paraíso. Reivindicam justiça social aqui mesmo em nosso Planeta e não depois da morte.

Passando da palavra para a ação, a Igreja começou a implantar nas cidades grandes, médias e pequenas, nas vilas e na área rural, as Comunidades Eclesiais de Base, que não podem fugir a infiltrações ideológicas.

A teimosia na manutenção desse desumano quadro de distribuição da riqueza do País já não conta com a aliança, inconsciente ou inconciente, com os que pregavam a necessidade da aceitação passiva da miséria.

Resta um fator favorável à manutenção da infeliz situação atual, com o contraste entre a riqueza de uma pequena minoria e a miséria da maioria do povo brasileiro, que já foi definida por um Presidente, depois da Revolução de 64, como uma "vergonha nacional" — só resta um aliado: a ignorância, o analfabetismo, o semi-analfabetismo. Povo ignorante não pode ou não sabe reivindicar. Não vive: vegeta em favelas, em alagados, em mocambos e na área rural.

As preocupações dos tecnocratas se concentram na dívida externa, no equilíbrio da balança comercial e dos orçamentos públicos, relegando a plano secundário a astronômica dívida social com os indigentes, os miseráveis, os pobres, os doentes, os ignorantes. Com grande antecedência cuidam da implantação de usinas nucleares, para evitar que o País, nas proximidades do ano 2000, mergulhe na escuridão ou veja suas indústrias paralisadas, depois de exaurida a nossa capacidade de geração de energia hidroelétrica.

Diante dos aumentos crescentes dos preços do petróleo, impostos pela OPEP, o Governo se mobiliza para agilizar o Programa do PROALCOOL.

As iniciativas que, inegavelmente, têm sido tomadas pelo Poder Executivo, na área social, não podem ser consideradas razoavelmente satisfatórias, em virtude da prioridade dada aos recursos para os empreendimentos já citados e para Itaipu, a Ferrovia do Aço, os metrô, etc.

Ninguém duvida da necessidade dessas obras, embora outros dramas, inclusive o do Nordeste, possam provocar, muito antes do ano 2000, explosões de características atômicas, uma verdadeira convulsão social.

A greve, ainda em curso, de professores e estudantes acarretará consequências mais graves do que as esperadas pelas autoridades, por ocasião da paralisação dos trabalhos dos metalúrgicos do ABC, em 1978.

Afirma-se, ultimamente, na base do "óbvio ululante", a propósito das reivindicações do magistério, que "o Orçamento é finito". Não esqueçamos, entretanto, que a paciência e a capacidade de sofrimento do povo também são finitas.

Com esta reflexão, encerro o balanço do esforço não integralmente bem sucedido que, nos últimos anos, empreendi como Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, a cidade de Uraí dista 40 quilômetros de Londrina, e foi ali que, no ano de 1937, se introduziu a cultura de uma fibra japonesa, chamada rami. É um rizoma, uma cultura permanente, e que oferece uma fibra semelhante ao agave, mais rica, entretanto, porque possibilita a industrialização de um tecido semelhante ao linho e, além disso, milhares de outros usos lhes têm sido reservados. Dois mil, duzentos e sessenta e dois hectares das terras férteis de Uraí são cultivadas com esse produto, isto é, quase que 30% da totalidade das terras férteis de Uraí. Os produtores são em reduzido número. Quarenta e cinco da produção nacional, basta dizer, é de um produtor local, de um grande fazendeiro, que tem diversas terras na região, chamado Susumo Itimura.

Essa fibra é colhida e desfibrada numa pequena máquina, chamada máquina "periquito", muito rudimentar. Desde que o rami foi introduzido naquela região, o seu desfibramento é feito através daquele processo. Sendo má-

quinas desgarradas de mecanismo de proteção, oferecem grande possibilidade de risco aos seus operadores. Não é por outra razão que muitos deles têm perdido dedos, braços inteiros, sobretudo nas camadas mais pobres da população, mesmo porque o grande produtor do rami ou o pequeno produtor, jamais, pessoalmente, se aproximam delas. Quando os trabalhadores perdem os braços — na grande maioria, bóias-frias, nordestinos sofridos — recebem miserável indenização, são até mesmo enxotados para que não cheguem a dar conhecimento à Justiça ou à polícia desses acontecimentos que podem ensejar obrigatoriedade de pagamento de indenização.

A despeito de longas reclamações, esses fatos se vinham mantendo ocultos do conhecimento nacional, até que um Vereador da cidade, homem do povo, identificado com os sentimentos de sua região, resolveu fazer uma denúncia aos jornais sobre a existência desses freqüentes acidentes. Foi assim que o Vereador de Uraí, pertencendo ao PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, denunciou à Nação a existência de quase três mil casos de mutilados no Paraná ao longo desses anos. Confirmando a realidade da proporção desses casos, Uraí já vinha sendo conhecida, no Paraná, como a cidade dos manetas, como a cidade dos mutilados. Houve uma grande divulgação, a partir da constatação daquele fato, por jornalistas que se dirigiram à Cidade de Uraí em busca de evidências, de fatos concretos.

Pois bem, Srs. Senadores, o que surpreende é que o General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho no Paraná, que tem jurisdição fiscalizadora sobre aquele setor, desmentiu o fato afirmando que não houve mais do que sete acidentes com aquelas máquinas e fez essa declaração à *Folha de S. Paulo*, do dia 22 de novembro último:

"O Delegado Regional do Trabalho, do Paraná General Adalberto Massa, informou em telex enviado à *Folha de S. Paulo* que nos últimos cinco anos houve sete acidentes em toda região produtora de rami do Estado."

Srs. Senadores, eu tenho aqui, só do Juízo de Assaí, 53 casos arrolados de pessoas que perderam braços, mãos e dedos nessas máquinas. Então, esse fato mostra a insinceridade das autoridades do País. Aliás, ninguém desconhece que este Governo é o mais desacreditado de quantos já houve no País.

Há um princípio sociológico que diz: as estruturas propendem a se manter "e os governos antidemocráticos, desumanos, procuram perpetuar-se. Quando não mais a nação admite o recurso à força, ao amedrontamento, eles recorrem à corrupção e à mentira". Aqui está o caso de um Delegado do Trabalho sonhando a verdade para defender seu regime e manter o seu posto.

Então, estou aqui, Srs. Senadores, com os mais recentes casos de Uraí, registrados, de 53 pessoas que perderam os braços, as mãos e dedos. Na maioria, são os bóias-frias, homens que rumam para o Sul, não encontram emprego e vão trabalhar naquelas máquinas miseráveis, mutilam-se, recebem insignificantes indenizações quando não recebem ameaças de serem presos e fogue. As suas vidas, que, tão limitadas para o trabalho, ficam mais ainda restritas depois que perdem as mãos, os braços, os dedos.

Tenho em mãos, para que integre o meu discurso, uma certidão do Cartório do Civil de Uraí, de 29-11-80, relacionando 53 acidentados, que correspondem a menos de 10% do que acontece, pois a massa que vai a juízo não ultrapassa nunca tal percentual. Aqui vejo a relação macabra! Que o Delegado Regional do Trabalho desmente, nega existir: João Bernardino da Fonseca, no dia 27-3-74, em Uraí, trabalhava para os irmãos Itimura. Perdeu numa máquina daquelas o antebraço, recebeu de indenização doze mil cruzeiros. Maria Vanilda dos Santos, trabalhava para o mesmo patrão, na cidade de Maravilha, em 10-4-74, perdeu o primeiro, segundo e o terceiro quirodáctilo e a primeira e a segunda falange. Salvano da Silva recebeu Cr\$ 4.551,18 cruzeiros por uma mão. Salvano da Silva, que trabalhava para Salvador Fernando Garcia, em Barbosa Ferraz, perdeu o braço esquerdo, recebeu Cr\$ 7.872,76 cruzeiros, na Justiça. A lista é longa, por isso peço sua publicação ao final. Júlio Ferreira amputou o braço esquerdo, recebeu Cr\$ 9.107,00, isto dois anos depois. Antônio Rabelo de Oliveira, perdeu o antebraço esquerdo. Aparecido Leopoldino perdeu o dedo médio da mão direita, recebeu Cr\$ 2.894,00.

Como esses, Sr. Presidente, são os demais figurantes da lista. A despeito de constar da Comarca registros dessa natureza, o General Massa, Delegado do Trabalho, procura negar a veracidade dos fatos denunciados pelo Vereador, dizendo que foram sete apenas, procurando, através da escamoteação, esconder da Nação o que está ocorrendo nesse setor econômico, sem maior interesse para o País, porque o rami, na quase totalidade, é exportado para o Japão. Quem fixa o preço dessa matéria-prima é o exterior. A comercialização é feita por firmas externas. Para os miseráveis, os brasileiros, ficam apenas as mutilações horrendas, as famílias mais empobrecidas e o acobertamento dos fatos clamorosos por parte de autoridades que têm o dever de denunciá-los e preveni-los.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Eu gostaria de confirmar, com o Sr. Presidente, que esses dados e valores nós temos realmente um planejamento operativo da SUDENE, realista e voltado para metas exequíveis. Então, com esses dados, temos, Sr. Presidente, naturalmente um horizonte que se estende apenas até 1985. Só se for do desejo de V. Ex.ª que poderemos integrar, para compor o quadro de análise que V. Ex.ª pretende fazer. Realmente, temos esses dados. "O que precisamos é recursos para expandir esses programas um por um, em toda a região". Isso já temos, em caráter absolutamente definido. São estudos completos e, naturalmente, não são do domínio público, por uma certa conveniência do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Tivemos a oportunidade de ouvir de alguns técnicos que nos acompanharam que muitos projetos que têm estão nas prateleiras, porque exatamente faltam recursos. E ouvimos mais, ainda, que temos perto de 100 a 120 mil hectares de terras de áreas desapropriadas, terras preparadas e que não se cumprem um programa por falta de recursos. Acho que é a hora em que devemos aproveitar para brigarmos juntos...

O SR. ALBERTO SILVA — Em aditamento ao que V. Ex.ª está dizendo, acho que seria oportuníssimo que o Dr. Salmito nos fornecesse esses elementos para podermos concluir o nosso relatório...

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Exato.

O SR. ALBERTO SILVA — ...da nossa visita. Inclusive para ajudar a SUDENE naquilo que ela pretende fazer.

Eu queria lembrar, também, uma das informações que obtivemos de técnicos da SUDENE, daquelas áreas dos perímetros molhados e dos açudes, onde a SUDENE tem alguns projetos programados para estes perímetros, de execução, relativamente, mais fácil do que o da irrigação a jusante e que nos pareceu uma das coisas mais notáveis que a SUDENE fez, que é esse levantamento, conjuntamente com o DNOCS, de aproveitar os perímetros molhados dos grandes reservatórios, onde tem várias várzeas fáclimas de irrigar, por um processo bem simples e que têm projetos no DNOCS ou na SUDENE.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Posso confirmar, com relação a esse ponto que o Sr. Senador Alberto Silva levantou, Sr. Presidente, que já demos de fato o primeiro passo. Firmamos convênio com o DNOCS e o DNOCS, neste momento, está aproveitando as chamadas vazantes dos açudes, exatamente a área úmida, quando o lençol d'gua vai baixando. Já firmamos convênios exatamente fora da irrigação — digamos — institucional, e o DNOCS já está começando a operar, dentro dos primeiros passos dados.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Esse é um subsídio valioso, uma quantidade de projetos desta natureza. Assim, podemos completar o nosso relatório.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sim, Senhor. (Inaudível.)

O SR. ALMIR PINTO — Este é um assunto de alta relevância e que, de certa maneira, o nosso colega Alberto Silva nos deu um relatório bem interessante.

Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex.ª que consultasse ao Dr. Salmito se seria possível um outro encontro, ainda hoje, possivelmente às 16 horas, pois, na sessão plenária do Senado, será a despedida do nosso colega Henrique de La Rocque. Eu gostaria de saber se poderíamos estar aqui, neste salão, para complementarmos justamente aquilo que o Senador Alberto Silva falou, a conjunção dos dois relatórios, a viagem do Nordeste com o CTA.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A pergunta está feita.

A despedida do Senador La Rocque terá uma série de apartes, pois cada um vai querer dar uma palavra de despedida ao nosso grande amigo.

O SR. ALMIR PINTO — Às 16 horas e 30 minutos, são duas horas, porque começa às 14 horas e 30 minutos a sessão plenária.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Então, às 16 horas e 30 minutos poderíamos prosseguir, inclusive, sei que talvez o Dr. Salmito não tenha assim, de pronto, para nos entregar, dados sobre esta programação. Mas, se não tiver, ainda contamos com nossa reunião marcada para o dia 2; estará presente o Diretor do DNOCS, temos ainda tempo para que possamos, assim mesmo, até se alguns dos nossos Senadores pudessem debater mais o assunto, pegar esses programas, aí seria o caso dos nossos relatores, para que a gente pudesse mesmo, obtendo isso, fazer constar desse resumo, da parte final, da parte conclusiva.

Mesmo que não tenha hoje a reunião, para fazer a entrega disso, porque V. S.ª não está assim prevenido de tudo que poderíamos necessitar, mas depois, haveria oportunidade de receber isso.

Vamos suspender a sessão e a reabriremos às 16 horas e 30 minutos.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

3ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 1980

Às dez horas do dia dois de setembro de mil novecentos e oitenta, na Sala "Clóvis Bevilacqua", presentes os Senhores Senadores Mendes Canale, Presidente, Raimundo Parente, Almir Pinto, Vicente Vuolo, Agenor Maira, Mauro Benevides, Jarbas Passarinho, Alberto Silva e o Dr. José Osvaldo Pontes, Diretor-Geral do DNOCS, reúne-se a Comissão de Assuntos Regionais.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Lins, Evandro Carreira e a Senadora Eunice Michiles.

Ao constatar a existência de número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

Em seguida, é apreciado o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1980, que "autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, autarquia vinculada ao Ministério do Interior, a doar a área de terreno que menciona, situada no Município de Orós, no Estado do Ceará.

Após submetido à discussão e colocado em votação, é aprovado o parecer favorável, apresentado pelo Relator, Senador Mauro Benevides.

A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Diretor-Geral do DNOCS, Dr. José Osvaldo Pontes, que aborda o tema sobre a Problemática das Secas do Nordeste.

Usam da palavra, para debater o assunto, os Senhores Senadores Jarbas Passarinho, Mendes Canale, Almir Pinto, Agenor Maria e Alberto Silva.

Logo após a exposição do Dr. José Osvaldo Pontes, o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo a esta Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS, REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 1980. REFERENTE À PALESTRA DO DR. JOSÉ OSWALDO PONTES, DIRETOR-GERAL DO DNOCS, SOBRE "A PROBLEMÁTICA DAS SECAS DO NORDESTE", QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SR. PRESIDENTE.

PRESIDENTE: SENADOR MENDES CANALE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR AGENOR MARIA

INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO:

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Havendo número legal, declaro aberta a presente reunião da Comissão de Assuntos Regionais, especialmente convocada para ouvirmos o Diretor-Geral do DNOCS, Dr. José Osvaldo Pontes, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Exm.º Sr. Senador Mendes Canale, digníssimo Presidente da Comissão de Assuntos Regionais do Senado Federal, Exm.º Sr. Senador Jarbas Passarinho, Líder do PDS nesta Casa, Srs. Senadores, companheiros do DNOCS,

recebemos este convite para comparecer-mos a esta Comissão como uma deferência especial de V. Ex.ª ressaltando que esses encontros de executivos com parlamentares são sempre da maior utilidade porque, se de um lado, trazemos a experiência da vivência direta com os problemas do Executivo, principalmente numa área-problema como o Nordeste, de outro lado, só temos a aprender com a outra face do problema que é a vivência dos Srs. Parlamentares, dos políticos que têm um enfoque diferente que vem ajudar os executivos a ajustar as suas linhas de ação.

Vivemos, atualmente, um quadro difícil no Nordeste. Além dos problemas institucionais e estruturais, a região atravessa, no momento, uma seca prolongada atingindo quase toda a região, com os problemas naturais decorrentes dessa seca.

Sobre as medidas que o Governo Federal vem adotando para assistir a população assolada pela seca, acho desnecessário nós nos estendermos, uma vez que a ilustre Comissão já visitou a região, teve conhecimento direto de como está sendo procedida essa assistência e, também, teve oportunidade de assistir a duas exposições do Superintendente da SUDENE, a quem está diretamente afeta a condução dessa assistência, inclusive, na semana passada.

Apesar de considerarmos que a seca é um problema conjuntural, um problema emergencial, pelas dificuldades que traz à região, pelos males que traz às famílias pobres da região Nordeste, ela merece ser enfocada com um destaque especial.

Eu gostaria de apresentar um ligeiro histórico da evolução da seca no Nordeste, através daquele quadro em que nós mostramos que a seca tem características com fatores inter-relacionados: os fatores hidrológicos, que são representados pela escassez e má distribuição das chuvas; os econômicos, naturalmente pela repercussão que a falta d'água traz a uma região habitada pelo homem, quer dizer, tem interferências econômicas e sociais.

A primeira seca registrada pela História foi em 1583, quando Fernão Cardy registrou a ocorrência de uma seca em Pernambuco. No século XVIII, a História registra a ocorrência de 14 secas. No século XIX, 12 secas, e, no século XX, até 1980, estão registradas 17 secas, considerando uma seca anual; houve uma seca em 1979 e uma seca, agora, em 1980.

Como consequência, em 1778, tivemos, a perda de 7/8 do gado do Estado do Ceará. Em 1790, pereceram 30% da população de Pernambuco, vitimados pela seca. Na grande seca de 1877/1880 — que ficou marcada na História como a grande seca do Nordeste — só no Ceará pereceram 500 mil pessoas, que representavam 50% da população do Estado, na época. E todo o rebanho da região pereceu com a seca.

A seca de 1877 comoveu tanto a Nação, teve tanta repercussão no próprio reino, na própria corte, que ficou famosa aquela frase de D. Pedro II de que "empenharia a última jóia da sua coroa, mas não morreria um cearense me". No entanto, morreram 500 mil cearenses naquela seca.

Mas, a partir daí, passou o Governo Federal, o Governo central, a se preocupar com o problema da seca, com o problema do Nordeste. E já após essa seca, foram criadas comissões efêmeras pelo Governo Federal e, inclusive, as primeiras missões técnicas de cientistas trazidos da América e da Europa percorreram o Nordeste com vistas a identificar, diagnosticar e indicar soluções para esse problema.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Dr. Pontes, qual é o critério para considerar a existência da seca?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — O critério é complexo. Primeiro, a limitação da precipitação pluviométrica. Quando a precipitação é inferior a 400 mm, já há ocorrência de frustração de safras. Mesmo que essa precipitação atinja médias mais elevadas, a má distribuição, a irregular distribuição das chuvas pode acarretar frustração de safras. Acho que hoje o critério mais seguro é o da frustração das safras agrícolas. Quando há frustração de safra, então há uma seca porque, como consequência, temos o desemprego no meio rural, a liberação dos agricultores das fazendas que ficam sem condições de manter esses homens e, portanto, leva a esse problema social que é caracterizado como a seca. Mas, o critério é ou pela limitação da precipitação, ou pela má distribuição dessa precipitação.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Em alguns casos, por exemplo, atinge uma parte mais reduzida da superfície e, em outros casos, toda ela.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Pode ser parcial ou geral.

Este ano tivemos municípios que tiveram 750 mm de precipitação e, no entanto, essa má distribuição concentrada em 20 a 40 dias, levou à frustração da safra e esses municípios são, hoje, considerados áreas críticas e assim reconhecidos pela SUDENE.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Com essas primeiras providências e a partir de 1909, quando foi criada a IFOCS — Inspeção Federal de Obras Contra as Secas — que era uma divisão do Ministério de Viação e Obras Públicas, passou o Governo a manter um atendimento mais permanente ao problema das secas. E as providências de assistência foram evoluindo de maneira que, mais recentemente, nós já registramos que as secas não vêm trazendo mais nenhuma vítima direta, por fome ou por sede.

A forma de atendimento, essa assistência emergencial, vem evoluindo ao longo do tempo, sempre caracterizada por uma preocupação básica do Governo Federal, que é a de atender, da melhor maneira possível, a essas famílias desassistidas, evitando as consequências mais trágicas que seriam a morte por fome ou por sede.

O DNOCS foi criado, em 1909, com essa missão precípua de combater os efeitos da seca. E passou a adotar, a partir daquela data, medidas de assistência a essas famílias, a essas populações flageladas.

Antes de 32, os retirantes, por falta de condição local, de assistência local as populações rurais, procuravam as estradas, os centros urbanos e eram assistidos sob latadas em alguns subúrbios das cidades. Era a figura do retirante que ficou marcada na História, inclusive Rachel de Queiroz bem mostrou isso com o livro *O Quinze*, no qual ela registra a figura do retirante.

Já a partir de 32, passou-se a adotar uma outra sistemática de assistência. O Ministro José Américo de Almeida e o Diretor da IFOCS de então, Engenheiro Luiz Vieira, passaram a adotar uma outra sistemática, que eram os

campos de concentração. Junto aos grandes centros urbanos eram criados campos de concentração, onde essas famílias eram assistidas com alimentos e água. A preocupação básica era a subsistência do homem. Era a única preocupação, não havia nenhum trabalho oferecido por essa população. Naturalmente, esses campos de concentração traziam consequências danosas com problemas de saúde, de promiscuidade, problemas terríveis.

Partiu-se daí para, já na década de 30, mudar o enfoque e passou-se a criar aquelas chamadas frentes de trabalho. Então, procurava-se reter, da melhor maneira possível, essas famílias, junto aos seus locais de habitação, de maneira que elas pudessem, ao serem alistadas nas frentes de serviço, oferecerem algum trabalho e serem remuneradas para poderem assistir às suas famílias.

Ainda nessa época, havia uma aglomeração grande, havia concentrações enormes de trabalhadores, naturalmente com todas aquelas consequências: problemas sanitários, o problema do trabalhador, do chefe da família que se ausentava e deixava de dar aquela assistência. Muitos deles não voltavam, abandonavam a família, deixavam a mulher e os filhos. Durante esse período procurava-se assistir com esse enfoque, mas eram obras muitas vezes improvisadas, e o retorno do capital, quer dizer, desses recursos que eram dispendidos, era muito pequeno, inclusive porque todas essas obras eram desenvolvidas com mão-de-obra braçal, com a enxada, com a picareta, a chibança. De maneira que, as obras mais escolhidas eram as de estradas, porque como era uma obra desenvolvida linearmente, ela podia acolher maior número de trabalhadores. Por isso eram as obras mais escolhidas, como também os açudes, pequenos e médios ou, então, as estradas; de preferência, as estradas, porque era o tipo de obra que podia assistir o maior número de trabalhadores.

Nesta época é que se caracterizou — e é bom que se diga —, o que se passou a chamar "indústria da seca". Inclusive o DNOCS foi muito injustificado e criticado, por ter criado no Nordeste uma indústria da seca. Na realidade, nessa época, os recursos do Governo Federal para assistir essas populações eram liberados com muito atraso. Muitas vezes, quando os recursos chegavam, já haviam terminado as secas; quando os recursos chegavam às mãos do DNOCS, a seca já tinha terminado. Então, a única maneira que se encontrou para assistir essa população, era através dos chamados fornecimentos, as cadernetas. Cada trabalhador alistado na frente de serviço, recebia uma cadernetta que possibilitava a ele ser fornecido nos tais fornecimentos. E tinha, como complementação, os chamados famosos "vales", que era a verdadeira moeda que circulava nas frentes de serviço nessa época.

Ora, os comerciantes, embora com todos os cuidados que os técnicos do DNOCS tinham, em manter uma fiscalização, uma tabela de preço, — a extensão do problema — em 1958, por exemplo, o DNOCS sozinho tinha 550 mil homens alistados na frente, com o mesmo no seu quadro de pessoal — tinham que assistir e administrar todo esse pessoal, havia técnicos que tinham sob sua administração direta 25 mil, 30 mil homens, esses fornecimentos eram o próprio sistema, a maneira de assistir e trazia no seu bojo toda uma série de distorções. Então, o homem era realmente explorado nesses fornecimentos, e os vales eram descontados, porque os comerciantes tinham conhecimento, já de uma experiência própria, da grande demora que eles iam ter em receber os pagamentos, descontavam esses vales com grande desconto.

Isso criou aquela imagem de que muitas fortunas se criaram no Nordeste depois das secas, através desse sistema de fornecimentos e do desconto do vale. Os técnicos do DNOCS passaram a assumir essa responsabilidade, pois diziam que o DNOCS estava criando uma indústria de secas.

Com os meios disponíveis na época, em consequência desse grande atraso na liberação de recursos, não havia outra maneira, porque muitas vezes o técnico que estava à frente de uma frente de serviço, ficava na dúvida: se fechasse o fornecimento, quem iria assistir o homem? Onde o homem iria ter os alimentos para o seu sustento? De maneira que havia aquele drama e o sistema era realmente viciado.

Mais recentemente, depois da SUDENE, passou-se a fazer uma melhor programação do problema da seca, através daqueles planos anuais preventivos de combate às secas. A SUDENE todo ano, submete ao Conselho Deliberativo, um plano anual preventivo, já preparado, selecionando as obras e procurando melhor ordenar os trabalhos, de maneira que essas distorções pudessem ser eliminadas inclusive com o início do pagamento direto aos trabalhadores, em dinheiro, que foi a grande inovação que permitiu a eliminação do fornecimento, da figura do fornecimento e, portanto um atendimento melhor, com o fim de o homem ser menos explorado.

É bom que se lembre também que, naquela época, na década de 40/50, nós não dispúnhamos dos instrumentos como a COBAL, a SUNAB, que procuram hoje ser instrumentos válidos e estão, inclusive, ajudando na seca deste ano, a controlar, a regular os preços e o mercado abastecedor.

Mas se continuou, ainda nessa época, a se trabalhar com as frentes de serviço na execução de obras públicas. E somente a partir do ano passado, o Ministro Mário Andreazza, face às críticas que também se faziam a essas frentes de trabalho, que realmente traziam problemas porque continuavam a perdurar alguns problemas que não foram solucionados através do pagamento direto, com essa nova sistemática, que era o problema da falta de condições sanitárias das concentrações, do homem abandonar o seu lar e a falta de assistência direta à família, passou o Ministro Andreazza a autorizar uma nova sistemática de atendimento às vítimas da seca, através do atendimento direto na propriedade.

No ano passado, esse sistema funcionou razoavelmente bem. Este ano, houve alguns ajustamentos e o sistema está aí, atendendo, hoje a cerca de 550 mil pessoas; mais de 180 mil propriedades agrícolas estão assistidas a fundo perdido, além do seguimento de crédito que também assiste a uma determinada propriedade. Quanto ao problema da assistência deste ano, como disse inicialmente, vou me excusar de entrar em novos detalhes, porque já foi suficientemente debatido.

O que nós achamos de essencial, e inclusive, nós louvamos essa iniciativa da Comissão de Assuntos Regionais do Senado, nessa preocupação com o problema do Nordeste, é que o problema da seca, o problema emergencial, o problema de assistência, são problemas transitórios, que naturalmente estão exigindo um esforço muito grande do Governo em liberação dos recursos, que estão vultosos, pelo volume que está assumindo o problema. Mas o que importa, o que é essencial, é analisar os problemas estruturais do Nordeste. Porque este problema da seca — ela ocorre este ano — está sujeita a ocorrer no próximo ano e, daqui a alguns anos, nós vamos ter sempre presente que a seca — como diz o Ministro Andreazza — no Nordeste, tem que ter um tratamento como se tivesse estado permanente de seca.

O SR. (Inalldível) — V. Ex^a me permite?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Pois não.

O SR. (Inalldível) — Foi exatamente esse o posicionamento da nossa Comissão, quando debatemos com o Superintendente da SUDENE, o problema relacionado com as secas. Hoje, quando nós vivemos esse respique da frustração de safra, ocorrido em 1979, e agora repetida, em 1980, em que o Governo lança o programa de emergência, nós estudamos a forma e sofremos determinadas críticas da Comissão sobre a maneira adotada, principalmente, no sentido do chamado fundo perdido, mas fomos bem claros nesse posicionamento ao Superintendente da SUDENE, que o que interessa de fato à Comissão, é a parte estrutural, é uma programação objetiva, com o sentido de que a SUDENE, com o problema também do DNOCS, desenvolva programas que possam de fato solucionar, não a curto prazo, mas a longo prazo, o problema da situação das secas do Nordeste. Quanto a essa parte de emergência, a Comissão acompanhou, fez as suas observações, mas agora nós estamos aqui ouvindo V. S^a e ficamos satisfeitos, porque antes mesmo da Comissão dizer do seu pensamento que foi dispendido ao Superintendente da SUDENE, V. S^a adianta dizendo que de fato o objetivo maior é a formação de uma estrutura que possa de fato atender em definitivo o problema do Nordeste.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Muito obrigado. Mas o que nos preocupa realmente, embora reconheçamos todo um empenho muito grande do Governo Federal em melhorar sempre, pela evolução do tratamento que se dá a vítima da seca, melhorar sempre essa assistência — ela é importante, porque envolve contingentes muito grandes de população, principalmente daquela população mais pobre, que precisa ser assistida, e a maneira de assistir é importante, para evitar distorções, para que o dinheiro seja realmente bem empregado, bem administrado, nós nos preocupamos muito mais do que isso, quer dizer, com o problema mais profundo das causas maiores desse quadro de pobreza na Região Nordeste. O Nordeste hoje, principalmente o meio rural do Nordeste, o chamado Polígono das Secas, hoje se constitui no maior bolsão de pobreza do Brasil. Este quadro de pobreza absoluta, de subdesenvolvimento, de estagnação, é que precisa ser removido.

Nós vamos procurar aqui, naturalmente sem querer abusar do tempo de V. Ex^a, dar o nosso pensamento, as causas desse quadro do Nordeste e, naturalmente, indicar alguns programas que estamos procurando desenvolver, que vêm procurar mudar essa estrutura, esse quadro.

O Polígono das Secas está registrado por essa poligonal marrom, envolve parte do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, parte da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o norte de Minas Gerais; esta é a nossa área de atuação e é, por lei, definida como área de atuação do DNOCS e convencionou-se a chamar de Polígono das Secas.

Essa área está mais ou menos coerente com a isoeta de 800 milímetros, esse quadro que está ponteadado é exatamente a área da isoeta de 800 milímetros.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Com média de precipitação...

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Com média de precipitação anual.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Em Israel, eles consideram, até 200 milímetros, como área extremamente irrigada.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Mas a nossa média aqui, como vamos observar adiante, não é a precipitação... As características nossas é que essa precipitação é mal distribuída no tempo e no espaço, no interanual e dentro do próprio ano; é concentrada. Só podemos ter altas precipitações, 800 milímetros já é considerada uma alta precipitação, mas concentrada em poucos meses do ano, às vezes, não dá essa distribuição, para completar o ciclo das culturas e, então, dá uma frustração de safras.

Ai nós temos, pela história das secas, a ocorrência de secas, e 81 a 100% das secas registradas pela história ocorrem nessa área desse primeiro Polígono, mais ou menos. Dá uma coerência com o legislador que fixou aquela área do Polígono das Secas; há uma certa coerência, não só pela isoeta, como pela própria ocorrência da seca na região.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Essa área abrange Ceará, Rio Grande do Norte?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Parte do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, parte da Bahia — o sertão...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não, não, área prioritária.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Área prioritária é exatamente o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e o sertão de Pernambuco.

Mas consideramos como causas fundamentais da pobreza do Nordeste, desse quadro atual, primeiro: o meio físico e suas limitações, principalmente o problema dos recursos hídricos deficitários, porque se nós temos precipitações até de 800 milímetros — varia de 400 a 800 milímetros —, temos uma evaporação média anual de 2 mil milímetros. Em todos os meses do ano, o balanço hídrico é deficitário, isto é, a evaporação é superior à precipitação.

Então, essa é uma característica e, daí, a importância da água; ela, no Nordeste, é importante. Todos os rios, com exceção do Parnaíba e do São Francisco, são intermitentes, que correm poucos meses do ano, correm 30 dias e, cessado o período de chuvas, o rio está completamente seco. Então, o problema da água é importante. O problema do solo também. Nossos solos são rasos, erodidos, são solos em que o embasamento cristalino aflora em mais de 50% da área do Polígono. Temos um quadro que mostra as formações geológicas do Nordeste — toda essa área alaranjada é o embasamento cristalino precambriano aflorando; são solos de 20 centímetros de espessura, duros e onde, inclusive, não se permite a formação de aquíferos subterrâneos.

A outra área, amarela, é a formação sedimentar, onde é mais favorável a formação de aquíferos, onde o poço se justifica mais, tem maior produtividade. Essa área alaranjada é que nós indicamos para reservação d'água através de açude, aproveitamento de água superficial através da produção de açudes.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Área do cristalino?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Área do cristalino.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Vamos esperar quando V. S^a cavar um poço, e achar diamantes ou ouro.

Dr. Pontes, eu lastimo — e aí o Presidente me desculpe, ficaria aqui de muito bom grado para ouvir essa lição —, mas infelizmente tenho um compromisso às 11 horas; naturalmente, a palestra vai ser depois distribuída pela Comissão, mas se o Presidente me permitisse e o Dr. Pontes, gostaria, antes de sair, de antecipar uma pergunta. (Aqui escândalo do Presidente e do depoente.)

O Dr. Pontes falou, exatamente, sobre essa nova teoria de convivência com a seca como se ela fosse um estado permanente. E, há dias, eu li que o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica pensava em realizar bombardeios de nuvens para fazer com que as precipitações pluviais se dessem, independentemente da vontade de São Pedro. Então, seríamos nós organizando a chuva.

Houve um engenheiro, muito famoso no Brasil, levado ao descrédito porque pretendia isso há coisa de uns 30 anos, suponho eu...

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — ...Janot Pacheco.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Era estudante ainda, quando o vi...

A posição do Dr. Pontes sobre esta perspectiva, qual seria?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Nós nos colocamos na seguinte posição: esse problema ainda não está bem definido e aceito pela comunidade científica, nem a nacional, nem a internacional, mas achamos válido que se faça a pesquisa, que se faça o experimento, mesmo porque ela não vai envolver recursos exagerados. Então, tudo que venha para ajudar, acho que deve ser incentivado, deve ser estimulado. A pesquisa, que é o que se propõe o ITA, é concluir um estudo que eles iniciaram e que precisa ser comprovado na prática. Acho que vale a pena pagar para ver.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado. Com licença.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Muito obrigado, e honrado pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Esta Comissão também fica muito agradecida e honrada com a presença do ilustre Líder.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Então, consideramos que as limitações do meio físico realmente contribuem, são uma das causas fundamentais desse estado de pobreza do Nordeste. Outra causa que nós achamos muito importante é o problema da estrutura fundiária, pois, no Nordeste, é inteiramente inadequada.

V. Ex^{as} observem: naquele quadro, vemos que 85% das propriedades do Nordeste que têm menos de 50 hectares e há um quadro — problema de estrutura fundiária — em que 73% dos proprietários retêm apenas 12% da área e 8% dos proprietários retêm 67% da área. Em decorrência disso, geram-se relações de trabalho, de emprego aviltantes para o homem, porque no Nordeste, dentro da pobreza da região, dentro inclusive, do outro problema que vamos levantar, que é a baixa tecnologia empregada na produção agrícola, onde 95% da agricultura se faz com o uso da enxada, sem nenhum insumo moderno e, com essa tecnologia, com esse instrumento de trabalho, o homem está limitado a absorver, a dominar uma pequena área e com baixa produtividade. O minifundista se constitui numa força de trabalho disponível para o latifúndio.

Como a agricultura no Nordeste é basicamente de subsistência, os únicos produtos agrícolas do campo que entram no circuito do mercado são o boi e o algodão, que eles são do latifúndio, onde o algodão é produzido em regime de meia ou de terça; o trabalhador paga pelo arrendamento da terra e, ainda mais, como ele não tem nenhuma resistência, é compelido a vender a parte que recebe, geralmente, ao proprietário, a preço abaixo do mercado. Isso gera uma relação de emprego e de trabalho realmente desumano e, além do mais, é o trabalhador sem terra ou minifundista que arca com todo o ônus da produção; quando há uma seca, esse homem não tem condições de resistir e o proprietário não sustenta o homem na terra, ele vai atrás da assistência do Governo. Isso é o que acontece.

Essa estrutura fundiária, realmente, contribui para a manutenção de um estado de pobreza no meio rural e impede, inclusive, o avanço tecnológico, impede a introdução de uma melhor tecnologia de produção, que é outro problema grave, contribuinte e causa da nossa pobreza: a baixa tecnologia de produção. Noventa e cinco por cento da agricultura se faz com enxada e sem uso de nenhum insumo moderno; não se usa o adubo, o defensivo agrícola, o inseticida, etc. Então, com essas condições, a produtividade é muito baixa, o que contribui para esse dado fabuloso.

Outra causa que vem contribuindo para essa situação é a intermitência da alocação dos recursos federais para a região. Infelizmente não trouxemos esse quadro, esse gráfico, mas se formos examinar os orçamentos do DNOCS, os orçamentos dos recursos federais para o Nordeste, desde 1909, os mesmos mostram que os picos de alocação de recursos coincidem com a ocorrência de seca. Ora, decorrido o período de seca, os recursos que eram alocados aos órgãos federais se mantinham num patamar muito baixo.

O SR. ALMIR PINTO — Fora do microfone.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Muito obrigado, Senador. Mas essa intermitência da alocação de recursos, vez que os recursos mais abundantes são dirigidos à região por ocasião da calamidade da seca, onde esses recursos são absorvidos quase totalmente em trabalhos assistenciais, impedem que os órgãos federais que atuam na região possam desenvolver seus programas com consistência e continuidade. Esse é um dos fatores também, que vem agravar o problema.

Fala-se muito que o DNOCS em 70 anos não resolveu o problema das secas do Nordeste, mas se formos verificar os recursos-meios que foram oferecidos ao DNOCS para contribuir para a solução desse problema, vamos verificar que esses recursos foram escassos em anos normais e mais abundantes na época de ocorrência de calamidades, exatamente destinados ao segmento emergencial.

O SR. ALMIR PINTO — Isso não ocorreu com relação ao Nordeste. A própria SUDENE, que foi criada justamente para o desenvolvimento do Nordeste, na Presidência de Juscelino Kubitschek, teve esvaziado praticamente o seu cofre, porque retiraram tanto dinheiro da SUDENE para outros setores, que ela ficou quase que impotente para fazer, na realidade, o seu verdadeiro papel de desenvolvimento do Nordeste brasileiro. Essa é que é a verdade e que vem confirmar o ponto que V. Ex^a vem defendendo.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Muito obrigado pela contribuição de V. Ex^a, Senador Almir Pinto. É de justiça se dizer que o Ministro Andreazza, hoje, está procurando corrigir essa situação, inclusive quando ele coloca que o tratamento ao Nordeste deve ser dado permanentemente, considerando que é uma região que está permanentemente em crise, isso significa já uma correção, um reconhecimento dessa situação e uma correção desse tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — É colocação nossa dividirmos bem os recursos que devem ser alocados visando a formação dessa infraestrutura fundamental à área e outras que são programas emergenciais. Então não podemos nunca tirar daquilo que se tem para um programa fundamental de formação de uma infra-estrutura na área, para transportá-lo para uma medida de emergência.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Aliás, este ano, por exemplo, os orçamentos do DNOCS não foram cortados em um centavo, em decorrência da seca. Foram mantidos os orçamentos originais já previstos desde o ano passado. Então, que dizer que os recursos para emergência são recursos suplementares que estão sendo alocados à região.

Bom, esse é o quadro, são as causas que, a nosso ver, estão contribuindo para a manutenção desse *status quo* na região. Para enfrentar essa situação, e com o objetivo de mudá-lo, de se criar no Polígono das Secas, no semi-árido nordestino, uma economia de convivência com o fenômeno, indicamos alguns programas que já estão em execução. Primeiro, o programa de Recursos Hídricos: é desnecessário se ressaltar e enfatizar a importância da água, como já foi dito. O programa de Recursos Hídricos foi melhor estruturado no ano passado, através da Instrução nº 10, que visa dotar a região, complementar a região, desse elemento fundamental e essencial à vida, que é a água, através de um programa que prevê a construção de 350 açudes, pequenos e médios açudes, para atendimento às comunidades com vistas, principalmente, a abastecer d'água pequenas comunidades; inclusive na seca do ano passado, verificou-se que inúmeras comunidades do Nordeste, pequenas cidades, distritos e povoados, tiveram que ser abastecidos de água com caminhões-pipas, deslocando-se a 70 e até 150 quilômetros. Então, a solução desse problema é através da construção de açudes, pequenos ou médios, que venham a resolver definitivamente o abastecimento de água dessas comunidades.

Outro instrumento para aumentar a oferta na região, aí está, é a construção, a perfuração, ou o aparelhamento de 7 mil e 800 poços profundos na região.

O SR. AGENOR MARIA — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Pois não, Senador.

O SR. AGENOR MARIA — O montante, se não me falha a memória, de 10 bilhões, foi criado para atendimento das necessidades do Projeto de Recursos Hídricos do Nordeste. Desejava saber de V. Ex^a se, paralelo a esse grande projeto, que na realidade representa em grande parte a salvação da região, foi ou está sendo criado um projeto também grande de educação, no sentido de dar ao homem nordestino as condições de ele saber o que realmente são recursos hídricos, e como pode fazer esse aproveitamento?

Está havendo na região do Nordeste um trabalho no sentido de educar o homem para essa grande realidade no que diz respeito ao aproveitamento dessa água, não só na prática de uma agricultura modernizada, como do homem saber movimentar uma bomba? Porque o que me consta no Nordeste, é que muitas das vezes a bomba se torna obsoleta por falta de uma sola, porque o homem não sabe lubrificar a máquina, o homem não sabe lutar com aquela máquina. A minha impressão é que esses recursos imensos que o País vai despendendo para desenvolver um programa de Recursos Hídricos no Nordeste, se paralelo a esse trabalho, não se preparar esse homem, torna-se realmente uma situação muito complicada.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — V. Ex^a tem inteira razão. Mas, através desses programas a que vou me referir e mesmo um programa que está sendo administrado pela SUDENE, compatibilizado com o Programa de Recursos Hídricos, há um programa de colaboração com os Estados e as prefeituras para a operação desses poços — V. Ex^a sabe, há grande número de poços perfurados no Nordeste e eles não estão sendo operados por problemas, inclusive, dessa natureza, pequenos problemas de falta de capacitação

de operador da bomba, ou mesmo de operação do próprio poço —, está-se criando agora um programa em que a SUDENE contribui com recursos e exige a participação também do Governo do Estado e dos Municípios com vistas à solução desse problema. Além do mais, com esses outros programas que estamos desenvolvendo, estamos procurando capacitar mais o sertanejo, o agricultor, para enfrentar essas situações.

O Programa de Recursos Hídricos visa, portanto dar uma resposta.

O SR. ALMIR PINTO — Sobre a questão levantada pelo Senador Agenor Maria tenho a impressão de que alguma coisa o MOBRL poderia fazer. Acho que o MOBRL poderia em muito concorrer para isso, porque hoje ele está se expandindo, não é só aquela alfabetização. Hoje, o MOBRL já faz muita coisa de proveito educacional para a população brasileira. Quem sabe se um próprio convênio do MOBRL com a SUDENE, com o DNOCS, para dar essa educação rudimentar, vamos dizer assim, ao homem do campo para lidar com sua máquina, não fosse uma boa fonte de propagação?

O SR. AGENOR MARIA — Gostaria de dizer ao Senador Almir Pinto que o MOBRL tem uma infra-estrutura já espalhada por todo o Nordeste e dispõe de numerário suficiente para pagar inúmeras, centenas de milhares de pessoas que eles têm realmente disseminadas por todo o Nordeste. Até acho que a prática do manuseio dessa máquina é mais importante ainda do que a alfabetização, porque é muito mais fácil o alfabetizado esquecer de escrever, esquecer o que aprendeu, do que ele esquecer-se da bomba, porque a bomba, ele continua manuseando. Ele aprende a manejar a bomba e continua, ao passo o que ele aprende, no MOBRL, a escrever e a ler, e não continua. Ele tem muito mais necessidade de aprender a manusear a bomba, aprender de fato e de direito que ele vai continuar mexendo com aquela bomba, do que o problema da alfabetização, porque na hora em que ele parar de escrever e de ler, após algum tempo ele desaprende. Fica mais difícil ainda.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Estamos de pleno acordo, e temos inclusive feito um esforço, lá no DNOCS, junto às Secretarias de Educação dos Estados, com vistas a que tenham um *currículo* escolar próprio ao meio rural nordestino. Mas escolas e nos grupos escolares, deve haver um *currículo* escolar, uma cartilha própria para o homem do campo, que ensine essas coisas. Inclusive, temos uma notícia até, para dar aqui: que a Prefeitura de Maranguape, adotou como cartilha, nas escolas primárias, para alfabetização, aquela cartilha do criador de peixe. Estão aprendendo na cartilha de criador de peixe, que o DNOCS editou, e que foi aprovada oficialmente, inclusive, pela Prefeitura de Maranguape, para alfabetização. Quer dizer, aí já é aprender a ler, aprendendo a criar peixe. E assim são outras experiências dessas, que devem ser levadas à região.

O SR. ALMIR PINTO — A bomba em si, por mais simples que seja, mesmo de plástico, para ensinar a seu manejo, deve haver uma professora ou um professor. Porque todos são do interior, são sertanejos, vivem da agricultura; então deve ter uma aulazinha prática, para mostrar. A criança mesmo tem aquela curiosidade, ela gosta de rasgar, de construir, de remontar o seu caminhãozinho, então pode pegar uma bomba daquela, para aguar as plantações, ou qualquer coisa; mostrar o mecanismo, para a criança ir gravando. Nós precisamos é justamente disso.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Perfeito, estou de pleno acordo, e acho muito válida esta sugestão e esta contribuição.

O SR. ALMIR PINTO — Perdoe-me por interromper V. S^a, mas conforme nós combinamos com o Presidente da Comissão, este encontro seria apenas, digamos assim, informal. É para discutirmos informalmente, porque esperamos chegar a um relatório final daquela Comissão, como V. S^a deve saber; por isso, estamos interrompendo a sua brilhante palestra, para que haja um diálogo, e a gente possa apreender melhor o seu pensamento.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Perfeito, e eu já disse que têm sido contribuições muito válidas.

O SR. AGENOR MARIA — Dr. Osvaldo, V. S^a falou no princípio da palestra que o enfoque dado pelas autoridades do Poder Executivo, é diferente daquele dado pelos parlamentares. Na realidade, do encontro desses dois enfoques pode surgir um diálogo que possa melhorar, favorecer a execução.

Então, eu lhe perguntaria: a atividade rural, na minha concepção, é mais uma atividade de ordem sentimental do que financeira. Se o filho do agricultor é criado tendo amor pela terra e sentindo realmente a grandeza deste sentimento, acho que ele está muito mais preparado no futuro, quando se tornar rapaz, para praticar a agricultura e a pecuária, do que aquele que está sendo criado sem ter nenhuma indicação para ter amor por aquele problema.

Ao que me consta — sou um homem nascido no campo, criado no campo, hoje, pelo menos na minha região, o agricultor diarista não quer que o filho fique mais no campo; o agricultor meeiro ou rendeiro, não quer que o fi-

lho fique no campo; o pequeno proprietário não quer que o filho fique no campo. Está acontecendo o seguinte: o filho do operário está empenhado a ser cabeceiro, garç, qualquer coisa, mas está fugindo do campo. O filho do proprietário, por sua vez, procura aprender e, se ele não pode concluir seus estudos, faz concursos para a Polícia, para o Exército, para a Marinha, para a Aeronáutica, para guarda-fiscal, para qualquer coisa, menos o campo.

O campo está cheio de velhos e crianças. A juventude mesmo, em idade de 18 a 25 anos, hoje, é muito rara no campo. Isso é muito perigoso, muitíssimo perigoso. Aconteceu um caso comigo, há cerca de um ano, dois anos, na cidade de São Vicente: um gado adoeceu de aftosa e eu precisei comprar uma lata de criolina, para botar no cacho do boi, para ele não lamber, e consequentemente prejudicar-se. Subi para comprar criolina e uma enxada para cavar uma vazante no rio. Na cidade, não tinha nem a criolina, nem a enxada. Nessa cidade, há todo tipo de aparelho de televisão, de rádio, de geladeira para vender, mas criolina e a enxada, apesar de ser uma cidade cem por cento agrícola, não tinha para vender.

Tenho a impressão de que está havendo, por parte das autoridades, um descaso muito grande para o problema da agricultura, porque com esse tipo de agricultura que nós praticamos no Nordeste, em que o homem perde esse sentimento superior, que está acima de tudo, ela não pode ser motomecanizada, pelo menos por enquanto não pode, temos que fazer todo este trabalho com a mão do homem. O homem abandona — e nós vamos ter um caso agora, em dois ou três anos — e, se ele não aparecer, não há como colher essa colheita, porque não tem quem colher.

E há mais um aspecto que quero abordar, nesta oportunidade, aproveitando a presença de V. S^a, para vermos como vamos conseguir sair desta situação: é que o homem, quando abandona o campo e vai para a cidade, em geral ele não volta mais. É homem que está perdido para a produção agrícola. Este é o enfoque que quero dar, para ver como V. S^a vê essa situação, para podermos chegar a um denominador comum, para que o Governo possa tomar providências contra isso que está acontecendo — e é muito dinâmico este processo.

O SR. ALMIR PINTO — (Fora do microfone.)

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Perfeito.

O SR. ALMIR PINTO — (Fora do microfone.) ... é um esvaziamento do campo. Daí, muito certa a atitude das Forças Armadas, de preferência em não acitarem, salvo exceções, o homem do campo, porque é um êxodo natural. Como diz o Senador Agenor Maria, o rapaz que vem do campo, para a capital, passa um ano ou dois, se acostuma com a vida da capital e não quer nunca mais o desconforto.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Perfeito, acho que é muito importante isso, e é exatamente a mudança desse quadro estrutural do meio rural nordestino, que vai possibilitar a fixação do homem no campo, principalmente quando dá condições à posse da terra aos homens. É muito importante isso porque o homem que trabalha a terra, esse é realmente o homem importante, e adquire essa condição especial, ele tem nato em si esse amor à terra, dedica-se ao trabalho, à lavoura da terra.

Mas, como eu ia dizendo, esse programa de recursos hídricos visa a construção dessas obras para atender, aumentar a oferta de água na região, através desses pequenos açudes, de poços, ou de grandes obras de maior porte para perenização dos rios. O noticiário da imprensa foi muito generoso e, inclusive ao noticiário a abertura de uma válvula no Açude de Orós, perenizando o Rio Jaguaribe. Temos notícias recentes de que hoje já começa a se processar uma verdadeira transformação no Vale do Jaguaribe, a partir do Açude de Orós, com a perenização dos rios, quer dizer, começa sua produção ali em plena seca.

O SR. ALMIR PINTO — (Fora do microfone.)

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Não através do DNOCS propriamente. O DNOCS participa, em convênio com o Governo do Estado do Ceará, de um programa que o Governo daquele Estado está desenvolvendo — PROMOVALE — para o aproveitamento desse recurso importante que é a água, e já disponível ao longo do leito do Jaguaribe, a partir do Açude de Orós. Ele financia, mas está querendo institucionalizar um programa, não só do financiamento da bomba, como de assistência técnica, de ensinar o homem a exatamente ao que se referiram o Senador Agenor Maria e o Senador Almir Pinto: ensinar o homem a trabalhar com a bomba e, inclusive, a fazer a agricultura.

O SR. ALMIR PINTO — O médio e o baixo Jaguaribe... (fora do microfone.)

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Temos notícias recentes, de que já começa-se a processar uma transformação naquela área. Esse Programa de

Recursos Hídricos é da mais alta importância, embora a M-10 tenha definido um limite de horizonte e tempo para esse programa, que seria até dezembro de 1981; no entanto, já há expressa determinação do Ministro Andreazza, de que esse programa continuará a partir de 1982, como um programa permanente para a Região. A água é importante, mas ela, sozinha, não resolve; água parada não move moinho, como diz o ditado popular.

Outro programa que nós temos e que reputamos da maior importância para o Nordeste, que é um programa que pela sua complexidade, é como o carro-chefe da programação do DNOCS, é o problema de irrigação, isto é, aproveitar a água em benefício do homem. Por exemplo, aproveitar a água para a região agrícola da própria região. Sobre esse programa, inclusive, que a ilustre Comissão teve a oportunidade de conhecer o projeto — o Projeto Paraipaba — é um programa que veio com esses objetivos. Ele não só procura no nosso modelo de irrigação, que é um modelo de colonização utilizando como base da produção, a família, ou seja, lotes familiares, de 5 hectares, onde tem como base a força de trabalho familiar, responde não só ao problema da interferência na estrutura fundiária, porque se o programa prevê a desapropriação da área e a distribuição racional da mesma em lotes familiares, de pequeno tamanho, procurando, portanto, abrigar maior número possível de famílias, ele também atende aquela outra causa básica que é a baixa tecnologia, porque neste programa, procura-se desenvolver uma agricultura de mercado, com a introdução de alta tecnologia, utilizando todos os insumos modernos e, além disso, atender aos aspectos sociais. O homem é assistido, tem completa assistência técnica, as famílias dos colonos são organizadas em cooperativas, são assistidas em todos os aspectos de crédito, de assistência técnica, de assistência educacional, de assistência de saúde e até assistência social, programa de organização comunitária, etc. Assim, esse programa realmente é uma resposta ao problema da estrutura fundiária, como é também uma resposta ao problema da baixa tecnologia da produção agrícola no Nordeste.

Nós queremos que os projetos de irrigação, 25 dos quais já estão em produção, sejam como verdadeiros pólos e que difundam na região, uma melhor tecnologia, introduzam na região, uma tecnologia de produção agrícola mais moderna, com utilização dos insumos modernos. Nós já temos levantamentos de que junto aos nossos projetos de irrigação a esse perímetro irrigado, já procuram os fazendeiros-proprietários, inclusive utilizando aquela água excedente que sai dos perímetros excedentes, para também introduzir essa tecnologia de irrigação na sua área.

Mas esse programa de irrigação é limitado, face principalmente às limitações de água da região, a água disponível para esse programa é limitada e nós acreditamos que seja possível colocar sob irrigação, no Nordeste, apenas 2% da área agricultável da região.

Então, temos outro programa para atender o restante da área, porque nessa área dos projetos de irrigação, hoje os resultados já obtidos em termos de produtividade, em termos de renda dos colonos, em termos de transformação da própria mentalidade do homem na sua convivência, no seu sistema de vida, são bastante expressivos. Seria ocioso demonstrarmos isso porque a Comissão, inclusive, verificou *in loco*, lá no Projeto Paraipaba — e o modelo é o mesmo para todos os projetos — já os resultados alcançados nesse projeto, com esse programa de irrigação.

Outro programa para atender outra área, que é a área seca, a de cultura de sequeira, é o Projeto Sertanejo, que visa assistir a pequena e média propriedade; transformar essa propriedade, com a execução de obras adequadas, resistentes à seca, através de oferecer a essa propriedade uma fonte permanente de água, seja de açude, seja de poço, e ensinar esse homem a introduzir nessa propriedade o aproveitamento da pequena irrigação, a nível de acesso, ao seu nível cultural e à sua capacidade econômica.

Esse projeto já vem se desenvolvendo desde 1976, começaram os primeiros núcleos a serem instalados em 1977, e nós já temos alguns dados importantes dos núcleos do DNOCS, porque é um dos executores do programa, uma vez que os Governos estaduais também participam do programa. Como V. Ex^{as} vêm aí, já se introduzem programas de recursos hídricos, que é uma atividade importante nessas propriedades, já se introduz uma irrigação em todas as propriedades, e há introdução de equipamentos mais modernos para o preparo de solo, pulverizadores, adotando-se uma tecnologia melhor, melhorando as condições de edificações, inclusive até residências para os fazendeiros, os pequenos proprietários, introduzindo, também, uma melhor tecnologia para a pecuária, com instalações adequadas, aquisição de animais de melhor nível, enfim, são atividades já práticas. A Nós já temos neste ano, nos núcleos do DNOCS, mais de 700 propriedades que já foram transformadas e que, já na seca, ou mesmo com a ocorrência de uma seca prolongada como esta, do ano passado e deste ano, essas propriedades estão resistindo, estão suportando perfeitamente essas adversidades climáticas.

O SR. AGENOR MARIA — Dr. Osvaldo, esses homens depois podem vender essas propriedades?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Podem vender.

O SR. AGENOR MARIA — V. S^a tem observado que há interesse deles em vender, ou não?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Acredito que não, porque eles recebem — o Gilson podia dizer — mas não se observa nenhuma dessas propriedades transformadas que tenha passado de propriedade.

O SR. GILSON — Não, não há nenhum interesse em vender. Pelo contrário, eles querem é agregar mais.

O SR. AGENOR MARIA — Quer dizer que não há migração de maneira alguma?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Não, inclusive há norma fixada.

O SR. AGENOR MARIA — Quer dizer que ele se fixa na propriedade e quer continuar, permanecer... Isso é muito importante!

O SR. ALMIR PINTO — Inclusive, o irrigante de 2 anos, procurando já se afirmar com a sua rocinha e com a sua vacaria, o irrigante de 5 anos, já fazendo a ampliação da sua moradia...

O SR. AGENOR MARIA — Tive a oportunidade de oferecer 60 mil cruzeiros por uma vaca. É lógico que eu fiz isso para sentir como é que o homem reagia e ele reagiu dizendo que não vendia a vaca.

O SR. ALMIR PINTO — Há uma conscientização muito grande...

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Com relação a esse Programa de Paraipaba, gostaria que os seus assessores do Dr. Osvaldo anotassem, e depois pudessem fornecer à Comissão, o custo, a área desenvolvida e o número de pessoas atendidas.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Aí há um quadro ligeiro que podia ser mostrado...

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Quanto a essa preocupação do custo, realmente nós sabemos que todas as obras hidráulicas, de distribuição de água, que envolvem uma complexidade de obras e de atividades, não são baratas. Exigem um investimento de capital elevado.

Nesses projetos, nós fizemos uma pesquisa direta, inclusive levantando na contabilidade, o custo real a preços correntes de dezembro de 1977, corrigidos; não a preço histórico, mas a preço de dezembro de 1977 e tiramos uma média. Varia muito de um projeto para outro, devido as condições topográficas, à densidade de obras de maior ou de menor porte, mas o preço médio nesses 19 mil e 211 hectares que já foram transformados, é cerca de 131 mil e 646 cruzeiros por hectare — a preços de dezembro de 1977. Este é o custo real.

É bom que se diga que nesse custo estão incluídas, não só as obras, mas toda a infra-estrutura social de energia, de assistência médica, hospitalar, armazéns, escolas, postos de saúde, cooperativas, escritórios de eletrificação, abastecimento de água tratada, etc. Todo esse custo está aí e é, naturalmente, de dezembro de 77.

O SR. AGENOR MARIA — Atendimentos a quantas famílias?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — A cerca de 3 mil famílias.

O SR. AGENOR MARIA — Apenas para concluir essa resposta de V. Ex^a, esse custo representa os já alocados?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Esse custo inclui implementos agrícolas e tratores. Em três mil e 216 hectares, abrigou-se três mil famílias e houve um dispêndio, inclusive da parte de infra-estrutura de 130 mil cruzeiros, com toda essa infra-estrutura social, também, que representa elevados custos. Face a família do sertanejo ser numerosa, são residências de 70 m². Hoje deve estar na ordem de 450 mil cruzeiros o hectare.

Para o importante dado da irrigação foi feita pesquisa de campo: é o emprego gerado, porque além da mão-de-obra familiar que geralmente nós tomamos a média de 2,5 unidade/homem de trabalho por família — esta é a média que nós temos — nós temos a mão-de-obra contratada, a mão-de-obra alugada, temporária, e essa mão-de-obra que se desenvolve praticamente em todo o ano, porque as atividades de irrigação são intensivas, inclusive com duas ou três safras no ano, o que torna as atividades quase permanentes durante o ano todo, nós temos uma média só de trabalhadores temporários, em uma pesquisa em dois projetos, de 3,1 trabalhador por hectare, além da mão-de-obra. Então, quando se diz que a alocação é cara, nós temos que examinar qual é o custo de emprego gerado. E vamos verificar que o custo de emprego

gerado para irrigação é muito mais barato do que qualquer outro tipo de emprego criado no Nordeste.

O SR. AGENOR MARIA — E há o aspecto de que onde existe irrigação, a terra não é ociosa, e onde não existe irrigação, a terra é ociosa.

No Nordeste agora, nós temos propriedades onde há mais de 8 meses não se trabalha, porque não choveu. Onde tem irrigação, não existe isto. (Cruzam-se apartes.)

... é de que a mão-de-obra do campo deve ter prioridade mínima, porque o homem do campo produz, ou alimento, ou matéria-prima que nós estamos precisando; o homem do asfalto trabalha se consumindo. O homem do campo trabalha produzindo e, realmente, esta inflação que está aí, nós só podemos sair dela com produção. E a produção maior é aquela que se produz para a alimentação, para o consumo industrial, etc.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Nós consideramos esse programa de irrigação como um dos mais importantes que o Governo Federal tem a desenvolver no Nordeste, porque ele é a resposta mais racional à semi-aridez da região, à essa má distribuição das chuvas. Otimizar a utilização de recursos de sol e água disponível. Essa é a forma de fazer. E o modelo desenvolvido pelo DNOCS é um modelo que a nosso ver, testado, comprovado, já com 15 anos de aplicação, não responde às condições da região: é o sistema da colonização através da desapropriação e a distribuição de terras.

Já no começo do ano, distribuímos o nosso modelo, que visa a preparar essas comunidades de irrigantes para (inaudível) e já este ano, já distribuímos 1.300 títulos de propriedades a colonos que estão já assentados há mais de 3 anos, estabilizados, dominando todas as técnicas de irrigação e já perfeitamente assimilados pelo sistema. De maneira que é um projeto que nós reputamos de grande importância para a região e que deve ser implantado.

A nossa meta, a meta que reputamos que deva ser perseguida, realmente — e não estamos obtendo esses resultados, hoje, por falta, por escassez de recursos, nós sabemos que o País está atravessando uma fase difícil — nós estimamos que poderia o DNOCS, perfeitamente, implantar 20 a 25 mil hectares por ano. É uma meta ambiciosa nas condições atuais, mas em termos mundiais, internacionais, não é uma meta exagerada, porque o México e a Espanha, implantam 100 mil hectares por ano. Então, nós podemos estabelecer como horizonte a atingir, a médio prazo, uma média de implantação de 20/25 mil hectares por ano, o que iria dar uma verdadeira revolução tecnológica, social e econômica no Nordeste.

O SR. AGENOR MARIA — Gostaria de fazer uma observação sobre o catavento. O que V. S^a acha do catavento para esses minifúndios na área do Nordeste?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — A utilização da força eólica deve ser incentivada e estimulada. Inclusive nós temos um trabalho com a Universidade de Campina Grande, na Paraíba, com a nossa Divisão de Recuperação, uma grande oficina mecânica que temos naquela cidade, desenvolvendo modelos mais eficientes de cataventos, com experimentos de tecnologia francesa, para se procurar desenvolver ao máximo a utilização do catavento.

O SR. AGENOR MARIA — Será que o DNOCS não poderia conseguir uma verba com o Ministério do Interior para criar uma motivação do homem do Nordeste a respeito do catavento? Porque o que me parece é que, entre a manutenção da bomba elétrica e a manutenção do catavento, há uma diferença realmente satisfatória para quem queira e necessite do catavento.

Tenho a impressão de que podíamos fazer do Nordeste uma espécie de cartilha de orientação, no sentido de educar o povo a respeito do que representa essa energia, que é uma energia barata para a realidade da região.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Perfeito, estou completamente de acordo com V. Ex^a

A irrigação responde a várias dessas formas estruturais do Nordeste — é uma resposta — e o sertanejo complementa a ação da irrigação, porque ele aprende a respeitar a área, quer dizer, com a introdução de uma tecnologia adequada, ao nível cultural do pequeno e médio proprietário rural.

Temos algumas tecnologias já desenvolvidas no Nordeste, nas fazendas experimentais de áreas secas, 6 fazendas experimentais de áreas secas com vistas principalmente à desenvolvimentos de pastagens mais resistentes às secas, que já estão sendo aplicadas pelos sertanejos com grandes resultados, principalmente a introdução de consórcio das gramíneas com leguminosas, o que tem apresentado excelentes resultados e é uma tecnologia, hoje, já desenvolvida, comprovada e disponível para aplicação e está sendo difundida na região.

O Projeto Sertanejo, portanto, é um projeto complementar, à essas ações.

O SR. AGENOR MARIA — Desejava dizer que vai ser distribuído — eu mesmo vou ter oportunidade para distribuir em toda a minha região — o

ex-Governador Elmo Serejo, aqui, em Brasília, antes de deixar o Governo, ele me deu mudas de um capim (inaudível). Levei esse capim para a minha propriedade há cerca de um ano, e observei que o capim-elefante nosso é melhor que o capim (inaudível), tendo em vista que ele, com menos água, desenvolve mais, ao passo que o capim (inaudível) cresce muito, talvez 6 metros, mas precisa de mais água. Então, para o Nordeste árido, seco, o capim (inaudível) não serve; na minha concepção, eu que já plantei o capim duas vezes, cheguei a esta conclusão: o nosso, apesar de ser um capim que cresce menos, é mais resistente e precisa de menos água. O outro capim cresce mais, mas precisa de mais água e é menos resistente.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Inclusive, mantemos permanentemente esses experimentos nessas fazendas experimentais de área seca, com vistas a exatamente indicar aos proprietários, aos agricultores, aquelas culturas que são mais adequadas ao nosso clima, às nossas condições ambientais. A pastagem que sabemos que no Nordeste, segundo Guimarães Duque, são 40 milhões de hectares de solos aptos para pastagens, esses 40 milhões de hectares podem passar a render, a produzir muito mais do que estão produzindo atualmente com a pastagem nativa, com a melhoria dessa pastagem, com a introdução de pastagens e forrageiras mais resistentes e, portanto, com melhor consumo de água como referiu V. Ex^a

O SR. AGENOR MARIA — (Inaudível) Para o nosso homem do interior, investimento e despesa é uma coisa só. Se ele tem uma vaca que produz 3 quilos de leite, o leite está sendo vendido a Cr\$ 19,00 e ele tem 2 quilos de torta valendo 28,00 para aquela vaca que, comendo a torta, vai passar a dar 5 litros de leite, ele olha os Cr\$ 28,00 da despesa da torta, mas não faz a conta seguinte, que se a vaca pode dar mais 2 quilos de leite, e são 38 cruzeiros. Então, ele pode, com o mesmo investimento de 28 cruzeiros, ter uma renda de 38, ou seja, ele apresentar uma rentabilidade na leiteria da vacaria de, por vaca — veja bem — ganhar 14 cruzeiros. Mas, como ele confunde o investimento com despesa, ele não está preparado para essa realidade e a sua produção deixa de aumentar. Acho que esse é um dos problemas maiores do produtor. Educação é um dos piores problemas do Nordeste.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Vamos fazer uma pequena referência a isso, mais adiante.

Outro programa nosso, que também reputamos da maior importância para a região, é o problema de pesca e piscicultura. O Norte desenvolveu todo um *know-how* de produção de pescado de alta qualidade no Nordeste. Esse programa visa, naturalmente, aproveitar o potencial para a produção de pescado criado pelos lagos, pelas barragens e, hoje, está sendo discutido — inclusive hoje à tarde há uma reunião no âmbito do Ministério do Interior, para o desenvolvimento e ampliação do problema de pesca e piscicultura — e visa aumentar a oferta de alimentos de proteína animal a baixo custo, a nível acessível da renda. A maior fonte de proteína animal é a carne de boi, mas a carne de boi está chegando a preços inacessíveis para o nosso agricultor, para o nosso homem do campo.

Então, há uma pesquisa da FAO que identifica um déficit de proteína animal no Nordeste, em cerca de 300 mil toneladas/ano. Estamos, atualmente, discutindo com o Banco Mundial, um programa para o desenvolvimento da pesca e da piscicultura, da produção de pescado, para que ela atinja, já em 85, o suficiente para cobrir, pelo menos, dois terços do déficit de proteína animal.

O SR. AGENOR MARIA — Produzido nos açudes do DNOCS?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Produzido nos açudes do DNOCS, produzido em tanques, aproveitando as áreas mortas dos terrenos irrigados e, inclusive, por particulares, incentivando-se os particulares, não só na produção dos açudes, como também na produção de piscicultura intensiva.

O SR. ALBERTO SILVA — Qual é a capacidade do DNOCS, hoje, para fornecer os alevinos para o particular produzir?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — No ano passado, foi de pouco mais de 2 milhões, de alevinos; este ano, com as mesmas instalações e com um esforço adicional, estamos chegando a 2 milhões e 500 mil alevinos.

Mas, o programa do Banco Mundial pretende elevar a oferta de eladine (?) que é o grande fator limitante, é o grande ponto de estrangulamento, para 30 milhões de alevinos.

O SR. ALBERTO SILVA — Isso seria suficiente para garantir a cobertura do déficit?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Dessas 200 mil toneladas de mercado de 15 mil, nessa média de produção de pescado anual é em torno de 20 mil toneladas hoje, — e essa produção caiu no ano passado, porque libera-

mos, face à seca, como este ano vai cair também, a pesca e, então, prejudica um pouco a estatística. Mas, em 1978, foram 20 mil toneladas. Queremos elevar essa produção para 30 mil toneladas, portanto, elevando para 30 milhões a oferta de alevinos, também.

O SR. AGENOR MARIA — Para aproveitar a oportunidade, quero dizer que recebi várias cartas com pedidos. Já que vou ter que fazer um pedido a V. Sª, eu o faço de público: os pescadores e pessoas lá do açude estão solicitando a possibilidade de fazer o peixe de malha miúda, porque esse chamado peixe de malha miúda está proibido no açude de Cruzeta e, segundo as cartas recebidas, seria de muita significação social se V. Sª determinasse que fosse, pelo menos por um determinado tempo — agora nesta fase — deles poderem pescar esse peixe de malha miúda. Depois, V. Sª me responda.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Já anotei. Mas, já no início do ano, como fizemos no ano passado, baixamos uma portaria liberando a pesca nos açudes, a pesca de subsistência. É claro que há que ter um certo cuidado para se evitar a pesca predatória; os técnicos têm que preservar aquele potencial que existe para a pesca, mas a pesca de subsistência, de anzol, para a subsistência da família, está inteiramente liberada em todos os açudes.

Vou mandar verificar o que há no açude de Cruzeta, para poder informar melhor a V. Exª

O SR. AGENOR MARIA — Eu ficarei grato.

O SR. ALBERTO SILVA — Gostaria de fazer uma pergunta, para esclarecimento de todos: os grandes açudes do DNOCS são preparados a partir de uma determinada quantidade de alevinos que o DNOCS controla para fazer aquela produção dos grandes açudes. Conheci de perto, porque, inclusive, fui eu quem levou a eletrificação para esses açudes, na época em que dirige a Empresa de Eletricidade do Ceará, que o açude de (inaudível), por exemplo, ao tempo em que estávamos lá instalando energia elétrica, produzia durante o período de pesca 10 toneladas de peixe por dia, três, quatro meses, não sei. Para que o açude possa fornecer 10 toneladas por dia quanto tempo leva de preparo para esse fim? Porque a pergunta do Senador Agenor Maria é que o peixe de rede acabou — acabou em que açude? Qual é a situação real?

O SR. AGENOR MARIA — Para complementar, o açude de Cruzeta é um açude de 20 milhões de metros cúbicos — se não estou enganado. As secas do ano passado e a deste ano estão deixando-o resumido a 9 milhões ou 10 milhões de metros cúbicos. Então, a tendência do açude, se for feito no próximo ano, é subir; se o pique da seca for a 88, o açude vai secar. Cruzeta é como seca gargaheira. Então, no âmbito desse quadro do açude de Cruzeta, que era de 20 e está em 9, é que realmente a situação do pescado está difícil, está delicada.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Os técnicos da piscicultura controlam isso. A população, a produção e a necessidade. Inclusive eles estão sempre repeixando os açudes, com a introdução até de novas espécies, para manter o equilíbrio, são espécies vegetarianas — vamos dizer assim — e outras carnívoras, e que tem que manter o controle biológico dentro dessas coleções dadas, para não prejudicar a produção.

O SR. ALBERTO SILVA — O particular seria, então, um programa paralelo? Não tem nada a ver ...

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Temos, inclusive, um convênio com a SUDENE para o levantamento dos açudes particulares no Estado do Ceará, inclusive com a utilização de satélites, com controle remoto, para identificar esses açudes e controlar, através de equipes que lá vão, o fechamento da produção, com que achamos que com os dois terços dos alevinos que nós destinamos aos particulares, e apenas um terço aos açudes públicos, para estimular a produção de pescado, nos açudes particulares, achamos que como também não há uma estatística de controle, ninguém está sabendo a resposta desse esforço da oferta dos alevinos.

De maneira que estamos hoje com um programa, no Ceará, um programa-piloto que está se desenvolvendo bem, já há quatro anos, para identificar, fazer uma estatística para se verificar qual é o retorno da produção de pescado com essa oferta de alevinos.

O SR. ALBERTO SILVA — Uma última pergunta a respeito disso e que se encaixa na hora. Haveria possibilidade de o DNCOS instruir os particulares de como criar os seus próprios alevinos?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Temos, inclusive — fiz referência há pouco — uma cartilha para o criador de peixe que estão difundindo na área. Até fiz uma referência aqui, de que no Município do Senador Almir Pinto, Maranguape, a prefeitura adotou essa cartilha como uma cartilha de alfabetização. Estão difundindo a técnica de manter, no sertanejo, testes de piscicultura, nos núcleos dos sertanejos, para orientar os proprietários de

como melhor utilizarem os açudes para a produção de peixe e, inclusive, a introdução da piscicultura intensiva para a produção de peixe em cativeiro. Isso, está sendo feito em várias propriedades, e os sertanejos já estão introduzindo. Nos perímetros irrigados, já temos tanques de produção aproveitando aquelas áreas mortas dos terrenos e, inclusive, aproveitando aquelas áreas com elevados índices de salinização, cuja recuperação é pouco indicada para a produção agrícola.

Portanto, o programa de piscicultura visa a isso — é esta a oferta — estando atualmente em discussão final, com a missão do Banco Mundial, para o financiamento de 74 milhões de dólares para ampliação desse campo, para que ele tenha realmente uma dimensão compatível com as necessidades da região: atender a dois terços do déficit de proteína animal na região.

Outro programa a que o DNOCS se propõe, e que foi aqui já abordado por alguns dos Srs. Senadores, é o problema de treinamento e capacitação de recursos humanos. Achamos que realmente é importante o problema da educação do homem, isto é, a preparação dos técnicos para produzir esse processo de mudança de educação.

Outro programa a que o DNOCS se propõe, e que foi aqui já abordado por alguns dos Srs. Senadores, é o problema de treinamento e capacitação de recursos humanos. Nós achamos que realmente é importante o problema de preparação dos técnicos para conduzirem esse processo de mudança de educação. E estamos desenvolvendo um programa de treinamento e capacitação de recursos humanos, com vistas a atingir o homem do campo, com vistas a atingir essa tecnologia adequada ao meio rural nordestino, ao homem do campo, ao proprietário.

Também, outro programa que propomos e que reputamos da maior importância é o programa de pesquisa e experimentação. É preciso que haja um trabalho sistemático de pesquisa e experimentação: pesquisa da água, pesquisa de utilização da água, de economia da água, pesquisa e experimentação de métodos simplificados de irrigação, a baixa custo, quer dizer, o gotejamento simples que estamos introduzindo em algumas fazendas experimentais, inclusive no núcleo sertanejo de Caicó e de Jaicós, no Piauí e no Rio Grande do Norte, onde temos experimentos já desenvolvidos para difusão de técnicas bem simplificadas de irrigação.

O SR. ALBERTO SILVA — Ai tenho uma sugestão do nobre Senador Agenor Maria que faz uma experiência na sua propriedade, que já tem até em área, segundo diz o Senador Almir Pinto, já está desenvolvendo...

O SR. ALMIR PINTO — (Inaudível)... e lá tem justamente aquela iniciativa que S. Exª com o Governo do Piauí, (inaudível) e era justamente um homem que tinha uma prole bastante avantajada — tinha dezessete filhos — e vi com meus próprios olhos (inaudível) aquele chuveiro indo e voltando, um hectare, dois hectares, etc., que dava perfeitamente para proteger e garantir a safra de feijão, de milho, de arroz...

O SR. ALBERTO SILVA — Se me permite o nobre Senador Almir Pinto e agora faço aqui um apelo ao nobre Dr. Osvaldo — a diferença é que a experiência que fiz lá no Piauí não era molhar por cima, mas injetar a água na raiz da planta.

O SR. ALMIR PINTO — Mas lá eles fazem as duas coisas ao mesmo tempo. Eles faziam o seguinte: na ida, eles colocavam no pé da planta e molhavam um pouquinho a árvore e, na volta, por cima.

O SR. ALBERTO SILVA — Pois bem, mas se se colocar a água na superfície do terreno, aproveita-se 20% da água. Se se injetar a água a 15 cms abaixo do chão, aproveita-se 80% da água. Então, cada pé de feijão vive com meio litro d'água durante sete dias. Gostaria que o Dr. Osvaldo anotasse esse número e mandasse fazer essa pesquisa, com pessoal especializado, no Projeto Sertanejo.

Essa experiência eu fiz e tirei fotografia; acho que o próprio Ministro Andreazza já tem esse relatório que apresentei pessoalmente ao Presidente da República. Nós salvamos 20 hectares de cultura de feijão, milho e mandioca, usando 5 homens, que foram capazes de molhar 12 hectares em três dias: então, com 7 dias de diferença entre uma molhação e outra. Essa talvez fosse a melhor maneira de se utilizar a água, que é o sistema de gotejamento à força muscular.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Perfeito. Acho que essas técnicas simples e adequadas têm que ser pesquisadas, desenvolvidas e difundidas. Esse programa de pesquisa e experimentação, nós o consideramos da maior importância, porque a experiência nossa no DNOCS é que não houve continuidade. Tivemos uma época no DNOCS, a época áurea com Bastos Tigre, José Augusto Trindade, e tantos outros, que se dedicavam — botânicos —, a pesquisar, a conhecer bem o Nordeste. Inclusive, até um inventário botânico do Nordeste foi iniciado e não foi concluído. Nós estamos tentando concluir

pelo menos o inventário das pastagens nativas do Nordeste, com organização do Perbário, em que se identifica o nome científico, o nome vulgar, a análise cromatológica que possa oferecer, e leve à identificação dessas pastagens para fazendas experimentais, para testar no campo. Enfim esse problema de pesquisa e experimentação em todos os setores da água, da economia de água, da cultura da xerófila, é importantíssimo que haja um programa consistente e continuado com recursos suficientes. E já estamos apresentando ao Ministério esse programa consistente com alocação de recursos suficientes para se dar continuidade a ele.

O SR. ALBERTO SILVA — Seria interessante que o Banco Mundial financiasse um tipo de coisa assim por um período longo?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Seria válido.

O SR. ALBERTO SILVA — Não seria a hora de se incluir aí uns 70 milhões de dólares?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Esses 70 milhões de dólares são específicos para o peixe. O JAPA tem pesquisas de peixe. Para o programa geral da pesquisa no Nordeste, temos que ter um programa especial para ele, temos que transformar — e estamos transformando — a estrutura do DNOCS, da organização, da orgânica e estamos prevendo um centro para isso, destinado à experimentação, porque essa experimentação é feita assim um pouco sem consequência.

Então, estamos querendo voltar essa pesquisa para isso. É apenas isso: manter as fazendas experimentais, mantendo esses postos em Caicó e Jaicós — o de Jaicós é do Estado e o de Caicó é nosso — para o sertanejo, com vistas ao sertanejo, e mantermos um período para as estações experimentais, para desenvolvimento de pesquisas e experimentação com vistas à irrigação. De maneira que queremos dar a maior substância a isso e fazer um trabalho mais ordenado, programado e consistente.

O SR. ALBERTO SILVA — Eu proporia ao nobre Presidente da Comissão de Assuntos Regionais que recebêssemos do DNOCS a estimativa de custos, para tentarmos influir no orçamento, para que o DNOCS tivesse esses recursos.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Perfeito, podemos depois fornecer; não tenho aqui presente, mas podemos fornecer depois, o quanto seria necessário para um programa.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Aliás, já tínhamos conversado com o Dr. Osvaldo a respeito dessa programação toda que o DNOCS tem, como também fizemos com o Superintendente da SUDENE de conhecermos esse programa, seus custos, necessidades de alocação de recursos, para que pudéssemos, ao lado deles, também batalhar por isso, especialmente, neste momento em que vamos iniciar a debater o orçamento, pelo Congresso para 1981. Acho bem oportuna a lembrança de V. Ex^a que vem, assim, ao encontro daquilo que já havíamos iniciado a tratar com o nosso Diretor-Geral.

O SR. ALMIR PINTO — (Inaudível)

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Não, o programa de irrigação pública, quer dizer, os projetos públicos de irrigação, naturalmente são aqueles que se destinam a aproveitar o maior potencial de água e de solo.

O SR. ALMIR PINTO — Justamente, fazer a sustentação das áreas para poços e para açudes.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — O poço é mais indicado, se perfurado na região sedimentar. No Piauí, temos inclusive, no Vale do Gorgueia, poços com até 960 mil unidades. Mas o Piauí sempre é melhor os poços, porque no Piauí, os mesmos são mais produtivos. No Ceará, por exemplo, em Cristalina do Ceará no Rio Grande do Norte, os poços produzem média de 2 mil litros por hora e não chegam, talvez, nem a isso; como 2 mil litros, já é um poço bom.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — O Superintendente da SUDENE disse que é um verdadeiro oceano no Rio Grande do Norte e no Piauí.

O SR. ALMIR PINTO — É diferente do solo do Ceará. Por exemplo, o solo que vai de Fortaleza até quase Quixeramobim, tem um cristalino terrível. Digo isso porque na seca de 1970, o Presidente Médici havia exatamente pensado numa situação de ajudar a região, mas preferiu mesmo os poços, porque há mais mão-de-obra. Mas a maioria dos poços naquela região do médio sertão do Ceará tem água salobra. (Inaudível).

O SR. ALBERTO SILVA — Dr. José Osvaldo Pontes, uma pergunta que acho que encaixa a essa observação do nobre Senador Almir Pinto. O DNOCS tem, naturalmente, estudos sobre todo o lençol d'água, inclusive, o que se pode obter no cristalino, não é?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Perfeito.

O SR. ALBERTO SILVA — É possível obter um poço desse tipo de 500 litros por hora no cristalino?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — É possível. Se temos obtido. O DNOCS, com a experiência que tem, o conhecimento que tem das diversas regiões, áreas, com 13 mil poços já perfurados, e nós temos a ficha individual de cada, com o perfil. Já temos bastante conhecimento, os técnicos que trabalham nesse setor já têm um conhecimento bastante grande, inclusive orientados por geólogos, com uma técnica adequada para localizar o poço — é importante a localização do poço — porque no cristalino a água se forma através de fraturas na rocha, de maneira que é preciso identificar.

Inclusive agora, no Vale de Acaraú, onde estamos fazendo um plano — diretor —, estudando todo o vale de 15 mil quilômetros quadrados, contratamos com a firma, inclusive mapas de fraturas através de identificação das mesmas. Esse mapa de fraturas vai orientar melhor os técnicos na localização, na alocação dos preços, que pode ser estendido para toda a área do Estado e para todo o cristalino nordestino.

O SR. ALBERTO SILVA — Era isso que ia lhe perguntar, porque se não tivermos possibilidade de termos água no cristalino, o problema dela ser salobra ou não, é secundário. Porque podemos acumular essa água com desestabilizador e acumular em reservatórios.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Inclusive o gado aceita bem a água meio salobra. Temos que desenvolver pesquisas, inclusive de culturas que sejam mais resistentes ao sal, que se possam produzir com água desse tipo. Isso é possível.

Nós enfatizamos a necessidade de se fazer um programa consistente de pesquisas de experimentação no Nordeste.

Mas, Srs. Senadores, estas são as considerações, e perdoem-me ter abusado do tempo, avançando mais um pouco ao que me propunha, porque queríamos dar uma visão panorâmica dos programas que o DNOCS está executando e daqueles que se propõe a executar. É claro — isso não é segredo para ninguém — que nós vivemos numa conjuntura difícil, que os recursos são muito limitados, são muito escassos, inclusive, para os nossos programas, e estão realmente comprometendo a maior agilização dos mesmos. Mas, confiamos e temos a convicção de que essas dificuldades serão superadas a curto prazo, com a disposição que sentimos, da parte do Ministro Mário Andreazza, que traduz o pensamento do Governo, do Presidente João Figueiredo, de que a partir de 1982 teremos novas verbas para o DNOCS, para que esses programas sejam realmente fortalecidos, para que tenham continuidade com a alocação de recursos mais abundantes, possibilitando que o órgão tenha realmente um posicionamento dentro da região realmente à altura da sua tradição, de sua história. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Antes de finalizar, Dr. José Osvaldo, gostaria de, não propriamente fazer uma pergunta, mas de ter um esclarecimento porque, perguntado como Presidente da Comissão de Assuntos Regionais, eu não soube bem responder e gostaria assim, aproveitando esta oportunidade — e ela veio exatamente, pois a pergunta me foi feita depois que aqui esteve o nosso Superintendente da SUDENE, daí a razão pela qual deixei de fazê-la a V. S^a — mas gostaria desse esclarecimento, no sentido de que V. S^a pudesse dar a diferença de campo de ação de SUDENE e DNOCS. Se os programas da SUDENE não são coincidentes com os programas do DNOCS? Se não havia um conflito entre uma superintendência implantada no Nordeste e uma diretoria do Departamento Nacional de Obras contra as Secas?

Não pude prestar esses esclarecimentos, mas fiquei devendo e, assim, aproveito esta oportunidade, para solicitar a V. S^a que me esclarecesse, a fim de que eu pudesse transmitir à fonte da pergunta que me foi feita e que, francamente, não tinha condições de dar uma explicação plausível na ocasião.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Perfeito. Acho muito oportuna esta pergunta e possibilita até que se esclareça alguma dúvida que se tenha quanto a isto. A atribuição da SUDENE é regimental: é um órgão de planejamento, de supervisão e coordenação de todas as atividades, de todos os programas de desenvolvimento regional, não só no setor agrícola, mas no setor industrial e de serviços; em todos os setores da economia.

A SUDENE é um órgão de planejamento, supervisão e coordenação. Ela procura coordenar as ações de todos os órgãos federais, não só do Ministério do Interior, como também órgãos federais dos diversos Ministérios. E até, uma supervisão procurando compatibilizar esses programas federais com os programas estaduais. Esta é a grande missão da SUDENE. Há, até, um esforço grande do Ministério do Interior, do Ministro Mário Andreazza, de fortalecimento da SUDENE para cumprir bem essa sua grande missão, inclu

sive com apoio dos outros Ministros, porque há uma série de etapas entre diversos Ministérios que atuam na Região. A SUDENE que teve, no passado, através dos planos diretores, uma ação mais direta, hoje tem que readquirir o grande papel de órgão de planejamento de todas as ações do Governo Federal e até, como disse, uma compatibilização com os programas dos Governos Estaduais, que devem se complementar e não se chocar, se superpor, para haver uma compatibilização. E hoje, há um relacionamento minucioso nesse sentido.

Já o DNOCS é um órgão executivo, é um órgão de execução. O DNOCS tem como missão, a execução desses programas especiais, desses programas a que me referi e, portanto, cabe ao DNOCS executar esses programas diretamente, pela administração direta contratada, mas a responsabilidade direta sobre programas de recursos hídricos, programas de irrigação, de piscicultura, Sertanejo e esses programas suplementares.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Inclusive, fundamentalmente esses projetos elaborados pela própria SUDENE?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Não deve haver projetos elaborados pela SUDENE. Há, às vezes, programas concebidos pela SUDENE como, por exemplo, o Projeto Sertanejo que, embora tenha a paternidade da SUDENE, no fundo, ele se apoiou em programas do DNOCS. Inclusive, participamos com a equipe técnica, da elaboração, da concepção do Projeto Sertanejo o que quer dizer, há um verdadeiro entendimento.

O DNOCS, como órgão mais antigo, gerou todas essas expectativas. Temos programas de cooperação que é a raiz primeira do próprio Projeto Sertanejo. É uma colaboração com o proprietário rural. Só que essa colaboração hoje é muito mais abrangente, porque não só visa o problema do açude, mas visa toda a reestrutura de produção na propriedade.

O SR. ALBERTO SILVA — Por que razão alguns projetos sertanejos, ao invés de estarem sob a supervisão do DNOCS, como órgão executivo, estão entregues aos Estados?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Isso foi uma decisão tomada por ocasião da concepção do projeto, porque os Governos Estaduais, através de suas Secretarias de Agricultura buscaram inclusive uma integração do trabalho do Governo Federal com os Governos Estaduais, mas não era esse o objetivo. Há reformulação entre o DNOCS e essas Secretarias, procurando melhor desempenho. Não há nenhum choque, porque as áreas são delimitadas e os Estados administram o núcleo sertanejo, em algumas áreas e nós administramos em áreas também delimitadas.

O SR. ALBERTO SILVA — ... e diretrizes diversas de atitudes. Por exemplo, o Programa Sertanejo típico projetado pelo DNOCS e SUDENE, tem uma característica de número, de pessoa, de característica a ser usada, etc. Quando passa pelo Governo do Estado, passa a ser um cabide de empregos. Tenho informações, por exemplo, que o Projeto Sertanejo em (inaudível)... tem mais ou menos uns duzentos empregados recebendo dinheiro federal. Então, veja como há uma superposição. É o mesmo Projeto Sertanejo. Então, poder-se-ia dizer que o Projeto Sertanejo estadual é ruim e o Projeto Sertanejo federal é bom.

Não deveria haver isso. Mas, são as distorções que há e que deve se procurar, através da Comissão de Assuntos Regionais, definir isso. Se os Governos Estaduais tiverem que fazer qualquer Projeto Sertanejo, não podem fugir das regras que foram estabelecidas para o Projeto. Não pode ser cabide de emprego, não pode ser fonte de empreguismos ou favoretismos político, que a nada leva e, ao contrário, desmoraliza a idéia do Projeto, que é boa e que deveria ser um exemplo para todo o Nordeste.

O SR. AGENOR MARIA — (Fora do microfone.)

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Não, a disposição do Ministro Andreazza, já com o apoio do Presidente Figueiredo, pelo contrário, é de expandir o Projeto Sertanejo. Ele foi criado com 60 núcleos e a decisão já é para expandir esse número até 1985, até o final do Governo Figueiredo, para 200 núcleos, cobrindo toda a área do Polígono das Secas.

O SR. ALBERTO SILVA — Mas esses novos 60 núcleos seriam, então, orientados pelo DNOCS?

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Parte pelo DNOCS e parte pelos Governos Estaduais. Esta é a decisão.

O SR. AGENOR MARIA — Eu não conversei ainda com autoridades do Banco (inaudível)... todos eles acham que esse Projeto é contra o Nordeste, porque o Governo tem que compreender é que não há uma massa de recursos à altura da necessidade da região.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — O Sr. Senador Agenor Maria tem razão. Esse problema tem sido levantado, já era do conhecimento do Ministério, da SUDENE, do DNOCS, e já há estudos sendo processados, inclusive

por entendimentos com algumas autoridades monetárias do Banco Central e do Banco do Brasil, com vistas a verificar qual é a melhor solução para o problema.

O SR. AGENOR MARIA — Dr. Osvaldo, tenho informações precisas de que ou o Governo dá condições de ser aumentada a taxa de juros, ou não tem como atender as reivindicações do Nordeste nos termos em que V. Ex^a falou. Esta é a grande realidade e nós temos que enfrentá-la dentro do que ela representa. O Governo dispõe de recursos para a 2% corresponder às necessidades do Nordeste através do Projeto Sertanejo. Se o Governo quer realmente corresponder ao Nordeste, que corresponda dentro de uma taxa de juros que ele tem condições de corresponder sob pena de permanecer a situação que está aí: nós temos, no Nordeste, milhões de pessoas precisando mesmo de dinheiro emprestado, o banco está com 300/400 propostas, atendeu 30/40% das mesmas, e não tem como atender o resto, porque não há dinheiro para atender a 7%, com quatro anos de carência, para pagar em 12 anos.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — São 2%.

O SR. AGENOR MARIA — Esse agora é de 7%. O empréstimo de emergência é de 7%. E, a maioria dos bancos do Nordeste está com 200, 300, 400 propostas, atendeu apenas 30/40%, porque não tem recursos. Falo com o Banco do Brasil quase todos os dias. O gerente é meu amigo. Aliás, foi para lá por indicação minha — sou homem da Oposição, mas tenho prestígio — e ele me disse ontem: "Agenor, não há recursos para atender a metade das propostas que eu tenho aqui, porque o dinheiro a 7% não está fácil de conseguir-se. Conversei com a direção do Banco do Nordeste, a massa de recursos daquele banco, a cada ano que passa, aumenta a margem de recursos com juros mais caros e diminui aqueles com juros mais baratos. Infelizmente esta é a grande realidade.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Perfeito. Posso informar a V. Ex^a que o seu depoimento é um importante subsídio que vou levar, inclusive ao Ministro Mário Andreazza, mas posso dizer que já há estudos sendo desenvolvidos com vistas a solucionar este problema.

O SR. AGENOR MARIA — (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Nós assistimos a isso em Pentecostes.

O SR. JOSÉ OSVALDO PONTES — Esse problema realmente é muito importante e deve ter uma solução a curto prazo. Os estudos já estão sendo desenvolvidos neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Professor José Osvaldo Pontes, a nossa Comissão, mais uma vez, deseja agradecer a V. S^a e aos seus técnicos que aqui se encontram, atendendo ao nosso convite para procedermos, como disse, a uma avaliação daquilo que a nossa Comissão pôde observar na sua viagem ao Nordeste, à Região das secas, viagem essa que nós empreendemos e que contou com a grande colaboração do DNOCS. Foi com um convite anteriormente recebido de V. S^a que nós, aproveitando, infelizmente, do que está ocorrendo com as secas, tínhamos também de conhecer de perto e percorrer a região, foi exatamente em função daquele convite inicial, que nós tomamos conhecimento mais de perto, principalmente nós que não pertencemos à Região do Nordeste, mas mesmo aqueles homens que representam a área, tiveram contatos mais de perto com aquela Região sofrida do Território brasileiro. O que o DNOCS proporcionou à nossa Comissão, facilitando meios de transporte em toda aquela área, a atenção, a forma pela qual os seus técnicos acompanharam, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitadas pelos membros componentes da nossa Comissão e de outros Senadores convidados que faziam parte daquela Comissão que visitou o Nordeste, queremos aproveitar esta oportunidade para agradecer a V. S^a essa atenção. Agradecemos esses, que são também extensivos, muito particularmente, ao nosso Ministro Mário Andreazza, que também colocou os seus assessores, deu todo o apoio à Comissão para que ela pudesse levar a bom termo a sua missão ao Nordeste. Agora, nós estamos concluindo: ontem, com a visita do Superintendente do Nordeste a esta Comissão e, hoje, com a visita de V. S^a, estamos prontos a completar o nosso relatório que já tinha um esboço elaborado pelo nosso Senador Almir Pinto, que haverá de ser complementado com os outros dois Relatores, que são o Senador Agenor Maria e Senador Alberto Silva.

Assim, vamos ainda nos valer da colaboração mais estreita, como falei inicialmente, e poderemos ainda trocar idéias e sentir, não obstante esta palestra de V. S^a, que deu uma visão mais ampla ainda daquilo que nós pudemos observar, mas que nós necessitaremos de estar em contato com seus assessores e com V. S^a mesmo, nesse fecho final do nosso relatório, que tem por finalidade levar ao Governo Federal, aquilo que a nossa Comissão pôde sentir, aquilo que os brasileiros que compõem esta Comissão, Senadores que representam as Unidades Federativas principalmente daquela região, para reivin-

dicar junto ao Governo, a alocação de recursos que, de fato, possam atender ao desenvolvimento de um programa traçado especialmente por esses dois órgãos que têm — e que agora V. S^a tão bem esclarece — um planejamento, de orientação, podemos assim dizer, e outro Executivo, para que de fato possamos implantar no Nordeste tão carente, que como nós dissemos, nós que pertencemos a áreas diferentes, ou a virmos há tanto tempo se falar nas secas do Nordeste e que V. S^a se lembrou tão bem que pergunta, sempre: o DNOCS que nem há 70 anos, por que não soluciona o problema do Nordeste? Mas nós, com a visão rápida que pudemos apreciar visitando a área, que é exatamente a falta de recursos necessários a dar seqüência aos programas que esses organismos traçaram para aquela Região.

É um dos pontos que nós vamos de fato levar ao Governo e não temos dúvidas de que contaremos com o nosso Ministro do Interior ao nosso lado, porque é homem que tem as suas vistas voltadas para essa Região do Nordeste, como a outras que estão afetas ao seu setor, à sua jurisdição, e nós, assim, através desse relatório, como disse, esperamos contar, mais uma vez, com a colaboração do DNOCS, iremos ombrear com todos os Srs. nesse trabalho de carrear os recursos necessários para que se possa, de fato, implantar uma infra-estrutura no Nordeste capaz de dar a solução que sabemos não é a curto prazo, mas a longo prazo, ao angustiante problema que vive não só aquela região, mas especialmente os brasileiros que ali são radicados.

Agradecemos muito a presença de V. S^a à nossa reunião.

Está encerrada a reunião

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

4ª REUNIÃO, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 1980

Às dez horas do dia quatorze de outubro de mil novecentos e oitenta, na sala "Clóvis Beviláqua", presentes os Senhores Senadores Mendes Canale, Presidente, Evandro Carreira, Almir Pinto, Raimundo Parente, José Lins e a Senadora Eunice Michiles, reúne-se a Comissão de Assuntos Regionais.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Vicente Vuolo, Agenor Maria e Mauro Benevides.

Ao constatar a existência de número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, são apreciadas as seguintes proposições:

Projeto de lei da Câmara nº 92/79 — Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, autarquia vinculada ao Ministério do Interior, a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Icó, Estado do Ceará, e dá outras providências.

Relator: Senador José Lins.

Parecer: Favorável ao projeto e à Emenda de Plenário

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 50/80 — Dá nova redação ao artigo 1º da lei nº 6.756, de 17 de dezembro de 1979, que autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Icó, Estado do Ceará.

Relator: Senador Almir Pinto

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica o recebimento de uma proposta da Stopfilme, empresa que documentou a viagem ao Projeto Jari, para a venda de uma cópia do filme por eles realizado, a este Órgão Técnico, no valor de Cr\$ 150.000,00.

Colocada em discussão a matéria, a Comissão designou o nobre Senador Evandro Carreira para examinar a proposta e apresentar um relatório para ser encaminhado ao Primeiro-Secretário do Senado Federal.

Logo após o debate, o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo a esta ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 1980, REFERENTE À PROPOSTA DA "STOPFILME" PARA A COMPRA DO FILME "JARI" PELO SENADO FEDERAL.

PRESIDENTE: SENADOR MENDES CANALE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR AGENOR MARIA

INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO.

Srs. Senadores, na nossa visita ao Jari nós contamos com a presença dos diretores da Stopfilme, que fizeram a filmagem da nossa visita.

Estamos recebendo da Stopfilme uma proposta para que a nossa Comissão possa ficar com uma cópia do filme que eles realizaram; trata-se de uma proposta de venda do filme a 150 mil cruzeiros.

A nossa Comissão não pode deliberar quanto à compra, mas podemos sugerir ao Presidente do Senado, diante da importância que tem esse filme, já que muitos assistiram e eu só pude ver apenas uma parte. Acho que se trata de um bom documentário e queria colocar o assunto ao debate da nossa Comissão para que, se chegarmos a um entendimento, enviássemos essa proposta ao Presidente do Senado, sugerindo a aquisição dessa cópia pelo interesse que ela desperta e por ser valiosa para a Comissão de Assuntos Regionais estudar o problema Jari.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o nobre Senador Evandro Carreira.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Sr. Presidente, hodiernamente uma nova linguagem se impõe, que é a linguagem cinematográfica, podendo ser usada em reuniões ou em cadeia televisada.

Essa linguagem só os estultas não estão reconhecendo como a linguagem do futuro; ninguém mais vai ler no futuro, a leitura será apenas uma leitura muito dinâmica, vez que não haverá tempo. O homem cada vez mais se asserberba em relação ao tempo, não terá mais oportunidade de ler um Tolstói "Guerra e Paz" em dois volumes, nem ler "E o Vento Levou". A linguagem está passando por uma transformação muito grande. A cibernética, os meios de comunicação avançam e, inquestionavelmente, a cinematografia é a última palavra: já se fala até em telefone cinematográfico, isto é, falar ao telefone e visualizar o interlocutor.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Aliás, V. Ex^a vai me permitir. Eu estive nos Estados Unidos e fui submetido a um teste com este telefone; já em 1967 eu telefonava falando com a pessoa, se bem que a distância era curta, mas já visualizando a pessoa com quem eu falava.

O SR. EVANDRO CARREIRA — V. Ex^a colabora com muito proveito para a minha digressão em torno do assunto.

Essa linguagem virá fatalmente, nós já sentimos por exemplo que a própria imprensa escrita agoniza; o rádio sobreviverá se ele estabelecer uma simbiose com a linguagem cinematográfica, que é a linguagem do futuro, não se pode negar. E chegando já o telefone cinematográfico, registrando tudo, constituindo-se num verdadeiro documentário, agora que nós passaremos à verdadeira memória cultural do homem, esta memória que começou com os primeiros registros rupestres, com a primeira escrita, com os sinais gráficos. Foi através da grafia que o homem pôde transmitir a sua herança cultural, por que os animais inferiores, que têm apenas inferência perceptual, eles não conseguem transmitir o que a geração acumula de experiência; aí está a grande vantagem do homem. O homem sobrepujou as demais espécies justamente por isto, porque ele pôde transferir a sua herança cultural sedimentada e acumulada durante gerações e o início disso foi exatamente o sinal gráfico, foi a escrita; agora essa escrita evoluiu e já estamos caminhando para uma outra linguagem, que é a linguagem cinematográfica, é a linguagem da imagem que diz tudo, que transmite tudo.

Eu acho que a Comissão de Assuntos Regionais, ao ter ido ao Jari e ter levado uma equipe cinematográfica, para documentar, para apreender...

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Aí é que devemos exatamente à atuação de V. Ex^a porque foi V. Ex^a que, em contato com a diretoria da Stopfilme, pôde fazer com que os dois diretores se deslocasse, nos acompanhando sem nenhum interesse pecuniário.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Sem nenhum ônus.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Eles foram, tinham passagem e estadia, e absolutamente não tinham nenhum interesse maior lá.

Mas, agora como foi demonstrado não sei se por V. Ex^a, ou por outros elementos da nossa Comissão, que seria interessante obter-se esta cópia, eles estão fazendo essa proposta que é objeto desta discussão.

O SR. EVANDRO CARREIRA — É um documentário da Comissão, esse filme Jari é um documentário da Comissão, e eles apresentam uma imparcialidade muito grande, qualquer telespectador pode constatar isto: eles relatam apenas os fatos, não comentam, eles relatam, quer dizer, é um documentário da Comissão.

Se a Comissão tivesse contratado uma equipe cinematográfica para fazer esse filme, acredito que sairia por muito mais de um milhão de cruzeiros. Hoje ninguém se desloca de São Paulo, três, quatro homens, não se deslocam para uma Jari, por exemplo, para fazer isso gratuitamente, gastando filmes e outras coisas.

Sr. Presidente, nós temos que considerar que o celulóide, o material, o filme hoje está caríssimo. Está em torno, parece-me, de 10 mil cruzeiros um

filmezinho virgem para filmagem. Um rolo insignificante que não dá para 10 minutos. Está custando 10 mil cruzeiros, 10 minutos de filme. Então, esse preço acho até irrisório. Quer dizer, um preço irrisório. Cento e cinquenta mil cruzeiros, hoje, praticamente está custando uma passagem de ida e volta de Porto Alegre a Tabatinga. Praticamente isso. E acredito que se nós não fizermos negócio agora, eles talvez nem possam vender, porque eu não sei — já soube que eles estariam tentando negociar em virtude do atraso da nossa parte — estariam tentando negociar já com uma televisão americana que já quer comprar a prioridade, a exclusividade do filme.

Então, acho muito oportuno, muito salutar, porque vai constituir a memória da Comissão de Assuntos Regionais. É um documento indelével, um documento eterno da Comissão e do próprio Senado.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Eu quero dar conhecimento aos Senadores José Lins e Raimundo Parente, que chegaram após a colocação da matéria em discussão, que a Presidência havia colocado em discussão uma proposta da Stopfilme, que acompanhou nossa visita ao Jari, filmaram, fizeram esse documentário. Eu não vi esse documentário, alguns já viram. O Senador Evandro Carreira viu, o nosso Secretário também viu. Eles agora fazem uma proposta para que o Senado possa adquirir uma cópia a 150 mil cruzeiros.

De fato, o preço, como diz o Senador Evandro, é irrisório, tendo em vista a importância que terá para a Comissão.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Eles exibiram aqui no auditório do Senado por conveniência da própria Comissão que desejava assistir.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Assim, esta é a matéria que estávamos discutindo e que continua em discussão.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, gostaria primeiramente de fazer uma pergunta. A Comissão pode decidir comprar?

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Isso é que eu estava dizendo. É que, diante da decisão da Comissão, se achar conveniente a compra, nós faríamos um ofício e a minha proposta final seria irmos em comissão, levar o ofício ao nosso Presidente e dizer da importância. Não mandaríamos simplesmente o ofício. Nós iríamos com uma comissão de três ou quatro Senadores diretamente a ele.

O SR. JOSÉ LINS — Nós recebemos uma proposta que simplesmente oferece uma cópia do filme, mas que não tem muito mais importância. Então, eu sugiro a V. Exª que designe uma submissão, de duas pessoas, para dar um parecer sobre isso. Relatando que a Comissão só lá e que esses rapazes acompanharam, fazendo um relatório para mostrar que relação o filme tem com a nossa viagem, com a nossa Comissão; ao mesmo tempo opinando sobre o custo. Com esse relatório, nós aprovaríamos; eu sou favorável e acho que a Comissão deve comprar. Nós ficaríamos com uma informação mais completa, com a justificativa desta Comissão. Nós iríamos ao Presidente e recomendaríamos que ele comprasse esse filme.

A subcomissão vai relatar, dizer que viu o filme, dar um parecer, enfim.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Poderemos designar um membro da Comissão para relatar.

A SRA. EUNICE MICHILES — A Comissão viu esse filme?

O SR. PRESIDENTE — Nem todos viram. Eu vi parte, o nobre Senador Evandro Carreira viu todo o filme; eles passaram o filme para a Comissão.

O SR. EVANDRO CARREIRA — A Comissão viu o filme oficialmente. Ela foi convidada. A Comissão é que promoveu a exibição do filme. Agora, se os Senadores, integrantes da Comissão, não compareceram, o problema é outro.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Exato. A pergunta da Senhora Eunice Michiles é exatamente se a Comissão viu. A Comissão pediu que eles aqui enviassem. Marcamos uma data, fizemos um convite, mas infelizmente, não estavam presentes todos os Senadores. Mesmo o caso aqui do Presidente que naquele dia estava com uma viagem para o Nordeste. Então, não pudemos assistir. Assisti apenas a uma parte do filme, porque tinha que ir para o aeroporto.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Houve até convites escritos que foram redigidos pela Comissão. Então, oficialmente, a Comissão já viu.

A SRA. EUNICE MICHILES — Perfeito. A minha preocupação, Sr. Presidente, é que quando se fala em Jari os conceitos se emocionalizam tal forma que eu, pelo menos, não consigo ter uma idéia formada sobre o Jari, porque não tive oportunidade de ver pessoalmente. Talvez se tivesse visto também não tivesse. Não sei se teria porque eu não sei se veria tudo que eu gostaria de ver. Então, a minha preocupação é até que ponto esse filme é uma

realidade e não segue a predeterminação daquele que o encaminhou. Estou falando sem absoluta tese. Eu não conheço o filme, não sei. A minha preocupação é de que o filme tenha realmente a realidade e que possamos conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Gostaria de informar a V. Exª que de fato todos os projetos que estão sendo desenvolvidos pela Jari foram filmados e têm depoimentos de elementos da Jari; eu cheguei a ouvir no trecho o depoimento do Andrade, e depois, me parece, aí já não vi, mas há depoimentos de V. Exª e de outros. Logo, são depoimentos. Mas, o que vamos visualizar dentro desses depoimentos, até podemos fazer assim uma aferição porque ali está o que a Jari está promovendo, o que ela está exportando, o que ela está produzindo e depoimentos que são interessantes e que podem ser cotejados dentro daquilo que nós visualizamos.

O SR. EVANDRO CARREIRA — E o filme não conclui. Acresce o seguinte: não importa, mesmo que ele fosse impassional a Comissão tinha que ter essa passionalidade, para provar essa passionalidade de algum elemento da Comissão ou de alguém que depôs. A Comissão tem que ter documentos. Isto é um documento, mesmo que ele seja passional, para provar a emocionalidade de um ou outro. Agora, o filme é impassional. Ele apenas relata, tanto que há momentos em que um peão é a favor do Daniel Luduhing. Não sei se o Presidente ouviu isso. O peão declara. Eles demoram cerca de sete ou oito minutos apanhado esse depoimento, o sujeito dizendo que o camarada é um benfeitor. Aí pega de outros, também. Quer dizer, é um documentário, ele não conclui. O filme não conclui, ele apenas enfoca tudo. É um documentário para nós, a Comissão precisa deste documento. Será uma falha gravíssima se ele deixar escapar esse documento, porque foi um documento apanhado pela Comissão. Depois nós vamos julgar. Nós podemos julgar o filme aqui; dizer que ele não convém, que ele não expressa o nosso pensamento. A Comissão pode até dar uma nota, dizendo que o filme não expressa a opinião da Comissão, isso sim. Agora, não obter o filme para estudá-lo, acho que aí não tem lógica.

A SRA. EUNICE MICHILES — A minha opinião, no caso, eu não conheço o filme, não conheço os depoimentos. (Fora do microfone.)

Não sei se o Lelene é imparcial ou não, mas, se não fosse, teríamos que ter, em contrapartida, um que o fosse.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Aí é outra coisa, temos que conseguir fazer um outro filme que seja favorável à Jari.

A SRA. EUNICE MICHILES — Favorável, não, nós queremos é a imparcialidade, conhecer o material todo.

O SR. EVANDRO CARREIRA — É difícil, porque o problema é de foro íntimo. Há filmes favoráveis à Jari.

A SRA. EUNICE MICHILES — (Fora do Microfone)

O SR. EVANDRO CARREIRA — É um problema de julgamento. A tese da Jari está inclusa na grande tese amazônica, que ainda não foi definida. O próprio Governo está até com um pacote hibernando, a nível de Planalto, porque não sabe o que fazer. O Ministro Camilo Penna confessa agora que o negócio fracassou em termos de colonização de Transamazônica. A coisa está muito indefinida. Há muitas opiniões emocionais, muitas opiniões radicais. O fato é o seguinte, é que a Comissão não pode deixar de ter um documento ou um livro; se aparecer um livro a favor da Jari temos que comprar. É um documentário da Comissão. Se for contra ou se for a favor nós temos que ter. Agora, depois é que a Comissão deve opinar. Ela pode até ser contra.

O SR. JOSÉ LINS — A Senadora Eunice Michiles tem razão, quer dizer, alguns de nós não sabemos se o filme é um filme tendencioso ou não. O filme não é da Comissão, tanto não é que ele está sendo oferecido à Comissão. Mas é como o Senador Evandro Carreira diz, um documentário. Uma coisa é uma decisão da Comissão sobre adquirir o filme, outra coisa é o julgamento desse material.

Por isso mesmo eu acho que tem que haver uma apreciação que chame a atenção da Comissão. Primeiro, o filme não nasceu por iniciativa da Comissão; segundo, embora nem todos concordem, com o que o relatório diga, isso não impede que adquiramos a cópia. Certo? Agora, realmente, acho que cada um de nós tem que dar a sua opinião e julgar o documento, porque, depois, nos arquivos da Casa pode se pensar que estávamos de acordo com isso.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Nobre Senador, o parecerista deveria enfatizar que a aquisição do filme não representa a opinião da Comissão. A aquisição representa apenas a posse de um documento que interessa aos Anais da Comissão e do Senado. Porque não vai se fazer mais. Talvez daqui a um ano, ilustre Senadores, e Senadora, já tenha outra feição, a gente pode está dando uma outra feição ao Jari, quer dizer, aquilo é um documento. Daqui

dão de Oliveira. Esperava-nos uma suculenta feijoada sergipana, de dar água na boca, feita pela maestria de Dulce, sergipana das boas.

O casal transformou-se, com o tempo, em embaixadores de Sergipe no Rio de Janeiro, e, por um contrerrâneo, tudo fazia. De Jordão, eu já conhecia os primeiros trabalhos quando cheguei do interior para morar em Aracaju. Após minha primeira visita, vim conhecer melhor a sua obra e sua grande figura humana. Ele encontrou o seu caminho na pintura e tornou-se um dos artistas mais respeitados do Brasil. Muitas vezes premiado com viagens ao país, ao estrangeiro e, por fim, a medalha de honra.

Também, prosador e poeta, suas poesias são líricas e qualificadas. "Caminhos Perdidos", um livro autobiográfico, é onde ele fala do seu começo em Sergipe, de suas viagens e do seu sofrer num convés do imundo navio, terrivelmente oposto ao seu temperamento de jovem que via, além do horizonte sergipano, o Velho Mundo. Aquele Velho Mundo onde, após uma escalada tão cruel quanto a de Van Gog, chegaria sem ressentimentos da vida. E, no entanto, ressentimentos ele poderia ter, de uma vida amarga e dura, em seu início.

Jordão era simples como a verdade dos seus quadros. Portinari o amava e mandava muitas pessoas à sua procura, para que ele lhes fizesse retratos, pois, o mestre de Brodowski que o tinha, e com justa razão, como o melhor retratista do Brasil. Em seu livro "Caminhos Perdidos", Jordão conta das dificuldades que teve de enfrentar ao longo da vida. Dificuldades decorrentes, sobretudo, de sua imensa falta de recursos financeiros. Daí, por certo, o reconhecimento público que ele faz de uma tia que o criou com grandes sacrifícios e muito afeto, fazendo verdadeiras mágicas junto a um velho fogão, de fogo quase sempre morto. Tia e mãe a quem ele carinhosamente chamava de Tãmãe.

Antes de conhecê-lo, acostumei-me a amar a sua figura singular, das maiores nas artes plásticas brasileiras. Namorava e amava sua pintura e, quando o conheci pessoalmente, passei a querer-lhe um bem maior ainda, a estimá-lo e respeitá-lo como a um verdadeiro mestre, um amigo raro, um irmão de todos os momentos.

Jordão pintou, com rara felicidade, algumas paisagens, que hoje estão espalhadas e conservadas em coleções particulares. A Universidade Federal de Sergipe, por iniciativa do seu reitor, Aloísio de Campos, vai inaugurar uma galeria com o nome do grande pintor. Uma louvável iniciativa, sem dúvida. Um exemplo e uma oportunidade, aliás, para motivar o governo sergipano no sentido de delegar poderes a alguém para arrematar em leilões e galerias de arte as obras de Jordão, para enriquecimento do nosso patrimônio.

Pesaroso recebi a notícia do falecimento de Jordão. Nós, artistas que exercemos o ofício de pintar, achamos que o seu estado deve-lhe uma sala especial, onde a juventude sergipana possa estudar e analisar, com vagar e real interesse, os seus quadros. E saiba e possa dizer no futuro, de peito erguido e alma lavada, que Jordão, na verdade, foi um senhor pintor e uma grande figura humana, razão por que, sempre permanecerá, como exemplo de dignidade de homem e de artista, em nosso pensamento e no nosso coração.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jaison Barreto.

O SR. JAISON BARRETO (PMDB — SC. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No Encontro de Prefeitos, Presidentes de Câmaras e Vereadores Municipais do Estado de Santa Catarina, realizado no ano passado, promovido pela AMUNESC, com a participação de autoridades federais, como membros da CPI que estudava o empobrecimento dos municípios brasileiros, como de representantes do Legislativo e Executivo Estaduais, aprovou-se a Carta de Joinville, documento fundamental, para quem pretende conhecer a presente realidade municipalista brasileira.

A primeira referência desse importante documento é ao desajuste da Política Tributária Nacional, completamente divorciada da realidade sócio-econômica das municipalidades brasileiras, impondo-se voltem as edilidades à condição que lhes compete de microcosmos da nacionalidade, auferindo uma parte substancial dos recursos arrecadados de sua economia.

Reivindica essa declaração que se incluam, nas parcelas de retorno do ICM, os valores provenientes da cobrança das multas e juros, repondo-se gradativamente as alíquotas reduzidas com a criação do PIS. Quanto ao critério da distribuição das parcelas principais desse tributo, deve-se adjudicar vinte por cento, em partes iguais a todos os municípios, levando-se em conta, na distribuição dos oitenta por cento restantes, além do valor adicionado, outras variáveis, como a população e a área territorial fixados os índices de participação por períodos bienais, gradualmente eliminadas as isenções e incentivos fiscais.

Quanto à transmissão inter-vivos, deve-se devolver aos Municípios a competência tributária referente à Transmissão Imobiliária.

Examinado o problema do Fundo Rodoviário Nacional, apontaram-se, como pontos negativos, em relação aos municípios: o retardamento exagerado no pagamento das parcelas; a complexidade dos Orçamentos-Programas e Prestação de Contas; a pequena quota de participação e a vinculação aos programas prefixados.

Sugere-se a necessidade de efetuar-se o pagamento das parcelas no prazo máximo de trinta dias, sob pena do acréscimo de juros e correção monetária, tomando-se como índice correcional as ORTNs.

Impõe-se a abolição dos orçamentos-programas e das prestações de contas, a não ser às Câmaras de Vereadores e aos Tribunais de Contas, devendo-se ampliar a quota de participação do FRN de 8% para 20%, dedutíveis do quinhão conferido à União.

É inadiável a total desvinculação a qualquer programa prévio ou prestação de contas diretas à União ou aos Estados, aparecendo, no que tange a TRU, como pontos negativos para os municípios, a redução da alíquota de participação, além de descontos não comprovados, acréscimos da vinculação da aplicação. Sugere-se a permanência da alíquota de 12%, calculada sobre o montante do TRU e multas.

Relativamente ao Fundo de Participação dos Municípios, considera-se a atual participação insuficiente, ademais inconveniente a aplicação vinculada, devendo a primeira ser elevada a vinte por cento.

Reclama a Carta de Joinville a participação dos municípios em vinte por cento do montante bruto das arrecadações feitas pelas Loterias Esportiva, Federal e similares, para que se forme um Fundo de Participação Suplementar aos municípios, distribuído, em partes iguais, sob a forma de "Reserva de Contingência", para melhor critério de aplicação.

Deve ser cumprido o § 1º do art. 24 da Constituição, que defere aos Municípios o produto da arrecadação do imposto incidente sobre a propriedade rural situada em seu território, sob a responsabilidade do INCRA todas as despesas com o cadastramento.

Quanto à cota patronal de contribuições previdenciárias, sejam isentos os municípios, liberados de multas, juros e correção monetária no parcelamento dos débitos.

Com referência ao Imposto Sobre Serviços, entende-se devam ser feitas as seguintes alterações: eliminação do caráter taxativo da lista de serviços e da isenção para as obras públicas; supressão do favorecimento à construção civil; alteração da forma de tributação dos profissionais liberais, para que se faça sobre o valor da receita efetiva.

Sugere-se, também, a definição dos encargos de competência municipal, para que as edilidades se livrem das despesas com Junta Militar, Receita Federal, Campanha de Alimentação Escolar, MOBRAL, INCRA, IBGE e EMATER.

Pede-se que o financiamento de máquinas às prefeituras seja análogo aos financiamentos agrícolas, bem como se modifique o critério de rateio do ICM, elevando-se a destinação ao Município, atualmente muito pequena, de vinte por cento, enquanto o Estado recebe oitenta por cento.

Veiculando essas reivindicações, esperamos que sejam atendidas, para salvar o anemiado municipalismo brasileiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a extraordinária de hoje, às 18 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1977 (nº 1.100/75, na Casa de origem), que altera a redação do *caput* do art. 687 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), tendo

PARECERES, sob nºs 1.115, de 1979, e 202, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: favorável ao substitutivo de Plenário, nos termos de subemenda que apresenta.

— 2 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1979 (nº 1.410/75, na Casa de origem), que estende aos cirurgiões-dentistas militares e aos farmacêuticos militares os benefícios da Lei nº 5.526, de 5 de novembro de 1968, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 308 a 310, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça;

— de Legislação Social, e

— de Saúde.

— 3 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1979 (nº 4.490/77, na Casa de origem), que altera a redação do inciso III do Art. 8º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, tendo

PARECER, sob nº 210, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, e no mérito favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

ATA DA 78ª SESSÃO, EM 29 DE MAIO DE 1980

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

PRESIDÊNCIA DO SR. PASSOS PÔRTO

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quércia — José Caieta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Valdon Varjão — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de Presença acusa o comparecimento de 60 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE PARECERES

PARECER Nº 347, DE 1980

Da Comissão de Redação

Redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1979 (nº 3.324/77, na Casa de origem).

Relator: Senador Mendes Canale

A Comissão apresenta a redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1979 (nº 3.324/77, na Casa de origem), que regulamenta o estabelecimento e o funcionamento de Jardins Zoológicos e de Zoolários, e determina outras providências.

Sala das Comissões, 29 de maio de 1980. — Adalberto Sena, Presidente — Mendes Canale, Relator — Tarso Dutra.

ANEXO AO PARECER Nº 347, DE 1980

Redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1979 (nº 3.324/77, na Casa de origem), que dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de Jardins Zoológicos, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se jardim zoológico qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou em semiliberdade e expostos à visitação pública.

Art. 2º Para atender a finalidades sócio-culturais e objetivos científicos, o Poder Público Federal poderá manter ou autorizar a instalação e o funcionamento de jardins zoológicos.

§ 1º Os Governos dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão instalar e manter jardins zoológicos, desde que seja cumprido o que nesta Lei se dispõe.

§ 2º Excepcionalmente, e uma vez cumpridas as exigências estabelecidas nesta Lei e em regulamentações complementares, poderão funcionar jardins zoológicos pertencentes a pessoas jurídicas ou físicas.

Art. 3º O reconhecimento oficial do jardim zoológico não significa, quanto aos exemplares da fauna indígena, nenhuma transferência de propriedade por parte do Estado em razão do que dispõe o art. 1º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967.

Art. 4º Será estabelecido em ato do órgão federal competente classificação hierárquica para jardins zoológicos de acordo com gabaritos de dimensões, instalações, organização, recursos médico-veterinários, capacitação financeira, disponibilidade de pessoal científico, técnico e administrativo e outras características.

Art. 5º Os estabelecimentos enquadrados no art. 1º da presente Lei são obrigados a se registrarem no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, mediante requerimento instruído com todas as características de situação e funcionamento que possuam.

Parágrafo único. O registro, com classificação hierárquica, representa uma licença de funcionamento para jardim zoológico e poderá ser cassado temporária ou permanentemente, a critério do IBDF, no caso de infração ao disposto na presente Lei e à proteção à fauna em geral.

Art. 6º O enquadramento, na classificação mencionada no art. 4º da presente Lei, poderá ser revisto para atualização, mediante requerimento do interessado ou por iniciativa do IBDF.

Art. 7º As dimensões dos jardins zoológicos e as respectivas instalações deverão atender aos requisitos mínimos de habitabilidade, sanidade e segurança de cada espécie, atendendo às necessidades ecológicas, ao mesmo tempo garantindo a continuidade do manejo e do tratamento indispensáveis à proteção e conforto do público visitante.

Art. 8º O funcionamento de cada alojamento está condicionado ao respectivo certificado de *habite-se* que será fornecido após a devida inspeção, pelo IBDF.

Art. 9º Cada alojamento não poderá comportar número maior de exemplares do que aquele estabelecido e aprovado pela autoridade que concedeu o registro.

Art. 10. Os jardins zoológicos terão obrigatoriamente a assistência profissional permanente de, no mínimo, um médico-veterinário e um biólogo.

Art. 11. A aquisição ou coleta de animais da fauna indígena para os jardins zoológicos dependerá sempre de licença prévia do IBDF, respeitada a legislação vigente.

Art. 12. A importação de animais da fauna alienígena para os jardins zoológicos dependerá:

- a) do cumprimento do art. 4º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967;
- b) da comprovação de atestado de sanidade fornecido por órgão credenciado do país de origem;
- c) do atendimento às exigências da quarentena estabelecida pelo IBDF;
- d) da obediência à legislação em vigor e aos compromissos internacionais existentes.

Art. 13. Os locais credenciados pelo IBDF para atender às exigências da quarentena poderão cobrar os serviços profissionais prestados a terceiros, comprometendo-se a prestar assistência médico-veterinária diária.

Art. 14. Os jardins zoológicos terão um livro de registro para seu acervo faunístico, integralmente rubricado pelo IBDF, no qual constarão todas as aquisições, nascimentos, transferências e óbitos dos animais, com anotação da procedência e do destino, e que ficará à disposição do poder público para fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os círculos sócio-educacionais do Estado regozijam-se pelo transcurso, no próximo dia 25, do Jubileu de Prata da Universidade Federal do Ceará — evento dos mais auspiciosos para a vida cultural do País.

Criada pela Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, aquela conceituada Entidade instalou-se em junho do ano seguinte, tendo como Magnífico Reitor o Professor Antônio Martins Filho, figura exponencial do magistério superior do Estado, hoje integrando o Conselho Federal de Educação.

Como um dos mais entusiastas propugnadores da idéia de criação da UFC, Martins Filho dedicou-se, com dinamismo e espírito público, ao notável empreendimento, sensibilizando todos os segmentos da opinião pública cearense para as inúmeras iniciativas que levou a cabo, durante os sucessivos mandatos que desempenhou, sempre com proficiência e brilho inextinguíveis.

O *facies* educacional do Nordeste experimentou, por isso, alteração substancial, com a nossa Universidade transformada em centro polarizador de grandiosas realizações, surgindo, gradativamente, novas unidades de ensino superior, além das que existiam à época de sua benfazeja implantação.

Sucederam-nos Fernando Leite, Valter Cantídio e Pedro Teixeira Barroso, aos quais deve a Universidade serviços inestimáveis, sobretudo o excelente conceito que desfruta no País e até mesmo no exterior, graças ao trabalho ininterrupto que tem desenvolvido em todos os ramos do conhecimento humano.

Presentemente, ocupa a sua Reitoria o professor Paulo Elpidio de Menezes Neto, escolhido, no ano passado, em lista sextupla, de que fizeram parte outros membros destacados dos corpos docentes dos vários Centros que ali funcionam dentro de aprimorados padrões pedagógicos.

Durante o longo período de exceção em que esteve mergulhado o País, a UFC, a exemplo de suas congêneres, sofreu uma série de limitações no seu raio de atividades, com prejuízos para o relacionamento com a comunidade cearense.

Agora, porém, com a chamada abertura política, — a que se chegou em razão da obstinada luta das forças oposicionistas — alvissareira fase passou a experimentar a UFC, marcada, especialmente, por cometimentos de vulto, inclusive debates em torno da nova realidade político-institucional.

Creditem-se, também, os êxitos alcançados, nos últimos meses, à ação clarividente do Reitor Paulo Elpidio de Menezes Neto que vem estimulando no âmbito universitário a discussão de temas palpitantes, confiada a sua coordenação a um *Forum* especializado, com o qual têm colaborado luminárias da vida pública do País.

Em fevereiro, por exemplo, um simpósio sobre modernização político-legislativa foi levado a efeito, dele participando o nosso eminente colega, senador Paulo Brossard, que proferiu excelente conferência, seguida de intervenções a cargo de mestres e alunos das várias Unidades de Ensino.

Por último, grandes nomes do jornalismo brasileiro, numa promoção que contou também com o patrocínio dos Comitês de Imprensa da Câmara e do Senado, estiveram em Fortaleza a convite da UFC, dissertando sobre a influência do jornalismo político na conscientização do povo quanto à participação na conquista das liberdades democráticas.

A temática nordestina, por sua vez, foi, já este mês, enfocada em um ciclo de palestras confiadas a técnicos renomados, que defenderam pontos de vista relacionados com a aceleração do desenvolvimento regional.

Constata-se, assim, Sr. Presidente, que a Universidade Federal do Ceará, durante os 25 anos de seu ininterrupto funcionamento, atravessa fase promissora, assinalada, também, por um clima de entendimento entre os alunos e a Reitoria, — indispensável para um melhor rendimento dos trabalhos universitários.

Merece, assim, que se ofereça ao seu Jubileu de Prata o realce de um registro especial desta tribuna, com a expressão do reconhecimento do Senado a quantos, através de todo esse longo período, contribuíram positivamente para que a UFC cumprisse, tão esplendorosamente, os seus elevados objetivos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Apesar de toda a preocupação demonstrada pelas duas Casas do Congresso, nos últimos quinze anos, principalmente no sentido de elevar os recursos orçamentários destinados à educação e de propiciar meios aos Estados e

Municípios, para maiores investimentos no setor, esses esforços têm sido condenados ao insucesso, por não ter havido, ainda, a compreensão no sentido de tornar a educação um problema prioritário nacional.

Antes de ingressar nesta Casa, acompanhamos, com o devido interesse, a campanha promovida, inicialmente como Deputado, pelo Senador João Calmon, no sentido da erradicação do analfabetismo, que continua sendo não apenas uma verdadeira mancha em nossa cultura, mas também responsável pela precariedade da mão-de-obra especializada no País e, por isso mesmo, por um insuportável freio da nossa arancada para o desenvolvimento.

Acreditava-se, inicialmente, com a criação do MOBIL, que, numa década — como sonhava João Calmon — tivéssemos erradicado o analfabetismo.

Mas o que se verificou, no ano passado, segundo uma amostragem domiciliar feita pelo IBGE, já divulgados os resultados quanto ao Rio de Janeiro e São Paulo, é que o percentual de analfabetos aumentou nesses dois principais centros urbanos, acrescido, nos dois Estados, de uma taxa superior a um por cento, no último ano.

Enquanto isso acontece com o ensino fundamental, a educação superior se transforma numa verdadeira produção em série de excedentes no mercado de trabalho, que se encarrega, conforme acentuava um editorial do *Jornal do Brasil*, de dois de maio último, de emitir um inexorável juízo condenatório a esse desordenado crescimento da oferta de doutores, assinalando:

“As novas levas de engenheiros começam a vagar numa incerteza de emprego além dos limites da expectativa. É a hora da verdade crítica para a expansão desproporcional de um conceito de universidade sem alicerces na realidade social e econômica do País.”

Enquanto isso, não há número suficiente de técnicos de segundo nível. Quando os jornais divulgaram, durante a greve do ABC, que a média salarial dos metalúrgicos em São Paulo ultrapassava os dezesseis mil cruzeiros mensais, alguns deles ganhando mais de quarenta mil cruzeiros, sem qualquer título universitário, comparava-se essa situação com a dos médicos ganhando menos de doze mil cruzeiros, para exercer suas tarefas como residentes hospitalares, se não quisessem submeter-se à aventura dos plantões, para somar, no fim do mês, menos de dois salários mínimos de renda.

Num levantamento feito por aquele matutino carioca, na antiga capital da República, segundo aquele editorial “os depoimentos dão o lado de desencanto profissional cujo símbolo é o diploma superior”.

Assinala o editorialista:

“A primeira verificação de cada uma dessas vítimas da expansão imoderada e irreal da universidade é que o mercado de trabalho está-se reduzindo. Dirigentes de empresas, também ouvidos sobre a desproporção entre novos engenheiros e vagas, apontam como causas do desajuste os currículos inadequados e a falta de preparo profissional. O diploma deixa o recém-formado a uma distância excessiva do que ele precisa saber para se habilitar a um emprego.”

Crítica-se, a essa altura, a massificação do ensino superior, na expansão acelerada da oferta de vagas, já agora porque ocorreu uma recessão no mercado de trabalho, para demonstrar, irretorquivelmente, que a prioridade concedida ao crescimento da rede universitária não tivera correspondência nem na adequação curricular ao mercado profissional, nem, muito menos, há oferta de empregos para atendimento a essa demanda crescente.

Cabe razão ao editorial “Erro em Evidência”, do *Jornal do Brasil* que vimos citando, quando adverte:

“A prioridade concedida ao aumento do número de alunos já trouxe embutida a questão da perda de nível e a inadequação curricular ao mercado profissional. É a melancólica e tardia conclusão de que era preferível formar número menor de engenheiros mais aptos, e dirigidos para faixas de atividade que levassem em conta a próprio evolução industrial do País.”

O problema não é novo; nova apenas a publicação de uma constatação óbvia, ou seja, a de que o planejamento da expansão das vagas deveria ser precedido de uma verificação prévia da demanda futura de profissionais universitários no setor.

A essa altura, os engenheiros excedentes devem estar-se oferecendo para o preenchimento de empregos técnicos secundários, duvidável, ainda, que o seu desempenho possa equivaler, imediatamente, ao de um operário tarimbado, embora sem o nível médio de instrução.

Insufismável a conclusão daquele editorial:

“É a realidade que está reprovando diplomados que, ao fim de contas, são os menos responsáveis pelo erro a que foram arrastados no delírio de uma universidade sem limites e sem qualidades.”

Enquanto isso, Senhor Presidente, a educação primária e o ensino médio, entregues, praticamente, aos Estados e aos Municípios, à míngua de recursos orçamentários, regredem não apenas qualitativa mas quantitativamente, parecendo que a última reforma nas diretrizes e bases do primeiro e segundo graus não representou um avanço sobre a experiência anterior, mas contribuiu para piorar os padrões didáticos em todo o País.

Espetacular distorção

Verificando os dados censitários educacionais de que dispomos, chegamos, facilmente, à conclusão de que a produção nacional cresceu; a economia, como um todo, ampliou o seu desempenho mas, paralelamente, decresceu a escolarização básica no País.

Segundo dados apresentados por D. Zilma Parente de Barros, do Ministério da Educação e Cultura, hoje são atendidos apenas 73,5% da população escolarizável quando, há menos de um decênio, esse atendimento abrangia cerca de 81%, esperando os mais otimistas estivessemos, hoje, chegando aos 90 por cento.

"Caiu substancialmente — adverte aquela educadora — a participação da União no sistema educacional, quer em termos de recursos financeiros, quer em termos de oferta de ensino, em todos os níveis".

Isso, no que tange ao primeiro e segundo ciclos.

Porque se elevaram muito mais, percentualmente, as matrículas na universidade do que no ensino de primeiro grau.

Dados do IBGE, para o período de 1962 a 1972, demonstraram que as matrículas do 1º grau, no decênio, cresceram em 91%, enquanto as relativas ao nível universitário se elevaram em quinhentos e cinquenta e seis por cento.

Porque o ensino superior é, predominantemente, financiado pela União, enquanto os Estados e Municípios se encarregam do primeiro e do segundo graus, sem condições para tanto.

Isso decorre, em primeiro lugar, da injusta discriminação da renda, resultante da reforma tributária que a Constituição de 1967 incorporou.

O resultado dessa repartição do produto fiscal é que, enquanto a União abocanha mais de sessenta por cento da renda tributária nacional, os Estados pouco ultrapassam os trinta por cento, devendo contentarem-se os Municípios com uma quota que não chega aos oito por cento.

Enquanto isso, a nova lei de diretrizes e bases do ensino do primeiro e segundo graus mandou unificar o currículo básico, ministrando os grupos escolares o ensino em oito séries, dos sete aos quatorze anos, para tornar possível o cumprimento do preceito contido no item II, do § 3º, do art. 176 da Constituição, onde se declara que "o ensino primário obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, é gratuito nos estabelecimentos oficiais".

Então ordena-se a gratuidade nos estabelecimentos sustentados pelo Estado ou, eventualmente, pelos Municípios, sem que essas unidades federais disponham de recursos suficientes para cumprir esse mandamento, pagando condignamente o magistério primário.

Como decorrência disso, calcula-se em trinta e seis milhões o número de brasileiros sem o primeiro grau de escolarização.

Um grande número deles já passou dos quatorze anos sem que, por esse fato, hajam perdido o direito à alfabetização.

A terrível debilidade do ensino do primeiro grau — claramente demonstrado que nem os Estados nem os Municípios têm condições, com a atual discriminação tributária, de garantir sua gratuidade — resulta no enfraquecimento crescente do ensino do segundo grau, de que, nos Estados menos desenvolvidos, participa, ativamente, a iniciativa privada.

O pior de tudo é que, quase sempre, ao concluir o segundo ciclo, o estudante não se ilude, na absoluta certeza de que não obteve nenhuma capacitação profissional, depois de onze anos na escola.

Dai porque prossegue na escalada, enfrenta os cursinhos e os vestibulares, ingressa na universidade, para atingir a meta insubstituível do diploma.

Com esse canudo na mão, torna a descobrir que se encontra incapacitado para o mercado de trabalho, que não obteve a competência necessária para exercer imediatamente a profissão.

Num contundente comentário a respeito, assinalava, recentemente, o *Jornal do Brasil*:

"Para atender a esse delírio, abrem-se as faculdades de fins de semana, as fábricas de desempregados que funcionam por todo o País. O moínho continua a girar, à beira de transformar-se em gigantesca farsa."

Trata-se de uma espetacular distorção: ampliaram-se os recursos e liberalizou-se a legislação permissiva, para a manutenção e criação de facul-

dades superiores; uma reforma improvisada lançou sobre os Estados o ônus quase exclusivo do antigo curso ginasial, até então ministrado, predominantemente, pela iniciativa privada; o resultado disso tudo é um baixíssimo nível salarial do magistério primário, a absoluta ineficácia da formação profissional e o crescimento do número de analfabetos no País.

O Melhor Investimento

O bacharelismo não é fenômeno novo no Brasil, nem o termo serve apenas para apodrar o que concluem o curso jurídico no País.

Ele abrange a preocupação pura e simples com o diploma universitário, colocado como láurea máxima no contexto dos valores intelectuais, desprezando-se a formação técnica para o trabalho produtivo.

Se a educação não pode ser identificada como o móvel máximo da ascensão social, constituindo-se, no entanto, no investimento social mais importante, é necessário entender a sua abrangência, como também que ela significa, sobretudo, capacitação para as tarefas do ser humano, não importando apenas na formação de elites humanísticas, mas como instrumento de inserção do indivíduo no conjunto nacional produtivo, com vistas à promoção do desenvolvimento.

Tomada como um esforço planejado para a redução das desigualdades sociais, a educação representa a preocupação maior do Estado, porque só ela alimenta as forças do progresso, emprestando continuidade ao processo civilizatório.

Mas, no nosso caso, o problema se agrava tanto pela vocação elitista — que é um resquício do Brasil colonial, com seus doutores de Coimbra — como pela absoluta carência da rede escolar primária, incapacitada, visivelmente, para atender à demanda resultante do correto mandamento constitucional que torna o ensino do primeiro grau obrigatório e gratuito.

Nossas comunidades interioranas lutavam, há alguns anos, pela instalação de um ginásio ou de uma escola normal nas sedes dos seus municípios.

Em muitos casos, conseguiram o que almejavam, mas o ensino, como era de esperar, perdeu em qualidade, sobretudo pela carência de professores habilitados.

Começaram a difundir-se os cursos de pedagogia, em nível universitário, para a formação desse corpo docente, o que deu margem, desde logo, à pretensão, de número crescente de cidades interioranas, no sentido da instalação de universidades de porte médio, a começar pelos cursos de filosofia.

Hoje há centenas de faculdades espalhadas pelo interior, formando milhares de bacharéis principalmente nas diversas especializações das ciências sociais, enquanto o mercado de trabalho não consegue absorvê-los, crescendo a legião dos doutores desempregados.

Enquanto isso, descarta-se, totalmente, do ensino profissionalizante que este, sim, é o melhor investimento a ser feito por um país em vias de desenvolvimento, quando o progresso tecnológico é inadiável, marginalizando as nações que não cuidam de incrementá-lo em seus domínios.

Temos de nos convencer de que a educação não pode servir apenas para preencher estatísticas.

De que, nesse importante setor, a quantificação importa menos do que a qualificação.

E a qualidade deve começar pelo corpo docente.

O professor mal remunerado, que somente consegue sobreviver com uma terrível sobrecarga de trabalho, chegando à exaustão, sem tempo nem recursos para aperfeiçoar-se, seja em cursos de reciclagem, em estágios de complementação, ou com férias suficientes para uma conveniente formação autodidática, não conseguirá acompanhar o crescente evoluir dos conhecimentos humanos.

Seu salário de fome não lhe permite, sequer, a aquisição de livros e revistas da sua especialidade, enquanto a escola, didaticamente desaparelhada, lhe aparece como um anacronismo, a desestimular qualquer esforço construtivo.

Se os professores são mal pagos, não há número suficiente de salas de aula e os alunos se amontoam nas classes, contrariadas as mais rudimentares normas pedagógicas, no que tange à composição das turmas escolares.

Há uma regra que não padece exceção: quanto maior a turma e mais escassos os instrumentos didáticos, tanto pior o ensino.

É o que verificamos, na prática, em todo o País.

Recentemente o Ministro Eduardo Portela declarava, com a sua autoridade de educador:

"O sistema de ensino no Brasil chegou a um impasse máximo, que reflete a falência de uma instituição que se montou em função de necessidades rigorosamente quantitativas, sob a alegação de que a sociedade brasileira era, cada vez mais, uma sociedade de massa.

Por causa disso, há necessidade de fortalecermos as estruturas do ensino básico no Brasil.

Precisamos, realmente, de um 1º Grau consistente e de um 2º Grau que, realmente, tenha um desempenho técnico quase pré-universitário."

Numa entrevista divulgada pelo *Jornal do Brasil* de 28 de fevereiro deste ano, acentuava Sua Excelência:

"Dois itens parece-me que sobressaem: o primeiro é o item da preparação e da valorização do professor, ou seja, um permanente esforço em relação ao seu aperfeiçoamento, paralelo a uma dignificação salarial.

O segundo item seria o nível da reestruturação curricular.

Deve haver uma revisão curricular profunda no ensino brasileiro, em todos os níveis."

Logo em seguida acentua o Ministro da Educação: "Estamos ensinando coisas que realmente não têm nenhum contacto direto com a realidade e, por isso mesmo, essas coisas se perdem nas pessoas e não chegam a ser assimiladas enquanto conhecimentos".

Liberação de Recursos

O ensino de primeiro grau e a educação profissionalizante precisam ser incrementados, mas, para isso, há necessidade de recursos materiais, de dispêndios orçamentários, principalmente por parte da União, que se reserva a parte de leão, no bolo fiscal.

Mas, onde encontrar e como liberar esses recursos?

Emprestando menor ênfase aos cursos superiores, ou confiando o seu desempenho às instituições privadas, que cobram o quanto valem, para os interessados, tais diplomas?

O ex-Ministro Mário Simonsen, sob cuja direção o MOBRAF desempenhou-se regularmente da tarefa que lhe foi confiada, falando sobre o problema do ensino, afirmava:

"Uma das principais distorções do sistema de ensino superior brasileiro é o fato de os filhos das famílias mais ricas — justamente os que menos necessitam — serem os que mais se beneficiam do ensino subsidiado pelo Estado."

Também reconhecia o ex-Ministro da Fazenda, que é laureado professor universitário, o pouquíssimo dispêndio do Brasil com a educação, não apenas gastando pouco mas também gastando mal, precisando "livrar-se de uma vez desse estigma".

Na verdade, a soma dos orçamentos estaduais e federal destinados ao ensino superior no Brasil, para 1980, é aproximadamente igual a um bilhão de dólares, ou seja, cerca de oito décimos por cento do PNB de 1979.

Enquanto isso, nos Estados Unidos esse dispêndio, em 1978, foi de aproximadamente 2,3% do Produto Nacional Bruto.

Não gastamos nem a décima parte em saúde, nem um vigésimo para a manutenção das forças armadas, nem um centésimo do que se aplica ao desenvolvimento tecnológico.

Assim, o dispêndio de menos de um por cento do PNB apenas com o ensino superior pode parecer pouco mas não é, se tivermos em conta o que a União gasta com o ensino fundamental e profissional de segundo ciclo no País.

Recentemente, em artigo divulgado na *Folha de S. Paulo*, dizia o ex-Deputado Almino Afonso:

"Na medida em que se proletarizam os acadêmicos, as soluções para os problemas de cada um já não se encontrarão no plano do êxito pessoal, mas na ação coletiva, como grupo de pressão pessoal.

Ou seja: um novo capítulo das lutas sociais, em breve, começará a ser escrito pelos profissionais, copiando as lições dos operários nos intervalos das aulas, das audiências e das cirurgias."

Não é aconselhável que o próprio Estado contribua, diretamente, para a realização dessa profecia.

O importante, ao nosso ver, não é tanto aumentar as vagas, mas, principalmente, empregar recursos no aperfeiçoamento do ensino, como por exemplo, construindo laboratórios, mantendo os hospitais escolas, que vivem sem verbas, etc.

Necessário, também, é que a União forneça mais recursos ao ensino básico e profissional.

Mostram as estatísticas que, entre 1968 e 1974, o crescimento do número de estabelecimento de ensino superior foi da ordem de 30%, enquanto a população do País crescia pouco mais de 15%.

Daí porque somos forçados a concordar com uma afirmação contida em recente editorial do *Jornal do Brasil*:

"O MEC deveria assumir a missão a que não pode esquivar-se: a de supervisionar e auxiliar, quando for o caso, o ensino do primeiro e segundo graus."

Só assim será possível atender a trinta e seis milhões de pessoas sem escolarização no País, porque os Estados e Municípios, empobrecidos pela injusta discriminação tributária não têm condições para cumprir o papel que lhes é imposto de responder à gratuidade do ensino entre os 7 e os 14 anos que a Constituição afirma obrigatório.

O Ensino Rural

Nesse contexto, deve-se assinalar a procedência de uma afirmação feita pela professora Ana Maria Mendonça, em artigo divulgado pelo *Jornal do Brasil* de 25 de maio último:

"O ensino rural é um desafio e uma das prioridades no quadro geral da educação brasileira"... "Das 180.915 unidades escolares existentes no País, em 1974, 137.388 localizavam-se na zona rural, nas quais foram matriculados, no início daquele ano, 5.438.718 alunos, o que representou 25% das matrículas totais no 1º graus."

Ora, naquele ano, já a população rural equivalia à população urbana no Brasil.

Conseqüentemente, havia número três vezes maior de alunos matriculados nas cidades, justificando-se, portanto, um esforço maior para a ruralização do ensino primário.

Mas não é só isso.

Lembra aquela articulista que os maiores índices de evasão e repetência escolar estão no meio rural, proliferando o analfabetismo, a desafiar mais meio século de MOBRAF.

Por outro lado, a escola rural quase sempre se constitui de uma só sala de aula, enquanto oitenta por cento das suas professoras não são diplomadas nem têm nível de ensino equivalente à oitava série do primeiro grau de hoje.

Mais adiante, assinala a Professora Ana Maria Mendonça:

"As condições sócio-econômicas desfavoráveis das famílias, a dispersão da população, a necessidade de ocuparem-se meninos e meninas precocemente de atividades produtivas, levam ao elevado índice de evasão e repetência.

Dentro desse quadro e lembrando que a questão só terá solução com a integração de esforços no sentido vertical (Governo federal, estaduais e municipais) e horizontal, envolvendo os setores sociais e também da produção, é que as equipes que se dedicam ou venham a se dedicar à educação rural, só terão êxito se fugirem das soluções convencionais, antigas ou da cópia do que deu certo no país a ou b."

Decerto o ensino rural deve ser, também, o quanto possível, profissionalizante, preparando o homem do campo para as suas atividades específicas.

Até os períodos de férias devem adaptar-se às conveniências do meio, não coincidindo a faina letiva com o plantio ou a colheita mais característicos da região.

Tais as considerações iniciais que pretendíamos lançar sobre o tema, a que voltaremos, oportunamente; tratando com mais detenção, do ensino rural, dos recursos que podem e devem ser-lhe destinados, para que se estanque, na fonte, a causa mais eficiente do crescimento do analfabetismo no País.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional realizará amanhã, às 10 horas e 30 minutos, sessão solene destinada a homenagear o Padre José de Anchieta, ocasião em que usarão da palavra os Deputados Edison Lobão e Freitas Nobre e o Senador Orestes Quércia.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 45, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº

442, de 1980), que autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo — DAEE, a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 6.930.181.000,00 (seis bilhões, novecentos e trinta milhões, cento e oitenta e um mil cruzeiros), tendo

PARECER, sob nº 443, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 2 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 46, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 444, de 1980), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 1.399.237.687,84 (um bilhão, trezentos e noventa e nove milhões, duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e oitenta e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 445, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 3 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 52, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 456, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso (MS) a elevar em Cr\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 457, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 4 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 54, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia, como conclusão de seu Parecer nº 461, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim (SP) a elevar em Cr\$ 30.584.005,63 (trinta milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, cinco cruzeiros e sessenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 462, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com Emenda que apresenta, de nº 1-CCJ.

— 5 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta parágrafos ao art. 17, da Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974, a fim de permitir ao eleitor inscrito no

Distrito Federal, natural de outra Unidade Federada, votar nas eleições para o Congresso Nacional, tendo

PARECERES, sob nºs 425 e 426, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável; e

— do Distrito Federal, favorável, com voto vencido dos Senhores Senadores José Caixeta e Saldanha Derzi.

— 6 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 271, de 1975, do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a inscrição dos funcionários municipais junto ao INPS, tendo

PARECERES, sob nºs 225 a 228, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que oferece; 2º pronunciamento: pela injuridicidade do substitutivo da Comissão de Finanças;

— de Legislação Social, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com voto em separado do Senador Franco Montoro voto vencido, em separado, do Senador Braga Júnior; e

— de Finanças, favorável ao projeto, nos termos de substitutivo que apresenta, e contrário ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

— 7 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que revigora o parágrafo único do art. 33 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, tendo

PARECER FAVORÁVEL sob nº 406, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levantar-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

EDITAL

A Presidência do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar CONVOCA a Comissão Deliberativa para uma reunião a realizar-se às onze horas do dia vinte e seis próximo futuro, na Sede do Grupo, Anexo I do Senado Federal, 2º andar, a fim de tratar de assuntos de sua competência.

Brasília, 23 de junho de 1980. — Deputado Raimundo Diniz, Presidente — Deputado Rogério Rego — Secretário, em exercício

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1980 (CN), que "autoriza a permuta de parte do terreno que menciona por lote localizado no bairro de Aoyama-Dori, na cidade de Tóquio, Japão".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 1980

Aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta, às dezessete horas, na Sala "Clóvis Beviláqua", presentes os Senhores Senadores Bernardino Viana, Henrique de La Rocque, Saldanha Derzi, Tarso Dutra, Lomanto Júnior, Almir Pinto, Mauro Benevides, Mendes Canale e Deputados Antonio Ueno, Ubaldo Barém, Airon Rios e Iram Saraiva, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1980-(CN), que "autoriza a permuta de parte de terreno que menciona por lote localizado no Bairro de Aoyama-Dori, na cidade de Tóquio, Japão".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Nelson Carneiro, Itamar Franco, Leite Chaves e Deputados Adalberto Camargo, Antonio Morimoto, João Arruda, Sebastião Rodrigues Júnior, Waldir Walter, Nêlio Lobato e Joel Vivas.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Senador Tarso Dutra, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao relator, Deputado Antonio Ueno, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei nº 8, de 1980-(CN), na forma apresentada.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, lavrando, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 11, de 1980-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$ 311.911.000.000,00, e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1980

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia dezessete de junho do ano de mil novecentos e oitenta, na Sala "Clóvis Beviláqua", reúne-se a Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 11, de 1980-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$ 311.911.000.000,00, e dá outras providências", presentes os Senhores Senadores Raimundo Parente, Lomanto Júnior, Jutahy Magalhães, Henrique de La Rocque, Cunha Lima, Roberto Saturnino, Afonso Camargo, Leite Chaves e Deputados Alberto Hoffmann, Nivaldo Krüger, Hélio Duque, Ernesto Dall'Oglio e Carlos Sant'Anna.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Saldanha Derzi, Mauro Benevides e Deputados Humberto Souto, Angelino Rosa, Amílcar de Queiróz, Castejon Branco, Vasco Neto e Bento Gonçalves.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Henrique de La Rocque, que declara instalada a Comissão.

Por outro lado, estabeleceu o precitado decreto, no seu art. 6º, que a lotação dos órgãos da Administração Federal direta e das Autarquias, deve ser elaborada com fundamento na estrutura dos respectivos Órgãos e em suas atribuições.

O art. 10, desse mesmo diploma legal, determina que "a lotação indicará o número de cargos e empregos que, de acordo com o respectivo funcionograma, será necessário à unidade administrativa para operar de forma eficaz".

Com base em todos os princípios ditados pela filosofia que inspirou a atual política de pessoal do Governo, coordenada pelo DASP, a lotação do Ministério da Indústria e do Comércio foi aprovada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Exposição de Motivos (DASP) nº 588, de 25 de novembro de 1975, publicada em Suplemento do *Diário Oficial* nº 231, de 2 de dezembro de 1975.

As folhas 6 desse Suplemento, figuram as Delegacias Estaduais da Indústria e do Comércio, em número de 20, integradas na Unidade Organizacional-Secretaria-Geral.

Assim, as Delegacias Estaduais da Indústria e do Comércio integram a organização do Ministério da Indústria e do Comércio, aprovada pela Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961, como Capítulo especial, a saber:

"Das Delegacias Estaduais da Indústria e do Comércio (DEIC)

"Art. 38 As DEIC, uma de cada Estado da Federação e no Distrito Federal, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, terão por finalidade planejar, coordenar, dirigir e controlar, dentro das respectivas jurisdições, a execução das atividades específicas do MIC, inclusive as relacionadas com seguros privados e capitalização.

§ 1º As DEIC estarão funcionalmente vinculadas aos órgãos centrais do MIC, em relação aos assuntos de suas respectivas competências.

§ 2º As DEIC serão estruturadas nos Estados e no Distrito Federal, de acordo com o volume e complexidade dos trabalhos cometidos a cada uma.

Art. 39. O Ministério da Indústria e do Comércio fixará a jurisdição das DEIC, visando a atender às características políticas, econômicas e sociais de cada região e a obter maior facilidade de comunicação entre as sedes."

De outra parte, o Decreto nº 533, de 23 de janeiro de 1962, que aprova os Regimentos da Secretaria-Geral, do Centro de Estudos Econômicos, do Instituto Nacional de Tecnologia, do Instituto Nacional de Pesos e Medidas, do Departamento de Administração e das Delegacias Estaduais do Ministério da Indústria e do Comércio, estabeleceu:

"Das Delegacias Estaduais da Indústria e do Comércio

CAPÍTULO I Da Finalidade

Art. 102 As Delegacias Estaduais da Indústria e do Comércio (DEIC) de que trata o Capítulo XI da Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961, uma em cada Estado da Federação e no Distrito Federal, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, terão por finalidade planejar, coordenar, dirigir e controlar, dentro das respectivas jurisdições, a execução das atividades específicas do Ministério da Indústria e do Comércio, inclusive as relacionadas com seguros privados e capitalização.

Parágrafo único. As Delegacias Estaduais da Indústria e do Comércio estarão funcionalmente vinculadas aos órgãos centrais do Ministério da Indústria e do Comércio, em relação aos assuntos de suas respectivas competências."

Ainda, o Capítulo II do transcrito Título do Decreto nº 533/62, estabelece a organização das Delegacias Estaduais, loca-

lizando-as nas capitais dos Estados e no Distrito Federal, bem como determinando que serão dirigidas por Delegados, nomeados em comissão.

O Decreto nº 72.632, de 16 de agosto de 1973, que dispõe sobre a estrutura básica do Ministério da Indústria e do Comércio, determina:

"Art. 1º A ação do Ministério da Indústria e do Comércio será desenvolvida através de órgãos da administração direta e de entidades de administração indireta.

Art. 2º São órgãos da Administração Direta:

I —

§ 1º A administração direta disporá, ainda, de delegacias ou agências regionais compatíveis com as necessidades dos serviços."

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, coerente com a mesma filosofia já ressaltada, objeto de profundos estudos por parte do DASP, reestruturou o Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, oportunidade em que distinguiu neste Grupo as Categorias de Direção Superior e de Assessoramento Superior.

As Delegacias Estaduais de todos os Ministérios, em decorrência, foram consideradas, pelo referido decreto, como integrantes da Categoria-Direção Superior, Código DAS—101, nível 2, obedecendo o justo critério mandado observar pelo art. 5º da Lei nº 5.645/70, complementado pelo disposto no § 1º do art. 3º do Decreto nº 68.991/71, uma vez que as Delegacias são consideradas unidades administrativas de primeiro grau, pois se subordinam, diretamente, aos Ministros de Estado.

Apesar do trabalho metódico, exaustivo e processado de forma sistêmica, tendo como órgão central o DASP e setoriais os Departamentos de Pessoal dos próprios Ministérios, é natural, pois que próprio da condição humana, que falhas tenham havido, como omissões de alguns setores ou erros de publicação. Quanto à substância ou à filosofia que orientou os trabalhos, não é de crer na possibilidade de desvios ou quebra dos princípios, tão bem elaborados através de uma seqüência lógica e racional, como atesta a série de leis, decretos e instruções normativas inspiradas pelo órgão central do sistema.

Ocorre que o Ministério da Indústria e do Comércio, inexplicavelmente, à guisa de corrigir imperfeições, está cogitando de modificações que ferem, substancialmente, a orientação adotada pela legislação e seguida pelo DASP.

Assim é que, mediante proposta do seu Departamento de Pessoal, traduzida no Ofício DP-77, de 9-4-76, protocolado no DASP sob nº 7.137/76, pretende alterar a posição em que o DASP colocou os Delegados do MIC, — Grupo — Direção Superior, rebaixando-os para Direção e Assistência Intermediárias.

O rebaixamento pretendido, deixando de parte os aspectos já examinados, visto sob o ângulo político também não merece guarida.

Realmente, a modificação acarretaria para a política do Ministério nos Estados, e para o Ministro particularmente, consequências desaconselháveis. Em primeiro lugar, o Ministro só poderia nomear para o cargo de Delegado servidores pertencentes aos quadros de pessoal do MIC. Perderia, assim, a flexibilidade de trazer para ocupar o cargo, não só servidores de outros órgãos como, ainda, e sempre o faz, homens de elevado gabarito, recrutados da indústria, do comércio e de profissões liberais, utilizando-se, dessa forma, do fator confiança. (Art. 3º da Lei nº 5.645/70.)

Por outro aspecto, a alteração agora sugerida é ilegal, pois que o deslocamento dos órgãos de primeiro grau para outro nível, que não o de Direção Superior, subverteria todos os princípios espousados pela farta legislação que o Sistema acolheu.

Finalmente, a injustiça da cogitação é flagrante, certo que todas as Delegacias de todos os Ministérios nos Estados têm os seus

Delegados enquadrados como integrantes do Grupo Direção Superior.

Falou-se no referido Ofício DP-77, segundo consta, que as Delegacias Estaduais seriam órgãos considerados em extinção. Considerar não basta. Órgão em extinção é órgão extinto (no caso, por lei) e que passa a viver um período de encerramento de suas atividades, em face do ato legal de extinção. Em serviço público, não se encerram as atividades de um órgão, nem mesmo, apenas, com base no ato legal indispensável. No próprio ato definidor da extinção, há o período de extinção. No caso das Delegacias Estaduais do MIC, inexistente qualquer procedimento a respeito, ainda em fase de estudo. Ao contrário, no momento em que toda a Administração Pública se expande e o Governo Federal, a cada dia, melhor estabelece a sua atuação dignificante nos Estados, que alegação teria o MIC para deixar de atuar nos Estados? Se melhor não atua, não é problema da sua estrutura.

Uma extinção de órgãos de âmbito nacional deve sempre ser precedida de aprofundados estudos, sem esquecer, inclusive, as implicações de natureza social, com centenas de famílias ao desemparo, como ocorreria no caso de extinção das Delegacias Estaduais do MIC.

Por último, o apelo, que é dirigido ao Ministro Severo Gomes, para que reestude a matéria, e ao Coronel Darcy Siqueira, ilustre Diretor-Geral do DASP, para que, respeitadas as disposições do Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, seja cumprida, por inteiro, no que tange a pessoal, a filosofia que implantou na Administração Pública do País. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na Cidade do Rio de Janeiro, capital cultural deste País, 67 mil crianças encontram-se marginalizadas do ensino, segundo um senso realizado, agora, pela Secretaria de Educação daquela cidade.

Segundo um trabalho, de profundidade, que a UNESCO efetuou, vemos que, no mundo dos países subdesenvolvidos, de cada grupo de mil crianças que ingressam no Ensino Primário, apenas 500 chegam à última série, ou seja, a 4ª série. No Brasil, apenas 228 crianças, de um grupo de mil, atingem a 4ª série do antigo Primário, e 43% das professoras brasileiras não são tituladas, vale dizer, mais de 200 mil professoras não possuem diploma. O Brasil, no Ensino Primário e Secundário, ostenta a deprimente posição de um dos últimos colocados na América, e, pior ainda, no Ensino Superior, com uma posição de penúltimo colocado.

No Brasil, a cada ano, quinhentas mil crianças não têm acesso ao ensino, ficam sem possibilidade de estudar. Daí entendermos a razão de o MOBRAL, os seus dirigentes, angustiados por esse quadro negro do ensino brasileiro, ter passado a absorver crianças de 7, 8, 9 e 10 anos nos seus cursos de alfabetização, conjuntamente com adolescentes e adultos.

A situação do ensino brasileiro é, a cada dia, mais precária. Mestres, pessoa altamente entendidas em matéria de ensino, de educação, têm proclamado repetidas vezes que o ensino brasileiro caminha para a falência.

Por entender que o ensino é fundamental para o desenvolvimento do homem — é o ensino a grande ferramenta para que o homem possa usá-la e conseguir a sua promoção social — é que nós, homens do Movimento Democrático Brasileiro, temos-nos preocupado permanentemente com a matéria, procurando fazer as críticas mas, simultaneamente, oferecendo alternativas, soluções, no nosso entendimento, razoáveis; soluções compatíveis com o grave problema do ensino neste País.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — V. Exª permite um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o Senador Ruy Santos, com muita honra.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Estou ouvindo o discurso de V. Exª e não posso aceitar — perdoe-me — a informação de que a situação tem piorado. Num dado mesmo indicado por V. Exª, de mil crianças matriculadas no primeiro ano do Ensino Primário, chegam ao fim do antigo curso primário, porque hoje ele está fundido no ensino de 1º grau — chegam ao 4º ano 228 crianças, segundo palavras de V. Exª. Até uns quinze anos atrás, só chegavam ao fim 10% e V. Exª já aponta 22%. A situação — confesso — é muito séria, o problema do ensino brasileiro — disse isso outro dia ao Ministro Ney Braga que a posição de qualquer Ministro é um verdadeiro desafio, porque não é fácil a solução, devido à miséria nacional, em grande extensão territorial. Esta falta — que V. Exª sabe disso — esta evasão da criança da escola é por que logo que ela possa, numa oficina, numa tenda de sapateiro, num barbeiro, ajudar o orçamento doméstico, sai da escola. Quer dizer, ela sai da escola para fazer isso, de maneira que o quadro — não nego — é grave, é sério. Apenas, divirjo de V. Exª, quando diz que tem piorado, porque acho que tem melhorado.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Na quantidade, se formos estabelecer um confronto, realmente melhorou; houve progressos, houve crescimento; mas, na qualidade o ensino brasileiro tem decaido.

V. Exª, que é um entendido da matéria, que tem amigos nas universidades, sabe perfeitamente que o moço, hoje, quando ingressa numa faculdade ele não tem o mesmo gabarito de instrução, o mesmo gabarito educacional, que tinha um universitário há 20 ou 30 anos. V. Exª sabe perfeitamente disso. Então, em qualidade, qualitativamente, o ensino no Brasil está a decair.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — V. Exª me permite um outro aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Ontem, tentei apartear o nobre Senador Gilvan Rocha, seu companheiro de Bancada, quando no seu discurso ele falava sobre os tais cursos supletivos. Eu reputo e aqui ao lado divergia — porque conversava com ele — do Senador Eurico Rezende, considero os chamados cursinhos, esse ensino supletivo, uma grande vergonha no ensino nacional, na hora presente. Isso eu disse ao Ministro. E a deficiência do Ensino Superior, em grande parte, advém daí. São meninos que fazem hoje duas disciplinas precariamente, depois fazem mais tantas, depois acabam se matriculando numa escola superior sem estar preparados para nela ingressar. E por isso encontramos índices altos de reprovação. Na Universidade da Bahia há um problema no Instituto de Matemática por causa dos índices altos de reprovação. E por quê? Porque chegam despreparados, o professor ensina e exige um pouco mais e aí a reprovação tem que aparecer. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Perfeitamente correto. O aluno do ensino fundamental não recebe um ensinamento adequado porque a maioria dos professores não está devidamente preparada.

Isso acontece no Ensino Médio, como também no Ensino Superior. E uma das causas, talvez a fundamental, é a má remuneração do professor brasileiro, em todos os seus graus. E por que ele é mal remunerado? Porque não temos uma consciência, no Brasil, para o valor da educação, da instrução.

V. Exª diz da miséria que existe no Brasil. A miséria é decorrência da falta de instrução, da falta de educação do brasileiro. E isso está ocorrendo por falta de recursos. Por que não há recursos? Porque a elite brasileira, o Governo brasileiro, não tem uma consciência para o valor da educação.

Não encontro dificuldades para se equacionar, a médio prazo, o problema da educação. É apenas necessário que o Governo se conscientize da sua responsabilidade, pois o ensino é fundamental para o desenvolvimento do homem, e a solução está encontrada.

Vamos eliminar o ensino gratuito nas universidades oficiais, vamos eliminar essa discriminação — ponto que a Maioria não quer enfrentar e não tem coragem de falar, e o Governo sabe mas não quer enfrentar — do filho do rico ter ensino gratuito nas capitais. Estabelecamos o ensino pago ...

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Estou inteiramente de acordo com V. Ex^a

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — ... então, o Ministério da Educação e Cultura poderia drenar, transferir, para o ensino fundamental 65% dos recursos, e encontraríamos aí, pelo menos na primeira etapa, uma solução para esse grave problema. Entretanto, o Governo Federal não tem coragem de enfrentar, e o problema aí está com esse quadro negro do ensino brasileiro.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — V. Ex^a tem razão. Nesse ponto estou inteiramente de acordo com V. Ex^a Esse ensino gratuito de Universidade foi uma coisa feita — vamos dizer — demagogicamente, vamos usar a expressão própria. Agora, queria dizer a V. Ex^a, a propósito da parte anterior do seu discurso, que ele é a aplicação daquele aforismo: “o povo é pobre porque não se educa e não se educa porque é pobre”, e fica nesse círculo vicioso, e não sai disso.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Não olhamos para a educação, não destinamos os recursos de que ela precisa e como consequência, o nosso índice de produtividade agrícola continua um dos mais baixos do mundo. Não podemos desenvolver a nossa indústria de transformação e obter produtos para competir no mercado externo, porque não temos em número suficiente mão-de-obra qualificada. Porque não investimos na ciência, não temos uma tecnologia própria e ficamos na dependência dos países industrializados, particularmente das empresas multinacionais. Em razão disso, da falta de educação, de instrução, da falta de consciência da elite do Governo, continuamos com um dos maiores índices de mortalidade infantil, no Brasil; continuamos com um dos maiores índices de excepcionais; continuamos com a maioria dos brasileiros subnutridos, porque o brasileiro, inclusive, não tem hábitos de alimentação adequada para um homem forte.

Nós, do Movimento Democrático Brasileiro, temos-nos preocupado — e repetimos, Sr. Presidente — com o assunto, porque consideramos a Educação ponto vital para o desenvolvimento do homem.

Mas sempre que temos levantado o problema alguns homens do Governo atribuem ao nosso posicionamento, às nossas críticas, um sentido da crítica pela crítica, apenas de querer falar do Governo, o que não é. Exatamente por isso é que queremos aqui intercalar em nossas considerações, para dar, ainda, maior suporte o depoimento prestado ao Jornal do Brasil pelo Presidente da União dos Professores do Rio de Janeiro, Professor Miguel Carlos Melgaço. É uma entrevista muito importante, por partir de uma alta autoridade do ensino brasileiro e por abordar o assunto em termos objetivos, oferecendo um quadro da situação de falência — segundo ele — do Ensino neste País. Diz ele:

“Professor acha que concurso para magistério comprova falência do ensino no país

— O concurso para o magistério comprova a falência do ensino no País. E enquanto isso está acontecendo, os administradores do ensino, principais responsáveis pela falência que se vem abatendo sobre a educação nacional, calam-se, acomodados em seus cargos. Tudo é permitido contra a educação, desde que a responsabilidade pela crise do ensino recaia sobre o professor — o bode expiatório.”

A crítica do Presidente da União de Professores do Estado, Miguel Carlos Melgaço Pascoal, atinge, também, a Lei da Reforma do Ensino: “Dizem que está implantada, quando o que existe é fruto de improvisação daqueles que pretendem agradar ao Ministério que ditou. Na atual situação do ensino escolar, verifica-se que tudo não passa de uma balela, de um engodo”.

Perguntas

O Professor Miguel Carlos Melgaço Pascoal faz uma série de perguntas que evidenciam a crise do ensino e suas respostas são quase sempre acusatórias: “Onde está realmente o erro? Numa estrutura de acomodações e conveniências, com as falhas decorrentes de cima para baixo”.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Senador Ruy Santos, não seria interessante eu terminar o depoimento desse eminente professor?

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Eu não quero apartear o professor, queria apenas entre parêntesis, no curso da leitura de V. Ex^a, dizer que eles não podem também “tirar o cavalo da chuva”, para usar a expressão vulgar, e jogar toda a culpa sobre a administração. Porque eles, professores, também são grandes responsáveis. Outra praga do ensino, mormente do Ensino Secundário neste País, são as apostilas que eles fazem e que os colégios vendem. A aprendizagem dos meninos fica bitolada dentro daquela apostila. E quando chegam a um concurso de habilitação, eles encontram dificuldades para transpor essa barreira. Era apenas isso que queria intercalar, no momento em que V. Ex^a faz a leitura, para dizer que ninguém pode tirar o corpo fora jogar a responsabilidade para outro e dizer: eu posso atirar pedra, porque estou a salvo de que uma ricocheteie e volte à minha cabeça.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Gostei muito da qualificação da “praga das apostilas”. Isso existe e o responsável é o Ministro da Educação, que não deveria permitir que isso acontecesse, porque ele é o responsável pela política educacional em nosso País. Em última instância é ele, Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — O Professor faz as apostilas e as fornece à Secretaria da escola, para serem vendidas porque o Ministério não pode dizer que usem os livros tais e tais, porque, aí, cairia em outra falta. Mas eles são responsáveis e são bem responsáveis por isso.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Discordo de V. Ex^a, porque o Ministério da Educação tem os seus fiscais, os seus orientadores, tem mecanismo para fazer o controle e deveria fazê-lo nesse campo, também, é o nosso entendimento, para não prejudicar o ensino brasileiro.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Não vou apartear a entrevista, pois V. Ex^a já saiu fora dela quando da interferência do representante da Bahia; mas apartei para apoiar V. Ex^a. A questão das apostilas constitui não só uma verdadeira confusão na cabeça do aluno, como, também, um comércio — e até um comércio desonesto — porque o aluno é obrigado a comprar centenas de cruzeiros de apostilas em apenas um mês. Isso é uma loucura. V. Ex^a está certo quando diz que o Ministério devia tutelar esse setor, que o Ministro não pode ficar indiferente, não pode ficar ausente. Ele, então, que nomeie uma Comissão de Professores e mande organizar obras, livros, chame os técnicos em cada especialidade, para cada vestibular e mande imprimir a obra através da imprensa oficial e venda a preço

barato, um preço ao alcance do estudante pobre e não esse comércio de apostilas. Um professor dá uma aula, no dia seguinte o aluno tem de correr para comprar aquelas apostilas por um preço muito alto. O Ministério pode, realmente, dar uma grande ajuda, não existe aí aquele setor que vende livros, cadernos por preços mais barato? Então, nomeia uma comissão para cada setor, mandando organizar obras através das quais o aluno sabe onde vai encontrar matéria para responder. Mas, como o vestibular é feito na base da, quase, utopia, pergunta-se o que muitos doutos não sabem responder. Então, essa confusão serve muito bem para as apostilas, mas, para uma coisa lógica, correta, científica, é preciso que se organizem obras, como acontecia no tempo em que eu estudava; estudava em livros. História Natural, por exemplo, tinha a Zoologia do Professor Lafayette, tinha a Botânica do Professor Lafayette, os livros do Professor Potech, tinha a Matemática do Professor Euclides Roxo e outros, quer dizer, encontrava em livros a resposta para as minhas dificuldades. Hoje, o aluno sai correndo atrás de apostilas e depois vai para o vestibular onde se encontram as perguntas mais tolas do mundo. Então, é que V. Ex^a disse, o Ministério precisa intervir e mandar organizar obras, publicar através da imprensa oficial, que o aluno saiba onde encontrar aquilo de que precisa, para depois enfrentar vestibulares.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado, Senador Benjamin Farah, pela sua valiosa contribuição, que vem reforçar o nosso ponto de vista. Realmente, o Ministério da Educação e Cultura tem força suficiente para coibir esses abusos, como teve força, agora, para transferir programas da Rede Globo e de determinadas emissoras de televisão para outras, inclusive em detrimento do povo do interior do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, prossigo na leitura desta importante entrevista concedida pelo Presidente da União de Professores do Estado do Rio de Janeiro:

— Qual é a verdade? Dizem as pessoas competentes que o objetivo do plano educacional é o aluno. Mas, só da boca para fora. A realidade escolar demonstra que o aluno é, juntamente com o professor, o desprezado e negligenciado. No Rio de Janeiro, os estudantes são compactados em salas de aula e a carga horária é reduzida a um período ínfimo.

— Como preparar os alunos, se é um pecado contra a Psicologia Educacional corrigir os cadernos com lápis vermelho e obrigar o estudante a refazer de maneira correta o que errou? Como dar ao estudante uma linha de aferição de seu aproveitamento? Como suprir as deficiências de professores? E a carga horária, que, do tempo útil de 50 minutos, está reduzida para 30?

O Professor Miguel Carlos Melgaço Pessoal tem resposta para suas perguntas: "Diante das omissões dos administradores, da incompetência dos que comandam o ensino e a educação; diante do delfino das inovações psicopedagógicas e da indiferença dos técnicos — temos a resposta do porquê dos resultados para o concurso do magistério estadual, que reprovou 75% dos 60 mil 444 inscritos.

Diz o professor que só há promessas. "O aluno chega ao fim do ano sem ter tido aula de todas as matérias. E as escolas continuarão ainda este mês com falta de professores. No fim do ano, todos os estudantes inevitavelmente, serão promovidos à série seguinte. Pois, se não passarem, como haverá vagas para a fila de candidatos que estão pedindo matrículas?"

Ele não esquece o período de recuperação. Nem de lhe fazer críticas: "Os professores sabem muito bem que essa tal de recuperação, da forma em que vem sendo estruturada pelos técnicos de educação, não corresponde à realidade para que foi instituída. Do jeito em que está a estrutura escolar, tudo não passa de um engodo".

O professor diz ainda que falta no ensino de 1^o e 2^o graus a medida adequada ao crescimento populacional tendo-se retirado da escola o espaço livre para as atividades esportivas, improvisando-se novas salas de aula. E protesta:

— Para o metrô, desapropriam-se quilômetros e quilômetros de lojas, residências, prédios de um a 12 pavimentos, derrubam-se escolas, abatem-se árvores seculares, congestionam-se o trânsito — para a educação, esboçam-se soluções mesquinhas, usurárias. Não existe ninguém com coragem para ampliar o espaço vital para que um educandário possa operar com eficiência."

Não são palavras, Sr. Presidente, de homens do Movimento Democrático Brasileiro, da Oposição. São palavras insuspeitas, de um professor, Presidente da União dos Professores; palavras objetivas, palavras reais sobre o ensino brasileiro.

É profundamente doloroso ver que os anos passam e que as nossas riquezas naturais existentes no solo, no subsolo, por falta de aptidões, de habilitações, de conhecimentos, não podem ser exploradas transformadas em bens úteis, exportadas, para que possamos, realmente, ser um País-potência como desejamos e queremos. Infelizmente não sabemos usar esses instrumentos em favor do povo.

Lembro bem que, garoto ainda, já ouvia os mais adultos dizerem: Brasil, país subdesenvolvido. Os anos se passaram. Continuo ouvindo e já agora falando e reconhecendo: Brasil, país subdesenvolvido. Surge, nos últimos tempos: Brasil, potência emergente. Quantos anos ficaremos neste estágio de país, de nação emergente? Provavelmente mais um, mais dois séculos. Se não formos ao ponto fundamental, — o caminho da educação — ficaremos sendo, eternamente, país do futuro, país de perspectivas.

Pergunto, então, aos homens da ARENA, que dão a sua solidariedade incondicional à Revolução: por que não tomar uma medida revolucionária no campo educacional brasileiro para podermos possibilitar a grande decolagem deste País. Por quê?

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a um outro aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — O Professor a que V. Ex^a se referiu, acima, se coloca na posição de Professor e livra o professorado, — vamos usar a expressão — da mazela educacional brasileira. Há pouco tempo, na Bahia, vi nas mãos de minha neta, por sinal ótima aluna do curso secundário, uma revista, aliás, uma boa revista mas que prefiro não citar seu nome. "Você lê essa revista, também?" "Sou obrigada a comprá-la toda a semana porque o professor obriga; dela saem as perguntas formuladas."

Assim, eminente Senador, o mal existe, não contesto, mas não é só do Poder Público; o Poder Público tem a sua culpa, também, mas o mal é, inclusive, dos pais. Quantos pais não acompanham o andamento do filho, na escola, porque homem e mulher trabalham e o menino fica solto. Quanto professor que não cumpre com o seu dever e usa as apostilas? Quantos alunos que mesmo tendo uma boa aula, têm uma série de atrações e como não têm fiscalização nem o atrativo do próprio mestre para a aula, gazeiam, para usar a expressão vulgar, e não levam o ensino a sério. O problema é muito complexo. Não podemos jogar a culpa, e eu não a jogo, sobre o professor, o pai, o aluno, ou o Poder Público. Não! O mal é complexo. É preciso haver uma mudança da filosofia de vida de todos nós, de pais, de professores, e do Poder Público, para que cheguemos àquele ideal desejado por V. Ex^a, que é também o ideal desejado por todos nós da ARENA e por todo o povo brasileiro.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Senador Ruy Santos, há dois responsáveis: A elite brasileira em todos os tempos, e o Governo em todos os tempos. Na hora em que o Governo drenar recursos para a educação, que remunerar adequadamente o

professor nós vamos ter bons professores, nós vamos ter bom sistema educacional. Todo o resto, no meu entender é acessório. Fundamental é o recurso. Não podemos culpar o pai de um agricultor, de um trabalhador do Nordeste ou do Sul, porque ele, coitado, não terminou, provavelmente, como a maioria não terminou, o quarto ano primário. O que é preciso é o Governo se conscientizar disso, prioritariamente.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço, neste final do meu pronunciamento, pela ordem, o Senador Lázaro Barboza. Na sequência o Senador Luiz Cavalcante, e, posteriormente, V. Exª, para encerrar, então, este pronunciamento.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Nobre Senador Evelásio Vieira, V. Exª, no início do seu pronunciamento, disse que até compreendia as preocupações dos dirigentes do MOBRL, em dar oportunidade para que crianças assistissem a aulas destinadas a adultos e adolescentes. Veio-me à mente uma preocupação muito séria, que por certo não é só minha mas de todos os Srs. Senadores com assento nesta Casa e de todos os brasileiros conscientizados do grave problema educacional que vivemos. Li, há 4 ou 5 dias, também no *Jornal do Brasil* uma observação de que no Estado do Rio de Janeiro, apenas no Estado do Rio de Janeiro, 380 mil crianças estão sem escolas, por falta de professores e salas de aula. Na capital do meu Estado, uma cidade que está longe de atingir a um milhão de habitantes, cerca de 80 a 90 mil crianças não têm oportunidade de ir à escola. O que dizer, então, nobre Senador, do interior do Brasil, Norte, extremo Norte de Goiás, da região Nordeste e do Brasil inteiro? Qual é a realidade educacional brasileira no interior, no vasto interior? Minha preocupação, eminente Senador, é que o MOBRL, — um programa criado para ter vigência por um tempo certo, quando as autoridades do Governo anunciavam o fim do analfabetismo no Brasil, instituição para morrer em prazo certo, — o MOBRL vai-se tornar permanente, vai-se eternizar no quadro da Administração Pública deste País. Isso, porque há falta de escolas, há falta de mestres e há evasão escolar produzida por mil e uma razões já aqui explicitadas por V. Exª e por outros Senadores. Todos esses motivos, nobre Senador, se encarregarão de fornecer aos milhões, pelos anos afora, e, talvez, pelos séculos afora, milhões e milhões de analfabetos que deverão novamente bater às portas do MOBRL, se o Governo não tomar medidas sérias, nesse sentido. Sem uma grande conscientização nacional e sem uma tomada de posição definitiva do Governo, o quadro tende a se agravar a cada dia mais. Muito obrigado a V. Exª (O Sr. Presidente faz soar a campanha)

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Já terminarei, Sr. Presidente.

Solicito permissão, apenas, para ouvir, rapidamente, dois Senadores que haviam solicitado apartes. Ouço agora o nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Muito grato, ilustre colega, pela interferência, a fim de que eu pudesse dar este aparte. Na minha desvaliosa opinião, este problema de educação, qualitativa e quantitativamente, é apenas consequência de um outro problema maior, problema que é responsável por muitas mazelas do nosso País. Há poucos dias, editorial do *O Estado de S. Paulo* chamava a atenção para o fato de que o mundo atingiu, recentemente, o seu quarto bilhão de habitantes. Para isso levou nada menos de um milhão de anos. E adiantava o jornal que, dentro de 25 a 30 anos, estes quatro bilhões, que levaram um milhão de anos para serem completados, estarão dobrados, visto que o mundo estará então com oito bilhões de habitantes. Parece-me que aí está o fulcro da questão. No caso do nosso País, com esta taxa demográfica de 2,5%, uma das maiores do mundo, não há poder público que possa acompanhar o

desenvolvimento das cidades, nem realizar satisfatoriamente o que dele o povo espera. Vejamos a Rússia, nação altamente desenvolvida hoje, mas que reduziu propositadamente sua taxa de natalidade para 1%, igual a dos Estados Unidos, para poder desenvolver-se. O progresso inglês, por quê? Porque a Inglaterra tem uma taxa demográfica de apenas meio por cento. Todas as nações desenvolvidas do mundo têm taxas no máximo de 1%. E, na minha óptica, não vejo nação nenhuma com taxa igual a do Brasil, ou superior, que esteja no rol dos desenvolvidos. Este é o meu ponto de vista, meu distinto colega. De outra feita, quando V. Exª dispuser de mais tempo, e eu também, haveremos de continuar este diálogo. Muito obrigado.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Tenho sempre uma profunda honra em poder ouvi-lo e, principalmente, em poder estabelecer diálogo com V. Exª

O problema da explosão demográfica é grave, mas V. Exª sabe, como eu, que a origem é de ordem educacional, de ordem cultural. O elemento da classe média que teve um estágio melhor de educação, ele planeja a sua família. Veja V. Exª que o cidadão que tem instrução e cultura procura ter dois ou três filhos. Já o cidadão não alfabetizado é o que tem família numerosa, doze, quinze filhos. À proporção que o povo vai-se desenvolvendo culturalmente, melhorando o seu nível de instrução, vai diminuindo o número de filhos, baixando assim o índice de natalidade.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Perdão, nobre Senador; o falecido Bob Kennedy, parece-me, tinha onze filhos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Há exceções, V. Exª sabe.

Mas ouço, para finalizar, o nobre Senador Benjamim Farah.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — V. Exª, antes de ouvir o aparte do nobre Senador Luiz Cavalcante, falou, de passagem, sobre a remuneração dos professores. Os professores do Curso Médio são mal pagos. Para exemplo citarei o Curso de Aplicação do Rio de Janeiro, a Escola Técnica, o Colégio Pedro II, onde os professores ganham um ordenado irrisório. Antes deste aumento de 30% concedido pelo último decreto presidencial, perguntei a um professor catedrático do Colégio Pedro II qual era o seu vencimento, haja vista estar lecionando há mais de trinta e cinco anos, ao que me respondeu que era de dois mil, trezentos e cinquenta cruzeiros. Ora, esse ordenado, se nós o dermos para um motorista ou para um contínuo do Serviço Público, eles acharão graça. O problema é complexo, realmente; é a alimentação deficiente, são os casais desajustados, é o pai que não pode, muitas vezes, manter o filho no colégio, é o transporte, é a mudança constante de livros — nos vestibulares, por exemplo, as tais apostilas constituem um comércio até abominável — é, finalmente, a má remuneração. V. Exª está fazendo um discurso bem oportuno, que merece os nossos aplausos. Focalizou aspectos muito interessantes do ensino e que não podem ficar, digamos assim, esquecidos, não só pelo Congresso, mas, também, pelas autoridades. Que o Ministério da Educação tome conhecimento do que foi dito, hoje, aqui. Foram apresentadas sugestões úteis, interessantes e oportunas. Parabéns a V. Exª

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Era nosso propósito e interesse, Sr. Presidente, prosseguir nas apreciações a respeito da temática educacional brasileira. Entretanto, aceitamos a determinação de V. Exª Apresentamos os nossos agradecimentos a este auditório, pela honra que nos concedeu ao ouvir-nos, assim como aos eminentes companheiros que nos prestaram magníficos subsídios, dando maior brilhantismo ao nosso modesto discurso. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alfevir Leal — José Guimard — Jarbas Passarinho — José Sarney — Jessé Freire — Domicílio Gondim — Marcos Freire — Paulo Guerra — Teotônio Vilela — Augusto Franco — João

Calmon — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Leite Chaves — Otair Becker.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 108, de 1976, dos Senhores Senadores Lourival Baptista e Ruy Santos, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Presidente da República, General Ernesto Geisel, no dia 8 de abril de 1976, em Cuiabá

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento. Será feita a transcrição solicitada.

É O SEGUINTE O DISCURSO PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE ERNESTO GEISEL:

"Minhas Senhoras, meus Senhores, jovens de Cuiabá. Através de vós, dirijo-me a todo o povo de Mato Grosso. Desejo desde logo agradecer a acolhida generosa a mim dispensada e a todos os meus companheiros de trabalho. Como governante, é evidente que sou sensível a demonstrações populares, porque trazem um significado: representam uma compensação pelos sacrifícios cotidianos.

Mato Grosso deixou de ser apenas a grande expressão geográfica do passado, deixou de ser a terra devassada e conquistada pelos bandeirantes de séculos anteriores. Deixou de ser apenas a extensa fronteira, em grande parte deserta, que mantínhamos com a Bolívia e o Paraguai. Deixou de ser o imenso território isolado que o Brasil conhecia, que servia ao Brasil, mas que não se beneficiava da civilização real do País.

Hoje, Mato Grosso, por uma série de circunstâncias, está integrado ao País, em franco desenvolvimento, produzindo e realizando não só em benefício próprio, mas em benefício da Nação. Aqui se desenvolveu extraordinariamente a agricultura, a pecuária e a mineração, que, de embrionária que era, vai passar a usufruir as vantagens tecnológicas que vão ser feitas em grande escala com a exploração das jazidas de Urucum. Tudo isso foi possível, no decorrer dos anos, graças a intenso trabalho, sobretudo, no setor dos transportes e comunicações, que aproximaram Mato Grosso do restante do País. Rodovias, ferrovias, circuitos telefônicos, telex, aproximaram realmente esta região do coração do País. Acredito que Brasília, em grande parte, possibilitou este maior desenvolvimento.

O Governo Federal sente tudo isso. Sente as necessidades que Mato Grosso tem de maiores investimentos e procura, dentro de suas possibilidades, atender as suas necessidades, na convicção de que desenvolvendo Mato Grosso, está desenvolvendo o Brasil.

Guardo a lembrança de uma visita que há vários anos passados, quando era Presidente da PETROBRÁS, recebi do então Governador José Fragelli. Dizia-me o Governador que o aspecto crítico do desenvolvimento de Mato Grosso estava no setor de energia. A energia de Mato Grosso ou não existia, ou era extraordinariamente cara. Havia pouca energia e o pouco do que se dispunha, era remunerado com tarifas muito altas. Os preços do petróleo eram quase proibitivos. Hoje, não mais na Presidência da PETROBRÁS, mas na Presidência da República, é-me dado, graças à atuação do Ministério das Minas e Energia, dar solução a esses dois grandes problemas. Não mais faltará energia e nem ela será vendida a preços escorchantes. Nem mais se tornará demasiado oneroso o preço de petróleo, sobretudo, para aqueles que dele precisam do seu labor, na agricultura, nas máquinas agrícolas. Colocamos, assim, Mato

Grosso ao nível dos demais Estados do País, em condições realmente competitivas. Acho que desta forma, trabalhando juntos, seja no campo econômico, seja no campo social, e mesmo na área política, nós poderemos realmente visualizar um futuro melhor. Futuro que teremos que construir na base do entendimento e na base da cooperação. E temos que construir, sobretudo, com realismo, com ordem, com paz, longe de agitações e longe das ambições dos saudosistas que vivem, muitas vezes, num mundo irreal, sonhando com o passado que não voltará.

Dizem que o povo vive triste, privado de liberdade, oprimido e sob o arbítrio da violência. Não creio. A acolhida que me fazem, as fisionomias que eu vejo aqui, como vi em outras regiões do País, não concordam. Creio que o povo está muito mais do meu lado e do lado do Governo e do lado da Revolução. Nós temos um regime livre, todos os cidadãos são livres e todos vivem com liberdade. Só não há liberdade para os irresponsáveis. Há trabalho. Quem quiser trabalhar e quem tem alguma habilitação, sempre encontrará trabalho.

É possível que os salários sejam baixos, que a vida seja difícil, que a inflação nos roube grande parte do nosso esforço, mas o fenômeno é geral, não é problema só nosso e nem é problema negligenciado por nós. É um problema que constantemente procuramos resolver, com dedicação e esforço, e solucioná-los dentro das nossas possibilidades.

Mas aqueles que falam em violência, que falam em arbítrio, que falam em sevícias, em suma, aqueles que vivem denegando o que a Revolução fez, têm que sair do cubículo em que vivem e abrir as janelas. Têm que olhar para fora e ver o que se passa no mundo e concluir então que o Brasil, talvez, dentro das suas dificuldades, é uma das nações mais felizes do universo."

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — **Item 2:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 113, de 1976, do Senhor Senador Accioly Filho, solicitando seja anexado aos Projetos de Lei do Senado nºs 36, de 1971, 47, de 1974, 211 e 252, de 1975, que tramitam em conjunto, o de nº 68, de 1976, do Senhor Senador Orestes Quêrcia, que assegura a aposentadoria da mulher, pelo INPS, aos 25 anos de serviço, alterando o caput do art. 10, seus itens e § 1º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — **Item 3:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 121, de 1976, dos Senhores Senadores Lourival Baptista e Ruy Santos, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, de entrevista concedida pelo Presidente Ernesto Geisel à televisão francesa.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É A SEGUINTE A ENTREVISTA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE ERNESTO GEISEL À TELEVISÃO FRANCESA:

P — Senhor Presidente, qual é, na vossa opinião, a importância de vossa visita à França, no quadro das relações franco-brasileiras e no quadro, talvez mais amplo, das relações entre o Brasil e a Europa?

R — Recebi, com muito prazer, o convite do Presidente Giscard para visitar a França. A visita, que farei, objetiva atender ao amável

Circunstâncias há que exigem modificações destinadas a adequar as normas programáticas à realidade sócio-econômica.

Ademais, a rigidez de um sistema não deve chegar ao absoluto, sob pena de, em determinadas condições, deixar de alcançar as metas ali previstas. Uma certa dose de flexibilidade se faz mister para que os resultados não se percam totalmente no caudal das previsões inatingíveis.

Com a nova redação ora proposta ao art. 4º do Ato Complementar nº 43, de 1969, os Planos Nacionais de Desenvolvimento poderão sofrer revisões ante a iniciativa tanto do Executivo quanto do Legislativo, a partir do segundo ano de sua vigência, com o que se estará dando um passo importante no rumo da efetiva participação do Congresso Nacional nos destinos do País.

Pelas razões expostas e pela inexistência de óbices de natureza financeira, opinamos pela aprovação do presente Projeto de Lei Complementar.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1976. — Amaral Peixoto, Presidente — Roberto Saturnino, Relator — Leite Chaves — Henrique de La Rocque — Ruy Carneiro — Helvídio Nunes — Alexandre Costa — Mauro Benevides — Saldanha Derzi — Fausto Castelo-Branco.

PARECERES Nºs 277, 278 E 279, DE 1976

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 16 — 1975, que destina, mediante doação à Fundação MOBRAF, os bens constantes das heranças jacentes cuja destinação é prevista no art. 1.594, da Lei nº 3.071, de janeiro de 1916 (Código Civil).

PARECER Nº 277, DE 1976

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Paulo Brossard

O Projeto em exame, apresentado nesta Casa, onde tomou o nº 16 — 1975, se deve à iniciativa do ilustre Senador Vasconcelos Torres.

O artigo nº 1.594 do Código Civil, em sua redação atual, estabelece:

“Art. 1.594. A declaração da vacância da herança não prejudicará os herdeiros que legalmente se habilitarem; mas, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Estado ou ao do Distrito Federal, se o de cujus tiver sido domiciliado nas respectivas circunscrições, ou se incorporarão ao domínio da União, se o domicílio tiver sido em território ainda não constituído em Estado.

Parágrafo único. Se não forem notoriamente conhecidos, os colaterais ficarão excluídos da sucessão legítima após a declaração de vacância.”

Ora, o projeto manda que tais bens, mediante doação, sejam transferidos à Fundação MOBRAF, a qual, alienando-os, aplicaria o preço obtido “no custeamento das atividades de alfabetização de adultos e programas vinculados” — art. 1º.

Quer isto dizer que os Estados teriam de fazer doação à Fundação MOBRAF dos bens arrecadados quando o de cujus tivesse sido domiciliado em suas circunscrições territoriais.

É bem de ver que, neste passo, o projeto não pode prosperar, pois, convertido que fosse em lei, esta, por evidentemente inconstitucional, a ninguém obrigaria.

A lei federal não pode obrigar os Estados a doar bens seus, pois somente os Estados, mediante lei estadual, podem alienar bens que lhes pertencam.

É de notar-se, outrossim, e a observação tem caráter meramente informativo — há Estados, como o de São Paulo e o antigo Estado da Guanabara, que, em virtude de legislação própria, destinam às respectivas universidades os bens havidos por força do art. 1.594 do Código Civil.

O vício apontado inexistente em relação aos bens antes pertencentes a pessoas domiciliadas no Distrito Federal ou em territórios, pois tais bens, em vindo a ser declarados vacantes, passariam ao Distrito Federal e à União, nos precisos termos do art. 1.594 do CC.

Resta apenas saber se convém dispor segundo o alvitre do projeto, o que refoja à competência desta CCJ. Se das comissões competentes vier a merecer parecer favorável quanto ao mérito, observada a ressalva feita, o projeto atenderia sua finalidade mediante a seguinte

EMENDA Nº J-CCJ (Substitutivo)

“Art. 1º A União e o Distrito Federal destinarão à Fundação MOBRAF, que os poderá alienar na forma da lei e dos seus estatutos, os bens que lhes couberem nos termos do art. 1.594 do Código Civil.”

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1975. — Accioly Filho, Presidente — Paulo Brossard, Relator — Helvídio Nunes — José Lindoso — Leite Chaves — Heitor Dias — Henrique de la Rocque — Itálio Coelho — José Sarney.

PARECER Nº 278, DE 1976 Da Comissão de Educação e Cultura

Relator: Senador Paulo Brossard

O Projeto, alterando o art. 1.594 do Código Civil, manda que os bens constantes das heranças jacentes sejam doados à Fundação MOBRAF, que poderá aliená-los para atender suas finalidades nos Estados e Territórios em que tiver tido domicílio o de cujus.

A Comissão de Constituição e Justiça apenas em parte lhe deu parecer favorável, pois a lei federal não poderia ordenar aos Estados que eles doassem bens a eles pertencentes e daí resultou o substitutivo que limita o projeto aos bens que, nos termos do art. 1.594 do Código Civil, viessem a pertencer à União e ao Distrito Federal.

A Comissão de Educação e Cultura deve opinar sobre o mérito do Projeto.

Convém transferir à Fundação MOBRAF bens da União e do Distrito Federal para que a Fundação os venda? Que receita a venda desses bens pode representar? Não seria muito mais fácil dispor sobre a receita da Fundação do que dispor que os bens jacentes pertencentes ao Estado por força de preceito imemorial, sejam doados à Fundação MOBRAF para que ela os venda?

A Comissão não vê utilidade e conveniência no Projeto e opina pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1975. — Tarso Dutra, Presidente — Paulo Brossard, Relator — João Calmon — Arnon de Mello — Helvídio Nunes.

PARECER Nº 279, DE 1976 Da Comissão de Finanças

Relator: Senador Helvídio Nunes

O nobre Senador Vasconcelos Torres, por intermédio do Projeto de Lei nº 16, de 1975, pretende alterar a destinação dos bens arrecadados nas heranças jacentes, que passariam a ser aplicados no custeamento de “atividades de alfabetização de adultos e programas vinculados, mediante doação dos mesmos à Fundação MOBRAF”.

Na Comissão de Constituição e Justiça o ilustre Senador Paulo Brossard, designado relator, depois de apontar-lhe vício de inconstitucionalidade, concluiu pela apresentação de substitutivo, que foi unanimemente aprovado.

Na Comissão de Educação e Cultura, que lhe examinou o mérito, o parecer, também da lavra do eminente representante gaúcho, foi contrário à aprovação, por inútil e inconveniente a proposição.

Já na Comissão de Finanças, o eminente Senador Tarso Dutra ofereceu parecer favorável ao Projeto de Lei do Senador Vasconcelos

Torres, que entendeu "de real interesse para a consecução das finalidades específicas do MOBRL".

A maioria do precitado Colegiado, entretanto, manifestou-se desfavoravelmente à aprovação. E, designado pelo Presidente, cabe-me apresentar o relatório do vencido.

Na verdade, consoante está consignado no parecer do Senador Tarso Dutra, o Decreto-lei nº 8.207, de 22 de novembro de 1945, já disciplina a matéria, pois estabelece:

"Art. 3º Adquirindo o domínio dos bens arrecadados, a União, o Estado ou o Distrito Federal ficam obrigados a aplicá-los em fundações destinadas ao desenvolvimento do ensino universitário..."

Ora, o ensino superior constitui uma das mais graves, sérias e permanentes preocupações do Estado.

De outra parte, o Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRL, pela própria missão que lhe foi destinada, tem vida limitada no tempo.

Estabelecidos os parâmetros, um dos quais com apoio na legislação vigente, não encontro razões ponderáveis que aconselhem e justifiquem a mudança de orientação, pois que acima dos interesses eventuais, ocasionais, passageiros, devem figurar os permanentes, estáveis.

Importa ainda deixar explícito que os deveres do Estado em relação à alfabetização não são menores do que aqueles que lhe cabem com respeito à Universidade.

Ainda mais, no caso em espécie a fonte adicional de recursos que a proposição visa a transferir é de pequena monta, de tal sorte que não soluciona as carências do MOBRL mas, por certo, desfalcara os orçamentos de várias fundações de ensino superior.

Pela rejeição do Projeto.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1976. — Amaral Peixoto, Presidente — Helvídio Nunes, Relator — Henrique de La Rocque — Ray Carneiro — Evelásio Vieira — Mauro Benevides — Alexandre Costa — Saldanha Derzi — Fausto Castelo-Branco.

VOTO EM SEPARADO DO SR. SENADOR TARSO DUTRA

De autoria do ilustre Senador Vasconcelos Torres, o projeto em exame determina a doação dos bens constantes das heranças jacentes à Fundação MOBRL, que poderá aliená-los, aplicando os recursos apurados nos Estados ou Territórios em que o de cujus tiver sido domiciliado.

Encaminhando à douta Comissão de Constituição e Justiça, concluiu essa pela parcial constitucionalidade da medida, desde que atendidos os termos da Emenda Substitutiva apresentada.

A não menos douta Comissão de Educação e Cultura, por sua vez, apreciando o mérito, opinou pela rejeição do projeto, face à inconveniência da proposição.

A esta Comissão cabe a análise sob o enfoque financeiro.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que, à vista conclusão do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, a qual sanou o vício de inconstitucionalidade do projeto original, mediante oferecimento de substitutivo, somente a este se relaciona a matéria objeto de apreciação.

A destinação dos bens arrecadados pelos Territórios Federais e pelo Distrito Federal, após o procedimento judicial regular com trânsito em julgado, assim como aqueles cujo domínio se transferiu aos Estados, acha-se regulada pelo Decreto-lei nº 8.207, de 22 de novembro de 1945, que dispõe em seu art. 3º:

"Art. 3º Adquirindo o domínio dos bens arrecadados, a União, o Estado ou o Distrito Federal ficam obrigados a aplicá-los em fundações destinadas ao desenvolvimento do ensino universitário e o Ministério Público respectivo valerá por essa aplicação.

Parágrafo único. Observa-se-á o disposto no art. 25 do Código Civil, quando os bens forem insuficientes para a criação de institutos universitários."

Dai se infere, pois, que a medida em tela, se aprovada, há de revogar, em parte, o dispositivo acima transcrito, excluindo, tão-somente, a destinação afeta aos Estados membros, que continuarão a reservar o patrimônio adjudicado, ou o seu valor respectivo, ao desenvolvimento do ensino superior.

Em que pese a robustez da fundamentação expendida pela Comissão de Educação e Cultura, vislumbramos a conveniência da iniciativa, em razão da premente necessidade do País em erradicar, no menor prazo possível, o espectro aterrador do analfabetismo.

Na realidade, os recursos financeiros advindos da arrecadação do Poder Público, como sucessor a título universal, não são vultosos, mas nada obsta que se altere a lei, em benefício de programa de tamanha relevância, como o empreendido pela Fundação MOBRL.

Embora a medida, ante a ressalva oferecida pela Comissão de Constituição e Justiça, não possa abranger os recursos estaduais, entendemos de real interesse para a consecução das finalidades específicas do MOBRL, a fonte de recursos ora proposta.

Inexistindo óbice de natureza financeira, opinamos pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda Substitutiva apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 25 de março de 1976. — Tarso Dutra.

PARECERES Nºs 280, 281 E 282, DE 1976

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 53/75, que declara de utilidade pública as Associações Comerciais e Industriais existentes em Goiás.

PARECER Nº 280, DE 1976

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Paulo Brossard

Objetiva o Autor do Projeto de Lei nº 53, de 1975, declarar de utilidade pública diversas Associações Comerciais e Industriais do Estado de Goiás.

A Comissão de Constituição e Justiça entende que o fato de a Lei nº 91, de 1935, regular, na órbita do Poder Executivo, o processo de declaração de utilidade pública as entidades de direito privado, não exclui a competência congressional para fazê-lo por via de lei e isto mesmo tem ocorrido, v.g., Lei nº 5.575, de 1959.

Reconhece, outrossim, que as entidades enumeradas prestam serviços à coletividade. Contudo, entende que o Congresso deve reservar-se para declarar de utilidade pública apenas as entidades de caráter e âmbito nacionais, evitando a multiplicação de projetos desse teor. É a razão por que opina contrariamente ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 1º de outubro de 1975. — Accloly Filho, Presidente — Paulo Brossard, Relator — Henrique de La Rocque — José Lindoso — Helvídio Nunes — Heltor Dias — Nelson Carneiro — José Sarney.

VOTO VENCIDO DO SR. SENADOR ORLANDO ZANCANER

O Projeto em estudo, de autoria do ilustre Senador Osires Teixeira, dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública das associações comerciais e industriais existentes no Estado de Goiás, que são aquelas indicadas no art. 1º: Associação Comercial e Industrial de Goiás, com sede em Goiânia, e suas congêneres dos municípios de Anápolis, Araguaína, Formosa, Luiziana, Morrinhos, Rio Verde e São Luiz de Montes Belos.

Entende o autor, conforme manifesta na justificação, não aplicar-se às entidades em causa o procedimento especial necessário à declaração de utilidade pública, na forma da legislação que trata especificamente da matéria, a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.175, de 2 de maio de 1961, modificado pelo Decreto nº 60.931, de 4 de julho de 1967.

Segundo sua interpretação, o rito essencial ao reconhecimento pretendido não teria cabimento, tratando-se de "entidades que se filiam aos mesmos objetivos na defesa de interesses próprios e regidos pelos mesmos princípios, embora autônomos, e com personalidade jurídica própria".

REPRESENTAÇÃO DO MOBRAL
GABINETE DO SENADOR - CATETE PINHEIRO
SENADO FEDERAL

DCN I - II - 03



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXI — Nº 33

TERÇA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, José de Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1976

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.432, de 5 de dezembro de 1975.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.432, de 5 de dezembro de 1975, que altera disposições da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e dá outras providências.

Senado Federal, em 26 de abril de 1976 — Senador **José de Magalhães Pinto**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, José de Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1976

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.443, de 2 de fevereiro de 1976.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.443, de 2 de fevereiro de 1976, que "fixa alíquota para cálculo do imposto incidente sobre o lucro tributável das sociedades civis que menciona, e dá outras providências".

Senado Federal, em 26 de abril de 1976 — Senador **José de Magalhães Pinto**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, José de Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1976

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e outros estímulos à atividade turística nacional, altera disposições dos Decretos-leis nºs 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e 1.338, de 28 de julho de 1974, e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975, que "dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e outros estímulos à atividade turística nacional, altera disposições dos

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3 500 exemplares

Decretos-leis nºs 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e 1.338, de 28 de julho de 1974, e dá outras providências”.

Senado Federal, em 26 de abril de 1976 — Senador **José de Magalhães Pinto**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, José de Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1976

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.444, de 3 de fevereiro de 1976.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.444, de 3 de fevereiro de 1976, que “prorroga a vigência do Decreto-lei nº 1.124, de 8 de setembro de 1970, altera limite para dedução de Imposto de Renda das pessoas jurídicas em favor do MOBRAL e dá outras providências”.

Senado Federal, em 26 de abril de 1976 — Senador **José de Magalhães Pinto**, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

I — ATA DA 46ª SESSÃO, EM 26 DE ABRIL DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— De agradecimento de comunicação:

Nº 59/76 (nº 98/76, na origem), referente à aprovação do nome do Sr. Gilberto Monteiro Pessôa, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

1.2.2 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

— Encaminhando autógrafo do seguinte projeto:

Projeto de Lei do Senado nº 69/76 (nº 1.974/76, na Câmara dos Deputados), que reajusta os vencimentos dos servidores do

Senado Federal, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.323, de 14 de abril de 1976.)

1.2.3 — Ofício do Secretário-Geral do Ministério da Previdência e Assistência Social

Nº 157, de 22 do corrente, relativo ao pronunciamento daquele Ministério acerca do Projeto de Lei do Senado nº 5/72, do Sr. Senador Franco Montoro, que estimula o aproveitamento de empregados de idade mais alta, mediante a fixação de contribuições variáveis para o INPS.

1.2.4 — Pareceres

— Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Lei da Câmara nº 95/75 (nº 399-B/75, na origem), que dá nova redação à letra “c” do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, estendendo a exigência de gratuidade

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 65, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 523, de 1980), que autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 25.128.667.776,82 (vinte e cinco bilhões cento e vinte e oito milhões, seiscientos e sessenta e sete mil, setecentos e setenta e seis cruzeiros e oitenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 524, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 8 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 66, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 525, de 1980), que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo, a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares) destinado à Companhia do Metropolitano de São Paulo, tendo

PARECER, sob nº 526, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 9 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 67, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças, como conclusão de seu Parecer nº 527, de 1980), que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de dólares norte-americanos), para ser aplicado no Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais, tendo

PARECER, sob nº 528, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 10 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 178, de 1980, do Senador Gilvan Rocha, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da "declaração de Manaus", emitida por ocasião da oitava Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada em 22 de maio de 1980.

— 11 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 185, de 1980, do Senador Raimundo Parente, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 1979, de sua autoria, que altera os artigos 654, § 1º; 670, *caput*; e 674 e seu parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho — aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — e dá outras providências.

— 12 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, que estende o seguro de acidente do trabalho, a cargo do INPS, ao empregado doméstico, modificando a Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1979, que dispõe sobre a matéria, e determina outras providências, tendo

PARECER, sob nº 402, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

— 13 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1980 (nº 250/79, na Casa de origem), que não permite dirigir motocicletas, motocicletas e similares sem o uso capacetes de segurança, introduzindo alteração no art. 88 do Código Nacional de Trânsito, Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 474, de 1980, da Comissão

— de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 315/80, do Senador Jarbas Passarinho, de adiamento da discussão.)

— 14 —

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 1979 — Complementar, do Senador Franco Montoro, que dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 31 de dezembro de 1971, tendo

PARECER, sob nº 43, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Leite Chaves e Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVELÁSIO VIEIRA NA SESSÃO DE 11-8-80 E QUE, ENTRE OUTRAS COISAS, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC. Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Uma sucessão de erros de variada espécie conduziu o nosso País ao quadro de dificuldades atuais. E o que temos presenciado ultimamente, para além dos "pacotes" e das previsões otimistas, é um agravamento da situação.

Advertências não têm faltado, partidas de diversos setores, muitos dos quais com expressiva representatividade. A tudo se responde de forma única, idêntica àquela formulada pelo professor Delfim Netto, na Escola Superior de Guerra, em maio deste ano: "Não há, portanto, mecanismo alternativo que possa produzir efeito muito mais rápido do que aquele que estamos colhendo".

De fato, uma inflação anual de 106,8% não é fácil de ser conseguida, muito embora o próprio Ministro do Planejamento, ainda na ESG, tenha também chegado a uma outra amarga constatação, a de que "a cada mês ocorre um fato novo que impede que a queda da inflação comece".

É que esta, da mesma forma que o endividamento externo, é motor de si mesma, e isto não aconteceu por acaso. Se a inflação está em 106,8%, a dívida externa chega ao final do ano aos sessenta e cinco bilhões de dólares, ou seja, três trilhões e trezentos e oitenta bilhões de cruzeiros.

O modelo brasileiro de crescimento privilegiou setores, como o financeiro, e empresas, especialmente multinacionais, que gozaram sempre de um clima de ampla abertura, enquanto a população brasileira era submetida a uma dieta rigorosa de rendas e democracia.

A dívida externa brasileira hoje não precisa de mais nada para crescer do que o seu próprio serviço. Assim, em 1979, as despesas com juros e amortizações ascenderam a 12.616,9 milhões de dólares, resultado esse que consumiu uma parcela de 82,76% das exportações do ano respectivo (15.244,4 milhões de dólares).

O último dado anual existente sobre distribuição de rendas demonstra que têm sido verdadeiramente rápidos os efeitos obtidos pelo modelo brasileiro de crescimento. Em 1970, os 60 por cento mais pobres da população brasileira detinham 20,97% da renda total, enquanto os 5% mais ricos participavam com 34,12% dos rendimentos. Em 1977, os mais pobres pioram e passam a deter 17,64% da renda, contra 38,64% dos mais ricos. A proporção, entre as rendas médias, passou, no período, de 20 para 26 vezes.

Ao lado disso, por força de diversas providências adotadas no campo financeiro, permanece a descapitalização da empresa nacional, principalmente da pequena e média empresa — que se torna presa fácil dos apetites multinacionais. Essas empresas passam de um setor a outro com uma rapidez digna de nota, convenientemente auxiliadas pelas dificuldades criadas para o empresário brasileiro.

O resultado de tudo isso é um aumento das diversas formas de subemprego, fato que não deixa de estar ligado ao crescimento da marginalidade de parcelas ponderáveis da população brasileira, tanto econômica como social. Por isso, viver numa grande cidade brasileira hoje tornou-se um ato de bravura e heroísmo, tais as dificuldades de sobrevivência e os perigos que rondam cada cidadão.

Por que chegamos a esta situação, Sr. Presidente?

Tudo porque adotamos uma estratégia distorcida em relação à realidade brasileira.

Ao invés de projetos de curta maturação e investimentos reduzidos, buscamos realizar obras grandiosas, excessivamente dispendiosas, muitas das vezes com recursos externos. Já estão grandes rodovias como a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Rodovia dos Imigrantes, a Cuiabá—Santarém, a Pan-Americana, e a Cuiabá—Acre a testemunharem esbanjamentos injustificados de recursos públicos, cujo emprego alternativo em outras obras e setores teria trazido por certo mais progresso até mesmo para as áreas em que foram dispendidos.

A Ferrovia do Aço é outro monumento à grandiosidade perdulária, pois as obras dos mil dias hoje se arrasta, absorvendo excepcional volume de nossos recursos financeiros, assim como a construção de dois metrô — Rio e São Paulo.

Ao mesmo tempo o País partiu para a energia nuclear de uma vez, sem antes explorar todas as suas potencialidades hídricas. Somos detentores de um dos maiores potenciais hídricos do mundo, explorados, até agora, pouco mais de 20 milhões de quilowatts.

No campo industrial, substituímos indústrias inteiras, com base em financiamentos e tecnologia do exterior, num gesto temerário, pois ainda assim nem sempre elevamos a nossa capacidade competitiva, e quando isso ocorreu foram criados inúmeros expedientes protecionistas nos diversos mercados, com grandes prejuízos para a indústria brasileira.

Não é à-toa, Sr. Presidente, que hoje nos encontramos diante de um impasse de vastas proporções, que demanda uma nova estratégia econômico-financeira, somente possível de realizar caso conte com o apoio de parcelas significativas e representativas da sociedade brasileira.

Coloca-se cada vez mais como necessário um entendimento de alto nível entre os Partidos, Igrejas, Sindicatos, Empresários, Empresas Multinacionais dispostas a reconhecer a prevalência dos interesses do País sobre os seus, — Imprensa, Forças Armadas — de forma a que daí se origine um pacto em que fiquem estabelecidas prioridades concretas e capazes de solucionar os problemas brasileiros atuais.

Nós nos referimos e incluímos neste elenco, para o estabelecimento deste pacto, empresas multinacionais, e não poderemos deixar de lado essas grandes corporações porque a nossa dependência externa foi a tal ponto que, hoje, a atuação das empresas multinacionais em nosso País ganhou tal dimensão, que o Brasil não pode tomar as suas decisões próprias, como gostaria, sem ter que se entender com as empresas multinacionais.

Fora disso fica difícil, pois devemos aceitar de uma vez por todas que a credibilidade dos atuais ocupantes dos cargos executivos em nosso País desaparece a cada dia, pois os problemas se agravam e as soluções apresentadas são quase todas inócuas.

Cabe definir prioridades reais, como:

1. Educação, voltada para a obtenção de resultados de curto prazo, sendo de toda a oportunidade observar que até mesmo a questão da desigualdade entre o Nordeste e as demais regiões do País descansa sobre essa questão, pois o problema da disparidade é, na essência, de ordem cultural, pois, ainda que dispondo de recursos e iniciativa, falta ao homem nordestino o conhecimento técnico capaz de possibilitar a obtenção de resultados.

Nesse campo, deve ser estabelecida uma verdadeira guerra em nosso País. Aí, devem ser aplicados recursos maiores para que possamos desenvolver o ensino em seus vários graus, principalmente o ensino profissionalizante. Se não habilitarmos o homem brasileiro, Sr. Presidente, nós não teremos possibilidades de ampliar a nossa produção através de maior produtividade. Como poderemos aumentar as nossas exportações no campo agrícola, no campo dos produtos semi-elaborados, elaborados, se não estamos preparando, habilitando o homem no sentido de buscar a maior produtividade? Este é um setor para o qual o Governo e a elite brasileira devem voltar a suas atenções, dando maior ênfase para o setor educacional do País. É preciso ampliar substancialmente os recursos para a educação neste País. O analfabetismo volta a crescer em índices fantásticos provocado pela carência de escolas no ensino do 1º grau, no ensino fundamental. E o ensino do 2º grau? E o ensino técnico? E o ensino superior? É preciso uma reforma no ensino brasileiro, mas dentro dessa reforma é preciso haver recursos para a construção de escolas, para uma melhor remuneração dos professores e uma conseqüente melhoria na qualidade do ensino brasileiro.

Nós poderemos continuar sonhando com os grandes projetos, sonhando com uma grande Nação, mas nunca sairemos do sonho se não investirmos naquilo que é fundamental, a educação do povo brasileiro. Precisamos dar a este povo instrução, para que ele possa explorar, com os seus próprios recursos, as grandes riquezas naturais que temos no Brasil. Do contrário, nós continuaremos sempre vivendo no meio de grandes riquezas naturais, mas sempre no estágio de país pobre, onde a miséria vai se ampliando a cada dia.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Ouço o nobre Senador Gilvan Rocha, de Sergipe.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — V. Exª mais uma vez, com muita acuidade, dá uma demonstração da criatividade das oposições brasileiras, sempre negada pelo Governo e pelo seu partido aqui nesta Casa. Aliás, é um exercício de constância e de fé que nós teimosamente continuamos a fazer em face da surdez total do Governo, a colaboração patriótica das Oposições. V. Exª volta a falar num tema da maior atualidade, que é a educação brasileira. E veja V. Exª como o Governo permanece surdo, só cuidando de um tópico. V. Exª sabe, o Senado também, que aqui nesta Casa foi constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito que estudou o problema do analfabetismo no Brasil, visualizando a atividade do MOBRL. As conclusões da CPI, formalizadas num relatório com o qual as Oposições não concordaram plenamente, mas que de alguma maneira colaboraram na sua feitura, foram enviadas ao Sr. Ministro da Educação de então. Era demonstrada claramente a

ação superficial do MOBRL. Àquela altura, como de costume, éramos considerados pelo Governo todo poderoso como os Profetas do Apocalipse. Ouvimos surdos, prosseguiram na insensatez de um programa que de maneira alguma resolvia o problema de analfabetismo no Brasil. Passaram-se os anos, Exª e, o atual Ministro da Educação vem de público condenar a ação do MOBRL, reconhecendo que os gastos que foram efetivados naquele programa não tiveram o retorno devido. Mesmo assim, anos depois, reconhecendo o valor de uma comissão independente no Congresso Nacional, reconhecendo o erro e reconhecendo formalmente esse erro, o Governo insiste em manter a mesma estrutura de uma entidade absolutamente sem condições de resolver o problema do analfabetismo no Brasil. Vê V. Exª a que estado nós chegamos; a Oposição reclama, o Governo se faz de surdo. Posteriormente, o Governo reconhece, mas nem assim tem condições de força política para tomar uma decisão. Este é um Governo tíbio, Excelência, um Governo indeciso, um Governo que agora, publicamente, traz os seus ministros numa briga pública absolutamente constrangedora para um país civilizado, e de improviso em improviso tem trazido o País à vizinhança do caos que todos estamos a perceber. Quero parabenizar a V. Exª principalmente pela constância e pela sobriedade das críticas que, em nome do nosso Partido e das Oposições brasileiras, V. Exª faz tão patrioticamente.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — V. Exª tem razões de sobra. O MOBRL, como agente para alfabetização de adultos, também de adolescentes e crianças, funciona como aquele cidadão que transporta água em cesto. Na bica enche o cesto; ao percorrer os primeiros metros, desaparece a água. O MOBRL estaria cumprindo a sua finalidade se estivéssemos oferecendo escolas a esse volume enorme de crianças que vem surgindo a cada ano em nosso País, que atingem a idade escolar mas não encontram uma escola para iniciar o bê-a-bá.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Quero aqui registrar um fato, para melhor ilustrar este capítulo da educação em nosso País.

Em várias oportunidades, conversando com empresários do ramo têxtil do meu Estado, indagava: não seria preferível, ao invés de os senhores trazerem o algodão do Nordeste para Santa Catarina, para fazer o fio, para fazer o vestuário, localizar as suas empresas têxteis junto à base produtora, o Nordeste? A resposta permanente: é difícil de se encontrar mão-de-obra qualificada no Nordeste. Este é o grande óbice em fazermos investimentos no Nordeste.

Pois bem. Faço parte da Comissão de Assuntos Regionais, que segue para o Nordeste para estabelecer contactos não apenas com autoridades, mas com camponeses, com trabalhadores urbanos, principalmente com os camponeses, para melhor se identificar com a crise oriunda de uma nova seca prolongada naquela região. Tenho a oportunidade de conversar com pessoas de vários níveis sociais, em muitas cidades. Chego à cidade de Picos, e o nosso grupo de parlamentares vai fazer uma visita a uma indústria têxtil, uma moderna empresa. Lá, tenho a ventura de encontrar o Diretor Industrial dessa empresa, conterrâneo meu, da Cidade de Blumenau. Conversa vai, conversa vem, e pergunto: que tal o grau de inteligência, de assimilação do homem do Nordeste? A resposta: nós, aqui, na nossa empresa, preparamos o tecelão em três meses. Isso equivale dizer que o homem do Nordeste, como o homem do Sul, tem o mesmo grau de inteligência, a mesma capacidade de assimilação. Por que lá no Nordeste não há mão-de-obra qualificada, não há o profissional? Porque não existem escolas, há carência de escolas, principalmente de escolas técnicas de nível médio, escolas profissionalizantes. Como queremos arrancar para o estágio de país desenvolvido se não estamos preparando, não estamos habilitando o homem?!

Sr. Presidente, é preciso que o Governo, a elite brasileira se conscientize de que temos que voltar a nossa atenção para o setor educacional. Temos que realizar neste campo a grande guerra para a grande vitória do efetivo desenvolvimento.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Eu me empolguei com o fato verificado no Estado de V. Exª, na cidade de Picos, que me ia esquecendo, momentaneamente, da solicitação de V. Exª Ouço com prazer.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Neste instante — e lhe agradeço muito o aparte — resalto que há dez ou quinze anos, neste País, só tinha oportunidade de entrar para a universidade quem morasse nos grandes centros do País. No meu Estado, por exemplo, o Piauí, e no Maranhão; que é meu Estado vizinho, em Rondônia, no Amazonas, onde morei, ninguém tinha universidade. Os alunos faziam o primeiro ciclo, faziam o segundo ciclo e

lá ficavam sem poder sair, porque não podiam deslocar-se para os grandes centros, a fim de frequentar o curso de nível superior. Neste instante, peço o testemunho de todos que aqui estão se há 10, 15 anos os estudantes não tinham de se deslocar para Recife, para Salvador, que era conhecido, para Minas Gerais, para o Rio de Janeiro e São Paulo. Todos os estudantes das Regiões Norte e Nordeste tinham que se deslocar, para poder fazer um curso de nível superior, porque não havia universidade em seus Estados. Na Capital do meu Estado há uma escola técnica. Ocorre que indústria têxtil é ramo altamente especializado, e não existe em todos os Estados da Federação. Se V. Ex^a procurar um bombeiro, se V. Ex^a procurar técnicos agrícolas, se V. Ex^a procurar outras atividades, há de encontrá-las. Nobre Senador, depois desta observação, falarei do primeiro ciclo em Municípios como Amarante, Regeneração, Porto, Barras, no meu Estado — não vou falar no de V. Ex^a, porque não o conheço — 85% do Estado não tinha o primeiro ciclo, só tinha escola primária. Dentro do Governo Revolucionário, uma coisa de que não se pode falar é do sistema educacional. Pode-se ter criado cursos que eram até dispensáveis, mas, quanto à população escolar, tanto do nível do primeiro como do segundo ciclo e do nível superior, não se pode falar. Podem pegar as estatísticas. Não tenho o número na minha cabeça, mas podem pegar as estatísticas!

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Senador Bernardino Viana, como V. Ex^a está equivocado! Como V. Ex^a está afastado do ensino neste País!

Hoje, no Brasil, temos aproximadamente 1 milhão e 400 mil universitários. Pois bem, houve crescimento de matrículas no ensino superior, em função das escolas particulares, das fundações criadas no interior, onde o ensino é pago porque, neste País, graças aos governos de V. Ex^as, 400 mil universitários estudam graciosamente e um milhão de universitários têm que passar privações, até de ordem alimentar, para poder frequentar uma faculdade. O ensino é pago. Esta discriminação odiosa existe graças aos governos de Vx^{as}.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — São subsidiados. Eles têm bolsa de estudo, não pagam INPS. Quando Ministro da Educação o nobre Senador Tarso Dutra, porque a Nação não tinha condições de manter, de custear essa quantidade de universidades, estimulou-se a criação das universidades. Se o Governo tirasse — e aqui fez um pronunciamento o Senador Franco Montoro a este respeito — se o Governo Federal tirasse os incentivos que dá, através da Previdência Social, através da ajuda do MEC, de bolsas de estudo, as universidades particulares não teriam condições de se manter neste País. Foi dito aqui pelo nobre Senador Franco Montoro.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Realmente não teriam, porque o povo brasileiro, na sua grande maioria, não tem condições de pagar o ensino superior.

O crescimento do número de matrículas no ensino superior decorre da iniciativa particular, e não de uma ação do Governo, não que o Governo tenha criado maior número de faculdades, não que o Governo tenha criado maior número de universidades.

Em relação ao ensino técnico, estamos a defender a criação de escolas técnicas de nível médio, igualmente estamos a defender a criação de cursos para a formação do tecelão e outros profissionais em cursos de meses, através de convênios do Governo com o SENAI ou na implantação de escolas profissionalizantes.

Nobre Senador Bernardino Viana, V. Ex^a deve ter conhecimento, não pode desconhecer do déficit no ensino fundamental, pela carência enorme de escolas. O Nordeste é a maior evidência desse quadro triste que envergonha a todos nós neste País.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — V. Ex^a me permite, nobre Senador?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Ouço o Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — É deveras lamentável que continue a tradição do Partido do Governo ao achar que é muito mais patriótico incensar o Governo e não considerar nenhuma crítica. Vemos agora o Líder em exercício ser mais realista do que o rei, pois recentemente o Sr. Ministro da Educação foi à imprensa, dizendo de sua desolação sobre os efeitos práticos do MOBRL, e fazendo violentíssima carga sobre os chamados cursinhos. Ontem, ou anteontem, o Sr. Ministro da Justiça — e está em todos os jornais — ao visitar uma biblioteca, referiu-se, com pesar, àquilo que ele chamou de "faculdades de beira de estrada", dando uma demonstração da mais absoluta falência no problema educacional brasileiro. Não é com atitudes como esta de dizer que vamos bem, que os governos ditos "revolucionários" — e estou pondo muita aspa nesse revolucionário — resolveram o problema educacional do Brasil. É uma calamidade reconhecida pelas autoridades do Governo.

Apelo a V. Ex^a, que é Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura desta Casa, que convoque o Ministro da Educação e o Ministro da Justiça, para que eles venham dizer: primeiro, por que é que depois desse diagnóstico, que eles mesmos fizeram, não fazem a ação positiva para acabar com o que eles mesmos reconhecem de errado, isto é, as tais faculdades de beira de estrada, porque a Nação precisa saber quais são elas, os famigerados cursinhos, a ação do MOBRL e a falência absoluta, total, do ensino profissionalizante deste País. Acho que é muito mais patriótico que se faça isso do que insistir em que este Governo, que conseguiu o milagre de colocar o Brasil já dentro do abismo, é o Governo revolucionário que trouxe a felicidade geral para a Nação.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Muito obrigado a V. Ex^a e acolhemos a sugestão para convidar o Sr. Ministro da Educação para uma exposição, para um diálogo na Comissão de Educação.

O Sr. Henrique Santillo (PT — GO) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Ouço o nobre Senador Henrique Santillo, de Goiás.

O Sr. Henrique Santillo (PT — GO) — A crise educacional brasileira está hoje sendo admitida pelo próprio Ministério da Educação e Cultura. Houve quantitativamente um crescimento muito grande, sem dúvida alguma, e ele se fez, sobretudo, como bem disse V. Ex^a, no setor privado, a maioria das escolas-arapucas permitidas pelo Governo, não apenas a nível de segundo ciclo, mas também a nível de ensino superior. Os dados estatísticos, e muito mais do que estes, a angústia da sociedade brasileira estão aí a demonstrar isso. A imprensa do País, ontem, acaba de publicar que existem 30 mil médicos desempregados no País.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — E 25 mil engenheiros.

O Sr. Henrique Santillo (PT — GO) — Existem 25 mil engenheiros, existem milhares de profissionais de Comunicação desempregados, existem milhares de profissionais formados nessas escolas todas do País desempregados, sem a mínima condição de trabalho. É óbvio que não se pode, e V. Ex^a está analisando muito bem, porque está analisando globalmente a crise brasileira, a crise do capitalismo no Brasil, o desenvolvimento capitalista no Brasil, é óbvio que nós não podemos analisar a crise educacional apenas isoladamente. Ela tem que ser inserida numa análise global da crise como V. Ex^a está fazendo. A sua análise é judiciosa, bastante judiciosa. Não se trata apenas de formar e formar profissionais em qualquer arapuca de profissionais de nível superior, um milhão, um milhão e quatrocentos mil, dois milhões, três milhões, esquecendo-nos do ensino profissionalizante, esquecendo-nos de transformar o próprio modelo econômico para absorver essa mão-de-obra, porque se durante o ciclo do "milagre" — milagre entre aspas, as Lideranças Governistas odeiam essa palavra, mas o certo é que elas empregaram-na também bastante durante uma certa época — se durante a fase do "milagre" brasileiro, do desenvolvimento acima de 10%, do crescimento da economia acima de 10%, teve condições de absorver aqueles profissionais que se estavam formando, a nível superior, e que eram até insuficientes, naquela ocasião e, portanto, elevando-se o patamar de seus salários, por causa disso mesmo, porque a oferta era bem menor do que a procura naquela ocasião, agora não, agora há uma crise violenta nesses setores todos e exige-se imediata transformação disso aí. Não é só, obviamente, do problema da transformação ou a solução da crise educacional isoladamente, mas a procura de uma solução democrática para este País, com a participação de todos, não apenas de nós, Congressistas, ou das elites, ou dos empresários, mas do povo, da sociedade brasileira, porque ela está apta a isto. Nós temos demonstrações inequívocas disso durante este ano mesmo. Ela está-se organizando. Ninguém vai chegar aqui nesta Casa e dizer que a sociedade brasileira está em sua maioria organizada. O povo brasileiro ainda não é organizado em sua maioria ainda, mas, celereamente, a sociedade se organizando através de todos os seus segmentos, e essas organizações têm sido representativas. Elas não têm tomado atitudes que sejam levianas, ou apresentado reivindicações que estejam fora da realidade, pelo contrário, todas elas se unem para dizer queremos participar, o povo está querendo participar. É uma exigência nacional, é uma exigência da sociedade. Queremos participar, discutir os problemas, termos condições de influir na decisão de toda a solução problemática brasileira. Aí está o problema da educação: o Mobral vai resolver esse problema? Ora, o sistema brasileiro está fabricando analfabetos para justificar a perenidade desse Mobral ele que poderia ser um movimento de alfabetização, durante alguns anos, na verdade está-se transformando numa instituição perene. Por quê? Porque o Governo não lhe deu condições. Quero dizer a V. Ex^a que me coloco naquela posição de defender intransigentemente o ensino gratuito, em todos os níveis, logicamente dentro de determinados critérios que selecione isso, mas o Governo

não dá condições, coloca a educação brasileira em quinquagésimo plano, assim como coloca a saúde em milésimo plano e elege as suas prioridades, segundo meu modo de ver, não apenas amoralmente, mas também equivocadamente, quanto às necessidades econômicas do País.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Interessam-me são números e dados, a adjetivação não me interessa.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Números para V. Ex^{ts} do Governo... É por isso que o País está nesta situação. Precisamos de número e qualidade.

Senador Henrique Santillo, V. Ex^a falou, por exemplo, do excesso de profissionais de nível superior na Engenharia Civil, na Medicina. Veja V. Ex^a, nos esquecemos das escolas intermediárias, da preparação do pessoal técnico de nível médio. Temos o engenheiro, mas não temos o elemento intermediário; temos o médico, mas não temos a enfermeira a nível médio.

É o grande problema que precisaria ser resolvido, é problema gravíssimo, a meu juízo, é problema sério deste País. Enquanto não o enfrentarmos, de frente, com coragem, não vamos ter possibilidades de realizar o grande sonho de marcharmos para o estágio de País desenvolvido.

Outra prioridade neste País:

2. Austeridade e confiança nos homens da mais alta administração do País, já que os gastos supérfluos e a falta de pulso para enfrentar os problemas contribuem negativamente e afetam o ânimo de todas as camadas da população.

Aí está outro problema sério neste País. Falamos que o endividamento externo é sério, que a inflação é grave. Mas, neste momento, a coisa mais grave é a falta de credibilidade nos que nos dirigem. Por quê? Porque o Governo, apesar de dispor de poucos recursos, é perdulário nas aplicações desses poucos recursos financeiros. E o Senhor Presidente da República, referindo-se às novas denúncias da imprensa em relação à mordomia, diz que isso não tem influência nos problemas financeiros do País. Realmente, em termos de números, em termos materiais, a influência é pouca. Mas a influência é grande no estado de espírito da população brasileira. É o Governo Federal que esbanja e que transmite essa ação negativa para os governos estaduais, para os governos municipais, para as empresas estatais. C que fazem essas empresas estatais no Brasil? Há dias o *Estado de S. Paulo* publicou uma pesquisa em relação à posição, à situação e à imagem dos governos estaduais e quase todos são qualificados entre os piores governadores deste País.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Ouço novamente V. Ex^a

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — V. Ex^a tem razão quando fala no ponto crucial da nossa esquina histórica no ano da graça de 1980: a falta de credibilidade dos gerentes do poder. Nenhuma empresa pode ir adiante, Ex^a, sem a sua diretoria merecer crédito. E o que se vê — e isso não é uma denúncia gratuita da Oposição — o que se percebe é que ninguém acredita na alquimia, principalmente no gerente geral econômico, no Doutor Delfim Netto. Apesar da honrosa exceção do Líder da Maioria, ninguém no Brasil acredita nos números. O negócio não são os números, o negócio são os olhos, os ouvidos, o estômago e, principalmente, o nosso bolso. Gostaria muito que o Ministro Delfim Netto entrasse num supermercado e explicasse num quadro-negro à donas-de-casa que o custo de vida está baixando, que vai baixar em outubro, a numerologia do Doutor Delfim Netto, uma coisa chamada deflator implícito, os índices, ora da Fundação Getúlio Vargas e agora, muito provavelmente do IBGE, parecendo muito aquela estorinha do besouro, um animalzinho que a mais moderna engenharia aeronáutica dizia que era impossível voar, porque as medidas das suas asas e o peso do seu corpo contrariam todas as leis físicas. O besourinho não sabia de nada disso e voava. Então, as donas-de-casa, que não sabem dos cálculos do Dr. Delfim, continuam comprando alimentos, subindo vertiginosamente. Isto é; o Dr. Delfim Netto não merece crédito de nenhum homem responsável deste País. E como o Dr. Delfim, o resto do Ministério está caminhando aceleradamente para o descrédito. E um governo que perde o crédito, e um governo que não merece a confiança de um povo tem que se preparar para o pior.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — A falta de credibilidade é o problema mais sério deste País, neste momento.

O Sr. Humberto Lucena (PMDB — PB) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Com prazer.

O Sr. Humberto Lucena (PMDB — PB) — Ouço com atenção o discurso de V. Ex^a, que é da maior oportunidade. Quanto às mordomias e ao escândalo que elas representam neste País, apesar de todos os esforços empreendidos

até hoje no seio do Congresso Nacional, não se conseguiu chegar a uma conclusão exata: em primeiro lugar sobre qual a legislação que a assegura; em segundo lugar, qual o montante exato de recursos financeiros despendidos nesses gastos supérfluos. E quero lembrar a V. Ex^a que antes de 1964, nos tempos tão malsinados pelos nobres líderes da Revolução — entre aspas — que se fez no Brasil, só se conhecia mordomia, no Brasil, do Senhor Presidente da República e dos Governadores de Estado, e mais ninguém. Hoje, são milhares e milhares de servidores públicos do mais alto escalão e do escalão intermediário que auferem vantagens da mordomia. Segundo consta, há Ministérios onde há cerca de mais de 30 mordomias, e o Senhor Presidente da República ainda acha que isso é de pouca relevância e não toma as providências adequadas para pôr fim a essa verdadeira orgia de gastos públicos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — O mesmo jornal, *O Estado de S. Paulo*, já há três anos, fez as mesmas denúncias. Foram prometidas providências para se eliminar essas orgias, mas elas prosperaram. Agora o Governo, também, anuncia a sua intenção de eliminá-las, mas dentro de seis meses elas retornarão em maior escala. É preciso que este País passe a agir com seriedade, para se restabelecer a credibilidade do Governo junto ao povo brasileiro.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Permita V. Ex^a, apenas um esclarecimento.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Com prazer.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Acho que este mal de mordomia pegou, neste País, de ponta a ponta, não só nas atividades públicas, mas também nas atividades particulares. Acredito que ninguém desconhece que um diretor de uma emissora de rádio e televisão ganhava um milhão e 200 mil cruzeiros e se dava ao luxo de contratar um almoço, com um jato fretado, almoço este a se realizar em Buenos Aires. Sei, também, que há executivos que foram tirados da área pública federal ganhando de 12 mil a 15 mil dólares, por mês, ainda com direito a um mês de férias no exterior, onde ele escolhesse. Então, acho que isso é um mal não apenas do setor público, mas um mal nacional. Inclusive há ainda o seguinte: quanto é que esses diretores executivos de empresas podem utilizar, em despesas gerais, despesas que efetuam e que porque convidam e pagam? Isso tudo aumenta o custo dos produtos. Lembro-me de que um diretor de uma rádio convidou todos os governadores, duas senhoras, 18 assessoras, para fazer entrega de troféu, em São Paulo, com hospedagem no melhor hotel de São Paulo, o Cesar Park, e todas as despesas por conta da empresa que ele dirige. Então, acho que isso também é um mal nacional, essa questão dessa mordomia, não só das empresas privadas como nas empresas públicas, e que se deveria estabelecer um regulamento de um modo geral para todas as camadas e segmentos sociais.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Senador Bernardino Viana, o que V. Ex^a reproduziu agora eu já tive conhecimento, sábado, ao ler o noticiário da imprensa com relação ao suculento churrasco servido a V. Ex^{ts} do PDS pelo Presidente da República, quando V. Ex^a foi um mau conselheiro ao Presidente da República, dizendo que as mordomias entre os particulares também era grande. Acontece, Sr. Senador, que eu, particularmente, o taquígrafo, o empresário, o jornalista, o médico, lá fora, tomando uísque ou andando de avião, esbanjando, está esbanjando o dinheiro nosso, particular, mas o Governo está esbanjando o dinheiro público, do povo, pelo qual tem que zelar, tem que ser rigoroso na aplicação desse dinheiro, porque não é dele, é de um povo que está se sacrificando a cada dia. Agora, na vida particular, ninguém tem nada comigo se eu gasto mais ou menos na minha vida particular. Se *O Estado de S. Paulo* tiver uma grande mordomia é da responsabilidade de *O Estado de S. Paulo*; cabe a ele dar satisfação aos seus sócios. Já o Governo não. V. Ex^a citou, como exemplo, que o ex-Ministro do Planejamento, hoje servindo a uma empresa, recebe mensalmente 15 mil dólares. Pessoas aí fora dizem que V. Ex^a fez uma séria insinuação ao Ministro do Planejamento, Reis Velloso, contrarrâneo de V. Ex^a, de que se admite a possibilidade de que ele esteja ganhando 15 mil dólares, por mês, não em razão daquele labor que presta mensalmente à empresa, mas por favor recebido quando era Ministro do Planejamento.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Isso é que é gravíssimo.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Isso é que é sério. E foi dito ao Presidente da República por V. Ex^a, e a imprensa reproduziu.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — A imprensa registrou.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Eu não disse isso. Eu disse que, hoje, na iniciativa privada, os salários são muito altos e podem atrair da ini-

QUADRO 1
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, SEGUNDO SUA ORIGEM E SETORES DE USO

	1964/67	%	1968	%	1970	%	1972	%	1974	%
EXPORTAÇÕES TOTAIS	1 605 187	100,00	1 881 344	100,00	2 738 922	100,00	3 991 219	100,00	7 950 996	100,00
I - BENS DE PRODUÇÃO	28 479	1,77	38 861	2,06	91 854	3,35	194 316	4,86	536 957	6,75
II - BENS DE MANUTENÇÃO DA PRODUÇÃO	637 156	39,69	759 686	40,37	1 235 883	45,12	1 607 580	40,27	3 662 639	46,06
Matérias-primas origem vegetal	184 737	11,50	234 085	12,44	353 096	12,89	390 461	9,78	1 260 101	15,85
Matérias-primas origem animal	25 143	1,56	25 566	1,35	45 094	1,64	73 461	1,84	71 445	0,89
Matérias têxteis naturais	152 670	9,51	169 351	9,00	197 761	7,22	232 621	5,82	258 804	3,25
Insumos Agropecuários	79 635	4,96	114 908	6,10	176 408	6,44	345 963	8,66	733 080	9,21
Outros bens de manutenção da produção	194 971	12,14	215 776	11,46	462 737	16,89	565 074	14,15	1 339 209	16,84
III - BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	7 616	0,47	11 670	0,62	22 632	0,82	58 275	1,46	225 852	2,84
IV - BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS	923 593	57,53	1 060 630	56,37	1 361 708	49,71	2 032 875	52,18	3 304 623	41,56
Gêneros Alimentícios e Bebidas	894 811	55,74	1 024 426	54,45	1 299 621	47,41	1 667 142	46,78	2 697 295	33,92
Calçados de todos os tipos	240	0,01	450	0,02	8 273	0,30	54 563	1,36	120 274	1,51
Outros	28 542	1,77	35 754	1,90	54 814	2,00	161 170	4,03	487 258	6,12
V - NÃO-ESPECIFICADOS	8 343	0,51	10 497	0,55	26 845	0,98	48 173	1,20	150 545	1,89

FONTE: CACEX

Mas, em outra linha de ataque, diz a Oposição que o modelo usado pela Revolução é errado porque subsidia o fator capital e comprime os salários. Mais correto seria o uso de um "modelo emedebista de forte cunho social", que estamos todos nós, da Maioria, absolutamente curiosos de saber qual seja.

O que indica entretanto de concreto? Dele conhecemos medidas esparsas, tais como a sugestão do Decálogo:

"limitação da correção monetária nos financiamentos concedidos pelos Bancos oficiais a projetos prioritários."

Mas o que é a "limitação da correção monetária" senão subsídio ao fator capital? De um lado o MDB é contra o subsídio ao capital, de outro, critica o Governo por não subsidiar o fator capital de forma mais generosa. Qual afinal a opção?

Da mesma maneira, erguem-se vozes no MDB a favor da diminuição da presença do investimento estatal. Reclamam maiores estímulos — vale dizer subsídios — ao setor privado. Mas o próprio Decálogo diz claramente que, no programa de substituição de importações, o Governo não deve esperar pelo setor privado. Deve, portanto, elevar a participação da empresa estatal em vários setores adicionais. A afirmativa não é nossa. Qual afinal a opção do MDB? Como concilia o partido de oposição suas sugestões, que são contraditórias?

Na luta estatização versus privatização, é ou não incontestável para o MDB estar a maior presença do setor privado na dependência não só dos ganhos de eficiência associados à capacidade empresarial mas também ao desenvolvimento do mercado de capitais?

Como então concilia ele esta posição com a sua recomendação de taxação — de até 90% — para os ganhos de capital, heranças, etc.? De um lado diz que o setor privado é fraco, ineficiente e não merecedor de confiança. De outro, procura justamente fechar as portas que permitiriam a fortificação de mercado de capitais, etc.

O Governo, pois, não acolhe nem pode endossar as colocações feitas sobre o assunto pela nobre Oposição. Côncio de suas responsabilidades, procura enfrentar atenuando suas consequên-

cias, como do conhecimento desta Casa, os quatro grandes problemas a seguir:

- manutenção do crescimento do PIB e do emprego;
- redução da inflação;
- melhoria da distribuição de renda (individual e regional); e
- diminuição do déficit da balança comercial.

Está bem ciente da necessidade de estabelecer um razoável equilíbrio entre o controle da inflação e a taxa de crescimento, inter-relacionadas que se encontram. Não apreciará um dos problemas isoladamente, o que lhe seria fácil, nem por outro lado usará para eles tratamento de choque.

Não tem vocação suicida e adota para o caso, coerente com a esquematização atrás exposta, medidas que, ao longo do tempo e em face das dificuldades, vão sendo exigidas. Não considera — e é bom darmos ênfase à afirmativa — que a alta cifra de dispêndio de divisas com combustíveis seja a fonte de todos os nossos problemas. Basta examinarmos os déficits, itens de nossa pauta de importação, para verificarmos que, enquanto atinge o petróleo os totais de US\$ 2,961 Mi e US\$ 3,073.5 Mi, respectivamente em 1974 e 1975, o item referente a ferro e aço alcançou no mesmo período os valores US\$ 1,536 Mi e US\$ 1,263.1 Mi, e aquele a equipamentos US\$ 3,119.1 Mi em 1974, e US\$ 3,931.9 Mi, o que somado dá números bem superiores aos correspondentes ao ouro negro.

Mas, de 1973 para 1974 tivemos um aumento, nas nossas importações, de quase 6 bilhões de dólares, dos quais apenas dois referentes ao aumento do petróleo, os quatro sendo atribuídos à inflação externa, aos preços exagerados dos equipamentos e das matérias de insumos básicos de que é carente nosso desenvolvimento, subidos artificialmente pelos países fornecedores que, por sua vez, tinham necessidade de medidas para se contrapor àquele déficit de petróleo de suas próprias balanças comerciais.

Que fez o Governo? Tomou as medidas necessárias para diminuição destas importações paulatinamente. E como? Com programas destinados a produção de bens e insumos que permitissem o corte desses gargalos em nossa balança comercial, ao lado de uma política de restrição dos superfluos.

O assunto não comporta fantasias: A solução definitiva no setor só será obtida com a procura de auto-suficiência nos itens básicos e de matérias primas e de bens de capital ao lado de uma política agressiva nas exportações.

E nessa direção, Sr. Presidente, Srs. Senadores, caminha o Brasil, resolutamente.

Fizemos, desde o início desta oração, não ataques à Oposição, como afirmou o ilustre representante de São Paulo, formulamos sim, perguntas a serem respondidas, se possível.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Com prazer.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Confesso, eminente Senador Virgílio Távora, que tenho sempre uma profunda sensação em ouvi-lo, escutá-lo, principalmente com o objetivo de enriquecer os meus parcos conhecimentos...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Não apoiado.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — ... e buscar, ouvindo, um aprendizado. V. Ex^a é dotado de muita experiência, de muita inteligência, de muita cultura, revela interesse no exame da problemática brasileira e sempre que usa da palavra tem o cuidado de fazer a abordagem com uma responsabilidade e um conhecimento amplo. Na tarde de hoje, no enunciado do discurso, disse V. Ex^a que o MDB tem se preocupado nas críticas ao Governo, buscando interesse eleitoral, que o MDB não procura oferecer alternativas. Quer-me parecer que há equívoco de V. Ex^a...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — O equívoco é de V. Ex^a

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — ... porque os Anais desta Casa estão repletos de sugestões, de alternativas que os homens do MDB têm oferecido ao Governo. Na abordagem que fez, V. Ex^a, se valeu de um documento de autoria, provavelmente, do Senador Roberto Saturnino, para analisá-lo, para contraditá-lo. Isto evidencia que o nosso Partido, através da sua pessoa mais credenciada no campo econômico, está tentando oferecer alternativas ao Governo e tanto elas são válidas, legítimas, que V. Ex^a se preocupou em estudá-las, em analisá-las e tentar contraditar. Permita-me dizer a V. Ex^a que, ainda recentemente, nesta Casa, a Oposição e particularmente eu, defendi a necessidade da criação de uma grande empresa de grande porte para agir no campo da comercialização, principalmente no setor das exportações. Alguns dos Srs. Senadores disseram que isso era inviável, inclusive V. Ex^a. Pois bem: não para gáudio meu, mas para gáudio da Nação, o Governo, em menos de 24 horas, recentemente, criou a INTERBRÁS, que vai, exatamente, cumprir aquela missão que vínhamos aqui nesta Casa a defender. Poderíamos enumerar uma série de contribuições que temos oferecido nesta Casa e que o Governo com sabedoria tem acolhido. Como o horário de V. Ex^a está terminando, a Presidência desta Casa já fez um apelo para que não houvesse mais apartes, limito-me, aqui, mas gostaria que V. Ex^a dispusesse de mais tempo para eu enumerar outras sugestões sadias da Oposição, no sentido de ser buscar o desenvolvimento, mas com a participação do povo. Não faltará oportunidade, porque V. Ex^a constantemente vem à tribuna e teremos ensejo de dizer aquilo que não poderemos fazer neste momento.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Inicialmente, as desculpas à Presidência pela concessão do aparte. Mas, não de hoje, gostamos de ouvir as intervenções do eminente Senador por Santa Catarina. Nem sempre com elas concordamos, mas sempre gostamos de apreciá-las e recolhê-las.

Feito este exórdio, diremos cuidado, Senador Evelásio, com a amnésia, que está passando do seu ilustre Colega para V. Ex^a

Quanto à parte da grande companhia, das grandes trading companies é este exatamente um dos pontos em que o eminente Senador Roberto Saturnino e o Vice-Líder da ARENA concordam e concordaram. Remeto V. Ex^a aos Diários do Congresso. Tenha V. Ex^a muito cuidado, porque a amnésia do eminente Senador por São Paulo passa já para V. Ex^a

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Na próxima segunda-feira exibirei a parte do Diário do Congresso em que V. Ex^a diz que o Governo não teria recursos para se criar essa grande empresa.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Perdão, vamos retificar. Foi afirmado que V. Ex^a sugeria uma única grande empresa e o próprio seu Vice-Líder e o da Maioria eram favoráveis — como foram à criação não só da INTERBRÁS, como da COBEC e outras — à idéia de grandes empresas. Agora, numa grande trading estatal, que fosse monopolista, isso dissemos que não, no momento dizemos que não e no futuro diremos que não.

Fazemos esta explicação apenas, para que, nem V. Ex^a caia em contradição, nem também desmereçamos do apreço que, sabemos, gozamos por parte de V. Ex^a

Sr. Presidente, dissemos aqui, desde o início, as respostas dadas à Oposição foram feitas sob a forma de perguntas.

Não percutimos apenas o Decálogo. Se mais nos detivemos nele é porque até agora — recordem-se os Srs. Senadores do que dito durante o tempo da oração — havia sugestões esparsas. Não vimos o modelo — é uma coisa completamente diferente — não conhecemos o modelo de desenvolvimento emedebista desse cunho eminentemente social, como é assalhado, e o que até o dia de hoje, nesta Casa, desafiando contestação de 71 a esta parte, ouvimos de mais conciso, que mais se aproximasse de um repertório de intenções econômicas era o Decálogo no qual, portanto, detivemos. Mas não foi somente nele, e isso desejamos deixar bem claro.

Finalmente, Srs. Senadores, permitimo-nos, ao terminar este pronunciamento, que — repetimos — podia ser resumido em perguntas lançadas à nobre Oposição em cobrança de alternativas, em de modelo emedebista de desenvolvimento, que, até ao dia de hoje, aqui não foi apresentado, embora assalhado — fazemos nossas as palavras do representante da Comissão Promotora do jantar oferecido pelas Classes Produtoras — da terra do eminente Senador Orestes Quêrcia, em fevereiro deste ano — o Sr. Amador Aguiar — ao insigne Ministro João Paulo dos Reis Velloso:

"Quero ainda solicitar a todos os brasileiros, até onde minhas palavras possam ser ouvidas, meditadas e acreditadas, que se acautelem, que estejam atentos e prevenidos contra os exageros de informações de acontecimentos transformados em catástrofes sensacionais; contra o pessimismo doentio e infundado, muitas vezes veiculado por pessoas inocentes, no entanto mal informadas, outras vezes por minorias bem informadas, mas interessadas."

E como o orador, concluímos dizendo que as vítimas desse procedimento negativo seremos. Srs. Senadores, nós mesmos, os brasileiros, ou o Brasil a quem tanto estremecemos. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. VIRGÍLIO TÁVORA EM SEU DISCURSO:

BRASIL: INDICADORES SOCIAIS Comparação Entre Períodos

Indicadores	1960	1974
Expectativa de vida da população (anos)	55	62
Taxa de Mortalidade (por 1.000)	11,4	8

Indicadores	1960	1974	Indicadores	1960	1972
Taxa de Alfabetização (% sobre a população de 15 anos e mais)	61	79	Disponibilidade de Serviços		
Matrículas (1.000 alunos)			Básicos e Bens de Consumo Duráveis		
Primário	7.458	16.559	percentagem de domicílios atendidos no País		
Secundário	1.177	6.746	zonas rural e urbana)		
Superior	93	889	Iluminação Elétrica	39	53
População Escolar (inclusive Ensino)			Abastecimento de Água (Rede Geral)	21	39
Supletivo e MOBRAL (1.000 pessoas)	9.169	28.894	Esgotos Sanitários (Rede Geral)	12	25
Segurados pela Previdência Social			Rádio	35	80
(1.000 pessoas)	5.629	15.000	Geladeira	11	33
População atendida pela Previdência Social (segurados e dependentes)			Fogão a Gás, Querosene ou Elétrico	21	63
milhões	13	43	Ferro Elétrico	—	50
Benefício pagos pela Previdência Social			Liquificador	—	29
(Cr\$ bilhões de 1975)	3,9	43	Televisão	4	34
			Automóvel	3	12

TABELA II

SALÁRIO MÍNIMO REAL MÉDIO ANUAL (1)

COMPARAÇÃO ENTRE RIO DE JANEIRO E DEMAIS CAPITAIS

Cr\$ Maio/75

CAPITAIS	RIO DE JANEIRO	PORTO VELHO	RIO BRANCO	MANAUS	BOA VISTA	BELEM	MACAPÁ	SÃO LUIS	TERESINA	FORTALEZA	NATAL	JOÃO PESSOA
1959	722,90	0,733	0,800	0,733	0,666	0,600	0,666	0,566	0,416	0,616	0,600	0,600
1960	616,00	0,749	0,817	0,749	0,601	0,617	0,681	0,579	0,425	0,630	0,613	0,613
1961	715,90	0,744	0,812	0,744	0,676	0,612	0,676	0,575	0,423	0,628	0,610	0,610
1962	618,70	0,733	0,800	0,733	0,667	0,600	0,667	0,566	0,417	0,616	0,600	0,600
1963	578,50	0,691	0,719	0,605	0,748	0,655	0,638	0,571	0,422	0,700	0,643	0,662
1964	541,20	0,788	0,727	0,801	0,795	0,737	0,719	0,591	0,466	0,606	0,599	0,601
1965	519,30	0,738	0,728	0,738	0,738	0,729	0,729	0,600	0,536	0,600	0,620	0,620
1966	462,50	0,726	0,726	0,726	0,726	0,726	0,726	0,606	0,557	0,606	0,605	0,605
1967	462,00	0,726	0,726	0,726	0,726	0,726	0,726	0,603	0,571	0,607	0,607	0,607
1968	468,70	0,723	0,723	0,723	0,723	0,723	0,723	0,625	0,590	0,611	0,611	0,611
1969	448,00	0,723	0,723	0,723	0,723	0,723	0,723	0,625	0,619	0,625	0,625	0,625
1970	439,40	0,720	0,720	0,720	0,720	0,720	0,720	0,655	0,655	0,655	0,655	0,655
1971	440,00	0,751	0,751	0,751	0,751	0,751	0,751	0,639	0,669	0,669	0,669	0,669
1972	451,40	0,757	0,767	0,767	0,767	0,767	0,767	0,677	0,676	0,676	0,676	0,676
1973	463,60	0,770	0,770	0,770	0,770	0,770	0,770	0,684	0,684	0,684	0,684	0,684
1974	462,40	0,779	0,779	0,779	0,779	0,779	0,779	0,700	0,700	0,700	0,700	0,700
1975 (2)	472,80	0,763	0,783	0,783	0,783	0,783	0,783	0,707	0,707	0,707	0,707	0,707

Fonte: I

(1) - INFLADOR: Índice de custo de vida do Rio de Janeiro

(2) - Estimou-se em 2% a taxa de inflação mensal, a partir de setembro.

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA (F09)

1966/75

DISCRIMINAÇÃO	US\$ milhão							Participação (%)	
	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975 1/	1966 1975
TOTAL	1 855,1	1 993,2	2 506,9	3 245,5	4 235,2	6 192,2	12 641,3	12 168,8	130,0 100,0
1. Máquinas e equipamentos	604,0	712,2	907,7	1 238,8	1 734,1	2 142,5	3 119,1	3 931,9	32,6 31,3
2. Combustíveis e lubrificantes	231,0	236,7	281,2	377,0	469,4	769,4	2 961,9	3 073,5	12,5 21,3
3. Fertilizantes	38,6	41,7	55,9	58,6	129,8	138,5	405,3	303,9	2,1 4,3
4. Produtos químicos orgânicos	97,0	105,6	142,2	165,9	212,8	340,5	636,3	529,4	5,2 4,4
5. Cercas	162,3	143,9	111,8	113,8	131,9	349,9	484,1	372,8	8,7 5,1
6. Ferro fundido e aço	83,1	110,7	159,7	256,5	254,6	493,4	1 536,0	1 263,1	4,5 10,4
7. Metais não-ferrosos	100,7	126,7	144,7	145,9	172,9	287,8	592,8	370,0	5,4 5,6
8. Produtos químicos inorgânicos	38,4	34,1	51,4	66,3	72,2	99,0	236,0	248,9	2,1 2,0
9. Matérias plásticas artificiais	26,2	30,2	47,2	61,7	66,0	95,6	300,0	147,0	1,5 1,2
10. Borracha	17,2	19,8	22,9	32,7	34,3	63,1	122,0	105,3	0,9 0,9
11. Papel, cartolina, etc.	35,1	32,8	40,7	49,9	62,1	82,0	191,2	121,8	1,9 1,0
12. Aparelhos, instrumentos de ótica	45,8	51,7	77,6	99,7	139,9	185,3	241,8	282,8	2,5 2,3
13. Demais	373,7	347,1	463,9	578,7	755,2	1 145,2	1 812,8	1 418,4	20,1 11,6
Total, exclusiva item 2	1 624,1	1 756,5	2 225,7	2 868,5	3 765,8	5 422,8	9 679,4	9 095,3	87,6 74,7
Total, exclusiva itens 1 e 2	1 020,1	1 044,3	1 318,0	1 629,7	2 031,7	3 280,3	6 560,3	5 163,4	55,0 42,4

Fonte: Ministério da Fazenda - CIEF

1/ Preliminar

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não é dos meus hábitos desmentir noticiário da Imprensa, mas não tive como evitar fazê-lo recentemente, ao solicitar do prestigioso vespertino baiano **A Tarde** — o grande jornal de Simões Filho — que retificasse a versão que publicou de uma conversa que mantive com o seu repórter credenciado no Aeroporto de Salvador.

Perguntado pelo repórter sobre os atuais níveis de produção de petróleo em Sergipe, informei-lhe que estávamos produzindo cerca de 60 mil barris diários e que, dentro de 2 ou 3 anos, atingiríamos 120 ou 130 mil barris, esperando que, no futuro, viesse a superar a produção dos poços da Bahia. O repórter equivocou-se e me atribuiu a declaração de que Sergipe já havia alcançado o índice que eu previra.

Mais do que o equívoco do repórter, que é compreensível, sobretudo, considerando as circunstâncias em que foi tomada a entrevista — num aeroporto e no curto espaço de uma escala — o que me surpreendeu foi a pressa com que a Assessoria de Relações Públicas da Região de Produção da PETROBRÁS, na Bahia, distribuiu noticiário para as agências noticiosas retificando o que foi publicado. Creio que melhor seria se a apressada Assessoria aguardasse a minha própria palavra, que não tardou, ou a mim se dirigisse para indagar se verdadeiras as declarações que me foram, por equívoco, atribuídas, de logo objeto da carta que, ao ter conhecimento da publicação, dirigi ao Dr. Jorge Calmon, ilustre Diretor da **A Tarde**, que corretamente autorizou a publicação no conceituado vespertino baiano.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Com muito prazer.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — O pronunciamento de V. Exª caracteriza 2 falhas no episódio. Uma, da parte do repórter, que não reproduziu com fidelidade as declarações a ele prestadas por V. Exª no Aeroporto de Salvador; e uma falha muito maior e incompreensível, do Setor de Relações Públicas da Região de Produção da PETROBRÁS, na Bahia. Admite-se esse engano, admite-se

essa falha num jornal diário, como **A Tarde** da Bahia, em que o repórter terá que levar rapidamente o resultado das suas entrevistas e das suas coletas de informações. Então, a pressa na divulgação das declarações atribuídas a V. Exª é que foi a principal responsável pela falha, mesmo porque não se presume se quer que o repórter tivesse agido maliciosamente. Mas a Assessoria de Relações Públicas da PETROBRÁS — como bem salientou V. Exª — agiu precipitadamente. Ela não estava sob a coação do relógio e da folhinha, como estivera o repórter do jornal. Ela poderia perfeitamente esperar, porque não se tratava de incêndio em instalações da PETROBRÁS que motivasse reação tão rápida. E mais, no caso da Assessoria da PETROBRÁS, ela agiu com desconsideração para com V. Exª. Deveria ou se dirigir a V. Exª ou, então, aguardar a retificação, que finalmente, veio por parte do nobre Colega. É profundamente lamentável que isso aconteça com um representante do povo como é V. Exª. Faço esta intervenção no pronunciamento de V. Exª para que o meu aparte possa ter algumas implicações pedagógicas em favor da despreparada Assessoria de Relações Públicas da Bahia.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Sou muito grato a V. Exª, eminente Senador Eurico Rezende, e digo que, ao tomar conhecimento da publicação da entrevista que concedi, no mesmo dia escrevi à Direção da **A Tarde**, esclarecendo vários itens, dentre eles o referente à produção de petróleo em Sergipe.

Dois dias depois, chegavam ao meu Gabinete recortes de jornais de várias Capitais, noticiando a nota da Assessoria de Relações Públicas da Superintendência da PETROBRÁS na Bahia.

Estranhamos o acontecido, pois, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, sempre aplaudimos a PETROBRÁS, o seu trabalho, a dedicação dos seus funcionários e os benefícios que tem carreado para Sergipe.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Com muito prazer, eminente Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Era justamente isso que queria aditar ao aparte do eminente Líder Eurico Rezende. É que ninguém deste Plenário tem sido mais constante e mais inflexível defensor da PETROBRÁS do que o Senador Lourival Baptista.

perativo constitucional, e não como agora se verifica, quando é muito inferior à contemplada na CLT.

Por todas essas razões, preconizamos a introdução de alterações tanto no texto da Consolidação das Leis do Trabalho, quanto na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, assegurando a todos os trabalhadores o direito à estabilidade, sejam ou não optantes, garantindo, a estes, indenização equivalente à prevista na CLT, se estáveis.

Com o intuito de aperfeiçoar o instituto da estabilidade que, no passado, deu azo a tantas fraudes, propomos, ainda, uma redução de prazo de dez para dois anos, para aquisição desse direito.

Com essa redução do prazo de carência, será criado obstáculo difícil de ser transposto pelas empresas, no sentido de serem despedidos empregados antes de completarem dois anos de serviço pelas repercussões negativas que seriam ensejadas na própria produtividade da empresa.

Temos convicção de que com a restauração da estabilidade, nos moldes propostos, haverá maior tranquilidade social e o empregado, inclusive, passará a identificar-se com a empresa em que milita, aumentando a produtividade.

Não podemos esquecer que o Japão, um dos países de maior renda *per capita* do mundo e onde as empresas apresentam extraordinária eficiência e produtividade, mantém um original sistema de estabilidade, apontado como uma das razões de seu sucesso econômico, sendo os empregados admitidos e contratados por toda a vida, ou pelo menos por todo o prazo em que existir a empresa empregadora.

O exemplo japonês demonstra, à sociedade, que a estabilidade absolutamente não configura um obstáculo ao desenvolvimento econômico, como afirmam alguns dos opositores desse instituto. Pelo contrário, constitui até um estímulo à produtividade das empresas.

As razões expostas, a nosso ver, justificam plenamente esta propositura que, esperamos, merecerá a acolhida dos ilustres membros desta casa.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1980. Roberto Saturnino.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

Da Estabilidade

Art. 492. O empregado que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.

Parágrafo único. Considera-se como de serviço todo o tempo em que o empregado esteja à disposição do empregador.

Art. 497. Extinguindo-se a empresa, sem a ocorrência de motivo de força maior, ao empregado estavel despedido é garantida a indenização por rescisão do contrato por prazo indeterminado, paga em dobro.

LEI Nº 5.107, DE 13 DE SETEMBRO DE 1966

Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Art. 1º Para garantia do tempo de serviço, ficam mantidos os Capítulos V e VII do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho, assegurado, porém, aos empregados o direito de optarem pelo regime instituído na presente Lei.

§ 1º O prazo para a opção é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da vigência desta Lei para os atuais empregados, e da data da admissão ao emprego quanto aos admitidos a partir daquela vigência.

§ 2º A preferência do empregado pelo regime desta Lei deve ser manifestada em declaração escrita, e, em seguida anotada em sua Carteira Profissional, bem como no respectivo livro ou ficha de registro.

§ 3º Os que não optarem pelo regime da presente Lei, nos prazos previstos no § 1º, poderão fazê-lo, a qualquer tempo, em declaração homologada pela Justiça do Trabalho, observando-se o disposto no art. 16.

§ 4º O empregado que optar pelo regime desta lei, dentro do prazo estabelecido no § 1º e que não tenha movimentado a sua conta vinculada, poderá retratar-se desde que o faça no prazo de 365 dias a contar da opção, mediante declaração homologada pela Justiça do Trabalho, não se computando para efeito de contagem de tempo de serviço o período compreendido entre a opção e a retratação.

§ 5º Não poderá retratar-se da opção exercida o empregado que transacionar com o empregador o direito à indenização correspondente ao tempo de serviço anterior à opção.

§ 6º Na hipótese da retratação, o valor da conta vinculada do empregado relativo ao período da opção será transferido para a conta vinculada da empresa e individualizada nos termos do art. 2º

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 1980

Isenta os proprietários de habitações populares, da responsabilidade solidária perante a Previdência Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passa a vigorar com a seguinte redação o § 2º do art. 79 da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960):

“§ 2º O proprietário, o dono da obra ou o condomínio de unidade imobiliária de área superior e cem metros quadrados, qualquer que seja a forma por que haja contratado a execução de obras de construção, reforma ou acréscimo de imóvel, é solidariamente responsável com o construtor pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes desta lei, ressalvado seu direito regressivo contra o executor ou contraente das obras e admitida a retenção de importância a estes devidas para garantia do cumprimento dessas obrigações, até a expedição do “Certificado de Quitação” previsto no item I, alínea “c”, do artigo 141.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto tem por objetivo isentar os proprietários de habitações populares da responsabilidade solidária perante a Previdência Social pelo pagamento de contribuições devidas pelo construtor.

É esse um apelo que nos chega de todas as partes do País. Trabalhadores humildes estão sendo obrigados a pagar pesadas e injustas contribuições à Previdência Social em virtude de uma norma rígida de nossa legislação.

Inicialmente, quando promulgada, a Lei Orgânica da Previdência Social dispunha em seu artigo 79:

“Art. 79. A arrecadação e o recolhimento das contribuições e de quaisquer importâncias devidas às Instituições de Previdência Social serão realizadas com observância das seguintes normas:

I — ao empregador caberá, obrigatoriamente, arrecadar as contribuições dos respectivos empregados, descontando-as de sua remuneração;

II — ao empregador caberá recolher à instituição de previdência social a que estiver vinculado, até o último dia do mês subsequente ao que se referir, o produto arrecadado de acordo com o inciso I, juntamente com a contribuição prevista na alínea “a” do artigo 69;

III — ao segurado facultativo e ao trabalhador autônomo incumbirá recolher a sua contribuição, por iniciativa própria, diretamente à instituição de previdência social a que estiver filiado, no prazo referido no inciso II deste artigo;

IV — às empresas concessionárias de serviços públicos e demais entidades incumbidas de arrecadar a “cota de previdência”, caberá efetuar mensalmente, o seu recolhimento, no Banco do Brasil S/A, à conta especial do Fundo Comum da Previdência Social;

V — os descontos das contribuições e o das consignações legalmente autorizadas sempre se presumirão feitos, oportuna e regularmente, pelas empresas a isso obrigadas, não lhes sendo lícito alegar nenhuma omissão que hajam praticado, a fim de se eximirem ao devido recolhimento, ficando pessoal e diretamente responsáveis pelas importâncias que deixarem de receber ou que tiverem arrecadado em desacordo com as disposições desta lei.”

Posteriormente, o Decreto-lei nº 66, de 21 de novembro de 1966 mandou acrescentar ao artigo 79 o seguinte item:

“VI — o proprietário, o dono da obra, ou o condômino da unidade imobiliária, qualquer que seja a forma por que haja contratado a execução de obras de construção, reforma ou acréscimo do imóvel, é solidariamente responsável com o construtor pelo cumprimento

to de todas as obrigações decorrentes desta lei, ressalvado seu direito regressivo contra o executor ou contraente das obras e admitida a retenção de importâncias a estes devidas para garantia do cumprimento dessas obrigações, até a expedição do "Certificado de Quitação", previsto no item II, do art. 141".

Com a promulgação da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, a norma que constava do item VI do art. 79 passou a fazer parte de seu § 2º, nestes termos:

"§ 2º O proprietário, o dono da obra, ou o condômino de unidade imobiliária, qualquer que seja a forma por que haja contratado a execução de obras de construção, reforma ou acréscimo de imóvel, é solidariamente responsável com o construtor pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes desta lei, ressalvado seu direito regressivo contra o executor ou contraente das obras e admitida a retenção de importâncias a estes devidas para garantia do cumprimento dessas obrigações, até a expedição do Certificado de Quitação previsto no item I, alínea "c", do artigo 141".

Portanto, desde a edição do Decreto-lei nº 66, de 21 de novembro de 1966, o proprietário de qualquer imóvel passou a responder pelas dívidas do construtor, anteriormente perante o INPS e hoje perante o IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social).

É, de fato, admissível que os proprietários de grandes obras sejam solidariamente responsáveis pelas dívidas dos construtores perante a Previdência Social, o que não é, entretanto, válido em relação aos proprietários de casas populares.

Na verdade o construtor é, de regra, um empresário e como tal, cabe-lhe a obrigação de recolher a contribuição previdenciária.

Não tem, assim, sentido, que o proprietário de uma casa popular que é, no geral, um modesto trabalhador seja solidariamente responsável pelas dívidas da empresa que construiu sua moradia, o que chega a ser evidentemente anti-social.

Por outro lado, as dívidas previdenciárias, nos termos do art. 144 da Lei Orgânica da Previdência Social, só prescrevem após o decurso do longo prazo de 30 anos, podendo, ainda, o IAPAS, consoante a regra do § 3º do art. 81 da mesma lei arbitrar o valor da contribuição devida "em caso de inexistência de comprovação regular e formalizada dos salários pagos pela execução de qualquer construção imobiliária."

Desse modo, já dá a legislação da Previdência Social meios eficazes para cobrança de sua dívida ativa, não se justificando, de nenhuma forma, a regra contida no § 2º do art. 79 da Lei Orgânica, impondo-se, assim, serem as construções populares excluídas de sua incidência, como o faz o presente projeto.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1980. — Franco Montoro.

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.*)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 70, DE 1980

Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para os fins que especifica.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica criada a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a purar o envolvimento de figuras da administração pública federal direta e indireta no favorecimento à empresa Quatro Rodas Hotéis do Nordeste S.A., denunciada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 17 de agosto de 1980.

Art. 2º A Comissão, constituída por nove membros e cinco suplentes, tem o prazo de cento e vinte dias para apresentar suas conclusões.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De tempos a tempos é a opinião pública nacional assaltada por rumores de favorecimento estatal a particulares, através do tráfico de influência, realizado por exponenciais figuras da administração pública federal direta e/ou indireta.

Tais rumores, muitas vezes envolvendo, em escandalosa interdependência, as mesmas figuras, generalizam tal prática como "normal", o que agride a credibilidade das instituições nacionais, vez que o resultado dos processos, quando abertos, nem sempre têm suas conclusões levadas ao conhecimento da população ou seus envolvidos punidos exemplarmente. Há, inclusive, ca-

sos de prêmios a notórios traficantes de influência remanejados para funções superiores, reforçando a prática de tais delitos.

No caso em tela, objeto do pedido de formação de CPI, a reportagem de *O Estado de S. Paulo*, juntada por cópia, fala por si mesma, envolvendo a EMBRATUR, o BNH, o Banco do Brasil, o FINOR, o Banco do Nordeste, a SUDENE, o FUNGETUR, assim como diversos Ministérios, nas pessoas dos Senhores Golbery do Couto e Silva, Camilo Penna, Delfim Netto, Ernane Galvêas, Miguel Colasuono, Cordeiro de Farias e figuras menores, como Rubens Vaz Costa, Said Farhat, Luiz Freitas, Armando Cairutas, Nilson Holanda, etc.

Tal reportagem dá conta de que, em 11-7-73 foi constituída, no Recife, a firma Quatro Rodas Hotéis de Olinda S.A. (mais tarde denominada Quatro Rodas Hotéis do Nordeste S.A.), com o capital de 5.500.000 em ações de Cr\$ 1.00, divididas entre 9 pessoas (uma delas jurídica, a Quatro Rodas Empreendimentos Turísticos Ltda.).

Deste capital, ainda segundo a reportagem, 5.449.930 ações foram integralizadas pelo sócio João Pereira dos Santos e sua mulher, Maria Regueira Santos, distribuindo entre si os demais sete associados, 70 ações no valor de Cr\$ 1.00 cada, entrando a maioria dos acionistas com o valor total de Cr\$ 10,00 para satisfazer às "exigências do § 2º, art. 1º da Lei nº 4.595, de 31-12-64". É interessante notar que estas duas pessoas entraram para fornecer um bem como garantia (o terreno) e as demais para satisfazerem o exato e restrito número suficiente para a formação de uma diretoria, ou seja, o mínimo necessário para a criação de uma empresa capaz de postular incentivos do Estado.

Diga-se de passagem que o sócio majoritário, João Pereira dos Santos, hoje proprietário de uma das maiores fortunas do País, teria entrado para os Anais da Marinha como contrabandista de automóveis, há 16 anos atrás, por não permitir a fiscalização de seu porto em Itapeçoca, próximo a Recife, que servia à Fábrica de Cimento Nassau, de sua propriedade. Em virtude disto, a reportagem informa que o então Capitão Silvío Heck, hoje Almirante, teria "determinado a ocupação da Nassau por tropas de Fuzileiros Navais" e que o processo decorrente dessa ação não teria chegado a qualquer conclusão, porque "o General Cordeiro de Farias era o Governador de Pernambuco e atualmente é Diretor do Grupo Quatro Rodas, no Rio de Janeiro".

O fato é que, a serem verdadeiras tais notícias, armados de tais instrumentos legais, a "coisa nostra" pernambucana teve os meios de se aproximar de seus iguais no governo, um grupo de tecnoburocratas que abria caminho como classe hegemônica da sociedade, à sombra do sistema autoritário, impermeável, por variados sistemas de segurança, a quaisquer denúncias ou investigações de seus desvios. Com tais facilidades institucionais, o grupo escalou, com sucesso, os canais do tráfico de influências, desde a Prefeitura de Olinda até a Presidência da República.

Assim, teria ele conseguido, da Prefeitura de Olinda, "isenção fiscal de laudêmio, isenção fiscal de enfiteuse, isenção de ISS, além da correção da avenida onde se levantaria o hotel (valorizando com recursos públicos um imóvel particular) e ainda teria conseguido a permuta de um terreno para a construção de um "shopping center".

Com ironia, diz o *O Estado de S. Paulo* que o Grupo Quatro Rodas Hotéis de Olinda recolheu aos cofres da Fazenda Estadual a importância de Cr\$ 1,00 a título de imposto de transmissão de uma área de 40.527,85 m².

Note-se que a operação de registro é posterior aos esforços do BNH para financiar o grupo, pois na 413ª reunião ordinária do BNH, em 5 de julho de 1973, presidida por Rubens Vaz Costa, aquele órgão "resolveu criar créditos destinados à concessão de financiamentos para a construção de hotéis de turismo", estando "o documento lavrado no Cartório Mello Júnior de Títulos e Documentos, de Fortaleza, onde se vê também o contrato de empréstimo entre o BNH e o Banco do Nordeste, no valor equivalente a 85.751,97 UPCs que, na época, era de Cr\$ 6.677.000,00 (superior ao capital imobilizado do grupo), interessando ainda notar que Rubens Vaz Costa, ex-Presidente do Banco do Nordeste, então Presidente do BNH, acabou sendo Diretor da Abril-Cultural, que faz parte do mesmo grupo.

Não foi preciso um ano para que o grupo conseguisse elevar suas retiradas de favores ao décuplo desses valores. Oito meses depois o grupo já conseguia Cr\$ 73.000.000,00 para a construção de cinco hotéis em Olinda, Salvador, Aracaju, Natal e São Luís. O contrato com o BNH, via Banco do Norte "assegurava que o investimento total firmado era de 134 milhões, assim distribuídos: 73 milhões dos cofres oficiais e 61 milhões "com os recursos de incentivos fiscais e acionistas comuns", pagos pela SUDENE, pelo FINOR e pela EMBRATUR.

Tais empréstimos e favores foram, posteriormente, "convertidos em ações da Quatro Rodas pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste, por determinação dos Ministros Golbery, Camilo Penna, Delfim e Galvêas", chegando o tráfico de influências finalmente a empolgar o primeiro escalão da

Presidência da República. O governo tornou-se acionista de uma empresa falida que, não obstante, após saneadas suas finanças, por "contrato especial", teve "a concessão do prazo de 15 anos para a recompra das ações".

Estes são os fatos, segundo a reportagem-denúncia, que nos cabe interpretar em diversos níveis, que extrapolam a simples corrupção de funcionários e justificam a criação de uma CPI, porque podem envolver aspectos político-institucionais internos ou externos relacionados ao planejamento do desenvolvimento nacional em função dos interesses da população ou do privilegiamento de grupos.

Quanto ao aspecto de simples corrupção administrativa, nada mais seria necessário que a simples ação judiciária, com penhora de bens, ação executiva ou prisão dos implicados. Ocorre, entretanto, que os aspectos levantados no parágrafo anterior têm ação corrosiva sobre as instituições, emperrando-as, submetendo-as ou intimidando-as.

Que o fato precisa ser tomado em sua interdependência a fatores mais gerais e, por isto mesmo, de discussão política, temos que uma corrupção nunca vem sozinha nem a impunidade pode explicar-se na simples força corruptora de quem comete delito. Igualmente provocadores de perplexidade na população e em muitas autoridades é a impunidade ou dissolução de rumorosos processos como o dos Lutfalla, do MOBRAL, dos remédios estrangeiros, do Acordo Nuclear, dos Jari's, dos hospitais do INAMPS, do grupo Atala, do *affair* Wilson Campos/Charles My Boy e tantos outros de vergonhosa memória, que muitas vezes envolvem os mesmos grupos e, não raro, as mesmas pessoas.

Por isto mesmo, a única saída, capaz de explicitar o liame hegemônico e regenerar a administração pública é a discussão política ampla, através do Congresso, por meio de uma CPI, e da opinião pública, através da ressonância dos jornais.

Porque ao Congresso cabe o supremo privilégio de resolver ou dissolver as crises nacionais por sua característica ímpar de, por sua representatividade, através do voto universal direto e secreto, permitir, ainda que em tempos de excepcionalidade, a interpenetração moderadora das classes hegemônicas, que incorporam subclasse dominantes ou subalternas, harmonizando conflitos e interesses coletivos.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1980. — Henrique Santillo.

(*Às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.*)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O projeto que vem de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 336, DE 1980

Exmº Sr. Senador Luiz Viana Filho
DD. Presidente do Senado Federal

Nos termos do artigo 233 do Regimento Interno, requeiro transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo intitulado "Empresário e os desafios do Nordeste", publicado no *Jornal de Brasília*, edição de 17-8-80, de autoria do líder empresarial Abilio Diniz.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 1980. — Mauro Benevides.

REQUERIMENTO Nº 337, DE 1980

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 233, do Regimento Interno, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da saudação proferida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General de Exército Ernani Airoso, no Clube Militar, na cerimônia ontem realizada, em que os novos Oficiais Gerais receberam suas esposas.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 1980. — Lourival Baptista.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Os requerimentos que vêm de ser lidos serão publicados e submetidos ao exame da Comissão Diretora, nos termos do art. 233, 1º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 338, DE 1980

Nos termos do artigo 185 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 25 de agosto de 1980 seja dedicado a comemorar o dia do Soldado.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1980. — Gabriel Hermes.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O requerimento lido será objeto de deliberação após a Ordem do Dia nos termos regimentais.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Em 15 de agosto de 1980

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 15-8-80, para, devidamente autorizado pelo Senado, na forma do art. 36, § 2º, da Constituição e art. 44 do Regimento Interno, participar, na qualidade de Observador Parlamentar, da IX Sessão Reconvocada da III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar.

Atenciosas saudações. — José Richa.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A comunicação lida vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia em que o nosso nobre Senador Dirceu Cardoso levou ao conhecimento desta Casa do Poder Legislativo a histórica eleição do ilustre representante do Maranhão, Senador José Sarney, para a Academia Brasileira de Letras — precisamente na sessão de 2 de agosto passado — encontrava-me ausente do plenário.

Venho, todavia, quando ainda repercutem no noticiário dos nossos principais jornais os justos e merecidos encômios a que faz jus o Presidente do PDS, Senador José Sarney — como político e consagrado escritor — associar-me às manifestações de regozijo e aplauso do Senado Federal que, por coincidência e para honra do Poder Legislativo tem, como seu Presidente, um escritor igualmente festejado pela alta qualidade e importância de sua obra literária — o insigne Senador Luiz Viana Filho — também membro da Academia Brasileira de Letras.

São agora dois membros da Academia Brasileira de Letras que integram esta Casa do Poder Legislativo, contribuindo para o seu maior prestígio e conquistando, pelo conteúdo e pelas dimensões culturais das respectivas obras, uma gloriosa imortalidade, ainda no decorrer de uma fecunda existência, simultaneamente desenrolada nos complexos e difíceis planos da política e da criatividade literária.

Conquistando, em prêmio memorável, uma Cadeira na Academia Brasileira de Letras, o escritor José Sarney prossegue nos domínios da Literatura — como excepcional poeta, "Conteur" e romancista — uma carreira notável, exatamente como tem sido veloz e, ao mesmo tempo, pontilhada de êxitos incomparáveis, a sua trajetória política, como Governador de seu Estado, Deputado Federal, Senador da República e Presidente da ARENA e do PDS.

O ensaísta e crítico literário, Léo Gilson Ribeiro, impressionado com essa surpreendente trajetória de sucessos políticos e literários, sobretudo quando se leva em consideração o fato desse ilustre maranhense ter nascido a 24 de abril de 1930, encontrando-se, portanto, em plena fase ascensional de sua sadia maturidade — escreveu, em notável artigo intitulado "O Maranhão do Senador Sarney, o Escritor":

"Em 1965, eleito ao mesmo tempo Governador, na mais sensacional eleição do seu Estado, e Presidente da Academia de Letras Maranhenses, José Sarney rompe, ao contrário, todos os moldes acadêmicos: na administração e na literatura. É, de certa forma, a poesia no poder. Exemplo único, no Brasil, ele repete a lição africana, que tem como Presidente do Senegal o grande criador da negritude, Leopold Senghor. A revolução de Sarney corre paralela."

Depois dos incomparáveis "Norte das Águas" e "Os Marimbondos de Fogo", que a crítica mais séria e autorizada enalteceu como "autênticas explosões de criatividade", o Senador José Sarney engrandeceu o Maranhão — reconhecidamente um Estado de incomparável tradição cultural, pelo mérito excepcional dos seus grandes escritores — e o Senado da República, onde tem revelado extraordinário talento político, característico de uma autêntica vocação de Estadista.

Finalizando, Sr. Presidente, desejo felicitar, na pessoa do ilustre Senador José Sarney, a personalidade de um dos grandes escritores da nossa época.

Sr. Presidente, solicito seja incorporado a este meu pronunciamento o artigo a que me referi, do talentoso crítico literário Léo Gilson Ribeiro

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO

O MARANHÃO DO SENADOR SARNEY, O ESCRITOR

Léo Gilson Ribeiro

Em São Luís do Maranhão, no palácio dos Leões, quando termina o expediente diário, é comum ressoarem pelas janelas abertas para o azulão rio Azul vozes de cantadores populares ao som de violas. Modinhas que falam de filhas de fazendeiros seduzidas, de coronéis do interior em luta eleitoral e de cangaceiros valentes partindo do palácio do Governador estadual. Para o povo do Maranhão, essas melodias fazem parte do encerramento dos trabalhos, quase que se casam com o lento crepúsculo da cidade, com seus sobrados coloniais azulejados e suas ruínas da guerra contra os franceses que ali queriam fundar a France Equatoriale em 1600.

No gabinete de José Sarney, 39 anos, quadros de pintores primitivos maranhenses e estátuas barrocas do Nordeste do século XVIII alternam-se com mapas de estradas que cortam o Estado e com os planos da usina de Boa Esperança, que, inaugurada recentemente, veio dar ao Maranhão a opção da industrialização por meio da eletrificação de sua vasta região rural.

Em 1965, eleito ao mesmo tempo Governador, na mais sensacional eleição de seu Estado, e Presidente da Academia de Letras Maranhense, José Sarney rompe, ao contrário, todos os moldes acadêmicos: na administração e na literatura. É, de certa forma, a poesia no poder. Exemplo único, no Brasil, ele repete a lição africana, que tem como presidente do Senegal o grande criador da negritude, Leopold Senghor. A revolução de Sarney corre paralela:

Na administração: o orçamento estadual, no seu governo, saltou de 18 milhões para 370 milhões de cruzeiros novos; de estradas asfaltadas pulou de zero a 500 km, além de 3 mil km de estradas de terra; 85 municípios que não se comunicavam com o mundo viram pela primeira vez os fios do telégrafo e o aparelho estranho, quase mágico, que falava ao longe: o telefone; o único ginásio que havia logo teve 53 outros a lhe fazerem companhia pelo Estado afora. Enquanto as matrículas escolares quadruplicavam, de 100 mil para 450 mil, o Maranhão também deixava a posição de quinto para quarto Estado nordestino de maior desenvolvimento.

Na literatura: *Norte das Águas* (editora Martins, NCr\$ 18,00) é a mesma revolução na literatura regional brasileira. Em vez do Nordeste exclusivamente voltado para o retrato realista de suas secas, de sua miséria, de sua fuga para o Sul, José Sarney mostra um rosto novo do Nordeste, desse pedaço mais ameno e mais doce do Nordeste que é o Maranhão. Não que sua literatura esteja divorciada da realidade social e econômica em que as insere. Ao contrário: seus contos de *Norte das Águas* brotam dessa realidade amada, profundamente conhecida e compreendida por José Sarney. Mais ainda: não seria temerário afirmar que a posição solitária de Guimarães Rosa, como vértice da grande literatura universal de cunho regionalista, tem agora dois ângulos de base: José Candido de Carvalho, o autor fluminense da obra-prima chamada *O Coronel e o Lobisomem* (editora Cruzeiro) e agora este delicioso painel maranhense, *Norte das Águas*.

Uma Visão Poética

Sem ignorar o atraso do subdesenvolvimento nordestino denunciado nos romances áspers de Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo e Rachel de Queiroz, José Sarney opta por uma visão poética dos elementos populares do Nordeste em seu trecho maranhense. O leitor não tem nem uma versão açucarada de um Nordeste "progressista" e sem problemas sociais nem uma mera denúncia trágica de uma situação de gritante injustiça social.

Há cangaceiros no mundo de José Sarney e quase tão temíveis quanto Lampião e Corisco: os temíveis irmãos Boastardes, do conto inicial:

"Quem são os Boastardes?

Olegantino, o mais velho, bigode ralo, testa luzidia, lábios mansos e mão gorda. Fala aos galopes de mão quebrada e seu pigarro é um "nhô, ei vento" que sai em lugar do ponto, quando o pensamento fecha.

Vitofurno, o mais baixo, gordo do calcanhar ao pé do pescoço, a cara de chave perdida, sem abertura, de mãos leves, as rédeas do cavalo são brandas nos seus volteios, maestro do cabeção e da brida, a fazer as patas rodopiarem, estancarem, de pronto ou de maneiramente, como se pede ou ele gosta de mostrar.

Mamelino, o fino, de voz rala, alto, pálido, riso bem amarelo, de duas palavras, de dois sorrisos e de um só ouvido. Chapéu de palha, sandália de frade, seu 38 é mais longo do que o cano, porque escorre na linha das ancas altas.

Olegantino, Vitofurno e Mamelino, todos Boastardes, da família destes, primeiros carnais, viventes valentes e que andam em bando, pelas estradas e pelas festas."

Sem esquecer as maldades covardes destes bandoleiros — forçar uma mulher grávida a rolar numa espinheira, atirar num violeiro que desafinava numa festa —, o contista prefere deter-se em seu lado ridículo, em sua ostentação barata, de força, desafiada por uma caipira de fôlego, a Rita Nanica, que se sente ultrajada com suas liberdades num baile. É o grito dela ao vencer os temíveis bandidos, quando a orquestra, estarrecida de medo de sua audácia, pára de tocar: Isto aqui se arrespeita. Nosso baile é de moça, não é de rapariga.

Há beatos e fanáticos religiosos, como no conto Beatinho da Mãe de Deus, que nascera "no Olho-d'Água da Paciência, terras de babaçu, cutia e carrapato, tudo de um dono só, trinta léguas no caminho das boiadas de Goiás e vinte léguas até as barrancas do Parnaíba, quando o Maranhão deixa de ser para virar Piauí".

As curas milagrosas do Beatinho logo agitam os meios políticos: os coronéis querem seu apoio político, pois com uma frase do Beatinho já idolatrado no sertão qualquer candidato (das extintas UDN ou PSD) venceria as eleições municipais.

Mas, em meio às revoltas aticadas pela imprensa de cada Partido e pela política mesquinha, José Sarney opta por um desaparecimento misterioso do milagreiro Beatinho:

"O Beatinho da Mãe de Deus jamais voltou ao Olho-d'Água da Paciência. A polícia o perseguiu por todos os cantos do Estado. Foragido aqui, escondido ali, não pôde mais rezar a ladainha da Mãe de Deus (que começava Mãe de Deus, rogai por nós) nem mandar os caboclos não pagar foros, nem impedir a polícia de cobrar metade do ganho pelas bancas de caipira e roleta."

Alguns meses depois, sua notícia era apenas uma carta do Deputado Votelho:

"Vosmecê, seu deputado Botelho. Entretanto a Vossa Alteza os mistérios de minha igreja e os prejuízos que a Polícia me deu. Peço três vidros de inhamine para izarpa do sangue.

Deus seja. Deus quer. Deus quis, Deus seja louvado. Dou minha bênção da Mãe de Deus.

Ass. João Almeida do Zeferino, Beatinho da Mãe de Deus."

A Comédia

É em meio a uma sensível observação do meio popular que o escritor maranhense tece o momento cômico, enternecedor, dessa esplêndida galeria popular nordestina. Os indolentes Irmãos Bonsdias, na mira da solteirona Rita Nanica (a mesma que vencerá os cangaceiros do conto inicial):

"Rita Nanica", sem pendores e decidida, não deixava sempre de dizer, em letras todas:

— Para São Pedro, não vou ficar. Até cansar-se da indecisão deles diante de seu pedido de "morada junto" e que se muda com seus pertences para a casa deles, declarando sem rodeios: "Olha, seus Bonsdias, vocês por vocês mesmo não arrumam mulher. Pois ela chegou. É para um e para três".

São as cantigas populares, colhidas na sua graça ingênua e sem rotoques:

"São Longuinho era cego,

no peito de Deus mamou.

Logo que o sangue saiu,

a vista quilarcou..."

"A burrinha do Joaquim,

Tinha um buraco de angu,

Foi o rato que roeu,

Pensando que era beiju".

"Se Deus fez o homem assim,

Pra que tu quer acabar,

Viva as estrelas do céu,

o quati e o sabiá".

"Vremeirão, feio e ladrão,

Da veice à dentição,

No sertão do Maranhão

Somente seu Absalão."

Os Coronéis

Há coronéis no mundo maranhense feudal que o autor descreve. São os inimigos políticos, os coronéis Javali e Guiné, que disputam as eleições com as armas mais curiosas e inesperadas: com apostas para ver quem é capaz de soltar mais rojões e foguetes nas festas juninas, quem é mais rico — o coronel que compra o primeiro jipe que o interior já viu, embora não haja estradas para o veículo, ou o coronel que inaugura um alto-falante que transmite em meio às mensagens eleitorais valsinhas e toadas de desafio. Versos anônimos mas ferinos aparecem como arma política, numa terra em que a sátira pode

restrição de crédito trará desastrosas consequências à economia nordestina. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Sociedade Entomológica do Brasil, reunida em Assembléa Geral durante a realização do VI Congresso Brasileiro de Entomologia, em Campinas, aprovou documento solicitando do Ministério da Agricultura a proibição do uso de inseticidas organoclorados, quer no solo, quer em pulverizações ou polvilhamentos, em hortaliças e pomares.

A Sociedade Entomológica, que reúne aproximadamente 700 especialistas de todo o Brasil, reclama também, em defesa da ecologia, a participação do Presidente da entidade na Comissão Regional de Defensivos Agrícolas.

As propostas da Sociedade Entomológica do Brasil integram-se no espírito do Dia Mundial do Meio Ambiente, há pouco comemorado. É preciso que todos os setores da sociedade civil participem do movimento nacional contra a devastação da natureza e a poluição do meio ambiente.

Gazeta do Brás

Dentre os órgãos de nossa imprensa que lutam em defesa de nosso ambiente natural e cultural, destaca-se, em São Paulo, a *Gazeta do Brás*, que comemora hoje o seu primeiro aniversário.

Sob a Direção de Diécio Moreira, uma equipe de jornalistas dedicam-se, naquele órgão, ao desenvolvimento cultural e humano do tradicional bairro do Brás e da região circunvizinha.

Em nome da população local cumprimentamos essa equipe pelos serviços que vem prestando à humanização da cidade. (Muito bem!)

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) —

A sessão ordinária de amanhã, dia 18 de junho, será destinada a receber o Sr. Ministro da Saúde, Dr. Waldyr Arcoverde, convocado nos termos Regimentais.

Em consonância com o disposto no art. 419, alínea "e", do Regimento Interno, na Ordem do Dia não se incluirá matéria para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 16-6-80 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE. Para uma comunicação) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Toda a Nação acompanhou, com vivo interesse, a bem orientada campanha de vacinação contra a poliomielite, coordenada pelo Ministério da Saúde e patrioticamente divulgada pela imprensa falada, escrita e televisada, procurando, dessa forma, conscientizar a comunidade de que mais vale prevenir do que curar.

A terrível virose sempre incursionou nas diferentes regiões do País e, de acordo com dados apanhados pelo Ministério, os casos de pólio notificados datam de 1970, distribuídos segundo as grandes regiões.

Têm sido milhares de casos de paralisia sem qualquer indicio de controle.

A verdade é que a virose, segundo informes oficiais da Organização Mundial de Saúde, tem maior prevalência na Índia, estando o Brasil em segundo lugar.

Diante de tão chocante realidade, o Governo brasileiro não podia tomar outra iniciativa senão a de acionar o Ministério da Saúde para um combate sem quartel à terrível doença de Heine-Medin (poliomielite anterior aguda).

Conscientizado do mal que representa para as populações infantil e adolescente, adotou o órgão de Saúde Pública do País medidas preventivas subordinadas aos seguintes objetivos:

- a) aplicar a vacina oral trivalente, tipo Sabin, duas vezes por ano, a 80% da população compreendida no grupo etário de 2 meses a 4 anos de idade, através de operações de vacinação em massa com duração de um dia;
- b) aperfeiçoar o sistema de vigilância epidemiológica, de modo a assegurar o acompanhamento oportuno do comportamento epidemiológico da poliomielite e da eficácia do programa de vacinação;
- c) promover a coordenação de esforços na área governamental para obter o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis.

d) Promover a participação das comunidades locais, de forma efetiva, planejada e contínua, tanto na fase de preparação, como na de execução do programa.

e) assegurar a disponibilidade de vacina nos postos permanentes de vacinação, com vistas ao atendimento da demanda nos períodos compreendidos entre as operações de vacinações em massa.

Equacionado o problema, não foi difícil deslanchar o trabalho de vacinação, que teve aqui no Distrito Federal e — acredito — nos Estados e Territórios excelente resultado. Não temos os dados completos do número de crianças vacinadas em todo o território nacional; levando-se em conta a morosidade em regiões distantes da Amazônia com a dificuldade de transportes, mas tomando-se a amostragem da nossa Brasília, constatamos que ao todo foram aplicadas 87.592 doses de vacinas, sendo 74.374 em crianças menores de 5 anos e 13.218 em maiores de 5 anos.

Indiscutivelmente, como o próprio Secretário de Saúde Jofran Frejat acentuou, o Distrito Federal coloca-se em situação privilegiada no combate à paralisia infantil, o que foi também reconhecido pelo Sr. Ministro Waldyr Arcoverde, que chegou mesmo a participar da comitiva que realizava visitas aos principais postos de vacinação.

Não obstante a situação privilegiada de Brasília, a campanha nos demais Estados atingiu a elevado índice de objetividade, o que demonstra a eficiência do comando ministerial, assumindo o controle geral da vitoriosa batalha, visando a erradicar a virose que, se não mata, deixa seqüelas indeléveis como a paralisia, que atinge os membros inferiores de quantos têm a infelicidade de serem por ela atacados.

Antes dessa unidade de comando com datas fixadas para a aplicação da vacina, assistíamos a campanhas isoladas, cada Estado procurando defender-se da virose como podia, quando esta já se achava instalada, fazendo vítimas, desalentando a comunidade indefesa. Eram operações esporádicas e sem qualquer controle do seu desempenho.

A vacinação oral foi introduzida no Brasil em 1961, através de programas experimentais realizados em Santo André, São Paulo, e em Petrópolis, Rio de Janeiro, em que se utilizou a estratégia da vacinação em massa.

A aquisição de vacinas era um processo penoso, o que contrasta com o que agora estamos assistindo, quando nada menos de 65 milhões de vacinas, de fabricação russa e belga, estão à disposição das autoridades sanitárias brasileiras.

Todo este material foi adquirido pela CEME e Ministério da Previdência Social, tiveram de desembolsar a importância de 130 milhões de cruzeiros, assim discriminados: 50 milhões de doses procedentes da União Soviética e 15 milhões de doses adquiridas da Bélgica. Este, o custo exato das vacinas, devendo acrescer-se as despesas com transportes e refrigeração, que elevam o custo total para 250 milhões de cruzeiros.

As estimativas relacionadas com os resultados numéricos da campanha estão sendo em muito superadas, tal o apoio e o empenho da comunidade nacional que, demonstrando alto espírito de compreensão participou ativamente, o que assegurou o completo êxito da vacinação, em boa hora posta em prática pelo Governo Federal, através do Ministério competente, o da Saúde.

Basta que nos atenhamos aos resultados já conhecidos e demonstrados pela imprensa falada, escrita e televisada, quando teremos nada menos de 18 milhões de crianças e adolescentes vacinados durante o Dia Nacional da Vacinação; e, com o decorrer da semana em que ela perdurar, de certo, chegará aos 20 milhões. Teremos, assim, aproximadamente 88% de crianças vacinadas em todo o Brasil. Em 16 de agosto proceder-se-á a aplicação da segunda dose da vacinação Sabin trivalente. Essa vacinação em massa poderá produzir extensa disseminação de vírus vacinal, com tendência a imunizar também crianças não vacinadas.

É de se pensar que a partir desta nova fase, ontem iniciada, a análise detalhada dos dados fornecidos através do sistema de vigilância epidemiológica do Ministério da Saúde nos dará outras indicações bem diferentes daquelas, em que a vacinação era feita de maneira desordenada, e que por isto mesmo nos dizia que a virose não tendia ao controle, já que a vacinação cíclica, característica da doença continuava a ser observada, como até aqui vinha acontecendo em quase todas as unidades federadas.

Os estudos e pesquisas demonstravam que os casos ocorridos atingiam quase que exclusivamente crianças não vacinadas, e que todos os surtos investigados no País, nos últimos anos, têm sido causados por poliovírus tipo 1, o que na verdade constitui padrão típico de ampla disseminação do vírus natural nas comunidades.

Com efeito, e sem qualquer sombra de dúvidas, a ocorrência dos muitos surtos havidos no Brasil correspondem sempre e sempre a baixos níveis de cobertura vacinal, o que vem confirmar que tais fatos demonstram que a vacinação realizada nos últimos anos, através de serviços básicos de saúde, foi insuficiente para promover

o controle da poliomielite, o que ocorre também com relação às demais doenças evitáveis por imunizantes.

Face ao exposto, em que definida ficou a importância de uma vacinação em massa contra a pólio, resolveu o Ministério da Saúde coordenar uma campanha nacional, nos "Dias Nacionais de Vacinação", duas vezes no ano — 14 de junho de 1980 e 14 de agosto, e justifica a sua programação, organização e execução com os dados que a seguir transcreverei para que contem dos Anais desta Casa.

3.3. Justificativa da programação

A adoção de uma estratégia especial de vacinação contra a poliomielite, qual seja, a de campanhas realizadas anualmente, em dias predeterminados, está fundamentada nas seguintes razões:

a) a administração da vacina antipoliovírus oral ao maior número possível de crianças, durante o menor espaço possível de tempo produz extensa disseminação natural do vírus vacinal, que desloca temporariamente outros vírus entéricos capazes de interferir na multiplicação do vírus vacinal, prejudicando a resposta imunitária à vacina;

b) a disseminação maciça do vírus vacinal pelas crianças vacinadas tenderá também a imunizar crianças não vacinadas, assim como aquelas que, na ocasião da campanha, apresentavam infecção intestinal por enterovírus capazes de impedir a multiplicação do vírus vacinal;

c) a administração da vacina tipo Sabin não requer técnica especial, podendo ser executada por qualquer pessoa da comunidade, desde que devidamente orientada;

d) a sistemática de vacinação em massa, durante apenas um dia propicia ampla utilização dos recursos da comunidade e a participação intensiva de voluntários, reduzindo os custos operacionais do programa;

e) a intensa mobilização comunitária possibilita a vacinação de maiores contingentes infantis;

f) a eficácia dessa estratégia é comprovada em numerosos países, tanto altamente industrializados como em desenvolvimento, onde a poliomielite foi controlada;

g) o urgente controle da poliomielite merece especial atenção do setor público, pelas seguintes razões de ordem sócio-econômica:

a) melhoria das condições de habitação, higiene e saneamento básico, dificultando a disseminação do vírus natural, tende a criar grandes contingentes de suscetíveis, com o conseqüente aumento do risco de eclosão de epidemias, o que torna as comunidades cada vez mais dependentes do emprego da vacina para a sua proteção;

b) o impacto psicossocial causado pelos surtos de poliomielite é extremamente desfavorável, em face das características dramáticas da doença; os casos paralíticos apresentam, em geral, seqüelas permanentes e constituem elevado ônus para a sociedade, sendo responsáveis, pela maior parcela da demanda aos serviços de reabilitação física.

4. ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO

4.1. Organização

O programa será desenvolvido mediante a ação articulada entre os governos federal, estaduais e municipais, correspondendo atribuições específicas aos órgãos envolvidos nos diferentes níveis de atuação, de conformidade com o esquema abaixo:

4.1.1. Nível nacional — a administração geral das atividades caberá ao Ministério da Saúde, através de Grupo Interministerial de Coordenação, instituído pelo Ministro da Saúde e integrado por representantes dos Ministérios mais diretamente envolvidos na programação e da OPAS/OMS, tendo como Secretaria Executiva a Fundação SESP (DEESI), que se aparelhará para o adequado desempenho da função. As atribuições básicas das instituições representadas no Grupo são as seguintes:

a) Ministério da Saúde — além da administração geral das atividades, será responsável pela formulação das diretrizes técnicas e operacionais do programa, através de seus órgãos especializados;

b) Ministério da Previdência e Assistência Social — através da Central de Medicamentos (CEME), promoverá a aquisição dos quantitativos de vacina necessários e sua distribuição às Unidades Federadas, em adequadas condições de conservação; através do INAMPS e da LBA e das respectivas redes de unidades, participará das atividades de vacinação;

c) Ministério da Educação e Cultura promoverá o desenvolvimento contínuo de ações educativas pertinentes, através do currículo escolar;

Promoverá, nos dias nacionais de vacinação, a mobilização geral da rede escolar do país, para participação intensiva na execução do programa;

d) Fundação MOBRAL, colaborará nas fases de mobilização comunitária e execução do programa;

e) OPAS/OMS — prestará assessoramento técnico-científico ao programa.

4.1.1.1. Outras instituições participarão, direta ou indiretamente, na programação e execução das atividades, a nível nacional, ressaltando-se:

a) Secretaria de Comunicação Social (SECOM), da Presidência da República — divulgação de material informativo alusivo ao programa;

b) Forças Armadas — proporcionarão apoio logístico à vacinação;

c) Sociedade Brasileira de Pediatria — assessorará o Ministério da Saúde nos aspectos médicos relacionados à utilização de imunizantes e promoverá a participação dos pediatras, no programa;

4.1.1.2. Ao Grupo Interministerial de Coordenação, presidido pelo Secretário Nacional de Ações Básicas de Saúde, do Ministério da Saúde, caberá:

Promover a participação de outros órgãos da esfera federal;

Fixar os dias nacionais de vacinação;

Garantir o abastecimento de vacina às Unidades Federadas.

Promover a supervisão continuada das atividades do programa, em todos os seus aspectos;

Avaliar continuamente o desempenho do programa, a nível nacional;

Promover a prestação de assessoramento técnico às Secretarias de Saúde;

Revisar e atualizar, periodicamente, as diretrizes do programa;

Promover a divulgação de resultados, a nível nacional.

Sr. Presidente, para encerrar este pronunciamento, pretendo prestar uma modesta homenagem às autoridades sanitárias do País, coordenadas pelo Ministério da Saúde, à frente do qual se encontra um moço simples e, sobretudo, patriótico, imbuído das melhores intenções de bem servir a todos quantos integram a sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO N.º 23, de 1980

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV do Regimento Interno, e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato n.º 2, de 4 de abril de 1973 da Comissão Diretora, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002020/80,

Resolve aposentar Renato de Almeida Chermont, no cargo de Técnico Legislativo, Classe Especial, Código SF-AL-011, Referência 57, do Quadro Permanente do Senado Federal, com base nos artigos 101, inciso III e 102, inciso I, letra "a" da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 403, inciso II, 404, inciso I, 343, § 2.º e 392, § 4.º da Resolução SF n.º 58, de 1972, e 405, inciso IV da mesma Resolução alterada pela Resolução SF n.º 30, de 1978, com proventos integrais acrescidos de 20% e a gratificação adicional por tempo de serviço a que tem direito, na forma do artigo 3.º da Lei n.º 5.903, de 1973 e o artigo da Lei n.º 4.345 de 1964, bem como a incorporação da Gratificação de Atividade, conforme determina o artigo 7.º da Resolução SF n.º 21, de 1980, observando-se o disposto no artigo 102, § 2.º da Constituição.

Senado Federal, 16 de junho de 1980. — Luiz Viana, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO N.º 24, de 1980

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato n.º 2, de 4 de abril de 1973, da Comissão Diretora, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000670/80,

Resolve aposentar Maria de Lourdes Botelho Alves, no cargo de Técnico Legislativo, Classe Especial, Código SF-AL-011, Referência 57, do Quadro Permanente do Senado Federal, com base nos artigos 101, inciso III, parágrafo único e 102, inciso I, alínea "a" da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 403, inciso II, 404, inciso I e 392, § 4.º da Resolução SF n.º 58, de 1972 e 405, inciso IV da mesma Resolução alterada pela Resolução SF n.º 30, de 1978, com proventos integrais acrescidos de 20% e a gratificação adicional por tempo de serviço a que tem direito, na forma do artigo 3.º da Lei n.º 5.903, de 1973 e o artigo 10 da Lei n.º 4.345, de 1964, bem como a incorporação da Gratificação de Atividade, conforme determina o artigo 7.º da Resolução SF n.º 21, de 1980, observando-se o disposto no artigo 102, § 2.º da Constituição.

Senado Federal, 16 de junho de 1980. — Luiz Viana, Presidente do Senado Federal.

Por outro lado, os empregos de boa remuneração criados pelo petróleo, aliados aos produzidos pela Universidade de Sergipe, compuseram com esse grupo do poder público um contingente de pessoas de salários altos, acima da grande massa dos sergipanos, propiciando assim uma concentração de recursos numa parcela da população do nosso Estado.

Essa situação engendra, grave distorção, porque, ao criar um mercado de alto poder aquisitivo, gerando um tipo de consumidor de produtos — que não são fabricados no Estado, propicia um sistema de transferência direta de recursos, pois a poupança que fatalmente cria — cerca de 2,5 bilhões na CEF, desde que não há onde gastar dinheiro vão abastecer os depósitos bancários que se destinam ao sul do País.

Então, na verdade, em Sergipe há uma parcela da população bem remunerada distante da grande massa dos sergipanos, que, por sua própria natureza é eminentemente consumidora e não aplicadora de recursos em atividades produtivas ou reprodutivas.

Mas, isto não é grave. O grave é que essa parcela de servidores do poder público estadual, pensando nas despesas de custeio, reduz a capacidade de investimento do mesmo e, simultaneamente, exige melhores remunerações e melhores serviços públicos. A outra parcela — empregados da PETROBRÁS, da Universidade etc. — pressiona o poder público por melhores serviços.

Assim, o quadro para uma ação político-administrativa se apresenta limitado, de um lado, por uma economia de mercado necessitando estímulos e de outro, por uma economia pública parca de recursos, porque esses já estão alocados para pagamento de salários de uma folha numerosa e concentrada.

As Potencialidades da Economia Sergipana

Se indagarmos quais os fatores de produção da economia sergipana, vamos encontrar, em primeiro lugar, o petróleo, com uma produção, em 1979, no valor de 23 bilhões de cruzeiros; em seguida, vem a agricultura que, em onze produtos, fecha uma receita de 3 bilhões de cruzeiros; em terceiro lugar, vem a indústria que, nos seus dois principais ramos, açúcar e tecidos, não alcançou a casa dos 2,5 bilhões, em 1979.

Como se vê, somente o terceiro fator é que paga ICM, porque na agricultura a maioria dos produtos é isenta. Desta forma, as fontes de receita do Estado são limitadas, porque o comércio resultante do mercado consumidor criado com a concentração de recursos particulares via altos salários, não contribui suficientemente para boas receitas públicas.

O petróleo só participa com *royalties* que, em 1979, contribuiu com apenas 64 milhões de cruzeiros, ou seja, 0,27% da sua receita total. A sua folha de salários — pagamentos aos empregados das empresas petrolíferas, localizadas no território sergipano — vem engrossar a concentração de renda, que provoca transferência de poupança para outras praças, e, por outro lado, faz pressão sobre a melhoria de serviços públicos — água, luz, saneamento. Assim, o petróleo, da forma como está, é fator desestabilizante da economia estadual.

Conclusões

Uma política administrativa para o desenvolvimento econômico de Sergipe deverá ter como meta prioritária a criação de novas fontes de receitas para o poder público estadual, para assegurar a este, recursos para obras e serviços públicos, a fim de estimular as atividades econômicas. A administração pública deverá atuar como vasos comunicantes que retire recursos de um vaso — petróleo e de outras fontes — e despeje no vaso de atividades reprodutivas.

Por outro lado, a busca do desenvolvimento econômico e social de Sergipe não poderá desprezar medidas de contenção pela racionalização da administração pública.

A expansão da administração pública em Sergipe se fez, sob a égide de ocupação de espaços vazios pelo Estado, pela ausência da iniciativa privada. Nesse propósito, se criaram 26 órgãos — entre autarquias, sociedades de economia mista, etc. — para expansão das atividades do Estado, com mais flexibilidade. Todavia, o que ocorreu foi o aumento de empregos públicos com elevação conseqüente da despesa de pessoal do Estado sem a contra-partida desejada.

A reversão da expectativa é uma medida que se impõe.

A política administrativa para o desenvolvimento deverá implantar um redirecionamento de despesas públicas, de molde a propiciar uma maior capacidade de investimento do Estado.

Sr. Presidente, nesta ótica de compreensão do quadro sergipano e consoante as diretrizes traçadas pelo Governador Augusto Franco são estabelecidas as seguintes metas de administração no planejamento do atual Governo:

1º — Criar um controle orçamentário visando acompanhar as despesas e o direcionamento dos investimentos;

2º — estabelecer uma busca permanente de novas fontes de receitas para o Governo do Estado;

3º — criar um programa de contenção de despesas pela racionalização de métodos de trabalho e de aperfeiçoamento dos serviços públicos;

4º — procurar consolidar o sistema estadual do planejamento com um melhor entrosamento entre as ASPLAN's e a SEPLAN.

Está aí, Sr. Presidente e Srs. Senadores, um resumo de uma análise setorial do nosso Estado durante um instante da administração pública, uma análise crítica e imparcial de um momento de grandes perspectivas políticas e sociais, para o qual o Governo Augusto Franco e as suas forças políticas e sociais estão conscientes e determinados em fazer da nossa Terra o chão da Justiça e da paz.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O rio São Francisco — "o rio da unidade nacional" —, durante a 2ª Guerra Mundial, prestou um inestimável serviço ao País, fazendo jus ao seu apelido, transportando, através da Capitania Fluvial dos Portos do Rio São Francisco, tropas, material bélico, veículos, gêneros alimentícios, do sul para o norte, a fim de evitar os torpedeamentos dos submarinos alemães, então operando agressivamente no litoral brasileiro.

Navegaram por aquele rio, no período de guerra, num trabalho patriótico dos mais relevantes, navios como "São Francisco", "São Salvador", "Mauá", "Engenheiro Halfeld", "Curvelo" e "Bahia".

Os fluvialistas do São Francisco, agora aposentados, que, de 1942 a 1945, serviram, naquela hora difícil e extremamente perigosa para a nacionalidade, à Pátria com destemor e sacrifícios, veem-se já no fim de suas vidas, que aquela luta não teve a recompensa que mereciam, pois, aposentados pelo INPS, percebem irrisórios salários.

Recorreram, então, através da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Marinha Mercante do São Francisco, à Diretoria de Portos e Costas do Rio de Janeiro — DPC, solicitando fossem enquadrados na Lei nº 10.490, de 25 de setembro de 1942, que delimita aquela via fluvial "zona de guerra", no citado período de 1942 a 1945, e assim os torna ex-combatentes.

A DPC negou o pedido sob a alegação de que os ex-fluvialistas não tripularam navios de guerra, "não sofreram ataques por inimigos, nem foram destruídos por acidentes".

Desalentados com a recusa, resolveram se dirigir ao Senhor Presidente da República, solicitando sua interferência no caso, para sanar uma injustiça, como a que ora se perpetra, ofício este até agora sem resposta.

Deixo aqui, pois, o meu apelo à Diretoria de Portos e Costas do Rio de Janeiro, para que reveja o assunto, examinando-o com interesse e cuidado em face à referida lei e, também, levando em conta os valiosos serviços que esses hoje desvalidos ex-fluvialistas do São Francisco, com tenacidade de seu trabalho árduo e penoso e até risco de suas vidas, deram à Nação, em momento sumamente grave de sua História e existência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Após três séculos e meio, chegou o momento histórico da beatificação de José de Anchieta, pelo Papa João Paulo II, que determinou o dia 9 de junho como o dia das festas em homenagem ao "Apóstolo do Brasil".

Anchieta continuará entronizado, no coração de cada brasileiro, mas já agora a sua imagem será entronizada também em nossas Igrejas e exposta à veneração de nosso povo, que o considera não apenas o Santo que abençoou as nossas origens, mas igualmente o herói nacional que soube imprimir o sentido de fraternidade e humanismo em nossos ideais de brasilidade.

"A beatificação de Anchieta" é o título da reportagem publicada no *Jornal da Tarde*, de ontem, descrevendo as solenidades realizadas em Roma, e que, por sua importância histórica, merece figurar nos Anais do Senado. Solicitamos, por isso, que o mesmo seja considerado parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FRANCO MONTORO.)

BEATIFICAÇÃO DE ANCHIETA.

O dia 9 de junho será o dia da festa do novo beato José de Anchieta, o apóstolo do Brasil. A notícia foi dada por João Paulo II depois de proceder à beatificação. Outros quatro beatos, da América do Norte e da América Central, foram proclamados: Pietro di San Giuseppe Betancour, um leigo da Guatemala, Ursulina Maria dell'Incarnazione, do Canadá, o bispo Francesco de Montmorency-Laval, também do Canadá, e a índia pele-vermelha Caterina Takakwitha, da tribo dos iroqueses que, em 1600, vivia onde hoje se encontra o Estado de Nova Iorque.

A cena de beatificação: o dossel em bronze de Gian Lorenzo Bernini, que, com suas gigantescas proporções, talvez diminui o efeito da cúpula que o domina. Um dossel semelhante aos portáteis, de madeira e pano, das procissões. As colunas, fundidas, feitas como o bronze do Pronao do Panteon da antiga Roma, retorcem-se em espiral, enquanto parecem mover-se ao vento as beiradas pendentes do tecido e um enxame de abelhas pousa, aqui e ali, sobre eles e sobre as colunas. O dossel tem a forma de um diadema com quatro anjos nos cantos. As abelhas lembram o brasão da família dos Barberini, à qual pertencia o Papa Urbano VIII que fez construir o dossel, no qual se desenhou o barroquismo de Bernini. Sob o dossel está o altar papal, atingido pelas luzes dos refletores colocados aos pés da cúpula, e a cátedra para o Papa.

O momento culminante da cerimônia foi quando o cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, se aproximou da cátedra do Papa, tendo a seu lado o postulador geral da causa de beatificação, Padre Paolo Molinari, e os dois vice-postuladores, Padre Moutinho e Padre Helios Andrade Viotti. A basílica estava repleta de gente que recebera com grandes aplausos a entrada do cortejo papal precedido pelos clérigos salmodiantes, uns 70 bispos e 25 cardeais, escoltado pelas guardas suíças com couraças e alabardas. Entre os peregrinos vindos a Roma para a cerimônia havia um grupo proveniente de São Paulo, 200 peles-vermelhas com os característicos chapéus de penas (os homens) e as mulheres com finas tiras ao redor da cabeça nas quais estava enfiada uma pena, e peregrinos da Guatemala e do Canadá. Os peles-vermelhas levantavam um cartaz com as palavras: "Diocese de Albany — Nova Iorque".

Dom Paulo Evaristo Arns, através dos alto-falantes, fez um breve retrato de Anchieta, lembrando as passagens mais significativas de sua vida. Afirmou que o povo brasileiro recebeu com grande alegria a decisão do Santo Padre de beatificar o apóstolo do Brasil que foi aberto a todas as necessidades sociais e culturais. Depois, foi a vez do Arcebispo de Quebec, do Bispo de Tours, do Bispo de Albany e do Arcebispo da Guatemala de fazer igual pedido para os outros quatro beatos.

O Papa usava a mitra branca e empunhava o bastão pastoral e leu a fórmula da beatificação: "Nós, atendendo ao pedido de nossos irmãos Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de São Salvador da Bahia, Mario Casariego, Arcebispo da Guatemala, Paul Gregorie, Arcebispo de Montreal, Howard J. Hubbard, Bispo de Albany, e de muitos outros irmãos no episcopado e de muitos fiéis, depois de ter ouvido o parecer da Sagrada Congregação para as Causas dos Santos, declaramos com nossa autoridade apostólica que os veneráveis servos de Deus, José de Anchieta, Pietro di San Giuseppe Betancour, Maria dell'Incarnazione, Francesco de Montmorency-Laval, Caterina Tekakwitha, podem ser de ora em diante chamados de beatos e que poderemos celebrar sua festa, nos lugares e segundo as normas estabelecidas pelo direito, todos os anos, no dia de seu nascimento ao céu e precisamente: 9 de junho para o beato José de Anchieta, 25 de abril para o beato Pietro di San Giuseppe Betancour, 30 de abril para a beata Maria dell'Incarnazione, 6 de maio para o beato Francesco de Montmorency-Laval, 17 de abril para a beata Caterina Tekakwitha. Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo. Amém".

A multidão que enchia a basílica rompeu em aplausos enquanto o canto triunfal de "Glória" era entoado pelo coro da Capela Sixtina, ecoando o Papa que pronunciara o *Glória in Excelsis Deo*.

Então, teve início a missa, no altar branco de luz sobre o qual se via o dossel escuro. O Papa João Paulo II concelebrou a missa com os Cardeais Paulo Evaristo Arns, Maurice Roy, Arcebispo de Quebec, e Mario Casariego, Arcebispo da Guatemala. E com outros nove bispos, entre eles o Bispo de Santa Maria, Dom Ivo Lorscheite, presidente da CNBB. O ritual era assistido por uma missão oficial do Brasil, chefiada pelo Ministro do Trabalho, Murilo Macedo.

Depois da leitura do Evangelho, João Paulo II voltou à cátedra para pronunciar a homília.

O Papa falou da alegria com que "a Igreja se inclina para venerar cinco de seus filhos elevados às honras dos altares mediante a beatificação e, ao mes-

mo tempo, poder apresentá-los para exemplo aos fiéis. São um jesuíta, apóstolo do Brasil, uma mística missionária, um terciário franciscano, um bispo é uma jovem virgem pele-vermelha. Neles Deus derramou sua bondade e sua misericórdia, amou-os com amor paterno, mas exigente, que só prometia provações e sofrimentos, chamou-os à santidade heróica, retirou-os de suas pátrias de origem e enviou-os para outras terras para anunciar a mensagem do Evangelho".

Nesta altura, o Papa traçou os momentos mais importantes das vidas dos novos cinco beatos, começando por José de Anchieta:

"É um incansável e genial missionário José de Anchieta que aos 17 anos, diante da imagem da Santa Virgem Maria na Catedral de Coimbra, fez voto de virgindade perpétua e decidiu dedicar-se ao serviço de Deus. Tendo ingressado na Companhia de Jesus, partiu para o Brasil no ano de 1553 onde, na missão de Piratininga, empreendeu múltiplas atividades pastorais com a finalidade de aproximar e ganhar para Cristo os índios das florestas virgens. Amou com imenso afeto seus irmãos 'brasis', participou de sua vida, aprofundou-se em seus costumes e compreendeu que sua conversão à fé cristã devia ser preparada, ajudada e consolidada por um adequado trabalho de civilização, para sua promoção humana. Seu zelo ardente, levou-o a realizar inúmeras viagens, cobrindo distâncias imensas, em meio a grandes perigos. Mas a oração contínua, a mortificação constante, a caridade ardente, a bondade paternal, a união íntima com Deus, a devoção filial à Virgem Santíssima — que celebrou em um longo poema de elegantes versos latinos — deram a este grande filho de Santo Inácio uma força sobre-humana, especialmente quando teve de defender, contra as injustiças dos colonizadores, seus irmãos indígenas. Para eles compôs um catecismo, adaptando-o a sua mentalidade, que contribuiu grandemente para sua cristianização. Por isso tudo bem mereceu o título de "apóstolo do Brasil."

Rocco Morabito,
correspondente em Roma.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Lê o seguinte discurso.)
— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A prioridade do setor agrícola, como instrumento indispensável à nossa recuperação econômica e fulcro do desenvolvimento nacional integrado, não pode sofrer contestação, quando vemos que a nossa produção industrial, fora de alguns setores da mecânica pesada — como a indústria automobilística, a de aviões e a indústria bélica — não tem condições verdadeiramente competitivas no mercado internacional.

Em vista da nossa extensão territorial, da abundância de mão-de-obra, de especialíssimas condições climáticas, quando não nos faltam terra, água e sol, estamos especialmente vocacionados para a produção agropecuária.

Como temos demonstrado, em pronunciamentos anteriores, continuamos a ostentar todos os pressupostos de um país eminentemente agrícola, o que não constitui mais motivo de desprimor, quando se sabe que o problema de maior magnitude dos próximos vinte anos será produzir alimentos suficientes para enfrentar a explosão demográfica, mundial, que ninguém até agora, pôde conter.

O objetivo imediato da política agrícola seria equilibrar, por via do incremento à produção agrícola, a balança comercial e obter eventuais *superávits*, enquanto o PROÁLCOOL atuaria na área energética, substituindo parte das importações de petróleo.

Com essa finalidade, o Governo criou uma série de linhas de crédito a juros subsidiados, assegurando a compra das safras através de uma política de preços mínimos.

Não seria, ainda, satisfatório o crédito rural, enquanto o sistema tributário obriga os assalariados a sustentar o Governo, com regressividade do IPI e a ineficácia do Imposto de Renda, quando o secretário da Receita Federal afirma que "quem paga o tributo não tem dinheiro e quem tem dinheiro não paga Imposto de Renda".

Nesse quadro, os grandes proprietários agrícolas receberam mais de setenta e oito por cento dos empréstimos rurais do Banco do Brasil em 1979.

Além disso, enquanto — segundo estatísticas oficiais, relativas ao período 1974/75 — os mais pobres gastavam 4,2 salários mínimos em alimentação, durante o ano, os mais ricos aplicavam 49,1 salários, ou seja, doze vezes mais com essa destinação.

Agora, quando o Governo anuncia sua intenção de eliminar os subsídios do trigo e, ao mesmo tempo, procura introduzir a soja na mesa do povo, veja-

mos que diz o articulista, Rubens B. Matos, naquele mesmo número da *Folha de S. Paulo*:

"A soja e o milho, ao contrário, do trigo, podem ser produzidos em quantidades infinitas no Brasil, havendo condições para que sejam comercializados a preços perfeitamente compatíveis com o nível de miséria nacional. Seria extremamente oportuno, aliás, que o Governo, que agora anuncia a disposição de eliminar os subsídios ao trigo, aplicasse uma parte do que deixará de gastar com o trigo no incentivo à comercialização industrial do milho e da soja". (...)

De qualquer maneira, se há um tipo de crescimento econômico, no Brasil, que não implica em liberação de mão-de-obra, no endividamento externo e em pressões inflacionárias, ele reside, exatamente, na crescente exploração das potencialidades agropecuárias do País.

Mas é preciso também pensar numa verdadeira reforma fundiária, como acentuamos em pronunciamento anterior.

Agora, mesmo, na aplicação do programa de emergência para a seca do Nordeste, verificou-se, numa área de aproximadamente 500 quilômetros quadrados, que cerca de oitenta por cento das terras ocupadas em atividades agropastoris se constituem de latifúndios, por dimensões ou por exploração.

Apenas trinta e dois deles representam dois e meio milhões de hectares, num tamanho médio de setenta e dois mil hectares.

Dos vinte por cento de terras restantes, pelo menos quinze por cento se constituem de minifúndio, não representando mais de cinco por cento as propriedades de médio porte.

Esse predomínio escandaloso da grande propriedade, não satisfatoriamente cultivada, mostra uma sociedade agrária pré-capitalista, em que o parceiro depende totalmente do grande proprietário, quando deseja plantar uma lavoura de subsistência ou mesmo o algodão.

O parceiro ou recebe a terça, ou se conforma em obter apenas vinte por cento da colheita, quando não fica atrelado ao armazém do patrão, para o fornecimento de gêneros e utensílios, por preços majorados, obrigados, ademais, à prestação de serviços ao rendeiro.

Quanto ao minifúndio, não recebe qualquer tipo de assistência, técnica ou creditícia, o que obriga seu proprietário a trabalhar alugado, para complementar a renda obtida no seu pequeno lote.

Sabe-se, se irrigação atendesse à pequena propriedade, o sertanejo facilmente suportaria os efeitos da seca, como acontece nas propriedades situadas na vazante dos açudes, onde na terra encharcada, os lavradores empregam os muarens na aração, enquanto os grandes proprietários esperam o tempo firmar, para a utilização de tratores.

Assim, ao retardarem o plantio, quando as chuvas começam a faltar a partir da segunda quinzena de março, vêm as suas lavouras crestadas pelo sol.

Isso explica porque na Paraíba, por exemplo, apesar da estiagem, a safra de feijão deste ano foi um pouco superior à do ano passado, ocorrendo o mesmo nas várzeas semi-úmidas do interior do Piauí.

Há muitas regiões, no Polígono das Secas, onde a precipitação média se situa ao redor de 500 milímetros por ano, raramente caindo de quatrocentos milímetros nos longos estios. É justamente essa pluviometria, como já assinalamos, a existente na Austrália Central, onde se pratica uma razoável pecuária.

Se a redistribuição da terra é necessária no Nordeste, eliminando-se os extremos do latifúndio e do minifúndio, torna-se absolutamente indispensável a educação do rurícola, capacitado a selecionar sementes, escolher as plantas xerófilas de preferência, praticar a irrigação e aprender a recorrer ao crédito e ao cooperativismo, para que reverta a situação ali existente, prejudicial às populações de baixa renda.

Deve-se reconhecer que a quase totalidade desses lavradores, trabalhando alugado ou sob injustos sistemas de parceria, se constitui de analfabetos totais ou funcionais.

Consideram-se alfabetizados os que apenas "ferram o nome", para votar nas eleições.

O que aprenderam, na faina do campo, foi vendo fazer e fazendo, acumulando a experiência dos antepassados e contemporâneos, sem ter lido, sequer, não um livro sobre qualquer tema agrícola ou pecuário, mas um simples almanaque ou "folhinha", como se diz no sertão.

Por tanto, na raiz desse, como de outros problemas da exploração do homem pelo homem no setor agrícola, está a carência, quase sempre absoluta, de instrução, sem a qual, dificilmente pode ser sedimentada uma boa formação profissional.

A carência de mão-de-obra especializada para a faina agrícola, mesmo aquele tipo de trabalho menos exigente de descortínio intelectual, reside, em primeiro lugar, no analfabetismo.

Sabe-se, hoje que grande percentual da população do Nordeste, entre sete e sessenta anos, se compõe de analfabetos totais.

Pode-se comprovar que a maioria se encontra na zona rural.

Isso, depois de uma experiência de dez anos do MOBREAL, que parecia estar fadado a solucionar o problema do analfabetismo no Brasil em três décadas.

Se, em São Paulo, em um ano, como demonstram amostragens domiciliares mais recentes, aumentou em cerca de um por cento o número dos analfabetos, imagine-se o que não está ocorrendo no Nordeste.

Mas não se trata pura e simplesmente de alfabetizar, se pretendemos melhorar o nosso desempenho agrícola, buscando aproximar o preparo do nosso rurícola daquele de que dispõe o *farmer* norte-americano.

É preciso cuidar do ensino rural, de maneira orgânica, funcional, verdadeiramente racional, a partir do ensino primário.

Houve um tempo em que, nos Estados do Nordeste, formavam-se as professoras normais rurais, principalmente em estabelecimentos do interior, com a restrição de não terem acesso à capital, por isso o seu currículo era mais reduzido, como uma espécie de licenciatura curta equivalendo ao antigo curso secundário de cinco anos.

Mas essa solução foi abandonada e, assim, as mesmas professoras, formadas nos maiores centros urbanos, tanto se destinam às escolas citadinas como às rurais.

São as Prefeituras municipais que se encarregam de fundar escolas nas roças e fazendas, sem exigir, no entanto, do respectivo magistério mais do que a formação primária.

Consequentemente, não há um currículo, nem uma metodologia, adaptados à formação do rurícola para a sua permanência no setor agropecuário.

As crianças da área rural desde cedo deveriam preparar as tarefas do campo, que não aprenderiam somente pela prática ou pela disciplina prestante do trabalho ao lado da família.

Concluído o quarto ano primário, estaria o aluno rurícola em condições de cursar um Ginásio Rural, em que aperfeiçoasse os seus conhecimentos de agricultura e pecuária, mediante programas objetivos e professores capacitados ao ensino experimental.

Esses ginásios poderiam localizar-se em Fazendas-Modelo, como já existem algumas no interior do País, principalmente no Estado de Minas Gerais.

Pena é que se tenham acabado com os antigos Patronatos Agrícolas, onde se recolhiam menores órfãos ou abandonados, propiciando-lhes, além do curso primário, uma certa formação no que tange às atividades agropecuárias.

A soma dessas experiências, com os modernos métodos pedagógicos, poderia resultar numa solução eficaz, no sentido de evitar que o jovem de mais de doze anos abandonasse o campo, como atualmente ocorre, para o exercício de certas tarefas, domésticas ou artesanais de baixo nível, nos centros urbanos, como permanente mão-de-obra não qualificada.

Teríamos, então, uma educação secundária voltada para o campo, motivada pelo e para o campo, preenchendo-se o vazio da carência absoluta do domínio de certas técnicas de manejo agrícola e pecuário, sem as quais é praticamente impossível o aumento da produtividade do País, resultando o crescimento da produção, porventura obtido, antes da exploração extensiva da terra, como atividade primária.

Depois do Ginásio Rural, concluído em média entre os 16 e os 18 anos, dispensado o aluno da prestação do serviço militar, poderia ser encaminhado a Escolas Técnicas que, num currículo diversificado de três anos, preparasse o estudante para a capatazia, a fiscalização e administração de fazendas, com conhecimentos práticos e teóricos de agronomia, veterinária, alimentação animal, controle das zoonoses e fitopatias mais graves, rudimentos necessários de mecânica e eletricidade, com vistas a um possível desenvolvimento da agroindústria, tanto alimentada pela energia elétrica, como, eventualmente, por novos engenhos capacitados ao aproveitamento da biomassa, como já ocorre em experiências pioneiras feitas no Sul do País.

Não se pode pensar numa estratégia do desenvolvimento econômico, em qualquer setor da produção, sem cuidar-se da especialização profissional ou tecnológica.

Por outro lado, a fixação do homem ao campo não será possível sem que lhe sejam oferecidas melhores condições de trabalho e de vida.

São inadiáveis as tarefas de eletrificação rural, nem se poderá esperar muito para que a telefonia chegue às fazendas, que já dispõem, em sua maioria, da comunicação radiofônica, desde a invenção do rádio de galena e, mais crescentemente, com a transistorização e a energia produzida por pilhas.

O homem do campo hoje se comunica com a vida citadina, ouvindo rádio.

Ele sabe do que ocorre nos centros urbanos, da assistência aparente que a cidade empresta aos trabalhadores, tanto do ponto de vista laboral como sanitário e educacional.

Por isso se evade. Porque não lhe oferecem padrões de conforto na roça, agrava-se o problema do êxodo rural não pernicioso para o campo somente, mas contribuindo para o favelamento das cidades, como enormes populações marginais que, sem nenhuma capacidade contributiva, sacrificam os serviços urbanos e agravam os problemas sociais das áreas metropolitanas.

Para melhorar a situação do homem do campo, é preciso promover sua maior capacitação, providenciando-se na sua especialização profissional, nos diversos ramos em que se divide a atividade agropecuária.

Na Bahia, por exemplo, em Uruçuca, existe uma escola desse tipo, ligada à CEPLAC, mostrando êxitos notáveis quanto à formação profissional do ruralista, na região cacauífera.

Os currículos dessas escolas, desde o nível primário ao técnico, passando pelo secundário, devem ser regionalizados.

Se, na Bahia, atenção especial deve ser dada à cultura do coco, do cacau, do dendê, da cana, da mandioca, etc., à fruticultura e à avicultura, não se deve esquecer — e, nesse ponto, a atenção será generalizada, no País — a suinocultura e a bovinocultura, o manejo dos pastos e o preparo de rações animais.

No Sul do País, haverá maior aplicação à cafeicultura, no Rio de Janeiro, Sul de Minas, São Paulo e Paraná; à cultura da soja e outras oleaginosas alienígenas, adaptadas ao nosso clima, terão maior atenção também no Brasil Meridional; a apicultura será mais amplamente ensinada em certos Estados do Nordeste e em Santa Catarina, onde a fruticultura é desenvolvida, na adaptação de espécies europeias ao seu clima privilegiado.

Também se emprestará maior atenção a esses aspectos, na formação do técnico agrícola.

Se esse ensino, embora ajudado financeiramente pela União, ficar sob a organização do Estado, não haverá dificuldade na regionalização dos currículos e dos programas.

Essas medidas, que esboçamos a "vol d'oiseau", como sugestão aos nossos técnicos, educadores e administradores, tenderão a preencher uma enorme lacuna no País, representada pela carência quase absoluta da mão-de-obra especializada no setor agropecuário, onde tendem a multiplicar-se as agroindústrias, principalmente como decorrência da necessidade de resolvermos nossa crise energética com o processamento dos recursos da biomassa.

O ensino profissional agrícola deve ser incentivado, bem assessorado, com recursos crescentes, da União, dos Estados e dos Municípios, para sua crescente ampliação.

Impõe-se, como complemento a esse plano, a eletrificação rural.

O homem do campo também deixa o seu "habitat" em busca dos padrões de conforto que resultam do uso da energia elétrica na casa e não apenas nas indústrias.

Quando dirigiu a ELETROBRÁS, o Governador Antônio Carlos Magalhães deu ênfase especial a um amplo programa de eletrificação rural, de que se beneficiaram, especialmente, os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Temos conhecimento de que a equipe treinada há mais de cinco anos, constituída de excelentes engenheiros, está, hoje, parcialmente ociosa, porque quase desmobilizados os esforços para levar a energia elétrica ao homem do campo.

Da eletrificação rural depende não apenas a ampliação das agroindústrias, como, também, a criação de condições de conforto de tal ordem, nas fazendas agropecuárias, que o homem do campo se sentirá menos atraído à aventura do êxodo rural.

Por outro lado, teremos maiores possibilidades de preparação técnica dos estudantes das Escolas Rurais, dos três níveis já citados, havendo possibilidade de familiarizá-los com o manejo e o uso da eletricidade.

Finalmente, para complementar esse programa que tem como epicentro a formação educacional e técnica é preciso cuidar, também, da construção de casas para os trabalhadores rurais, não apenas encorajando os fazendeiros a melhorar as condições de habitabilidade daquelas residências — por vezes simples choças ou tugúrios — em que vivem os seus empregados, colonos e parceiros.

Atenção especial se deve dar, num plano desses, que pode perfeitamente ser executado pelo BNH, por intermédio dos seus diversos agentes ou de cooperativas habitacionais rurais, ao pequeno lavrador, proprietário da terra.

Tais as sugestões, Sr. Presidente, que queremos encaminhar aos Governos, da União, dos Estados e dos Municípios, no limite da sua competência e dos seus recursos, no sentido de preparar a agropecuária para a grande tarefa que lhe cabe, em futuro próximo, de mobilizar o Brasil para aplacar a fome do mundo.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jaison Barreto.

O SR. JAISON BARRETO (PMDB — SC. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os produtores rurais do sul do País estão apreensivos, ante a informação da existência de um projeto de construção de vinte barragens ao longo do rio Uruguai e em alguns dos seus afluentes, ante a possibilidade da inundação de amplas regiões de notável fertilidade agrícola.

Em encontros realizados em Chapecó, em dezembro de 1978, e em Concórdia, em março deste ano, com a presença da FETAESC, advertiu-se que as entidades responsáveis pelas indenizações, quando da construção dessas barragens, agem de forma injusta, oferecendo importâncias insignificantes em relação ao valor real da terra e das benfeitorias perdidas pelos agricultores.

Por isso, os sindicatos de trabalhadores rurais e entidades engajadas na defesa dessas populações encaminham um alerta às autoridades, para que defendam os interesses daqueles que se dedicam ao amanhô da terra, contribuindo para a melhoria da sua produtividade.

Em Concórdia foi lançado um manifesto, indagando por que se decidiu a construir, para quem são e quem vai pagar essas barragens?

A certo trecho, assinala o documento:

"Nós nos estabelecemos nestas terras por decisão nossa, que exigiu espírito de aventura, coragem, capacidade de trabalho, amor à família e à Pátria. De nosso esforço resultou o estabelecimento de nossas moradias, o surgimento de nossas comunidades, enfim, a nossa região, com quem agora nos identificamos, num legítimo amor à terra, que aprendemos a cultivar e dela fazer surgir a vida. As barragens nos farão abandonar estas terras, decepcionando a esperança de morarmos sempre nela. E, em troca, o que receberemos? Para quem ama a sua terra, não haverá compensação adequada."

Esse o grito de revolta dos que estão sendo ameaçados de erradicação, sem que se tenha explicado qual o objetivo dessa providência ameaçadora.

Confessando admitir essa construção, se for para o progresso do País, conclui o manifesto:

"Esperamos que o nosso sacrifício contribua para o verdadeiro bem de nossa Pátria e esperamos contar com o apoio de nossa gente."

Esse documento está datado de 24 de março deste ano.

Até agora nenhuma explicação receberam seus signatários.

Seu maior temor, além de perder as terras, é o de não receber indenização que lhes baste para a aquisição de outras, de igual área o rendimento agrícola.

O mínimo que se espera do Governo, pelos órgãos do Ministério de Minas e Energia, é que esclareça esses humildes e bravos lavradores sobre a veracidade desse plano das vinte barragens e se, realmente, vai indenizar os desapropriados de maneira a não lançá-los na pobreza.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Não há mais oradores inscritos.

A sessão ordinária de amanhã, dia 25 de junho, será destinada a receber o Sr. Ministro Extraordinário para Desburocratização, Dr. Hélio Beltrão, convocado nos termos regimentais.

Em consonância com o disposto no art. 419, alínea "e", do Regimento Interno, na Ordem do Dia não se incluirá matéria para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. GILVAN ROCHA NA SESSÃO DE 23-6-80 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — ES. Para uma declaração de voto. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, primeiro, para estranhar a velocidade quase supersônica em que projetos de importância como este, do item 9, são votados no Senado. Estava eu no recinto e, quando anunciada a discussão, fiz o sinal tradicional de presença para que me fosse concedida a palavra. Evidentemente, eu não pretendia convencer o PDS já que conheço a dinâmica da Maioria desta Casa, por mais coerente que fosse a minha fala, no sentido de que o Senado da República não aprovasse este item, que é absolutamente atentatório à tradição de fiscalização legislativa, isso seria impossível, mas pelo menos, tentaria expor as razões da Oposição como faço agora, já como

10 cópias
Cleide
distribuída em 03/06
Prof.^a Tania Jauster



A MOBILIZAÇÃO NO MÓBRAL

Marlise Moreira Salles
Cleide Ramos
Marília Vellozo

A MOBILIZAÇÃO NO MOBRAL

O Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, embasado na filosofia da Educação Permanente, desenvolve em todo o País uma ação educativa de massa, dirigida a adolescentes e adultos que, tardiamente, estão tendo acesso à Educação.

Desde o início, tornou-se indispensável ao Movimento, mobilizar essa população, tendo em vista a importância de se indagar como aquela clientela poderia ser motivada para engajar-se no processo de aprendizagem. O MOBRAL precisava, além de conhecer os motivos que levariam as pessoas às classes (e aos demais programas que surgissem), saber como se originaram e como se desenvolveram esses motivos. A motivação para aprender significa o indivíduo estar decidido a fazer alguma coisa e a alcançar algo como resultado da aprendizagem. Sabe-se que quando não há engajamento na própria educação, dificilmente haverá aprendizagem que possa ser mantida.

Era também importante atentar para o fato de que se tratava de um programa de massa destinado a pessoas que, além de estarem marginalizadas da cultura escrita, passavam também por outras formas de marginalização. Essa situação certamente provocava apatia e resistência em alguns setores da clientela potencial do MOBRAL.

A Mobilização, para o MOBRAL, seria um processo dinamizador das vocações e das energias que o homem e as comunidades possuem para se situarem no seu espaço, imprimirem um sentido de qualidade às suas existências e, permanentemente, lançarem-se ao encontro de novas conquistas.

O MOBRAL procurou dinamizar e canalizar esse potencial para uma ação educativa que pudesse contribuir para a comunidade ativar a sua própria capacidade de produzir forças autogeradoras de desenvolvimento. Nesta perspectiva fixaram-se, como unidades operacionais da Mobilização, as comunidades locais, consideradas, simultaneamente, como beneficiárias e coorganizadoras da atuação e dos serviços do Movimento.

Percebe-se, portanto, que a Mobilização seria inerente a todos os programas do MOBRAL e deveria apoiar-se na ação comunitária, como resposta aos motivos dos indivíduos e dos grupos.

Entre os anos de 1970 e 1971 foram lançados três programas: Alfabetização Funcional, Educação Integrada e Desenvolvimento Comunitário.

Ficou estabelecido que a população a ser prioritariamente atendida estaria na faixa etária de 15 a 35 anos, residente em zonas urbanas. Àquela época utilizaram-se, sobretudo, os meios de comunicação de massa para provocar o comparecimento da clientela às classes, o que se obteve com relativa facilidade: nas grandes cidades os analfabetos e pessoas com baixo nível de escolaridade sentem-se impulsionadas a estudar pelas exigências do mercado de trabalho e outros estímulos, peculiares às áreas metropolitanas.

Pouco a pouco, o MOBRAL foi penetrando na zona rural onde tem, atualmente, 70% da clientela. Desde 1973 o Movimento está implantado em todos os Municípios do Brasil.

De acordo com a sua política municipalista, o MOBRAL, em cada Município em que chegava, organizava a Comissão Municipal, grupo de voluntários constituído pelas lideranças locais e representantes dos vários setores da população. Esse grupo era, e ainda é, o executor dos programas, divulgando os trabalhos e objetivos da Instituição, recrutando alunos, alfabetizadores, professores e outros participantes.

Criou-se, na estrutura da Organização, a Gerência de Mobilização de Recursos Comunitários.

Naquela época a GEMOB atuava para atingir sobretudo os seguintes objetivos:

GERAL

Criar condições para a implantação, continuidade e ampliação do Programa MOBRAL, atendendo prioritariamente à Alfabetização Funcional.

ESPECÍFICOS

- captar ou recrutar recursos comunitários - humanos, materiais e financeiros;
- sustentar a vinculação da clientela às atividades do MOBRAL, dando subsídios à ação pedagógica e desenvolvendo mecanismos de controle da evasão;
- dar continuidade ao processo educativo iniciado pelo MOBRAL, encaminhando os alunos a outros níveis de ensino, à capacitação, e à colocação no mercado de trabalho.

A Mobilização do MOBRAL sempre teve características próprias, determinadas pela estrutura, funcionamento e objetivo de uma Entidade que desenvolve uma ação educativa de massa, numa linha de educação permanente.

Neste sentido a GEMOB utilizava instrumentos de Desenvolvimento Comunitário - como grupos de apoio formados entre os vários setores da população - e criava condições para que o MOBRAL, integrando-se aos demais programas governamentais, participasse do desenvolvimento comunitário (1).

Na mobilização que era desenvolvida para o programa MOBRAL podiam-se observar os seguintes aspectos:

- à COMUN, como célula operativa básica, cabia a Mobilização a nível local; no entanto, ocorria freqüentemente que o Prefeito Municipal e a COMUN não tinham conhecimento mais profundo dos objetivos do Programa, não conseguindo porisso fixar a imagem do MOBRAL nem engajar a comunidade para uma participação maior;
- o conhecimento insuficiente das entidades, quanto aos objetivos, filosofia e modos de atuação do MOBRAL, impedia que elas oferecessem uma participação continuada e significativa;
- os estágios diferentes de desenvolvimento, nas várias regiões do País, implicavam diferenças não só para a implantação do MOBRAL mas, sobretudo, para sua sustentação e ampliação;
- a Mobilização limitava-se à captação de recursos, não chegando a se caracterizar como um processo;
- a ausência de sistematização nos trabalhos da Mobilização diluía seus esforços.

(1) Desenvolvimento de comunidade é "o processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos esforços das autoridades governamentais, com a finalidade de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, para integrá-las na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente no progresso do País".

(BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - "desarrollo de la Comunidad - Teoria Y Pratica". México, abril/66).

Ficou claro portanto, que a GEMOB vinha limitando a sua atuação ao recrutamento de recursos humanos, financeiros, materiais e institucionais para suporte aos Programas de Alfabetização Funcional e Educação Integrada. Constatada essa situação, a GEMOB foi transformada em um Subsistema: o de Mobilização de Recursos Comunitários - SUMOB.

Para garantir a qualidade dos programas em campo, foi criado também o Subsistema de Supervisão Global encarregado de supervisionar e capacitar os professores, alfabetizadores e as Comissões Municipais. Como não fosse válido um fluxo de informações apenas em um sentido - da sede nacional para as estaduais e daí para as municipais, até chegar às comunidades locais -, os dois Subsistemas também coletavam informações, processadas diferentemente nos níveis citados, sobre as iniciativas, necessidades e expectativas geradas por força da atuação do próprio MOBRAF.

Verificou-se que as Comissões Municipais, juntamente com alguns alfabetizadores e ex-alunos, foram se transformando em um grupo de representatividade, passando a atuar como porta-voz dos participantes. Ao nível de Município, o MOBRAF começava a encaminhar alunos para o mercado de trabalho, a promover feiras artesanais, quermesses, competições esportivas, cursos de capacitação profissional, campanhas de vacinação e outras iniciativas locais.

O Subsistema de Mobilização multiplicava grupos de apoio específicos às novas atividades e iniciativas, a Comissão Municipal articulava os grupos uns aos outros, capacitava-os e coordenava-os, assistida pelo Subsistema de Supervisão Global. Ou seja: o MOBRAF incorporava, organizava e enriquecia essas iniciativas e atividades, transformando-as

em novos programas - embasados nas necessidades e aspirações detectadas entre a sua clientela. Assim, sucessivamente, foram lançados em campo - abertos para a comunidade em geral e por ela executados - os programas de Atividades Culturais, de Profissionalização, de Autodidatismo, Diversificado de Ação Comunitária, Educação Comunitária para a Saúde e, em 1977, a Campanha Esporte para Todos.

Diante desse quadro fica bem claro que todos os programas do MOBREAL são permeados pela Mobilização e ao mesmo tempo, são frutos da participação da população. Essa participação só pode ser obtida através da Mobilização.

Essas evidências, reforçadas pelas experiências recolhidas dos AMOBES, permitiram que a Organização redefinisse finalmente os objetivos, os princípios teóricos e as diretrizes da Mobilização do Programa MOBREAL.

Hoje, entendemos que a Mobilização tem os seguintes objetivos:

- criar/alimentar situações para que a comunidade perceba a si mesma como um espaço cultural que gera, constantemente, ação e conteúdos educativos;
- conscientizar as comunidades nas quais irá atuar quanto à importância da ação educativa que o MOBREAL se propõe a desenvolver;
- incorporar, integrar e enriquecer a criatividade e a produção cultural da comunidade, nos conteúdos, atividades e formas de atuação dos programas e projetos do MOBREAL;
- obter e consolidar bases comunitárias, isto é, a participação consciente e ativa dos indivíduos e da coletividade, na operacionalização do Programa MOBREAL;

- criar motivações psico-sociais para minimizar a resistência que possa ser encontrada em alguns setores da população. Ao mesmo tempo, dar elementos para que o MOBRAL possa responder às motivações já existentes e àquelas que foram surgindo, à medida em que a Instituição atuar.

Adotamos como premissa básica que os indivíduos e os grupos de uma coletividade têm sempre um conjunto de objetivos e de necessidades a que procuram responder, criando um universo que abrange desde os seus níveis de vida até as suas aspirações, imagens e atitudes. Para que a comunidade se motive, assuma e reconheça nas propostas do MOBRAL seus próprios objetivos, será necessário que estas propostas representem um meio efetivo de obtenção de maiores realizações, tanto no plano individual, como no coletivo.

A partir do conceito, dos princípios teóricos e dos objetivos que citamos, foram fixadas as diretrizes para se iniciar o Processo de Mobilização. Tal processo exige que a participação da comunidade e dos seus membros no Movimento seja:

- CONSCIENTE - A comunidade será informada, claramente, sobre as propostas do MOBRAL; os objetivos da Instituição, suas formas de atuação, sua abrangência (tanto em extensão como em profundidade) e suas necessidades;
- DELIBERADA - Deverão ser divulgadas no Movimento, as alternativas de participação escolhidas pela comunidade, e as responsabilidades que essa participação junto a um órgão de Governo que tem metas a cumprir, significará, tendo em vista os recursos e as limitações existentes para operacionalizar os seus objetivos;

- DECISIVA - A integração de esforços com a população deverá refletir - através de resultados positivos e imediatos - o reconhecimento de que os programas do MOBREAL respondem às necessidades e aspirações da comunidade e podem ser postos em prática pelos seus membros;
- ATIVA - A participação terá um ritmo crescente, progressivo e intenso, de tal forma que a comunidade contribua não apenas para a implantação e consolidação, mas também, para a expansão do Programa;
- REALIMENTADORA - Novos programas e projetos serão construídos à medida em que a população, explicitamente, indique ao MOBREAL novos objetivos, necessidades e aspirações quanto à educação de adultos;
- ORGANIZADA - A adesão da população deverá ocorrer em todos os programas e projetos do MOBREAL, prioritariamente, através de grupos com objetivos fixados, estrutura, funções, atribuições e coordenação definidas. O MOBREAL dará, constantemente, acompanhamento e capacitação aos grupos e deles receberá informações, sugestões e outras contribuições;
- DIVERSIFICADA - O MOBREAL deverá dinamizar a ação da comunidade e de seus grupos no sentido de estimular a criação de estratégias próprias às realidades locais, a abertura de novas frentes de trabalho e a multiplicação de objetivos intermediários em favor do objetivo maior da Instituição: a implantação de um Sistema de Educação Permanente.

Creemos que essas diretrizes poderão ser inspiradoras do trabalho dos Agentes de Mobilização.

Agora podemos visualizar o PRODAC dentro do Sistema de Educação Permanente do MOBREAL. Esse Programa merece um registro especial no breve histórico que fizemos.

O PRODAC foi concebido para criar um processo contínuo de diagnose e ação na comunidade pelo qual ela mesma, seus grupos locais, suas agências de desenvolvimento - e aqui se inclui o MOBREAL - se fazem responsáveis. Todos trabalham para conhecer a realidade local; perceber se essa realidade pode ser transformada; tomar a decisão de transformá-la; saber como realizar a transformação e, finalmente, agir no sentido dessa transformação.

O PRODAC é mobilizador na sua essência e contribui para que as agências de desenvolvimento adotem procedimentos que lhes permitam conhecer e ir ao encontro das idéias, do modo de vida, das necessidades mais sentidas e dos objetivos dos grupos e pessoas com as quais trabalham.

Atualmente o MOBREAL entende que, sobretudo através do PRODAC, a população se encaminha para os seus programas. Ao mesmo tempo entende que o PRODAC fornece elementos para direcionar o Movimento.

A implantação do PRODAC em 1975 marcou o momento em que o MOBREAL, legitimado e direcionado como um verdadeiro movimento social, organizou-se - tendo a ação comunitária como base - em uma Agência de Educação Permanente no Brasil.

Evidentemente, um Programa de grande porte como o PRODAC, só poderá ser implantado ao nível nacional, paulatinamente. No

entanto, nada impede, que nos Municípios aos quais o PRODAC ainda não tenha chegado, os Agentes de Mobilização atendam às diretrizes que procuramos traçar, uma vez que, na verdade, elas resumem, depois de 7 anos de atuação, o somatório das experiências, dos subsídios e do conhecimento que o MOBRAL Central tem recolhido de seus colaboradores estaduais - especialmente de seus Agentes de Mobilização.

É a vocês, a quem tanto deve o MOBRAL, que formulamos nosso agradecimento e a quem dirigimos uma mensagem de esperança.

Se, em algum momento, perceberam qualquer indefinição em seus destinos, estejam certos agora, de que, graças ao seu dinamismo e ao seu conhecimento, é que chegamos, finalmente, às conclusões que procuramos apresentar durante esse nosso encontro.

MOBRAL - U.F.R.J.



CURSO DE ESPECIALIZACIÓN UNIVERSITARIA EN EDUCACIÓN DE ADULTOS

TEORÍA DE LA EDUCACIÓN

"Categorías fundamentales que caracterizarían la Educación de Adultos"

Elaborado por:

Ana María Leonel
Mohemia Benitez
Zulema Sánchez
Luis Flores
Rolando Coto Varela
Jesús A. Urbina

BRASIL
PARAGUAY
ARGENTINA
CHILE
COSTA RICA
VENEZUELA

Río de Janeiro, BRASIL, junio de 1981

INTRODUCCIÓN

El presente Trabajo pretende dar una visión histórica al desarrollo de la Educación de Adultos que pueda sistematizar diferentes conocimientos sobre ella para conformar una Teoría propia en este campo educativo. Por ello presentamos una caracterización ordenada de cada una de las corrientes universales que se han venido impulsando, que permita analizar sus fundamentos filosóficos, conceptuales, estratégicos y metodológicos, así como su evolución, para ir paulatinamente hacia la conformación de una teoría y doctrina que le confiera la categoría de una disciplina especializada de la educación, y que oriente los programas hacia la satisfacción de los intereses y necesidades reales históricas de la población beneficiaria.-

TEORÍA SOCIOLOGICA	CORRIENTE EDUCATIVA	PRINCIPIOS	FINES - OBJETIVOS	ESTRATEGIAS - METODOLOGÍA	FUNCIONES
Funcionalista	ALFABETIZACIÓN	El adulto como ser carente culturalmente.-	- Ofrecer al adulto la posibilidad del dominio de la técnica de la lecto-escritura y algunas nociones de cálculo matemático.- - Completar los conocimientos que al adulto no adquirió cuando niño o adolescente.- - Ajustar al adulto al mundo cambiante producto del desarrollo científico y tecnológico.- - Preparar educativamente al adulto trabajador.- - Erradicar el analfabetismo.-	- Réplica de los supuestos, métodos y programas de la escuela formal de niños y adolescentes. - Utilización del método alfabético para enseñanza de la lecto-escritura.-	- Recuperatoria y ajustativa.-

TEORÍA SOCIOLOGICA	CORRIENTE EDUCATIVA	PRINCIPIOS	FINES - OBJETIVOS	ESTRATEGIAS - METODOLOGÍA	FUNCIONES
Funcionalista	E D U C A C I O N D E L A D U L T O	- Ajustar la capacidad del adulto al cambio por el avance científico-técnico.- - El adulto como ser carente, culturalmente objeto de educación	- Ayudar al adulto a desarrollar una cultura común en el país y luchar por terminar con el antagonismo social.- - Proporcionar una capacitación integral adquiriendo conocimientos que no recibió en su infancia o adolescencia - Posibilitar la conclusión de los estudios primarios - Preparar al adulto para que participe en las actividades cívicas.- - Otorgar calificación académica para cumplir con los requisitos formales del mercado de Trabajo.-	- Traslado de los planes, programas y métodos del antoque escolar de niños adolescentes.- - Planeamiento y programación de contenidos académicos y humanísticos.- - Expansión de la escuela nocturna - Implementación de mecanismos para calificación académica del adulto a través de la suficiencia o madurez.	- Suplesión y recuperación ajustativa y asistencialista.-

TEORÍA SOCIOLÓGICA	CORRIENTE EDUCATIVA	PRINCIPIOS	FINES - OBJETIVOS.	ESTRATEGIAS - METODOLOGÍA	FUNCIONES
Teoría del Consenso ↓ Modernización ↓ Funcionalismo	EDUCACION FUNDAMENTAL	- Concepción del ser humano en posición ontológica en el orden universal, en el cual todas las cosas deben ser referidas. - La sociedad tiene un orden funcional en el cual cada participante de ella contribuye de una manera particular para el funcionamiento social. - El proceso social se pasa mediante movimiento circular alrededor de una posición central de equilibrio. - Los fenómenos o datos sociales constituyen partes interrelacionadas en un todo.	- Desarrollar la vida social a través de la promoción de la vida individual y personalizada. - Proveer a los adultos de conocimientos y habilidades mínimas esenciales para alcanzar un adecuado standard de vida en las áreas entre las que se incluyen salud, hogar, agropecuaria, e industrias rurales. - Mejorar los niveles de vida de las áreas social y económicamente poco desarrolladas, de efecto reductor de tensiones sociales. - Controlar directamente los procesos de cambios a nivel local. - Controlar ideológicamente los procesos de cambio social de acuerdo con los intereses políticos y económicos de grupos controladores de los programas.	- Supone participación en la medida que se relaciona con los problemas y aspiraciones de mejoramiento de la comunidad. - Estructura metodología vertical. - Evaluación de metas cuantitativas. - "Auto-ayuda" y esfuerzo comunitario para la realización local de las mudanzas exigidas. - Se enfoca sobre el "factor humano" en el desarrollo local (descubierta de líderes, entrenamiento en capacitación). - Formación de grupos organizados de educandos (a veces en oposición de los grupos naturales). - Utilización del método de palabras generadoras para alfabetización.	- Actuación sobre la realidad aceptando los valores. - Provocación de pequeños cambios de orden sectorial, los cuales vienen en refuerzo del equilibrio espontáneo generado por el acuerdo básico consensual para ajustamiento social de marginados. - Favorecimiento a la participación en la vida política y cultural, al llevar a los niveles educativos nuevas técnicas de trabajo. - Abertura del lenguaje de la cultura al establecer la comunicación escrita dentro de la comunidad local o nacional. - Creación de actitudes racionales desarrollando el espíritu crítico de acuerdo a las informaciones recibidas. - Favorecimiento de la rentabilidad, dado que ciertas actividades exigen el saber leer y escribir.

TEORÍA SOCIOLOGICA	CORRIENTE EDUCATIVA	PRINCIPIOS	FINES - OBJETIVOS	ESTRATEGIAS - METODOLOGÍA	FUNCIONES
Teoría del Consenso ↓ Modernización ↓ Funcionalismo	ALFABETIZACIÓN FUNCIONAL	- La capacidad del individuo para la producción. - El adulto como ser bio-psíquico-social.	- Convertir a los alfabetizados en elementos conscientes, activos y eficaces dentro de la producción y el desarrollo. - Promover la superación constante de las necesidades del individuo, encausándolas hacia formas más completas y significativas de Educación. - Formar un hombre crítico participante y no un hombre pasivo, conformista. - Formar mano de obra especializada, mediante la capacitación profesional del adulto vinculada a la vida del trabajo. CONCRETAMENTE. - En lo técnico-profesional mejorar o dar capacitación técnico profesional al adulto en el trabajo que realiza. - Económico: debe dar una educación que permita al hombre comprender su papel en el proceso educativo, utilizar los recursos y usufructuar la riqueza por él mismo creada.	- Discusión participativa, con la práctica de la reflexión como elemento para que el adulto tome conciencia de sus posibilidades de mejoramiento personal. - Globalidad e integridad en la formación profesional y técnica. - Los métodos deben ser creativos y dar posibilidades "Para que el hombre sea agente directo en la empresa de su propia educación". - Organización de equipos técnico-multidisciplinario para el desarrollo de los programas. - Utilización de alfabetizadores que sean líderes de la misma comunidad. - Aprendizaje mediante la globalización de conceptos, con significado real; se descarta en alto grado el uso de sílabas y letras sin sentido. - Comprende una supervisión controladora y el currículum utilizado es el del sistema formal con introducción de.	- Formar o capacitar al individuo para que pueda desempeñar con capacidad ciertas actividades de trabajo por lo que lleva implícita una función ajustativa preparando al hombre para un sistema que poco le favorece.

TEORÍA SOCIOLÓGICA	CORRIENTE EDUCATIVA	PRINCIPIOS	FINES - OBJETIVOS	ESTRATEGIAS - METODOLOGÍA	FUNCIONES
	ALFABETIZACIÓN FUNCIONAL		- cultural: desenvolver la capacidad de reflexión del hombre, aumentar y mejorar sus conocimientos, siendo un medio de transformación de sus esquemas intelectuales y de su conducta. - Socio-Político: Facilitar la toma de conciencia de la realidad "que vive para convertirse en un participante consciente en la vida ciudadana.	- ciertas reformas. -Uso de medios audiovisuales. - Evaluación de metas cuantitativas.	

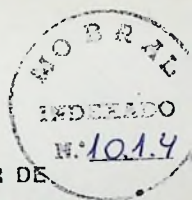
TEORÍA SOCIOLÓGICA	CORRIENTE EDUCATIVA	PRINCIPIOS	FINES - OBJETIVOS	ESTRATEGIAS - METODOLOGÍA	FUNCIONES
Dependencia y sub-desarrollo (Estructuralista) La comunidad se ve en conflicto, formada por una sociedad de clases antagónicas donde se genera la dominación económica social cultural y política. El cambio se enfoca hacia una lucha de clases.	Educación popular	- El hombre como sujeto histórico y transformador del mundo. - El hombre como ser psico-social y cultural.	- Concientizar y analizar críticamente la realidad global. - Intentar caminos de solución que coadyuven a la transformación del medio físico y social. - Crear organizaciones populares de acción comunitaria y de representación de clases. - Transformar las estructuras económicas, sociales, culturales y políticas dirigidas a una sociedad más justa y humana mediante la acción crítica y reflexiva de los grupos populares. - Rescatar los valores culturales populares. - Promover la transformación social local y regional según los valores e intereses de los grupos populares. - Buscar una democratización real de la educación y de la cultura nacional. - Promover integralmente al hombre y a su medio social.	- Organización y movilización de grupos populares a partir de líderes locales. - Animación popular y utilización de monitores representantes de la población beneficiaria. - Participación de la población en el diagnóstico, planeamiento, ejecución y evaluación de su propia educación mediante el planeamiento, ejecución y evaluación participativa. - Utilización de la radio controlada por la población beneficiaria. - Organización de círculos populares de cultura, método psico-social para alfabetización dirigida a grupos rurales o urbanos marginados, organizados y desarrollados a través de estrategias y metodologías de educación no formal. - Elaboración del currículum basado en las experiencias vitales del participante y en su propia cultura.	- Formulación de alternativas críticas del proceso de desarrollo imperante. - Liberadora y transformadora social. - La educación como una opción política. - La transformación social global.

TEORÍA SOCIOLOGICA	CORRIENTE EDUCATIVA	PRINCIPIOS	FINES - OBJETIVOS	ESTRATEGIAS - METODOLOGÍA	FUNCIONES
			satisfociendo sus necesidades, intereses y aspiraciones, como agente de su propio crecimiento	- Material educativo para promover el análisis critica y reflexión constante de su realidad.- - Supervisión por agentes de la misma comunidad.- - Utilización de métodos que orienten hacia el auto-aprendizaje a inter-aprendizaje estableciendo una relación de intercambio mutuo entre educador-educando y entre educandos.- - Integración en el aprendizaje la teoría con la práctica, fundido con el trabajo, las actividades recreativas, culturales y educativas de la comunidad.- - Utilización de la microplanificación de base y recursos diversos, existentes en la comunidad.-	

TEORÍA SOCIOLÓGICA	CORRIENTE EDUCATIVA	PRINCIPIOS	FINES - OBJETIVOS	ESTRATEGIAS, METODOLOGÍA	FUNCIONES
Dependerá de la opción política e histórica de la sociedad ↓ - Funcionalista o - Transformadora.	EDUCACIÓN DE ADULTOS DENTRO DEL CONTEXTO DE EDUCACIÓN PERMANENTE	- El hombre es un ser bio-síquico social y cultural. - El hombre es un ser inacabado en constante búsqueda de su perfección. - El hombre es agente de su propia educación, por medio de la interacción permanente de su acción y su reflexión. - Todo hombre puede aprender de la realidad y puede educarse con los demás hombres. La comunidad como situación educativa.	- Adaptarse a las condiciones concretas de la vida cotidiana y del trabajo. - Lograr la participación de los adultos en la adopción de decisiones en todos los niveles del proceso de educación con arreglo a la transformación del medio laboral y de la vida de los adultos. - Favorecer el enriquecimiento integral del hombre. - Desarrollar las capacidades del adulto para dirigir su propia formación. - Contribuir al desarrollo económico y social de toda la comunidad. - Lograr la capacidad de discernimiento necesario para la interpretación de los diversos mensajes que dirige la sociedad al hombre contemporáneo a través de los medios de comunicación de masas. - Lograr la seguridad de inserción consciente y eficaz en el mundo del trabajo proporcionando una formación técnica y profesional avanzada. - Desarrollar la capacidad de comprensión crítica y reflexiva de los graves problemas del mundo contemporáneo y	La EDA debe: - Estar concebida en función de las necesidades de los participantes, aprovechando sus diversas experiencias. - Estar concebida, organizada y llevada a la práctica de manera flexible. - Ser realizada por actividades centradas sobre el aprendizaje de personas que en gran medida dirijan sus propios estudios. - Sobrepasar las formas convencionales de la escuela y organizar nuevas modalidades de acción educativa. - Integrarse a otros sectores de la actividad de un país: salud, agricultura, industria, vivienda, trabajo, recreación, etc. - Implementar diversas estrategias: educación formal, abierta, vías no convencionales. - Dirigir prioritariamente programas hacia los grupos más desfavorecidos socialmente. - Estar orientada a sistematizar y coordinar una acción interinstitucional (familia, organizaciones de base, empresas, instituciones privadas y estatales, etc.)	Perfeccionamiento integral del hombre para el mejoramiento de su calidad de vida.

TEORÍA SOCIOLÓGICA	CORRIENTE EDUCATIVA	PRINCIPIOS	FINES - OBJETIVOS.	ESTRATEGIAS - METODOLOGÍA	FUNCIONES
		- La educación es un proceso dinámico, necesario y permanente relacionado con la vida en todos sus planos. El individuo como ser integral y global. - Cada adulto es portador de una cultura que le permite ser simultáneamente educando y educador en el proceso educativo en que participa. - Todo ser humano tiene posibilidades y tiene voluntad de progresar durante toda su vida.	- de los cambios sociales, así como la aptitud para participar activamente en el progreso de la sociedad en una perspectiva de justicia social. - Aumentar cuantitativa y cualitativamente los conocimientos generales en el contexto de una educación permanente, desarrollo individual y acceso a la cultura. - Aumentar la eficacia y eficiencia profesional gracias a la formación, al perfeccionamiento periódico en vistas a una mayor movilidad y promoción profesional. - Comprender los grandes problemas de la colectividad nacional e internacional, y la participación activa en la vida cívica, política e internacional. - Valorar la adquisición de saberes prácticos, tales como la salud, la nutrición, la educación de los hijos, el consumo, etc. - Desarrollar la reflexión y comprensión del mundo científico y tecnológico. - Comprender la actualización e integración de los cambios generados por el progreso.	- utilizar metodologías donde el sujeto se convierta en participante, gestor, ejecutor y evaluador de su formación. - Considerársele como un elemento de la política y planificación social, que permita alcanzar objetivos nacionales de cambio de la misma sociedad y alcance una participación real en el campo económico, social, cultural y político. - Formar investigadores y recursos humanos específicos para este campo de la educación. - Planificarse y llevarse a cabo teniendo en cuenta los problemas, las necesidades y los recursos, así como los objetivos definidos. - Desarrollar actividades dirigidas en una perspectiva de promoción colectiva o de progreso social en un marco comunitario. - Fomentar la participación más amplia posible a través de métodos tales como: • Programas de enseñanza a distancia (correspondencia, radio, televisión) • Audiciones o trabajos colectivos con apoyo pedagógico apropiado.	

TEORÍA SOCIOLÓGICA	CORRIENTE EDUCATIVA	PRINCIPIOS	FINES - OBJETIVOS	ESTRATEGIAS - METODOLOGÍA	FUNCIONES
			- Promover una síntesis ordenada del pensamiento y del conocimiento humano. - Revalorizar y fortalecer el crecimiento cultural de la sociedad hacia la búsqueda de su propia identidad. - Desarrollar actitudes para el aprovechamiento racional del tiempo libre. - Tender a la transformación de situaciones de opresión y explotación.	• Programas llevados a la práctica por unidades móviles. • Programas de autoaprendizaje e interaprendizaje. • Grupos de estudio • El empleo a título voluntario de personal docente, de estudiantes y de otros miembros de la colectividad.	



PARA QUE SERVE A LINGÜÍSTICA AO PROFESSOR DE LÍNGUA?

Alberto Escobar

Não existe na América Latina tradição rigorosa no estudo sistemático das línguas como fenômeno de comunicação. Por outro lado, nesta área a análise empírica tendo por objeto os idiomas mais frequentes em nossos países também não é muito ampla (1). Entretanto particularmente nos últimos dez anos foi-se tomando consciência entre nós, da necessidade de aceitar o progresso de uma disciplina científica, de caráter geral, dedicada ao exame da língua enquanto fenômeno de interação social, assim como dos aspectos que desta ciência derivam, na medida em que ela se ocupa em como e porque funciona uma determinada língua, por exemplo, o espanhol ou o quechua. Consequentemente, conscientizou-se que seria oportuno estabelecer qual a implicação de suas considerações para a aprendizagem e ensino das mesmas.

Aceitamos, portanto, a existência de um campo de estudos, cujo objeto é representar a teoria do mecanismo pelo qual um homem emite sons e é capaz de transmitir uma mensagem que outro homem escuta, decifra, entende e responde. Ao mesmo tempo acreditamos que este campo postula, por um lado, os fundamentos em virtude dos quais um indivíduo, com o treino requerido, pode descrever as regras que governam o funcionamento de tal dialética, e, por outro, a razão pela qual uma língua, qualquer que seja, está submetida a um código de regras por meio do qual os integrantes de uma comunidade lingüística são capazes de emitir e receber mensagens. Isto é, um código que lhes permite comunicar-se por via oral e verbalizar tudo quanto diga respeito a suas necessidades, experiências, desejos, projetos, conjecturas, etc., em suma, fazer uso inteligente de um dos meios que fundamentam a vida em sociedade.

Se bem que o acima exposto seja parte substancial do objeto da Lingüística, isso não significa que a função desta ciência se esgote nos possíveis reconhecimentos e tentativas de descrição já citados. De alguma forma, que procuraremos esclarecer nos parágrafos seguintes, a lingüística pode contribuir para solidificar o trabalho cotidiano do professor da língua materna, ou de outra que não a aprendida na infância. Nossa hipótese inicial se inspira portanto em uma conficção: a de que em qualquer nível educacional a tarefa do professor de língua espanhola, portuguesa ou qualquer outra, será enriquecida e facilitada pelo apoio que a lingüística geral e os estudos sobre a língua em questão lhe podem oferecer.

Aqui surge um risco que valeria a pena afastar desde o princípio: o que foi dito não implica em que o professor precise ser um lingüista ou um especialista no conhecimento da história, tendências doutrinárias ou bibliografia técnica do desenvolvimento da lingüística.

Supõe, isso sim, que o professor estenda um voto de confiança a uma área de estudos que não lhe é familiar, mas que lhe pode fornecer dois tipos de instrumental: a) um quadro de noções teóricas que compreende a caracterização do que é uma língua (qualquer). Em decorrência, poderá admitir sem relutância a revisão de uma série de pontos de vista aceitos por rotina, mas que, à luz dessa nova imagem, deverão ser redefinidos ou simplesmente abandonados; b) uma apresentação ordenada dos elementos que o falante usa e das combinações diversas em que os utiliza, sem desconhecer a prioridade de certas construções sobre outras. Deste modo receberá, já destacado, o esquema do regular implícito no funcionamento do sistema (tipos de unidades e regras na fonologia, na gramática ou no léxico, em confronto com o campo aparentemente assistemática das emissões individuais, através das quais toda a pessoa, quando fala espontaneamente, emprega o sistema. Todos aqueles que conhecem a já consolidada colocação de Saussure, reconhecerão nestas linhas a distinção entre língua e fala e convirão que é através da assimilação da primeira (fator do qual o falante nativo não está consciente, já que o processo de internalização da soma de possibilidades alternantes e de restrições, produziu-se paulatinamente na primeira infância), convirão que é, por meio desse fenômeno aparentemente tão natural (como respirar ou rir) que o homem pode dizer tudo quanto precisa comunicar, e entender tudo que

ouve no seu próprio idioma. Isto equivale a conceber que a competência do falante no emprego de um sistema lingüístico depende de seu domínio da língua e, sob outro ângulo, que cada ato de fala, seja um discurso ou uma breve resposta, é apenas uma atualização (ou desempenho), ou seja, a articulação que concretiza, em sequência aberta ilimitada, as regras do jogo a que o falante nativo submete seu comportamento verbal em relação aos interlocutores, com quem se comunica como emissor ou receptor. Sem dúvida, este conjunto de formulações a que pode ser reduzida a representação da língua, cujo domínio está na base da competência do falante para expressar-se cada vez que lhe seja necessário, é um importante instrumento de trabalho que a lingüística põe ao alcance do professor. Mas este fato, entenda-se, não pressupõe que o professor de língua deva ser lingüista para compreendê-lo, nem que ele ensine lingüística. Pela mesma razão, é evidente que, dispondo dos dois tipos de orientação e informação, apresentados em a) e b), o professor de língua manejará mais livremente sua formação didática e tirará melhor partido dos textos de aula. Tudo isso sem perder de vista o que lhe é solicitado: que o aluno, dentro dos níveis correspondentes, aperfeçoe seu domínio da língua mediante um exercício cada vez mais versátil da fala, de acordo e na medida em que é desafiado pelas solicitações cotidianas. Não vivemos, porventura, e talvez cada dia mais dramaticamente, assediados e submetidos pelo mundo e pelo império da linguagem?

As premissas anteriores convidam a uma reflexão: nosso professor, para cumprir sua tarefa, deve encarar a linguagem como o faz o lingüista; mas deve recordar igualmente que esta perspectiva não coincide com a que, sobre o mesmo fenômeno, possui o usuário, o falante comum e corrente, em última instância, o aluno. A esses, a língua só interessa na medida em que vivem rodeados da manhã à noite por atos de fala que se manifestam através do rádio, TV, jornais, conversas, cumprimentos, aulas, cinema, etc. Em outras palavras, se o lingüista é atraído pela língua (o código), o estudante por sua vez se interessa virtualmente pela fala (mensagem em ato). Se o lingüista está interessado em descobrir o sistema sobre o qual se baseia a competência lingüística (o núcleo comum) dos membros da comunidade, o aluno se preocupa com as possibilidades que se caracterizam em cada ato de fala (o individual). Disso decorre a posição intermediária do professor, cuja função mais coerente consiste em aproveitar o trabalho

Atividade em 17/06
Prof.ª Regina Avelar

do lingüista para ir ao encontro da necessidade comunicativa do aluno, enriquecendo e ao mesmo tempo assegurando sua habilidade instrumental, seja no próprio idioma ou em qualquer outra língua. Nada se revelaria mais frustrante para um professor do que, por simples curiosidade individual e sem uma diretriz orientadora chegar-se às discussões entre as diferentes escolas de lingüística que hoje concorrem ativamente entre si. Este fenômeno, saudável e compreensível em uma ciência em constante revisão e aperfeiçoamento, quando transferido para o trabalho de aplicação que se requer da escola, torna-se irrelevante ou mesmo negativo. Desejaria não ser mal interpretado: estou convencido da importância de se incluir um curso básico de lingüística geral no currículo de formação de professores, assim como nos ciclos de seu aperfeiçoamento e atualização. Mas tal curso deveria consistir em uma apresentação orgânica e crítica, através da qual o candidato a professor ou o professor que se atualiza pudesse receber, antes de tudo, uma teoria da língua construída sobre as premissas em que se apoiam as diversas tendências da moderna ciência lingüística. Assim, sobre esta base comum, fosse qual fosse a corrente tomada, o professor disporia de um fundamento conceptual que lhe serviria para: a) redefinir os objetivos de ensino; b) revisar a elaboração de currículos; c) aprimorar a metodologia de seu trabalho; d) redigir materiais didáticos novos e mais ricos, assim como criticar e reavaliar os existentes. E, principalmente, utilizar o ensino da língua como uma forma a mais de combater e banir preconceitos firmemente enraizados, que não apenas afetam a metodologia e apreciação da habilidade no uso da língua e da escrita, como ainda contribuem para difundir a discriminação social, refletindo o grau de arraigamento das estruturas de dominação interna no país.

11

Não haverá desacordo entre os colegas se dissermos que a lingüística moderna concede a língua como um fenômeno de natureza oral (e, por conseguinte, a escrita ou que no mundo hispânico chamamos *linguagem escrita*, como um fenômeno derivado do anterior, a historicamente tardio). Para os especialistas, nossa disciplina não poderia empregar nem pretender outro método que não o *descritivo* (POR OPOSIÇÃO A NORMATIVA/NT), razão pela qual não figuram em seu horizonte preocupações de índole valorativa, normativa ou prescritiva. Esta circunstância não deve alarmar nem irritar o professor,

porque como já adiantamos, entre o seu ponto de vista e o do técnico que investiga uma língua, existem diferenças. Portanto deveremos fixar alguns critérios, que discutiremos mais adiante, sobre a *relação* entre uma gramática técnica e uma prática, escolhida para fins de ensino. Entretanto devemos estar atentos para o fato de que tal questão implica uma opção que, esta sim, deve ser resolvida com plena lucidez e de acordo com critérios que não serão apenas técnicos, nem apenas pedagógicos. Em última instância, que o fato de inclinar-se por uma ou outra alternativa significa decidir por uma determinada política educacional, dentro da qual se encerrará o sentido que se confere ao ensino da língua.

Os estudiosos consagrados ao trabalho lingüístico distinguem duas maneiras diferentes de pesquisar e descrever uma língua, de acordo com a natureza do estudo desta. Quando se interessa pelo conhecimento da maneira como funciona a linguagem, (esta instituição social através da qual se torna possível a interação e comunicação entre os membros de uma comunidade lingüística), costumamos dizer que o objeto de estudo é *sincrônico*. Isto significa que neste caso nossa preocupação fundamental é descobrir os mecanismos da língua em um momento dado, (por exemplo a língua espanhola no Peru de hoje ou o português hoje no Brasil) procurando "o eixo das simultaneidades", tal como ocorrem em um momento preciso e em uma comunidade determinada, sem nos ocupar de seus antecedentes históricos nem de sua evolução a partir de um estágio anterior. Tal descrição, efetuada sincronicamente, será a que o lingüista oferecerá imediatamente ao professor. E ela passa a constituir uma gramática viva e atual, na medida em que reflete os meios e os recursos de que se vale a comunidade neste período para falar e se entender. A situação é diferente quando o lingüista, guiado por outros interesses acadêmicos, procura o percurso *diacrônico*, isto é, o eixo das sucessões, que lhe desvenda a série de variantes ocorridas entre um estágio de língua anterior e outro posterior. Quer dizer, quando se preocupa com a matriz temporal pela qual se descrevem as mudanças operadas durante o transcurso histórico, no sistema de uma língua específica. É evidente que um estudo deste tipo, para o professor que aplica seus resultados na sala de aula, não apresenta a mesma utilidade que o anterior. Porém, além disso costumamos concordar em que a lingüística é primariamente *sincrônica*. Isto ocorre por uma necessidade metodológica interna, independente de sua even-

tual utilidade no ensino, pois a investigação diacrônica requer estudos sincrônicos prévios. Este requisito fica claramente justificado quando recordamos que a língua (qualquer língua falada pelo homem no universo) é um sistema convencional de símbolos estabelecido dentro da cultura da comunidade, e que como toda forma cultural, está sujeita a padrões de conduta social. Mas estes símbolos, — e aí está o específico da linguagem — estão organizados de tal maneira que mantêm entre si uma relação constantes, de modo que cada qual cumpre certas funções (que, ou lhe são particulares ou não compartilhadas, em certos casos, com outros símbolos, mas sempre) de acordo com uma regulamentação. Esta regulamentação opera com base em um conjunto de preceitos ordenadores que subordinam a infinidade de elementos combinatórios disponíveis ao uso do falante. Diz-se por conseguinte, que se trata de um sistema estruturado, de um sistema ou rede de relações. Deve-se entender com isso que nem as palavras, nem os sons, nem qualquer elemento do conjunto, têm valor independente ou isolado de suas relações (de equivalência ou de contraste) com os demais elementos que integram o sistema. O exposto acima explica porque, ao falar da estrutura de uma língua, entendemos não o inventário dos elementos mas sim a interrelação que lhes é característica.

Ao examinar este ponto talvez resulte mais simples admitir a linguagem com forma e não como substância. Possivelmente as interrelações entre seus elementos surjam como produto das oposições formais, e não do meio através do qual estas se realizam. Recordando o já clássico exemplo do xadrez: é irrelevante que as peças sejam de madeira, marfim, metal ou plástico (o que seria a substância); o decisivo reside no fato de que "rei", "rainha", "bispos", "torres" e "peões" possuem um valor baseado na sua hierarquia funcional, estabelecida pelo cotejo entre uns e outros, e pela gama de movimentos permitidos ou vetados a cada um deles dentro do conjunto formal (o que determinaria a forma). Pois bem, se por um lado a linguagem é uma estrutura e seus elementos só podem ser definidos através das oposições e contrastes existentes entre eles, por outro, o som é substância, assim como a grafia é substância. Isso não invalida o reconhecimento de que a língua, estrutura formal, se atualiza isto é, adquire consistência, graças à substância com que se materializa. É neste ponto que, segundo Lyons, firmou-se o que ele denomina a mais difundida das falácias clássicas, qual seja, a de con-

ceder-se prioridade à grafia sobre o som, quando na realidade dá-se precisamente o inverso. Em termos de história da humanidade, o homem falou e possuiu a língua muito antes que se inventasse o alfabeto, cuja versão mais remota não vai além de 7.000 anos. Por outro lado, a criança aprende a falar muito antes de ir para a escola, onde enriquecerá, sem dúvida, seu domínio da língua, mas onde, principalmente, aprenderá a ler e escrever, ou seja, a cifrar e decifrar a escrita. E, finalmente, bastaria o fato de haver analfabetos para comprovar que um homem pode comunicar-se plenamente e utilizar com habilidade o fenômeno oral que é a língua, mesmo ignorando sua escrita, sem que este fato interfira em seu comportamento de falante. A atribuição da primazia à língua escrita, — e isso interessa particularmente ao professor — a conduziu, a que, uma vez assentada a premissa falsa, o segundo passo tenha sido o de subordinar o oral ao escrito, subvertendo o processo do ensino da redação e da leitura ao desprezar a correlação e conexão do escrito com o oral. Tal opção, sem dúvida, teve repercussões na história da Linguística e, ao construir sobre um erro os desenvolvimentos didáticos ulteriores, seguramente repercutiu também no ensino das línguas. Este fato é particularmente delicado, sob todos os aspectos, para os países plurilingues como o Peru. Mas, por estranho que pareça, essa não é a única falácia que temos a salientar, nem é fácil fazê-lo, pois esta falácia como as que cito mais abaixo, penetrou profundamente na atitude do homem comum com respeito à língua. Além disso, elas são reforçadas por certos traços típicos de sociedades como a nossa, chegando ao extremo de apresentar-se devido à resistência que oferecem ao enfoque científico como verdadeiros preconceitos de índole social, embora aqueles que as sustentam não estejam conscientes das implicações de semelhante atitude.

Por muito tempo prevaleceu uma atitude europa-cêntrica no estudo da língua. Esta atitude europa-cêntrica manifesta-se basicamente de duas maneiras: 1) pretendendo que o latim encarnasse o modelo de língua por excelência; e conseqüentemente, este modelo servirá para estudar qualquer língua, cuja gramática deveria amoldar-se a ela, ou se acomodar e encaixar para que coincidisse com o paradigma universal. Quando a não coincidência era um obstáculo visível, (caso das línguas não relacionadas com a família lingüística do modelo) isso era tomado como um índice da posição inferior ou da menor qualidade da língua estudada. Desta valoração derivam todas as

fantasias sobre povos que se comunicam em linguagem "primária" contando com apenas umas centenas de "palavras", ou que "não seriam capazes de pensar sobre temas ou questões abstratas". 2) Há outros preconceitos, vinculados ao anterior, que insistem no caráter primitivo das línguas cujas falantes não desenvolveram um sistema de escrita ou não o alcançaram um desenvolvimento literário. A ignorância sobre a relação entre escrita e língua e entre literatura e língua está na base destes equívocos.

Mas a progressão contínua, inferindo-se a partir daí a superioridade do francês, inglês ou alemão, por exemplo, sobre qualquer língua ágrafa (ou que o espanhol é superior ao aimará, quechua ou arabela). Entretanto estas línguas são tão completas e funcionam tão satisfatoriamente enquanto sistemas de comunicação que, do ponto de vista lingüístico, é insustentável postular que uma língua é inferior a outra, pois não há nada de inerente à estrutura da linguagem, que a alguns que falseie os fatos, justifique a afirmação de uma língua ser melhor ou superior às outras, ou de as línguas ágrafas carecerem de estrutura ou gramática. Independentemente do exposto, qualquer língua pode dispor de um alfabeto prático elaborado pelos lingüistas. Já a possibilidade de ampliação de vocabulário é um caminho aberto a todas as línguas. Quanto a esta última questão, finalmente, todas as línguas do mundo recorrem aos empréstimos lexicais. Se tivermos em mente que a linguagem não é um fenômeno que ocorre na estratosfera, mas, que, ao contrário, é um dos meios mais influentes de articulação e identidade social, os fatos se tornarão mais evidentes. Na verdade foram transferidas para o terreno da lingüística considerações que refletem, tanto o desenvolvimento de certas sociedades em relação a outras, quanto a imagem que um grupo social tem de si mesmo e de outros diferentes. Em termos gerais, quando se trata de língua em um contexto não científico, costumamos ser vítimas de uma tendência etnocêntrica, que o professor, mais que ninguém, deve combater e denunciar. Isso de haver doçura, perfeição ou rigor em uma língua, em detrimento de outras, que seriam toscas, insuficientes ou caóticas, é pura fábula.

A realidade é mais simples: os grupos dominantes pretendem sempre que sua língua seja a melhor. Os impérios difundiram suas línguas pelas conquistas. Por muito tempo a escrita foi privilégio de pequenos grupos recolhidos em

mosteiros ou concentrados em torno das cortes. As artes e a literatura dependeram durante séculos da generosidade dos mecenas, e o fato de pertencer a uma classe social ou outra era fator decisivo para o acesso à instrução, como o foi, durante centenas de anos, o sexo. Indiscutivelmente, com a consolidação da burguesia européia o ensino se expandiu e, entre outros mitos, foi postulado o da chamada educação escolar. Dentro deste quadro e não por acaso, ficou estabelecido que numa mesma comunidade lingüística havia maneiras de falar bem e mal. Não admira, portanto, que o modo de falar dos setores dominantes, dos privilegiados, fosse sempre o bom, o que deveria ser imitado, o que deveria ser difundido pela escola. Não admira, igualmente, a ansiedade e desespero com que quiseram imitá-lo todos aqueles que se preocupavam em não serem discriminados pelo fato de pertencer a estratos sociais inferiores. Em países monolíngues, enquanto o crescimento demográfico não forçou a ratio professor-aluno, e o professor pôde atender a um estudantado homogêneo e urbano, a tarefa optativa da escola apresentava menores dificuldades. O mito da popularização da escola como passo prévio para reestruturar a sociedade mostrou que não apenas esta, mas o sistema educacional inteiro haviam "entrado em crise", em todo o mundo ocidental, e de forma mais aguda nos países subdesenvolvidos. Assim, não havendo modificado a compreensão do problema lingüístico e de suas ressonâncias sociais nos países dominados, como o Perú, o índice de analfabetos se bem se tenha reduzido em cifras relativas, em cifras absolutas vem aumentando apesar do esforço humano e econômico dispendido. E ainda há a considerar dois importantes fatores: a necessidade sentida pelos professores, de abordagens e métodos que tornem o ensino menos penoso e mais eficaz, e a tomada de consciência de que neste problema educativo se reflete indistintamente a encruzilhada político-social do país.

III

Procuraremos agora extrair algumas conclusões concretas, interpretáveis à luz da sucinta exposição anterior. Para tal efeito, suponhamos antes duas circunstâncias imaginárias, porém possíveis:

A. Um menino de cinco anos, nascido em ambiente de fala espanhola e freqüentando a escola. Nesta idade ele já sabe

comunicar-se com seus pais, parentes, vizinhos, etc., se bem que ao fazê-lo empregue expressões de uso circunscrito à sua família e outras que diferem das comuns na fala geral. Deixemos de lado as particularidades devidas à idade; é óbvio que esse menino fala espanhol, que o entende, e que, pondo-se de lado sua timidez, pode comunicar-se com qualquer pessoa que encontre na escola ou a caminho dela; é óbvio também que entenderá as palavras da professora. Esse menino possui dentro de si uma língua, neste caso a espanhola, na variedade usada em Lima. O espanhol é sua **língua materna ou primeira língua**. Como a aprendeu? Em casa, ouvindo-a ao brincar, ao escutar os adultos, ao repetir imitando, percebendo o efeito que suas emissões produziam e as respostas verbais que suscitavam. Pois bem, que lhe dá a escola? Desinibição para se expressar diante de pessoas que antes não conhecia, ampliação do vocabulário, afirmação das estruturas que já trazia, e segurança para a fase de expansão que, com o uso diário, adquire. Tudo isso é de suma importância, ninguém o nega. Mas atende-se ao fato de que o domínio da língua o menino já possuía e que a contribuição mais útil que lhe advirá da instrução será a de aprender a escrever e ler em sua **língua materna**, a mesma, aliás, do professor e da escola.

B. Imaginemos agora uma situação diferente. Que na zona rural, em uma família de camponeses, o menino — por um processo análogo ao do caso acima — aprende a língua dos pais, companheiros de brinquedos e tarefas, e que essa língua não seja o espanhol e sim o aimará. Essa será, pois, sua **língua materna**. Se esse menino chega a uma escola que pretende ensinar-lhe a escrever e ler em espanhol, não se requer muito esforço para perceber o absurdo da situação em que foram colocados tanto o aluno quanto o professor, uma vez que, neste caso, o estudante não possui a língua espanhola. Em relação a este fenômeno oral, o máximo que a escola está em condições de fazer é ensinar-lhe a transcrever, cifrar e decifrar signos escritos. A língua do professor, seu treinamento pedagógico e os materiais de que dispõe foram projetados para um processo no qual o estudante aprenderia a escrever e ler sob a condição de que sua **língua materna** fosse o espanhol, e de que esta fosse também a língua de comunicação da escola. Trata-se, pois, de uma situação muito diferente da anterior. Escolhi estes exemplos extremos para que se veja, objetivamente, o seguinte: que o primeiro caso pressupõe uma **metodologia de ensino de língua materna**, enquanto que o segundo exige uma metodologia distinta, de **segunda**

língua. Para isso há uma fundamentação lingüística **INDISCUTIVEL**, mas que apesar de sua evidência, continua sendo esquecida.

Isso não conduz, entenda-se, à concepção de que não se possa ensinar espanhol ao menino monolíngue aimará; ao contrário, daí decorre a afirmação de que, se realmente queremos que ele aprenda, o espanhol, a situação e colocação didática têm que ser coerentes com a problemática lingüística, e que, portanto, deve-se reexaminar totalmente a atitude e metodologia tradicionais. De um ponto de vista técnico é imprescindível distinguir entre o que se costuma chamar **alfabetizar**, que é ensinar a ler e escrever em língua materna, e o processo de ensinar uma segunda língua, diferente da materna. Entre nós, durante muito tempo, se falou em **alfabetizar e castelhanizar** como se fossem sinônimos, e isso explica em grande parte o pouco êxito alcançado, nas zonas rurais dos Andes, pela escola e pelas chamadas campanhas de alfabetização. Nesta breve análise não nos alongaremos sobre o assunto, sublinharemos apenas que, de um ponto de vista técnico, é indiferente aqui, tratar-se de crianças ou adultos. Sem que seja nosso propósito complicar o panorama que observamos no país, gostaria de **INSISTIR** no fato de que, devido ao fluxo explosivo de migrações da serra para a costa, assim como do chamado bilinguismo subordinado (por exemplo, falantes de quechua que quase não aprenderam o espanhol, e cujo falar é matizado pelo predomínio e interferência da língua materna), a nosso ver, seria necessário (como o vimos enfatizando há vários anos) que **tanto** nas escolas quanto nos colégios e universidades dos centros urbanos do Perú, o ensino do espanhol fosse oferecido, para um setor considerável do estudantado, como se se tratasse de segunda língua. No mínimo isto deveria ser feito como parte do processo de instrução, segundo o exigissem as características idiomáticas deste outro tipo de aluno.

O caso C vem a ser um modelo intermediário entre os extremos representados em A e B nos parágrafos anteriores, deles se distinguindo porque nesta terceira situação o aluno, embora já conheça o espanhol e se comunique oralmente nessa língua, não a domina em grau equivalente ao de quem a possua como língua materna. Este contraste, produzindo, por seu desequilíbrio, frustrações e sobrecarga desmedida de esforço para o trabalho intelectual, de certo modo contribui ao

incremento do Índice de deserção escolar em todos os níveis, mesmo na universidade, e prolonga seus efeitos no trabalho profissional.

Em lingüística designamos como **língua** o sistema estruturado de símbolos orais que permite a interação social da comunidade; esta pode ser grande ou pequena, e coincidir ou não com os limites políticos de um estado. Usamos o termo **dialeto** para definir as variedades de uma língua dentro de uma extensão geográfica, em cujo domínio prevalecem certos traços fonéticos, intonacionais, lexicais ou gramaticais, que apresentam um perfil identificável da língua usada na região e que, embora sejam percebidos como traços distintos, por falantes da língua de outras regiões, não impedem a inteligibilidade mútua. Um dos dialetos, na maioria das vezes por razões extra-lingüísticas (hegemonia política, poder econômico, desenvolvimento cultural) costuma servir como termo de referência ou de nivelamento na base do qual se estabelece o conceito de língua geral ou standard (NT padrão). Este modelo é indicado frequentemente pelo ensino da língua como norma que serve de meta à instrução. O crescimento das cidades e a acumulação de migrantes de outras línguas do país, com traços dialetais distintos, a par de distanciamento entre as classes sociais e das diferenças nos padrões de cultura, fenômenos característicos das cidades, como Lima, por exemplo, tornam evidentes dois fatos: a) que dentro de uma cidade existem dialetos delimitáveis não na base de sua distribuição espacial, mas por sua correspondência com os estratos sociais; até certo ponto, o termo **socioleto** deixa transparecer este conceito. E b), que de modo algum a norma geral deve ser confundida com a linguagem criativa dos escritores (recorde-se a falácia entre som e letra), pois esta é tecnicamente um dialeto ou variantes, singularizado por alguns traços que atendem a sua finalidade estética. Com estes antecedentes, estamos em condições de debater que tipo de espanhol se deve usar ou convém ensinar na escola. Não podemos pretender que seja um espanhol geral a toda a comunidade hispânica de hispânicos, pois já sabemos que essa é muito ampla e compreende tanto os dialetos falados na Espanha como os da América Hispânica. Sabemos, igualmente, que não é possível propor uma escrita ou uma linguagem escrita comum, pois isso significaria minimizar o fato de que este é um sistema derivado, cujo nivelamento se dá apenas na medida em que, aparentemente, suprime os tra-

ços próprios da natureza oral da língua. Ocorre que precisamente sobre eles se baseia, em proporção apreciável, (embora não exclusiva) a fragmentação dialetal de qualquer comunidade lingüística extensa. A esta altura, por conseguinte, não ocorreria a ninguém sugerir que o dialeto madrileno fosse a norma. Mas talvez não sejam poucos os que consideram mais adequado tomar como parâmetro a norma limenha, devido à projeção que as capitais alcançam, especialmente nos países de tradição centralizadora. Também não faltará quem argumente que o modelo deveria ser procurado no falar das pessoas "de esmerada educação", ou em alguma forma combinada das proposições anteriores. Sobre esse tema, nossa opinião se inclina por uma decisão inspirada, não na teoria, mas na realidade da sociedade peruana, em sua desarticulação, seu desenvolvimento desigual a sua pluralidade cultural. Propomos como premissa que se trace uma política educacional (dentro da qual se inscreve o problema da norma lingüística), pensando em um processo social que nos coloca determinados objetivos. Isso equivale a dizer que não nos iludimos sobre a capacidade da escola, da alfabetização ou castelhanização ou da reforma do ensino do espanhol na medida em que tais projetos se limitarem à área escolar. Em um quadro de referência deste tipo, nossas reflexões talvez sirvam para tornar mais racionais e eficazes os métodos de ensino de espanhol, mas este, por sua vez, seria apenas um embasamento mais refinado para reforçar a ordem social e econômica dominante, e para provocar ansiedade, dirigida no sentido da ascensão pessoal. Suponhamos agora que a política educacional seja aceita como parte de uma política cultural projetada a partir e por meio da escola, além de todo o aparato institucional (meios de comunicação de massa, organizações de massa, etc.), reorientada e constituída para servir à construção de uma sociedade igualitária, uma vez que se inspiraria no predomínio do interesse social. Só esse caso a reforma de ensino da língua não seria um instrumento em benefício da adaptação ao statu-quo ou de um impulso crônico dirigido à ascensão individual. Feito este esclarecimento, diremos que se impõem dois critérios: a) o de área dialetal e de zonas de entroncamento na articulação da região e, b) o de nível de ensino e amplitude do papel comunicativo. Em virtude do critério exposto em a), dever-se-ia reconhecer que nas grandes áreas dialetais do espanhol peruano há uma ou várias cidades que são centros de articulação regional como, por exemplo, (Piura, Arequipa, Iquitos Huancayo Ayacucho, Cuzco etc.) e

incremento do índice de deserção escolar em todos os níveis, mesmo na universidade, o prolonga seus efeitos no trabalho profissional.

Em lingüística designamos como *língua* o sistema estruturado de símbolos orais que permite a interação social da comunidade; esta pode ser grande ou pequena, e coincidir ou não com os limites políticos de um estado. Usamos o termo *dialeto* para definir as variedades de uma língua dentro de uma extensão geográfica, em cujo domínio prevalecem certos traços fonéticos, intonacionais, lexicais ou gramaticais, que apresentam um perfil identificável da língua usada na região e que, embora sejam percebidos como traços distintos, por falantes da língua de outras regiões, não impedem a inteligibilidade mútua. Um dos dialetos, na maioria das vezes por razões extra-lingüísticas (hegemonia política, poder econômico, desenvolvimento cultural) costuma servir como termo de referência ou de nivelamento na base do qual se estabelece o conceito de língua geral ou *standard* (NT padrão). Este modelo é indicado frequentemente pelo ensino da língua como norma que serve de meta à instrução. O crescimento das cidades e a acumulação de migrantes de outras línguas do país, com traços dialetais distintos, a par de distanciamento entre as classes sociais e das diferenças nos padrões de cultura, fenômenos característicos das cidades, como Lima, por exemplo, tornam evidentes dois fatos: a) que dentro de uma cidade existem dialetos delimitáveis não na base de sua distribuição espacial, mas por sua correspondência com os estratos sociais; até certo ponto, o termo *socioleto* deixa transparecer este conceito. E b), que de modo algum a norma geral deve ser confundida com a linguagem criativa dos escritores (recorde-se a falácia entre som e letra), pois esta é tecnicamente um dialeto ou variantes, singularizado por alguns traços que atendem a sua finalidade estética. Com estes antecedentes, estamos em condições de debater que tipo de espanhol se deve usar ou convém ensinar na escola. Não podemos pretender que seja um espanhol geral a toda a comunidade hispânica de hispânicas, pois já sabemos que essa é muito ampla e compreende tanto os dialetos falados na Espanha como os da América Hispânica. Sabemos, igualmente, que não é possível propor uma escrita ou uma linguagem escrita comum, pois isso significaria minimizar o fato de que este é um sistema derivado, cujo nivelamento se dá apenas na medida em que, aparentemente, suprime os tra-

ços próprios da natureza oral da língua. Ocorre que precisamente sobre eles se baseia, em proporção apreciável, (embora não exclusiva) a fragmentação dialetal de qualquer comunidade lingüística extensa. A esta altura, por conseguinte, não ocorreria a ninguém sugerir que o dialeto madrilenho fosse a norma. Mas talvez não sejam poucos os que consideram mais adequado tomar como parâmetro a norma limenha, devido à projeção que as capitais alcançam, especialmente nos países de tradição centralizadora. Também não faltará quem argumente que o modelo deveria ser procurado no falar das pessoas "de esmerada educação", ou em alguma forma combinada das proposições anteriores. Sobre esse tema, nossa opinião se inclina por uma decisão inspirada, não na teoria, mas na realidade da sociedade peruana, em sua desarticulação, seu desenvolvimento desigual a sua pluralidade cultural. Propomos como premissa que se trace uma política educacional (dentro da qual se inscreve o problema da norma lingüística), pensando em um processo social que nos coloca determinados objetivos. Isso equivale a dizer que não nos iludimos sobre a capacidade da escola, da alfabetização ou castelhanização ou da reforma do ensino do espanhol na medida em que tais projetos se limitarem à área escolar. Em um quadro de referência deste tipo, nossas reflexões talvez sirvam para tornar mais racionais e eficazes os métodos de ensino de espanhol, mas este, por sua vez, seria apenas um embasamento mais refinado para reforçar a ordem social e econômica dominante, e para provocar ansiedade, dirigida no sentido da ascensão pessoal. Suponhamos agora que a política educacional seja aceita como parte de uma política cultural projetada a partir e por meio da escola, além de todo o aparato institucional (meios de comunicação de massa, organizações de massas, etc.), reorientada e constituída para servir à construção de uma sociedade igualitária, uma vez que se inspiraria no predomínio do interesse social. Só esse caso a reforma de ensino da língua não seria um instrumento em benefício da adaptação ao statu-quo ou de um impulso crônico dirigido à ascensão individual. Feito este esclarecimento, diremos que se impõem dois critérios: a) o de área dialetal e de zonas de entroncamento na articulação da região e, b) o de nível de ensino e amplitude do papel comunicativo. Em virtude do critério exposto em a), dever-se-ia reconhecer que nas grandes áreas dialetais do espanhol peruano há uma ou várias cidades que são centros de articulação regional como, por exemplo, (Piura, Arequipa, Iquitos Huancayo Ayacucho, Cuzco etc.) e

histórico de nossas sociedades, e como é relativamente recente a abertura da escola aos estratos não privilegiados socialmente, explica-se que este modelo coincida com o uso de um grupo restrito, de uma elite efetiva ou mítica. Assim como o método científico demonstra que 2 mais 2 é 4 e não 5, a lingüística prova que não há nada na língua que nos permita considerar algumas normas como corretas e outras como incorretas ou desprezíveis.

Nenhuma escola lingüística sus'entará que existe um tipo de língua bom ou correto *por se*, abstratamente. Muito pelo contrário, mostrar-nos-á que há uma grande diversidade no uso de uma língua (em parte pelo tempo, em parte pelas variantes sociais e ocupacionais e em parte pelo tipo de situação em que se usa). Há uma norma que observamos no discurso acadêmico, há formas que empregamos ao redigir (Meu prezado senhor, mui atenciosamente) mas não na fala; outras são usadas na conversa em casa ou com os amigos (deixa pra lá, pensa que eu nasci ontem?) Um diálogo com o vizinho ao lado no estádio começa de maneira diferente de um diálogo com o médico sobre uma cólica de rins que nos atormentou na véspera; começará de outra maneira se nos dirigimos a um pipoqueiro, e de outra ao delegado. Se ouvirmos dois marinhos falando sobre os tipos de nós que existem, ficaremos espantados e sem entender grande coisa, etc. etc. O mesmo falante oscila durante o dia entre uma maneira de falar e outra, salta de uma norma a outra, de modo semelhante ao que ocorre com a roupa (de sair, de inverno, de dormir, desportiva, de banho, etc.). Através da linguagem, como acontece com todas as formas de relação social, o homem se adapta ou desajusta em relação ao grupo, testemunhando uma vontade de se identificar ou de se diferenciar. É isto que o professor de língua, independentemente de considerações sobre a natureza interna dos sistemas lingüísticos, deve saber. Deste modo estará em condições de explicar ao aluno ou a quem o consulte que não há nada de intrínseco na própria língua justificando que "olvidate" é correto e "olvidaté" incorreto, mas que em relação ao grupo social, a segunda forma é comum e normal em Arequipa e que em Lima ela é reconhecida como peculiar àquela cidade sulista; que a diferença entre "cantaste" e "cantastes" reflete a distância entre o que escrevemos e o que falamos em todo o Peru; que o uso de "se yo sabria que Juan no viene, no lo esperaria" é generalizado na região da selva, onde, além disso, Juan tem como som inicial uma fricativa

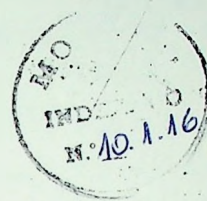
bilabial, etc., e que, por conseguinte, começa a se diluir o sentido de correção e em seu lugar desperta uma atitude diferente diante da natureza social da linguagem e do sentido das convenções estabelecidas pelo grupo com o qual interagimos verbalmente. A melhor motivação que encontrei na minha tarefa docente para estimular meus alunos a observarem as regras ortográficas, foi relacioná-las com as regras de higiene.

Considerando-se todas estas razões, a descrição da língua que o lingüista oferece ao professor, revela-se mais úteis e verdadeiras que a maioria dos compêndios gramaticais correntes, cuja esquizofrenia os próprios professores, muitas vezes, descobrimos em aula, quando falamos espontaneamente. Mas, além disso, com semelhante abordagem, reduzimos o divórcio entre a escola e a vida, nos distanciamos do rigor autoritário, hoje mais que nunca intolerável, e, por uma opção que equilibra a liberdade com a própria responsabilidade, renunciamos a um purismo que tanto se esquece da lição dos clássicos quanto da vitalidade renovadora encontrada ao "dar às cousas seus próprios nomes".

distribuído em 01/06
Prof.ª Tania Dauster
Grupo Alfabetização

METODOLOGIA DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL DO

MOBRAL



I - INTRODUÇÃO

A alfabetização funcional preconizada pelo MOBRAL é aquela que propicia a adolescentes e adultos a aplicação prática e imediata das técnicas de ler, escrever e contar, permitindo-lhes buscar melhores condições de vida; não está ligada somente à concepção de transformar o homem em agente do processo de desenvolvimento mas, também, à idéia de transformá-lo em beneficiário do processo. Ela é funcional porque o leva a descobrir sua função, o seu papel no TEMPO e no ESPAÇO em que vive. Desperta o gosto do aluno pelo trabalho, desenvolve a criatividade, cria hábitos de higiene e saúde, ensina a viver na comunidade, leva-o a conhecer seus direitos e deveres.

Espera-se também com este programa criar possibilidades para a semi-qualificação que, numa fase inicial, será mais voltada para o aproveitamento e o desenvolvimento de habilidades que influem na subsistência da família.

Este programa espera levar a pessoa humana:

- . à aquisição de um vocabulário que permite um aumento de conhecimentos, à compreensão de orientações transmitidas por escrito e oralmente, à expressão clara de idéias e à comunicação escrita ou oral;
- . ao desenvolvimento do raciocínio;
- . à criação de hábitos de trabalho;
- . ao desenvolvimento da criatividade, visando, entre outros, ao aproveitamento de todos os recursos disponíveis a fim de melhorar as condições de vida;
- . ao conhecimento de seus direitos e deveres;
- . ao empenho na conservação da saúde, na melhoria das condições de higiene pessoal, da família e da comunidade;

- . à compreensão da responsabilidade de cada um na manutenção e melhoria dos serviços públicos da comunidade;
- . à descoberta das formas de vida e bem-estar social dos grupos que participam do desenvolvimento, à motivação para ser CONSTRUTOR E BENEFICIÁRIO desse desenvolvimento.

II - METODOLOGIA

O MOBRAL não elegeu, por antecipação, nenhum método específico de alfabetização.

Foram adotados métodos conhecidos para, em função dos resultados iniciais obtidos, selecionar-se os que mais poderiam atender às particularidades de cada região e de cada grupo populacional envolvido.

Após esta fase, o MOBRAL elegeu sua própria metodologia que assim pode ser analisada:

Aspectos filosóficos

A metodologia do programa de alfabetização do MOBRAL, sob o enfoque filosófico, se faz dentro de uma perspectiva existencial. É o homem em situação que interessa, o que em outras palavras significa, o EU - AQUI - AGORA presentes no trabalho educativo.

Pelos diversos aspectos abordados, pelas técnicas empregadas neste programa, procura propiciar ao adulto a tomada de consciência de sua condição de homem e de suas possibilidades para se realizar como pessoa. Coloca-o diante do mundo em que vive e, partindo de sua vivência, oferece elementos necessários ao seu desenvolvimento pessoal, levando-o também a participar do desenvolvimento da comunidade a que pertence.

Esta metodologia está impregnada de uma ação essencialmente educativa, na medida em que amplia o horizonte das pessoas envolvidas no programa, mostrando-lhes a possibilidade de construir e renovar o mundo em que vivem. É, portanto, a abertura para o conhecimento e enriquecimento de sua condição humana.

A ação pedagógica é vista e baseada sobre a relação dos

homens entre si favorecendo a conquista da autonomia de cada pessoa. Espera-se oferecer não só uma metodologia para a escrita e a leitura, mas formar para a responsabilidade, para a liberdade, tornando o homem capaz de inserir-se e agir na sociedade a que pertence, respondendo às necessidades da comunidade.

O homem sabe porém que nada pode realizar só. O processo educativo de auto-transformação e de transformação do mundo em que vive, exige a presença do outro, a ação interpessoal. O projeto pedagógico, nesta fase, implica num processo de transformação do outro/e pelo outro, uma ação com um ou vários outros.

Eis porque todo o trabalho metodológico do programa de alfabetização do MOBRL está impregnado de técnicas de trabalho em grupo, de ajuda mútua, de inserção comunitária. Desenvolvimento pessoal e desenvolvimento comunitário estão assim intimamente ligados, um não se fazendo sem o outro.

Os objetivos do programa de alfabetização, mostram claramente que eles são passos importantes para cada pessoa na busca do crescimento e enriquecimento de sua unidade pessoal. Ler, escrever, situar-se no mundo em que vive são os primeiros passos para uma educação continuada. E a busca da unidade pessoal se faz durante toda a vida do homem leva à abertura deste programa para uma perspectiva de Educação Permanente.

Sob o ponto de vista psicológico a metodologia da alfabetização está fundamentada em dois aspectos:

- motivação
- estudo das necessidades, limitações e possibilidades do analfabeto.

Pretende-se a mudança de atitudes internas e comportamentais; para isso é imprescindível que o aluno esteja emocionalmente envolvido no processo de alfabetização e, portanto, altamente motivado.

O envolvimento e a participação ativa do adulto se fazem através da temática e das técnicas de trabalho empregadas.

A temática se apoia nas necessidades humanas básicas e,

mais especificamente, nas necessidades básicas da população brasileira. A abordagem dos temas está ligada à sobrevivência, segurança, necessidades sociais, auto-realização, que garantem um alto grau de interesse e de envolvimento dos alunos.

Considerando os interesses, as limitações e possibilidades do adulto analfabeto, o MOBREAL utiliza no processo de ensino-aprendizagem procedimentos que atendem a essas características. É o exemplo da aceleração: um processo educacional que visa atingir adolescentes e adultos sem repetir todos os passos da escolarização tradicional. Já tendo certa vivência e, portanto, maturação e enculturação, conclui-se que, adolescentes e adultos, amadurecidos nos aspectos motores e de percepção (visual, auditiva, etc.), podem ser rapidamente bem sucedidos quando estimulados e exercitados em tarefas que exijam tais habilidades e partam de sua vivência, o que justifica e mesmo solicita uma aceleração da aprendizagem. A aceleração é, portanto, este processo didático-pedagógico que mobiliza e potencializa as formas psicológicas dos indivíduos e dos grupos e se serve de métodos e técnicas especiais. O que se visa é o máximo aproveitamento do potencial do aluno, através de sua mobilização.

Quanto aos Aspectos Sociológicos

Estabelecendo a relação entre educação e desenvolvimento, assumiu o MOBREAL, como ponto de partida, que a funcionalidade da alfabetização seria identificada como um processo de integração social, traduzindo as necessidades vitais e interesses imediatos do aluno.

O método prevê, dentro do processo de alfabetização, todo um trabalho de mudança de atitude, criação de hábitos de trabalho, desenvolvimento dos potenciais do aluno. O material didático foi elaborado de forma a conduzir a atividades em grupo; à descoberta de valores sociais e das necessidades comunitárias; à verificação dos bens econômicos e sociais disponíveis.

A comunidade é simultaneamente trabalhada pelo MOBREAL através de um processo de mobilização social, no sentido de obter recursos humanos, físicos, financeiros para a sustentação dos programas, e de desenvolver o espírito comunitário. A comunidade passa a conhecer, participar e engajar-se definitivamente estabelecendo-se um canal de comunicação e realização entre o MOBREAL, sua clien

tela e a comunidade, assumindo todos papel de agente e beneficiário do desenvolvimento nacional.

Sob o ponto de vista didático, todo o trabalho é orientado sob o enfoque de uma pedagogia existencial, o que significa colocar o homem diante do mundo e lhe propiciar os elementos necessários ao seu desenvolvimento pessoal; mais ainda, levá-lo a participar do desenvolvimento da comunidade a que pertence, construindo seu próprio mundo.

Orientação ao Alfabetizador

A orientação pedagógica do MOBRAF se volta para uma linha que valoriza a criatividade, a iniciativa e a capacidade de adaptação e flexibilidade do alfabetizador e dos alunos para o que foram traçadas diretrizes que visam, acima de tudo, o mais fácil atingimento dos objetivos propostos em um Programa de Alfabetização Funcional. Estas diretrizes dizem respeito, sobretudo, às características do adulto analfabeto, ao conhecimento prévio do material didático, aos passos básicos no lançamento de palavras geradoras, ao uso de meios auxiliares de ensino e à preparação das aulas. As palavras geradoras têm conteúdo pragmático significativo e grande carga mobilizadora, propiciando a alfabetização em suas várias fases.

a) Conhecimento anterior do material didático

Antes de iniciar seu trabalho, o alfabetizador deve estudar cuidadosamente o material didático a ser utilizado, adquirindo não só uma dose maior de segurança como evitando os riscos de um planejamento improvisado, e mais: fazendo a comparação entre cartazes geradores e os livros do conjunto didático.

O Cartaz e a Palavra Geradora

Os cartazes geradores são, antes de lançados em classe, conhecidos, compreendidos, interpretados e explorados pelo alfabetizador. Esta exploração aborda as idéias principais a que devem chegar os alunos - o que facilita o manejo de turma, uma vez que o alfabetizador saberá, previamente, o que precisará atingir. No entanto, este estudo prévio e exploração do cartaz não impli

cam de forma alguma em rigidez de planejamento ou afastamento das contribuições dos alunos. As discussões e debates sobre o Cartaz Gerador devem estimular as motivações internas, despertando o interesse dos alunos. Este interesse despertado é que os levará à ação, isto é, a descobrir, concluir e fixar. O papel do professor, nesta fase, é o de conduzir o grupo à reflexão, através de perguntas (surgidas de técnicas adequadas de grupo) auxiliando - o na arte de comunicar e expressar com clareza seu pensamento, experiências e conclusões. A síntese das conclusões e idéias principais surgidas no debate se constitui na etapa final que é, em última análise, a fixação dos conhecimentos obtidos.

A palavra geradora é que dá base ao estudo dos fonemas e descoberta de novas palavras, sempre relacionada ao cartaz gerador. Durante os debates em torno do cartaz, a palavra geradora deve ter sido conceituada e generalizada de várias formas - isto é, seu significado deve ter ficado bem claro para todos os alunos. Quando o cartaz é apresentado, a palavra geradora, apresentada por escrito, é visualizada e "fotografada" pelos alunos, no que se denomina de leitura incidental. Para que isto aconteça, ela é apresentada em várias situações - mostrada no cartaz gerador, escrita no quadro de giz, apresentada numa ficha ou tira de papel, procurada no livro de leitura etc.

Um dos objetivos principais do trabalho do alfabetizador é o da fixação das palavras formadas pelos alunos, através da leitura e escrita. Para atingir sua meta lançará mão de diferentes recursos. De início, os alunos lêem e copiam as palavras escritas no quadro de giz. A letra usada, até o momento, é deixada a critério do professor. A orientação dada pelo MOBRAF o leva a refletir sobre as vantagens e desvantagens da letra cursiva ou da letra do tipo script. Tanto em um como em outro caso, no entanto, os alunos sempre reconhecem as duas formas. No caso do script passam à cursiva depois de haver adquirido um bom domínio da escrita. O alfabetizador traz para sua classe exemplos de diferentes formas de escrita, mas sempre ressaltando a importância para boa leitura de letra simples e "sem enfeites" desnecessários. Ele sabe que lhe cabe a tarefa de ensinar desde logo a escrever certo, pois vícios de grafia são muito difíceis de serem abandonados pelos alunos. A dosagem dos exercícios escritos e de leitura oral é feita de modo a não fatigar nem desestimular o aluno. Os exercícios escritos, assim, são intercalados com exercícios de leitura, formação oral de frases, trabalhos de matemática, pesquisa etc.

b) Passos básicos no lançamento das palavras geradoras

Na apresentação de cada uma das palavras geradoras recomenda-se a observância de uma série de passos que, trazem, como resultado, o desenvolvimento mais adequado ao processo de alfabetização funcional. São eles:

- 1 - apresentação e exploração do cartaz gerador através de debates e troca de experiências, dando oportunidade a que todos os alunos possam tirar conclusões e fazer generalizações;
- 2 - apresentação da palavra geradora, de acordo com o cartaz gerador explorado pelo grupo de alunos;
- 3 - divisão da palavra geradora em sílabas;
- 4 - estudo das famílias de fonemas;
- 5 - descoberta de palavras novas com a combinação das sílabas estudadas anteriormente;
- 6 - leitura e escrita das palavras descobertas;
- 7 - formação oral de frases e posterior enriquecimento;
- 8 - realização de exercícios escritos para a assimilação do vocabulário.

c) Meios auxiliares de ensino

É comum, no decorrer do curso, o alfabetizador sentir a necessidade de complementar o material didático recebido com outros meios auxiliares de ensino: flanelógrafo, quadro-de-pregas, gravuras, rélias, fichas de leitura etc. Essa complementação muitas vezes pede uma série de adaptações e improvisações em que muito pesará a criatividade do alfabetizador e sua capacidade de sensibilizar a comunidade para a resolução dos problemas de classe.

d) Preparação de aulas

Sem exigir que o alfabetizador prepare necessariamente

planos de aula exaustivos e sofisticados, o MOBRAL o orienta no sentido de que o planejamento feito preveja a sequência de cada assunto, a gradação de dificuldades e a distribuição do tempo presos às indagações básicas : O QUE (conteúdo), PARA QUE (objetivos) e COMO (métodos e técnicas) Sugere-se, para simplificação do trabalho e coleta de dados essenciais para a avaliação, o emprego de fichas de registro que, no entanto, podem ou não ser utilizadas pelo alfabetizador.

e) Os primeiros dias de aula

O alfabetizador é orientado para que os primeiros dias de aula sejam dedicados, principalmente, ao conhecimento do grupo como um todo: suas reações, anseios, relacionamento entre os membros do grupo e do grupo com o alfabetizador. Assim se pode chegar mais depressa à criação de um clima de aceitação, confiança e respeito mútuos, fator de vital importância para a garantia da frequência constante, do progresso contínuo do grupo e do sucesso de todo o trabalho. É por esse motivo que o alfabetizador antes de introduzir o aluno no processo da alfabetização, observa e dá meios para que todos se conheçam pelo próprio nome e saibam alguma coisa uns dos outros. Também faz parte do trabalho desenvolvido nos primeiros dias observar e consignar as dificuldades na área visual-motora. Entre alunos do MOBRAL, dos cursos de alfabetização, são comuns problemas de deficiência de visão e os diretamente ligados às atividades exercidas em função de trabalho como, por exemplo, dificuldade em manejar o lapis. Se as dificuldades se evidenciarem também no reconhecimento e reprodução de formas gráficas, o alfabetizador poderá introduzir adequada e paralelamente à alfabetização, exercícios destinados a corrigi-las.

f) As técnicas empregadas

Em qualquer momento do processo de alfabetização funcional, o que se espera dos alunos, em termos de comportamento, é que participem de forma ativa e efetiva, criativa, elaborando e/ou reelaborando, sem jamais chegar ao conhecimento memorizado ou a uma atitude passiva. Para alcançar mais rapidamente tais objetivos, elegeram-se as técnicas de grupo como as mais adequadas: trabalho

diversificado com grupos e trabalho em grupos. No 1º caso, sua utilização visa desenvolver determinadas áreas de ensino que não foram bem aprendidas por alguns alunos ou sistematizar conhecimentos. Já no 2º, por ser um processo altamente socializador, o que se pretende, além do desenvolvimento do processo de alfabetização, é conduzir o grupo ao respeito, à dignidade humana, à autovalorização e realização, na medida em que todos participam com igualdade de direitos e responsabilidades. Para isso, o professor planeja, cria um ambiente emocional favorável e prepara seus alunos para as diferentes técnicas que vai desenvolver, sempre tendo em vista sua adequação e gradação de dificuldades. No MOBRAL, até agora, as técnicas mais utilizadas foram as de debate, verbalização, tempestade mental, mini-grupo, painel, audiência de comissão, seminário, discussão em grupo 6/6.

ASPECTOS LINGÜÍSTICOS

Os aspectos lingüísticos podem assim ser ressaltados, em sua aplicação e pertinência metodológica.

1. Lançamento da palavra-geradora com apoio visual (fotografia ou desenho): em cartaz para a sala de aula e no livro do aluno, com imediato aproveitamento da sua forma de expressão (relacionamento fonêmico).

As palavras-geradoras são selecionadas como já foi mencionado pela pertinência semântica com o mundo físico e/ou psíquico do aluno, com seu contexto social e profissional. As necessidades básicas determinam, por conseguinte, os campos semânticos nos quais são escolhidas as palavras geradoras.

Necessidade Básica (campo semântico)

EDUCAÇÃO
ALIMENTAÇÃO
HABITAÇÃO
LAZER
COMUNIDADE
HIGIENE
TRABALHO

Palavra(s)-geradora(s)

ESCOLA/PROFESSORA
COMIDA/COZINHA
CASA
RÁDIO/VIOLÃO,
FAMÍLIA/POVO
SAÚDE/FOSSA
TIJOLO/MÁQUINA

Nas primeiras lições, o condicionamento semântico só pode ser empregado na seleção da palavra-geradora, já que a precariedade da leitura do aluno e a apresentação fonêmica sequencial gradativa impedem a utilização discriminada de outras palavras no campo semântico abordado.

A medida que o aluno vai desenvolvendo sua capacidade de leitura, as séries de palavras com denominador semântico comum vão sendo melhor aproveitadas nas lições através de leituras contextuais finais.

2. Decomposição silábica das palavras geradoras - A validade dessa técnica encontra apoio no método lingüístico da segmentação. Do todo chega-se às partes. É o contexto (frase) que ilumina o sentido da palavra. Da mesma maneira, do todo expressional (a palavra como forma sonora) chega-se às partes componentes (as sílabas).

A segmentação não chega à identificação fonética do fonema, ressaltando o essencial: seu valor fonêmico, identificado na sílaba como traço distintivo: BA/PA - BA/BE.

Além disso, a decomposição silábica com valorização fonêmica permite que o aluno fixe, de imediato, as estruturas silábicas, partindo do esquema simples cv (consoante + vogal) e possibilitando-lhe chegar a esquemas complexos, pois já assimilou a posição da vogal como centro silábico.

3. As famílias silábicas - Decomposta a palavra-geradora em sílabas, torna-se necessário fazer o aluno sentir a funcionalidade dessas sílabas, formando pois, novas palavras com elas. É o processo lingüístico das relações integrativas pelo qual um elemento só pode ter sua validade lingüística reconhecida se for identificado como parte de uma estrutura de nível superior. Assim, a sílaba (p/ex.: ba) será não só reconhecida como manipulada pelo aluno na formação da unidade lingüística superior: a palavra (batuque/abacate/acaba). É isso que os exercícios com quadros de descobertas propiciam.

4. A leitura contextual gradativa - A leitura inicial é normalmente apoiada no visual.

As ilustrações são apresentadas, fazendo o aluno perceber

o significado, a imagem mental, o conceito, acoplando-se de imediato, a forma significante. É óbvia a aplicação do princípio lingüístico saussuriano de indivisibilidade do signo lingüístico (significante = forma sonora + imagem acústica + significado = representação mental, conceito).

Gradativamente, acompanhando-se o progresso do aluno na leitura, vão surgindo frases e pequenos textos suplementares. Durante o curso, o aluno recebe, também, livros de leitura continuada onde se exercitará na leitura.

5. A Escrita - O ensino da escrita é paralelo ao da leitura.

Sendo a língua portuguesa caracterizada pela falta de correspondência entre alguns fonemas e letras, pretende o MOBRAL perseguir a vantagem do predomínio do aspecto fônico sobre o aspecto gráfico. Desse modo, ao se apresentar, na palavra geradora, certo fonema que pode ser registrado por diferentes sinais gráficos (letras, dígrafos); todos esses sinais seriam ensinados ao ensejo do aparecimento do fonema. Evitar-se-ia, assim, a redundância fonêmica de nova lição/palavra geradora enfatizando um som já estudado.

sapato

fonema/cê/ - professora

calçado

cenoura...

Quanto à ortografia, objeto de Lei Federal, não é desprezada no processo de alfabetização. Apenas, não lhe é dada ênfase que possa se transformar em elemento perturbador do processo.

INICIAÇÃO AO ESTUDO DA MATEMÁTICA

O alfabetizador inicia o ensino da matemática, paralelamente, com o de leitura e da escrita, verificando imediatamente os conhecimentos que os alunos já possuem nas grandes áreas que compõem a matemática, por força de sua própria vivência.

Há dois objetivos importantes a serem atingidos pelo alfa-

betizador: matemático - habilidade em lidar adequadamente com números e conceitos; conhecimento e compreensão das normas que determinam o uso desses números e conceitos (estruturas matemáticas)

Social - aplicação dos números e relações numéricas na vida diária, ou seja, de situações que surgem no dia-a-dia e que, portanto, são de valor indiscutível para os alunos.

CONCLUSÃO

A metodologia adotada pelo MOBRAL, embora destinada a um programa de massa, representa um esforço no sentido de atender às características individuais do alfabetizando, considerando suas necessidades, limitações e possibilidades, além de atender aos interesses da comunidade.